



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

**Militarização urbana, um “arrastão” de sentidos: narrativas de O Globo
sobre as intervenções militares no Rio de Janeiro (1992 – 2018)**

Rio de Janeiro

2024

Militarização urbana, um “arrastão” de sentidos: narrativas de O Globo sobre as intervenções militares no Rio de Janeiro (1992 – 2018)

Tese apresentada, como requisito para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura das mídias, Imaginário e Cidade.

Rio de Janeiro
2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

L131	Lacerda, Igor Militarização urbana, um “arrastão” de sentidos: narrativas de O Globo sobre as intervenções militares no Rio de Janeiro (1992 – 2018) / Igor Lacerda. – 2024. 268 f. Orientador: Ricardo Ferreira Freitas. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. 1. Comunicação – Teses. 2. Jornais brasileiros – Teses. 3. Ditadura – Teses. I. Freitas, Ricardo Ferreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título. br CDU 316.77
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Militarização urbana, um “arrastão” de sentidos: narrativas de O Globo sobre as intervenções militares no Rio de Janeiro (1992 – 2018)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Cultura das mídias, Imaginário e Cidade.

Aprovada em 30 de setembro de 2024.

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico esta tese às famílias que perderam seus entes queridos por causa da violência, com a esperança de que suas dores não sejam silenciadas, que encontrem a justiça necessária e que suas lutas possibilitem um futuro mais justo, humano e sem opressões.

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim, descobrindo-se,
com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.

Paulo Freire

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar os sentidos produzidos pelo jornal *O Globo* sobre a Garantia da Lei e da Ordem (1992), criada para a Conferência Global das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social, e a Intervenção Federal (2018), concebida para controlar a suposta desordem pública. O intuito é evidenciar que esses planos militares, que controlaram o Rio de Janeiro, especialmente nas áreas habitadas por pessoas pobres e negras, são continuidades da ditadura civil-militar (1964–1985), caracterizada por sua natureza autoritária e antidemocrática, assim como da escravidão (1500–1888), período em que pessoas negras eram violentadas e desumanizadas. A hipótese deste estudo é que as narrativas de *O Globo* sobre a Garantia da Lei e da Ordem (1992) e a Intervenção Federal (2018) visavam estimular, de forma direta ou indireta, o desejo de militarização urbana em seus leitores. Isso se deu devido ao destaque dado a histórias e vozes que enfatizavam o aumento da sensação de segurança em áreas privilegiadas da capital e do estado, consequência da militarização, levando os moradores a reivindicarem a manutenção da presença militar em seus bairros. Em contrapartida, as críticas à presença ostensiva do Exército em favelas e periferias, bem como à violência desproporcional direcionada aos moradores desses territórios, receberam menos destaque. Além disso, muitas pessoas acreditavam que a militarização na cidade era eficaz, o que fez com que políticos defendessem essa ideia para dialogar com eleitores antigos ou atrair novos. A continuidade da ditadura e da escravidão pode ser atribuída à percepção de que o Exército é mais eficaz na manutenção da segurança. Parte da população acredita que a presença militar é essencial para garantir a ordem, especialmente em favelas, que são vistas como mais perigosas do que outras áreas da cidade. Essa percepção resulta em um controle mais rigoroso dessas regiões pelos soldados, perpetuando a ideia de que seus moradores são mais violentos. Consequentemente, isso leva a um aumento nas agressões, prisões, mortes e encarceramentos nessas comunidades urbanas. Para atingir os objetivos propostos, utilizamos a análise de narrativas como metodologia, seguindo o modelo de tríplice mimesis proposto por Ricoeur (2010). A análise das narrativas jornalísticas de *O Globo* revelou três formas de continuidade ao longo dos anos de 1992 e 2018. Em primeiro lugar, foi possível notar a continuidade nas estratégias políticas, nas quais figuras públicas utilizaram a militarização urbana como uma ferramenta para promover suas imagens e obter apoio popular. Essa estratégia foi evidente tanto na Garantia da Lei e da Ordem quanto na Intervenção Federal. Em segundo lugar, foi notória a continuidade da repressão: em ambos os períodos, as favelas e áreas periféricas foram controladas por forças militares, com uma representação consistente, por parte do jornal, dessas áreas como perigosas e habitadas por criminosos. Por fim, observou-se uma continuidade na negação de direitos. Nos dois eventos analisados, houve um investimento em políticas de segurança, enquanto as políticas públicas e as garantias voltadas para as favelas e periferias, assim como para os cidadãos que nelas residiam, foram negligenciadas.

Palavras-chave: narrativas jornalísticas; militarização urbana; intervenção federal; garantia da lei e da ordem; continuidades históricas.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the meanings produced by *O Globo* regarding the Law and Order Guarantee (1992), created for the United Nations Global Conference on the Environment and Social Development, and the Federal Intervention (2018), designed to control alleged public disorder. The objective is to highlight that these military plans, which controlled Rio de Janeiro, particularly in areas inhabited by poor and Black people, are continuities of the civil-military dictatorship (1964–1985), characterized by authoritarianism and undemocratic practices, as well as of slavery (1500–1888), during which Black people suffered violence and dehumanization. The hypothesis of this study is that *O Globo*'s narratives about the Law and Order Guarantee (1992) and the Federal Intervention (2018) were intended to indirectly or directly stimulate the desire for urban militarization among its readers. This was made possible by the emphasis placed on stories and voices that highlighted the increased sense of security in privileged areas of the capital and state, a consequence of militarization, which led residents of these regions to demand the continued presence of the military in their neighborhoods. On the other hand, criticism of the Army's overt presence in slums and suburbs, as well as the disproportionate violence directed at residents of these areas, received less attention. Furthermore, as many people believe that militarization in the city is effective, politicians have started to support this idea, either to appeal to their old voters or to attract new ones. The continuity of the dictatorship and slavery can be attributed to the perception that the Army is more effective in maintaining security. A part of the population believes that military presence is essential to guarantee order, particularly in slums, which are viewed as more dangerous than other parts of the city. This perception results in more stringent control of these areas by soldiers, perpetuating the idea that their residents are more violent. As a consequence, there is an increase in assaults, arrests, deaths, and incarcerations in these impoverished communities. To achieve the proposed objectives, we employed narrative analysis as the methodology, following the triple mimesis model proposed by Ricoeur (2010). The analysis of *O Globo*'s journalistic narratives revealed three forms of continuity between 1992 and 2018. Firstly, there is political continuity, where public figures utilized urban militarization as a tool to enhance their image and garner popular support. This strategy was evident in both the Law and Order Guarantee and the Federal Intervention. Secondly, the continuity of repression is apparent: in both periods, slums and peripheral areas were controlled by military forces, with *O Globo* consistently representing these areas as dangerous and inhabited by criminals. Finally, there is a continuity in the denial of rights. In both events analyzed, there was significant investment in security policies, but very little investment in public policies and rights for slums and suburbs, as well as for their residents.

Keywords: journalistic narratives; urban militarization; federal intervention; guarantee of law and order; historical continuities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Exército na Praças Saens Peña.....	138
Figura 2 - Sensação de segurança com esquema especial do Exército	148
Figura 3 - Exército entra em choque com traficantes no Caju	151
Figura 4 - “Carioca” aprovou a Rio-92, mas temia o futuro da cidade	154
Figura 5 - Depois da Rio-92, os problemas de sempre.....	157
Figura 6 - Benedita é contra a militarização urbana.....	166
Figura 7 - PM quer sufocar os “arrastões”	171
Figura 8 - Piscinas em Cieps para afastar os pobres da Zona Sul	174
Figura 9 - Rio de Janeiro “em chamas” no O Globo	186
Figura 10 - Vila Kennedy, o “laboratório da intervenção”.....	198
Figura 11 - “Soldados nas ruas”: circulando pela Zona Sul com tranquilidade.....	206
Figura 12 - “Alívio no medo”: mulher agradece a soldados na orla de Ipanema.....	206
Figura 13 - Indiferença com o soldado fazendo pose no ônibus	207
Figura 14 - Sem rosto, nem voz: militares ficham moradores de favela.....	208
Figura 15 - Soldado brincando com o menino no Complexo do Lins.....	209
Figura 16 - Exército distribui rosas na favela, mesmo assim acontecem crimes	210
Figura 17 - Após confronto, 7 mortos no cartão-postal.....	221
Figura 18 - Em ação conjunta, homem morre	223
Gráfico 1 - Tipologias das violações de direitos na intervenção (2018)	226

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 CONTINUIDADE HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO: A VIDA DO POVO NEGRO DO BRASIL COLONIAL AO CONTEMPORÂNEO.....	22
1.1 A escravidão no Brasil Colônia e Império: estratégias de controle e punição.....	26
1.2 Os sujeitos negros no Brasil contemporâneo: desigualdade racial, racismo e seus efeitos	37
1.3 Jornalismo em tempos de ditadura: a relação de O Globo com o governo militar	50
1.3.1 <u>“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”: a relação entre as pessoas negras e a ditadura civil-militar no Brasil</u>	<u>71</u>
2 “NÓS QUE FOI E SEGUE SENDO FRATURADO, MAS TAMBÉM RESSIGNIFICADO”: DISPUTAS DE SENTIDOS SOBRE NEGROS, ESPAÇOS URBANOS E VIOLÊNCIAS NO JORNALISMO.....	81
2.1 A tríplice mimesis de Paul Ricoeur como base para a mediação jornalística.....	85
2.1.1 <u>Narrativa cíclica como reforçadora de sentidos sobre negros e pobres nos jornais</u>	<u>90</u>
2.2 Um debate necessário: a militarização das cidades e sua matriz racista	100
2.3 Violências no plural: explorando as dimensões das violências na cidade	114
3 MILITARIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO E RACISMO NAS PÁGINAS DE O GLOBO: OS DILEMAS URBANOS DO RIO DE JANEIRO (1992).....	126
3.1 Antes da Eco-92, o Exército já estava na Tijuca: repressão a pessoas em situação de rua, meninos pobres e camelôs	130
3.2 Rio, “a capital do mundo”: a Garantia da Lei e da Ordem (1992) reduziu a criminalidade?	141
3.3 A militarização urbana como o motor da vida política: a articulação das narrativas de políticos em O Globo	161
4 ENTRE NECROPOLÍTICAS E SILENCIAMENTOS: MILITARIZAÇÃO DA VIDA E DOS TERRITÓRIOS	176
4.1 Cidade sitiada, acessos controlados: a Intervenção Federal (e militar) em 2018.....	179
4.2 Favela como laboratório: a militarização da vida e do espaço urbano através do olhar jornalístico em 2018.....	196
4.3 O silêncio como estratégia significativa: o que O Globo deixou de dizer sobre a Intervenção militar de 2018?	213

CONCLUSÕES.....	229
REFERÊNCIAS.....	239

INTRODUÇÃO

A militarização no Rio de Janeiro, particularmente em áreas com alta concentração de pessoas negras e de baixa renda, tem gerado discussões sobre sua eficácia e seus efeitos sociais, na academia e na sociedade em geral. Nesse contexto, é indispensável analisar o papel do jornalismo na produção de sentidos que sustentam a ideia de que somente a militarização pode garantir a segurança, uma opinião presente tanto entre alguns grupos quanto nos meios de comunicação. É fundamental investigar como esses planos militares, frequentemente apoiados e solicitados pela opinião pública, afetam desproporcionalmente as comunidades pobres e negras, predominantemente residentes em favelas e periferias. Afinal, eles podem impactar significativamente essa parte da população por meio do aumento da violência policial e militar, da intensificação da vigilância e da criação de um ambiente de medo e opressão, agravando as desigualdades sociais e prejudicando a qualidade de vida desses moradores.

Nos últimos cinco anos (2020 a 2024), poucos pesquisadores de comunicação se dedicaram ao tema da militarização, tão presente nas cidades brasileiras, e sua influência política e econômica, especialmente no que diz respeito à articulação dos veículos de comunicação para legitimar a presença dos soldados nas ruas. Através de uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)¹, constatamos apenas duas dissertações com a palavra-chave “militarização urbana” e 23 teses com o termo mais amplo “militarização”. A pesquisa concentrou-se exclusivamente em teses, mas optamos por incluir as duas dissertações devido à sua relevância para os objetivos deste estudo. Durante o processo de seleção, sete teses foram desclassificadas por não abordarem a militarização no contexto nacional, o que é caro a este trabalho.

Em relação às áreas do conhecimento, as pesquisas sobre a militarização são predominantes em educação (4), sociologia (3), ciências sociais (2) e história (2), seguidas por planejamento urbano e regional (1), administração (1), comunicação (1) e psicologia (1). Isso indica que os pesquisadores dessas áreas estão investigando diferentes aspectos da militarização, incluindo sua atuação em regiões urbanizadas, por meio do aumento da presença militar, da instalação das barreiras de controle e da implementação de estratégias de vigilância.

¹ BRASIL. **Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, 2022. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 19 ago. 2024.

Essas ações não apenas interferem na dinâmica social, elas têm impactos profundos e duradouros na vida das pessoas que residem na cidade. Dentre os efeitos sociais, podemos citar a intensificação da violência militar, o aumento da opressão, a exacerbação das desigualdades sociais e a segregação de comunidades específicas.

Com o objetivo de reforçar a presença de militares em todos os níveis da vida pública, pesquisadores da área de educação denunciam o processo de militarização dos colégios públicos estaduais no Brasil, destacando o papel de políticos de direita no incentivo a essa prática (ALVES, 2021; VAZ, 2023; GOULART, 2022; GONÇALVES, 2023). A sociologia apresenta uma ampla gama de estudos sobre a militarização do cotidiano nas cidades brasileiras, revelando a presença constante de policiais e militares no meio urbano, o controle dos corpos e a opressão sofrida por grupos sociais desfavorecidos (MACEDO, 2022; PERES, 2022; BORDIN, 2020). Complementarmente, nas ciências sociais, discute-se como os planos militares afetam as metrópoles. Gonçalves (2021) demonstra que esses planos têm um impacto significativo sobre as favelas, criando verdadeiros cenários de guerra e aprofundando as precariedades já existentes nessas localidades. Enquanto Musimeci (2021) analisa como as armas e as ideias originalmente utilizadas em situações de guerra passaram a fazer parte do cenário urbano, influenciando o pensamento de parte da sociedade e aumentando a violência nas comunidades urbanas².

Em geografia e história, Nesimo (2022) discute a distribuição espacial do encarceramento, que ocorre predominantemente em favelas e periferias, evidenciando que a lógica da militarização desses espaços perpetua as opressões históricas e sociais. Para Nesimo (2022), as favelas e periferias são altamente militarizadas devido à percepção de que são inseguras. A partir da premissa de que seus moradores são potencialmente perigosos, há um aumento significativo no número de prisões. Considerando o contexto histórico e a exploração de determinados grupos sociais, Schmitt (2021) demonstra que, no Brasil Império, a militarização já era utilizada para promover membros da elite, aumentando suas chances de influência e, ao mesmo tempo, afetando, sobretudo, grupos sociais menos favorecidos, como negros e indígenas. Como consequência, ao analisar a atualidade, Torres (2023) e Oliveira (2022) esclarecem que a militarização é naturalizada, estando presente em todos os aspectos da vida, incluindo momentos de estudo e lazer, tanto em espaços públicos quanto privados.

² NERY, C.; BRITTO, V. Favelas e Comunidades Urbanas: IBGE muda denominação dos aglomerados subnormais. **IBGE**, [s.l.], 23 jan. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38962-favelas-e-comunidades-urbanas-ibge-muda-denominacao-dos-aglomerados-subnormais>. Acesso em: 4 out. 2024.

A militarização urbana tem se intensificado, controlando a vida dos habitantes por meio de técnicas, armas e instrumentos de controle, conforme aponta Souza (2021), especialista em planejamento urbano e regional. Nesse contexto, onde a cidade é administrada sob uma perspectiva militar, Santos (2022), na área de psicologia, observa que há um grande investimento em planos de segurança pública para lidar com problemas que, na verdade, são de natureza social. Enquanto os recursos destinados à segurança aumentam, os investimentos em assistência social e saúde pública continuam insuficientes, afirma Santos (2022). Isso ocorre, segundo Gomes (2023), que atua em administração pública, devido à crescente demanda popular pela militarização dos espaços públicos, visando amenizar, sobretudo, os medos das elites em relação a inimigos internos, como os pobres, opositores políticos e criminosos. Ferreira (2020), pesquisadora em ciência política, corrobora essa ideia, salientando que a militarização não se limita ao controle físico, pelo contrário: busca dominar as mentes, impondo uma visão de mundo restritiva e combatendo aqueles que têm opiniões divergentes, especialmente em questões de gênero, sexualidade, política e religião.

Na busca no catálogo de teses, Schneider (2023) foi a única pesquisadora de comunicação a aparecer, tratando do plano militar do Rio de Janeiro, em 2018. Por meio da interseção entre jornalismo televisivo, segurança pública e violência urbana, ela analisa as reportagens do Jornal Nacional para identificar os sentidos produzidos sobre a capital fluminense e a presença constante dos militares nas ruas, com seus tanques, armas, vestimentas e planos. No entanto, Schneider (2023) apresenta uma visão parcial da militarização no Rio de Janeiro ao se concentrar apenas em 2018, não cobrindo outras ações militares relevantes e não fazendo a distinção necessária entre Intervenção Federal e Garantia da Lei e da Ordem. Isso limita a compreensão completa do fenômeno, uma vez que os dois planos possuem características e impactos distintos. A autora menciona, logo no início do trabalho, que houve uma Garantia da Lei e da Ordem em 2018, mas, na verdade, tratou-se de uma Intervenção Federal. Portanto, para realizar uma pesquisa rigorosa, é fundamental diferenciar claramente esses dois conceitos legais, conforme estabelecido pelas leis brasileiras. A distinção entre Intervenção Federal e Garantia da Lei e da Ordem é de suma importância, pois suas aplicações e impactos são diferentes.

Ao contrário de Schneider (2023), entendemos que a Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2001) é uma medida mais simples e operacional, destinada a colaborar com as autoridades políticas e policiais locais. Por outro lado, a Intervenção Federal (BRASIL, 1988) é uma ação mais ampla e abrangente, que impacta significativamente a gestão e a política de um estado ou de uma cidade, uma vez que o interventor do governo substitui completamente

os poderes locais. Em outras palavras, enquanto a Garantia da Lei e da Ordem promove uma parceria entre as forças locais e os militares, a Intervenção Federal troca as autoridades locais por um interventor que responde diretamente ao presidente. Apesar de estarem previstas em lei e possuírem suas especificidades, essas duas medidas podem ser consideradas intervenções militares, pois militarizam o espaço. Como apontam Rocha (2018) e Graham (2016), a militarização, justificada por razões morais e ideológicas, transforma o ambiente citadino em um cenário de combate e opressão, controlando não apenas os inimigos, como gangues e milícias, mas também as populações pobres e seus territórios. Isso significa que agentes treinados para situações de guerra são utilizados para combater crimes, administrar e oprimir a vida de grupos específicos.

Levando em conta os estudos de diferentes áreas do saber, buscamos responder ao seguinte problema de pesquisa: como as narrativas publicadas no jornal *O Globo* sobre a Garantia da Lei e da Ordem (1992) e a Intervenção Federal (2018) têm contribuído para a persistência do autoritarismo associado à ditadura civil-militar e às desigualdades raciais originadas na escravidão, considerando o impacto desproporcional desses planos em comunidades negras e de baixa renda?

Essa pergunta é fundamental para preencher a nossa lacuna teórica. As pesquisas recentes sobre a militarização urbana destacam o impacto desproporcional sobre negros e pobres, especialmente em favelas e periferias. Elas revelam o clamor popular por uma presença militar constante no meio urbano, não levando em conta que as narrativas jornalísticas possam ser utilizadas para cristalizar a ideia de que “a militarização traz paz à cidade”. Entender os sentidos produzidos pelos jornais sobre a militarização é importante, já que, aparentemente, eles influenciam as decisões políticas. Essas investigações tendem a se concentrar nos fenômenos atuais, sem rever o passado, especialmente os períodos de escravidão e ditadura, o que pode ser considerado uma limitação uma vez que tais momentos históricos ainda afetam a realidade contemporânea.

Com base no problema de pesquisa, sustentamos a hipótese de que as narrativas de *O Globo* sobre a Garantia da Lei e da Ordem (1992), criada para a Conferência Global das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social, e a Intervenção Federal (2018), elaborada para controlar um suposto comprometimento grave da ordem pública, defendiam, de forma direta ou indireta, a necessidade de militarizar favelas e periferias para assegurar a tranquilidade em outras áreas. Esses planos militares atingiam, de maneira desproporcional, sobretudo pessoas pobres e negras. Por sua vez, as notícias criticavam ou se somavam aos apelos populares para que os soldados permanecessem nas ruas do Rio de Janeiro, como se isso

fosse indispensável para reduzir a violência. Nesse processo, enquanto alguns indivíduos experimentavam uma sensação de tranquilidade no meio urbano (classes média e alta), outros sofriam opressão e controle das Forças Armadas (pobres, especialmente aqueles que vivem em favelas e periferias). O jornal *O Globo* influenciava as deliberações políticas, uma vez que os políticos afirmavam que a decisão de intervir militarmente na cidade ou no estado era motivada por suas notícias jornalísticas sobre crimes ou pelos relatos de moradores ouvidos pelos jornalistas. Consideramos, portanto, que a militarização do ambiente urbano, bem como a crença da sociedade de que essa medida é mais eficaz, é uma herança da ditadura civil-militar (1964–1985). Já a forma desproporcional com que esses planos militares atingem negros e pobres, que geralmente são moradores de favelas e periferias, representa um legado do período da escravidão (1500–1888).

A militarização urbana, vista como uma continuidade da ditadura civil-militar, e o impacto desproporcional dos planos militares na vida das populações negras, entendido como uma extensão das práticas de controle originadas na escravidão, configuram-se como continuidades profundamente enraizadas em narrativas, incluindo as jornalísticas. Conforme discutido por Ricoeur (2010), o narrador se apoia em um universo simbólico, histórico e cultural (mimesis I) para construir sua narrativa e tecer a intriga (mimesis II), que é, então, apresentada ao leitor. Esse leitor, por sua vez, se apropria da narrativa de maneira subjetiva, podendo reverberar os mesmos sentidos ou contestá-los (mimesis III). Com isso, as narrativas jornalísticas podem reproduzir e perpetuar essas continuidades históricas, impactando a forma como a sociedade interpreta e internaliza as dinâmicas de poder e repressão, ou produzir novos sentidos sobre elas. Os leitores podem reproduzir os mesmos sentidos presentes na narrativa, pois compartilham a mesma perspectiva, ou criar outras significações, discordando dela.

A busca pela militarização não é um fenômeno recente entre parte da elite carioca, tampouco o envolvimento dessa parcela da sociedade com governos militares. Codato e Oliveira (2004) destacam que, no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1964, ocorreu a Marcha da Vitória, logo após a instauração do golpe civil-militar em 31 de março de 1964. Este evento contou com o apoio financeiro do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), um grupo formado por membros da elite dos Estados Unidos e do Brasil, além do patrocínio de Magalhães Pinto, cofundador do Banco Nacional de Minas Gerais e então governador do estado mineiro pela União Democrática Nacional (UDN). Carlos Lacerda, governador do Rio de Janeiro, e Adhemar de Barros, governador de São Paulo, apoiaram a marcha como os outros. Segundo Nascimento (2020), as passeatas foram organizadas pela Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), um grupo composto por Leovigildo Balestiero, vigário franciscano de

Ipanema; Glycon de Paiva, pesquisador do IPES; e Golbery do Couto, general do Exército. A Marcha da Vitória, que reuniu figuras importantes da elite e do Exército, celebrou a deposição do presidente João Goulart e a instauração do regime militar, além da presença dos militares tanto nos espaços públicos quanto na administração do país.

Bertoli e Mafra (2022) afirmam que as notícias produzidas durante a ditadura civil-militar reforçavam a ideia de amor à pátria e ao povo, semelhante às placas e aos gritos de ordem da Marcha da Vitória. Essa narrativa implicava que aqueles que se opunham a essa forma de governo não amavam o país e seu povo, uma ideia amplamente disseminada entre a elite. Não apenas nas ruas, como também em jornais, criava-se um consenso a respeito dos militares no poder, como se a aceitação fosse total e isenta de divergências, especialmente devido à suposta capacidade do regime de combater a violência e desenvolver o país. Alguns jornais, portanto, foram reforçando a ideia de que a militarização era eficaz e benéfica para todos, mesmo que, na prática, privilegiasse apenas certos grupos, com seu autoritarismo, antidemocracia e políticas econômicas que favoreciam empresários nacionais e, principalmente, internacionais, revelam Bertoli e Mafra (2022).

Semelhantemente, em virtude do racismo, os indivíduos negros podem ter sido mais afetados pela ditadura, sendo necessária a luta pela democracia e contra o preconceito racial praticado tanto por militares quanto por grupos de esquerda. De acordo com Salles (2017), o processo de desumanização dos escravizados, desde a constituição violenta do Brasil, foi tão intenso que seus efeitos repercutem em todos os períodos históricos, incluindo o atual, reforçando nossa hipótese. Salles (2017) argumenta que a escravidão gerou diversos efeitos negativos que continuam a impactar a vida desse grupo racial e social. Dentre as dificuldades enfrentadas, destacam-se a desigualdade econômica e educacional, a falta de acesso à saúde e às condições de vida que garantam o bem-estar. Continuam mais expostos a violências físicas, praticadas tanto por civis quanto por agentes de segurança, a possibilidade de encarceramento, muitas vezes de forma injusta e infundada, e a desvalorização de suas culturas e identidades.

Considerando as pesquisas apresentadas sobre o tema, o objetivo desta tese é investigar como o jornal *O Globo* retratou a Garantia da Lei e da Ordem (1992), criada para a Conferência Global das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social, e a Intervenção Federal (2018), voltada para controlar a suposta desordem pública. Pretendemos evidenciar que esses planos militares, que atuaram principalmente nas favelas e periferias do Rio de Janeiro — áreas majoritariamente habitadas por pessoas pobres e negras — refletem uma continuidade das práticas autoritárias da ditadura civil-militar (1964–1985) e das ações opressivas e desumanas da escravidão (1500–1888). A escolha das operações de Garantia da Lei e da Ordem

(1992) e da Intervenção Federal (2018) no Rio de Janeiro como foco deste estudo justifica-se por representarem, respectivamente, a primeira implementação da Garantia da Lei e da Ordem em uma capital brasileira e a primeira Intervenção Federal decretada por um presidente da República desde a redemocratização (ROCHA, 2021).

Por isso estabelecemos três objetivos específicos: (1) compreender como o jornal tratou e representou esses eventos, quais narrativas foram privilegiadas e de que maneira essa cobertura contribuiu para a ideia de que a militarização é indispensável nas cidades; (2) demonstrar como a militarização contemporânea pode ser vista como uma herança histórica da escravidão e da ditadura civil-militar, reproduzindo e perpetuando desigualdades sociais e raciais; (3) analisar como a presença militar nessas áreas afeta a vida dos moradores, quais são as consequências dessa política e como ela se relaciona com o histórico de violência contra a população negra no Brasil.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizamos a análise de narrativas como metodologia, seguindo as perspectivas teóricas e metodológicas de Ricoeur (2010). Acreditamos que as notícias, ao abordarem temas como militarização, violência urbana e desigualdades, são elaboradas a partir de um complexo tecido de significados sociais e culturais. Os argumentos presentes nas narrativas não surgem do nada; são moldados por elementos pré-existentes, como a história, as crenças e as normas sociais. Assim, ao empregar esse repertório simbólico, os jornalistas podem, de forma consciente ou inconsciente, criar interpretações desfavoráveis sobre negros e pobres, perpetuando as disparidades sociais existentes na sociedade.

Embora Ricoeur (2010) não proponha uma teoria específica sobre o jornalismo, sua perspectiva contribui para a compreensão de que os jornalistas, ao produzirem seus relatos, mobilizam um repertório de elementos culturais e sociais preexistentes, enquanto os leitores, ao interpretarem esses relatos, desempenham um papel ativo na construção de significados. Essa dinâmica complexa revela a natureza social e cultural das narrativas jornalísticas, que podem ser continuamente interpretadas e reinterpretadas ao longo do tempo, uma vez que os leitores têm um papel fundamental na construção de significados, podendo concordar ou discordar, conforme sua bagagem cultural. São igualmente diversas as interpretações que circulam na sociedade, gerando debates e disputas em torno de temas socialmente relevantes, como raça e racismo, desigualdade social e militarização dos espaços urbanos, especialmente das áreas populares.

Todas as narrativas utilizadas nesta tese estão disponíveis no *Acervo O Globo*, que reúne as versões impressas dos jornais diários, o que justifica a escolha desse veículo como objeto de

estudo. Para localizar as reportagens, utilizamos a palavra-chave “Exército” na busca por expressões ou frases exatas, filtrando os resultados para os anos de 1992 e 2018. Encontramos 1.939 páginas digitalizadas em 1992 e 1.108 em 2018, incluindo digitalizações repetidas e materiais sobre a militarização de outros países. Diante do grande número de documentos a serem separados e analisados, o que tornaria a análise mais abrangente e complexa, decidimos focar nas reportagens mais relevantes e nos acontecimentos mais destacados. Outro ponto pertinente é que, embora nossa análise se concentre nos anos de 1992 a 2018, em algumas ocasiões foi necessário recorrer a matérias de anos anteriores para fornecer um contexto mais completo — isso foi feito de forma excepcional, já que era relevante para a compreensão dos eventos em questão.

Em 1992, nossa seleção de reportagens concentrou-se no patrulhamento ostensivo do Exército na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, antes da Garantia da Lei e da Ordem, que teve início em 3 de junho. As reportagens foram incluídas no corpus da tese para evidenciar a presença do Exército na Praça Saens Peña, onde ocorreu repressão a crianças, camelôs (trabalhadores informais) e pessoas em situação de rua. Outras narrativas nesse contexto foram analisadas, especialmente aquelas que retratavam o Rio de Janeiro antes da Conferência Global das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social, destacando a cidade como violenta e perigosa. Após a implementação do plano militar para o evento, passou a ser considerada uma metrópole segura, com desenvolvimento econômico e cosmopolita. Os jornais começaram a relatar que muitos moradores, ao perceberem uma melhoria na segurança pública, manifestaram o desejo de que o Exército permanecesse nas ruas, apesar da repressão aos mais pobres. E era ano eleitoral, então selecionamos reportagens sobre as posições dos candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro em relação à militarização: Benedita da Silva, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), manifestou-se contrária a ela, enquanto César Maia, candidato do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), era um entusiasta da medida.

Em 2018, a análise concentrou-se nas notícias referentes à assinatura do decreto que instituiu a Intervenção Federal, ocorrida entre 16 de fevereiro e 31 de dezembro. O objetivo era compreender como *O Globo* retratou esse plano militar, especialmente por meio das pessoas entrevistadas. Vamos percebendo que, inicialmente, o jornal serviu como um espaço para a divulgação de opiniões favoráveis e contrárias à medida. Foram entrevistadas não apenas pessoas ligadas à segurança pública, geralmente adeptos à ação, mas moradores de favelas e pesquisadores, que, em sua maioria, se mostraram críticos às atividades propostas. Com o passar do tempo, a abordagem de *O Globo* começou a sofrer alterações: as favelas passaram a

ser descritas como “laboratórios” do plano, sugerindo que os soldados estivessem recebendo treinamento para, posteriormente, implementar e expandir essa ação pelo país.

A mudança no foco das matérias refletiu-se nas opiniões predominantes. No início, as perspectivas dos moradores das comunidades eram enfatizadas. Posteriormente, a cobertura passou a dar mais atenção aos depoimentos de agentes de segurança, que justificavam as ações repressivas do Exército, e às opiniões de pessoas das classes média e alta, que viam a presença militar em seus bairros como benéfica. Ao final, o jornal destacou a diminuição de alguns crimes e a utilização parcial dos recursos federais destinados ao plano militar, sugerindo que as Forças Armadas haviam alcançado resultados satisfatórios em curto espaço de tempo e com baixo investimento. Notamos que a mudança de perspectiva no fim da cobertura da intervenção militar contribuiu para o silenciamento (LE BRETON, 2006) das violações de direitos humanos nas favelas e periferias, o que foi demonstrado e tensionado pelo relatório do Circuito de Favelas por Direitos (2018). Esse relatório não será analisado, servindo apenas para reforçar nosso argumento de que houve, de fato, um processo de silenciamento por parte de *O Globo*.

Com base nas observações feitas, o trabalho foi dividido em quatro capítulos:

O primeiro capítulo concentra-se nas práticas de controle e punição que surgiram nos períodos colonial e imperial, bem como na influência que ainda exercem sobre a vida dos negros, mesmo sob novas formas e nomes. Destaca-se, portanto, como a escravidão deixou legados negativos para a comunidade negra. Para reforçar esse legado, utilizamos pesquisas de organizações não governamentais e órgãos públicos para enfatizar as desigualdades sociais que os negros enfrentam atualmente. Abordamos problemas como a dificuldade de acesso a serviços essenciais, incluindo educação, saúde, justiça e moradia adequada; a exclusão do mercado de trabalho, que abarca disparidades salariais e a limitada progressão profissional enfrentada pelos negros, contribuindo para elevados índices de pobreza; e a falta de representação na política e na mídia, evidenciando a exclusão desses espaços de poder, um legado negativo do passado escravocrata. Ademais, apresentamos o contexto social que influenciou a ditadura civil-militar, com ênfase especial na relação do jornal *O Globo* com o regime, caracterizado por um sistema antidemocrático e autoritário que, devido ao racismo, pode ter afetado mais severamente as pessoas negras. Embora existam lacunas na literatura sobre o impacto da ditadura civil-militar na vida de indivíduos negros, nosso objetivo foi enfatizar suas lutas, formas de resistência e estratégias de sobrevivência nesse cenário de opressão.

No segundo capítulo, abordaremos a metodologia de análise de narrativas, baseada no conceito de arco-hermenêutico de Ricoeur (2010). Este método é fundamental para compreendermos como interpretamos narrativas enquanto membros de uma determinada

sociedade, enfatizando a interação dinâmica entre o contexto social, o narrador e o leitor. Com a mesma relevância, discutimos o conceito de urbanismo militar, conforme descrito por Graham (2016), que analisa a utilização de táticas militares, antes reservadas a guerras, no controle social e na promoção de armamentos em áreas urbanas. Para aprofundar o estudo sobre a militarização sob uma perspectiva racial, utilizamos autores como Agamben (1998), que trata da biopolítica, e Mbembe (2018), Bento (2018) e Lima (2018), que discutem a necropolítica. De acordo com Mbembe (2018), Bento (2018) e Lima (2018), fundamentais para a nossa análise, os governos não apenas administram a vida (bio), mas também a morte (necro). A esse processo, Bento (2018) denomina bionecropolítica, enquanto Lima (2018) o chama de bio-necropolítica. Apesar da divergência nos termos, as autoras concordam que o Estado pode criar áreas onde a morte se torna uma realidade iminente para indivíduos considerados descartáveis pelo sistema capitalista. Isso ocorre devido ao aumento do risco de violência e à falta de serviços essenciais, como explica Mbembe (2018). Sendo assim, demonstramos que a violência deve ser entendida como um fenômeno complexo e interligado; por essa razão, o termo “violências” é utilizado no plural, pois evidencia como a exclusão urbana, a repressão estatal e a falta de garantia de direitos, bem como a cobertura jornalística que aponta o outro como violento, mesmo sem provas, estão interligados. Juntas, essas questões produzem um conjunto de violências que, geralmente, afetam negros e pobres de maneira desproporcional.

No terceiro capítulo, questionamos a hipótese de que a Garantia da Lei e da Ordem de 1992, idealizada para a Eco-92, foi a primeira a ser implementada no Rio de Janeiro (ROCHA, 2021). Afinal, de acordo com a cobertura jornalística de *O Globo*, o Exército já estava presente na Tijuca, reprimindo indivíduos em situação de rua, crianças, moradores de favelas e camelôs. Foi por esse motivo que profundamos o conceito de direito à cidade (SOUSA, 2015; SILVA, 2020) e evidenciamos a pressão da classe média por uma maior militarização, com o objetivo de afastar os desfavorecidos de seus bairros. A Eco-92 foi analisada em razão de seu impacto social e econômico, não só pelo plano de segurança em si e pela localização desigual das forças militares presentes no evento. Nessa análise, foram consideradas as reações dos cariocas ao evento e o apoio que houve para que os soldados permanecessem nas ruas. Com isso, buscamos identificar, na cobertura do jornal, as opiniões de políticos em relação à militarização urbana, considerando que a Eco-92 ocorreu em ano eleitoral.

No quarto capítulo, analisamos as reportagens de *O Globo* sobre a militarização do Rio de Janeiro em 2018, liderada por Michel Temer, a fim de compreender as diferentes opiniões expressas pelo periódico. Quando a Intervenção Federal foi implantada, as reportagens apresentavam uma variedade de opiniões sobre o tema, com o jornal promovendo um debate

aberto. Os moradores das áreas mais ricas comentavam que a intervenção aumentaria a segurança em seus bairros, enquanto os moradores das favelas afirmavam que o plano do Exército não resolveria a insegurança, apenas aumentaria a violência, por isso o investimento em ações sociais seria mais relevante. Esses contrastes foram evidenciados tanto nas reportagens do jornal quanto neste trabalho, ambos mostram tanto a tensão nas áreas menos favorecidas quanto a esperança nas regiões mais ricas. Com o término da intervenção, notamos que *O Globo* começou a omitir dados sobre crimes cometidos pelos soldados, ao mesmo tempo em que destacava a diminuição das ocorrências criminais e a economia de verba federal. Buscando preencher essas lacunas identificada e tensionar as narrativas do jornal, recorreremos ao relatório do Circuito de Favelas por Direitos (2018), que confirmou diversos abusos cometidos durante a intervenção, mas que não foram mencionados pelo jornal.

1 CONTINUIDADE HISTÓRICA DA ESCRAVIDÃO: A VIDA DO POVO NEGRO DO BRASIL COLONIAL AO CONTEMPORÂNEO

“A dança, a ânsia sagrada de rememorar
O escuro do negreiro
O açoite pardo do feitor
E um clarão enganador:
A liberdade sonhada ainda não chegou”
Rainha Negra — Clementina de Jesus

Este capítulo tem como objetivo abordar dois períodos relevantes da história brasileira: a escravidão e a ditadura civil-militar. Esta tese estuda esses dois assuntos a partir da premissa de que a militarização urbana, bem como a defesa dela por parte da sociedade, é uma continuidade da ditadura; assim como as permanências da escravidão ainda influenciam a forma como os sujeitos negros são tratados na sociedade, especialmente por parte dos formuladores e executores dos planos de segurança repressivos. Com o auxílio da bibliografia existente, ao investigar esses dois momentos distintos, buscamos identificar um processo de continuidade histórica do autoritarismo, do controle e da subjugação dos sujeitos negros, o que pode influenciar as decisões políticas, os governos e setores da sociedade. O intuito, portanto, é expor, por meio de estudos de outros pesquisadores, produzidos em diferentes anos, padrões persistentes de abusos e resistência ao longo desses momentos da história brasileira.

Consequentemente, nesta parte do trabalho, abordamos temas socialmente relevantes, como racismo, desigualdade social, controle de corpos e as punições praticadas por policiais, soldados e outros membros da sociedade. Revelamos, por intermédio de trabalhos já publicados, que essas questões não são recentes, frutos da contemporaneidade, mas têm suas raízes tanto no processo de colonização europeia do Brasil quanto no período em que os militares, de forma autoritária, perversa e corrupta, geriram o país.

De acordo com Salles (2017), as consequências e os efeitos da escravidão continuam a reverberar nas vidas dos sujeitos negros, refletindo no acesso a direitos básicos, na falta de representação na grande mídia e nos espaços da política institucional, e na maneira desumana com que são tratados por agentes em operações de segurança. Da mesma forma, Quirino (2015) revela que, de maneira contínua e persistente, os problemas sociais enfrentados pelos negros não cessaram durante a ditadura civil-militar de 1964. Pelo contrário, negros e negras eram constantemente reprimidos pelos militares, especialmente quando denunciavam o racismo presente na sociedade brasileira.

Ainda conforme Quirino (2015), os movimentos sociais formados por sujeitos negros eram reprimidos pelos militares, pois suas ações contrariavam a ideia de “democracia racial” defendida pelo regime. Esses ativistas eram um incômodo para o governo, porque desmantelavam o consenso que os militares desejavam construir e propagar a respeito de um país sem racismo, onde diversos grupos étnicos coexistiam em harmonia. Ironicamente, enquanto a imagem de “paraíso racial” era construída e transmitida ao exterior, o povo negro era violentamente reprimido por lutar contra o racismo e a favor da democracia no país.

Leão *et al.* (2019) levantam outra questão importante: embora sujeitos negros tenham sido figuras centrais na luta contra a ditadura, ainda existe uma lacuna teórica a respeito da experiência desse grupo racial durante esse período antidemocrático e autoritário. Geralmente, apenas os ativistas brancos são lembrados em estudos sobre a resistência à ditadura, enquanto os ativistas negros muitas vezes são esquecidos em alguns registros históricos. Com base nessas provocações, Leão *et al.* (2019) revelam que há uma diferença significativa na natureza das lutas desses dois grupos: os brancos buscavam a restauração do sistema democrático, já os negros lutavam pela democracia e pelo direito de viver plenamente, sem sofrer preconceitos por sua cor e cultura.

A respeito dos ideais dos movimentos negros durante os anos da ditadura, Domingues (2008) esclarece que era necessário educar os semelhantes e reeducar os brancos, que se beneficiavam e perpetuavam o racismo. Não havia isolamento, esses grupos de militância buscavam dialogar com pessoas brancas, pois, naquele momento, a política de aliança era fundamental para reconquistar a democracia e superar as desigualdades raciais, conforme destaca Domingues (2008). Todavia, segundo Leão *et al.* (2019), embora houvesse indivíduos brancos que se posicionavam contra o racismo, a comunidade negra muitas vezes se encontrava apartada em sua luta, enquanto outros movimentos sociais priorizavam a resistência à ditadura. Acreditava-se que somente com a superação do autoritarismo, em um ambiente democrático, os negros desmantelariam o racismo na sociedade brasileira (LEÃO *et al.*, 2019) — o que não corresponde à realidade, visto que, mesmo na democracia, os negros ainda lutam por direitos básicos e fundamentais (GOMES, 2012; KENY, PEREIRA, 2016; VASCONCELOS, 2012).

O capítulo não tem a intenção de sugerir que as vidas dos sujeitos negros foram mais importantes do que as dos brancos. Pelo contrário, todas as mortes, torturas e desaparecimentos políticos e criminosos são igualmente condenáveis e devem ser lembrados para evitar que violações de direitos ocorram novamente contra aqueles que discordam de governos e ideologias. Nossa intenção é demonstrar as contribuições de negros e negras na construção da história brasileira, especialmente durante o período da escravidão e da ditadura civil-militar.

Embora reconheçamos que a luta e a resistência do povo negro não devem ser lembradas apenas em pesquisas sobre a escravidão, como costuma ocorrer (ESCOBAR, 2014), é importante ressaltar que negros e negras têm travado, ao longo de toda a história brasileira, sucessivas batalhas por processos políticos democráticos, igualitários e antirracistas, como esclarece Escobar (2014). Em consonância com Pires (2018), buscamos “racializar” as reflexões sobre a ditadura civil-militar, evidenciando que suas políticas, por mais que também tenham atingido pessoas brancas, foram influenciadas por séculos de escravidão, atingindo pessoas negras de maneira díspar.

Temos a intenção, ainda, de evidenciar as contribuições de negros e negras, como Carlos Marighella, Luiz José da Cunha, Margarida Maria Alves e outros, no combate ao autoritarismo e na construção de outras partes da história brasileira, que não se refira apenas à resistência negra ao fim da escravidão. Esses nomes deveriam ter um destaque maior na história do Brasil, porém, muitas vezes, são esquecidos em livros didáticos (GOMES, 2012). Essa omissão reflete, na verdade, a perpetuação da escravidão, ao apagar as vozes, histórias, culturas e contribuições do povo negro para o país. Embora os militantes negros sejam lembrados por alguns grupos sociais como heróis e símbolos de luta e resistência, instituições de ensino e espaços urbanos dificilmente carregam seus nomes em forma de homenagem, ao contrário de muitos torturadores e escravocratas (VASCONCELOS, 2012). Keny e Pereira (2016) concordam com essa perspectiva ao afirmarem que as histórias de ativistas negros são raramente narradas em livros didáticos quando se aborda o tema da ditadura. Ao contrário de militares e escravagistas, seus nomes raramente dão título a escolas públicas, praças, ruas e outros monumentos.

Considerando essas provocações, este capítulo foi dividido em três partes a fim de explorar a relação entre continuidade histórica, controle e opressão baseada em raça, visando destacar as contribuições do povo negro à historiografia brasileira.

A primeira parte, intitulada *A escravidão no Brasil Colônia e Império: estratégias de controle e punição*, investiga como as práticas de controle e punições, comuns nos sistemas colonial e imperial, continuam a afetar, mesmo que de forma diferente e com outros nomes, a vida dos negros na contemporaneidade.

Na segunda parte, chamada *Os sujeitos negros no Brasil contemporâneo: desigualdade racial, racismo e seus efeitos*, evidenciamos que o passado escravocrata continua a trazer prejuízos à vida do povo negro. Para isso, apresentamos, por meio de pesquisas de organizações não governamentais e instituições públicas, dados sobre as desigualdades sociais que afetam os negros, abordando temas como a falta de acesso à educação, à saúde, ao sistema criminal e à habitação segura e digna. A respeito do mercado de trabalho, discutimos a diferença salarial em

comparação com pessoas brancas e a baixa oportunidade de promoção, gerando altas taxas de desemprego e pobreza. Outro tema importante que problematizamos é a representação na mídia e na política, mostrando a falta de representatividade desse grupo em diversos espaços institucionais.

Na terceira e última parte, intitulada *Jornalismo em tempos de ditadura: a relação de O Globo com o governo militar*, abordamos o contexto social que embasou a ditadura civil-militar, focando na relação do jornal *O Globo*, nosso objeto de estudo, com o governo. Também evidenciamos, apesar da lacuna teórica sobre o tema, as experiências de pessoas negras durante a ditadura, suas lutas, resistências e estratégias de sobrevivência em um período antidemocrático, desumano e racista.

Para atingir o objetivo proposto, foi realizada uma ampla revisão bibliográfica, com base em temas relacionados às áreas de comunicação e a outros campos das ciências humanas e sociais, tais como: os períodos de escravidão e a permanência de violências racistas na contemporaneidade; os contextos históricos que levaram ao golpe militar de 1964; as relações de poder e colaboração entre o governo militar e os grandes veículos de comunicação; as experiências específicas de negros e negras durante a ditadura; as estratégias de resistência adotadas por movimentos negros; bem como as memórias de lideranças negras que combateram o autoritarismo militar. Não obstante as narrativas jornalísticas *Ressurge a democracia* e *Julgamento da Revolução* tenham sido incluídas ao longo do capítulo, elas não foram analisadas detalhadamente, servindo apenas para reforçar as ideias discutidas no texto, sustentadas por fontes acadêmicas e jornalísticas.

1.1 A escravidão no Brasil Colônia e Império: estratégias de controle e punição

O Brasil, colonizado por Portugal, tem uma história profundamente ligada à escravização de milhares de africanos, indígenas e seus descendentes. Isso significa que, durante o período colonial (1500 a 1822) e o imperial (1822 a 1889), essa terra e seus povos originários foram explorados por europeus, visando o desenvolvimento econômico de seus países na Europa. Em busca de lucro, a elite estrangeira e local explorou os indígenas e trouxe à força milhões de africanos para essas terras, impondo a eles, de forma desumana, jornadas excessivas, ambientes insalubres, segurança precária e o uso de coação física ou psicológica, entre outros crimes e abusos. Esse sistema escravista, caracterizado por opressões e desigualdades, deixou marcas duradouras na vida dos negros e indígenas, mesmo na República (1889 até hoje), uma estrutura política que se proclama defensora da liberdade, igualdade e dignidade³.

O período colonial é reconhecido pela exploração intensa de povos indígenas e africanos por Portugal, que exercia controle direto sobre o Brasil, bem como por países como o Reino Unido, a Holanda, a Espanha e os Estados Unidos, que estiveram envolvidos ativamente no comércio desumano de escravizados (PINSKY, 2010). Essas nações europeias dominavam os seres humanos e a própria terra, recém-invadida e já comercializada por elas. Isto é, o Brasil Colônia é marcado não só pelo tráfico de pessoas, trazidas sobretudo do continente africano, mas pela exploração da terra. O sistema social e econômico do período colonial impôs aos escravizados o trabalho forçado, que ultrapassava os limites do ser humano, tal como a violência física, sexual e psicológica. Além disso, explorava os recursos naturais, anteriormente protegidos pelos povos indígenas que aqui viviam.

De acordo com Pinsky (2010), em 1500, assim que os portugueses invadiram o Brasil e o transformaram em propriedade de Portugal, ofereceram aos povos indígenas, que já habitavam essa terra, produtos baratos da Europa em troca de especiarias, ouro e da árvore Pau-Brasil, que possuía alto valor mercantil. No entanto, uma vez que a curiosidade dos indígenas pelos artigos diversificados passou, essa barganha deixou de funcionar. Sem poder trocar produtos baratos por materiais naturais e valiosos, os colonizadores impuseram o serviço forçado aos povos originários,

³ COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

Brasília-DF: CEDI, [s.d]. Disponível em:

https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=596632#:~:text=4%C2%BA%20A%20Rep%C3%BAblica%20Federativa%20do,VII%20%2D%20solu%C3%A7%C3%A3o%20pac%C3%ADfica%20dos%20conflitos%3B . Acesso em: 12 jan. 2024.

que resistiram em servir aos invasores, seja pela luta, pelo boicote de mercadorias ou pela diminuição do ritmo de trabalho. Pinsky (2010) reconhece que, devido à limitação na documentação, é difícil aferir o impacto do regime escravista imposto às nações indígenas, considerando características como perpetuidade, transmissão hereditária por via materna e alienabilidade. Contudo, em relação à exploração típica do regime, “não se tratou de casos esporádicos, como se poderia pensar, mas de algo regulamentado pela Coroa portuguesa e que atingiu caráter amplo no espaço e no tempo” (PINSKY, 2010, p. 18–19).

Para Pinsky (2010), há quatro razões para a mudança no foco da escravização, que inicialmente recaiu sobre os indígenas e passou a atingir os negros. Primeiramente, a população indígena era reduzida e não conseguia atender às demandas de uma colônia em expansão territorial e econômica. Em segundo lugar, as nações indígenas se rebelaram ao perceber a intenção dos brancos de escravizá-las. A terceira razão se refere à dizimação dessas populações, seja por meio da superexploração da sua força de trabalho ou de doenças. Finalmente, a quarta razão está relacionada ao fato de que os jesuítas passaram a protegê-los, pois serviam às campanhas de catequização. Nesse sentido, segundo Macedo (2008), os povos originários eram vistos por mercadores como revoltosos e incapazes de contribuir para o desenvolvimento colonial, mas aqueles que aceitaram a fé cristã imposta pelos portugueses foram reconhecidos como valiosos, dado que contribuíram com a dominação religiosa da Igreja Católica.

Os negros africanos, trazidos ao Brasil à força por traficantes portugueses, ingleses, holandeses, espanhóis e norte-americanos, emergiram como uma possibilidade de lucro para a Coroa Portuguesa e para os comerciantes locais da época. De acordo com Neto e Maciel (2008), eles eram reduzidos a “peças” ou “animais” pela elite, inclusive por parte da Igreja Católica, que os considerava “sem alma”, negando-lhes tanto a religião quanto a instrução educacional. Posteriormente, as campanhas de evangelização tiveram os negros como seu público-alvo, momento em que as classes abastadas, incluindo aquelas ligadas à igreja, aumentaram a rejeição e a repressão a cultos, divindades e saberes ancestrais dos povos africanos (NETO; MACIEL, 2008).

Pinsky (2010) explica que muitos negros africanos foram sequestrados e trazidos ao Brasil Colônia para que o projeto da grande lavoura se estabelecesse. Principalmente entre 1539 e 1542, os burgueses e traficantes de pessoas não estavam tão preocupados com a subsistência do território, mas sim em produzir alimentos, como café e açúcar, para o mercado estrangeiro. A agricultura de subsistência já não fazia tanto sentido para os proprietários de lavouras, pois não trazia lucros significativos, sendo considerada um desperdício de investimento financeiro e de mão de obra. O dinheiro e a força de trabalho deveriam ser utilizados na produção agrícola

em larga escala para o comércio internacional (grande lavoura). “A estrutura de poder da grande lavoura baseava-se na família de proprietários — de terras e de escravos — sob cuja direção gravitavam feitores, agregados e, principalmente, escravos” (PINSKY, 2010, p. 25).

As pessoas escravizadas eram lucrativas para os produtores de açúcar e café não apenas pelo seu trabalho nas plantações, como esclarece Pinsky (2010). Seus corpos, por si só, geravam lucros para seus mercadores, que os compravam por um valor baixo e os vendiam por uma quantia maior. Inclusive, os escravizados eram trocados por tabaco, aguardente e açúcar, sendo enviados a comerciantes de outras partes do continente americano como forma de pagamento. Essa dinâmica revela uma das perversidades intrínsecas a esse sistema: “escravos eram adquiridos pelos traficantes em troca de mercadorias produzidas pela própria força de trabalho escrava” (PINSKY, 2010, p. 32).

O objetivo da escravidão, portanto, era “sujeitar um homem ao outro, completamente: o escravo não é apenas propriedade do senhor, mas também sua vontade está sujeita à autoridade do dono e seu trabalho pode ser obtido pela força” (PINSKY, 2010, p. 11). Ou seja, “na escravidão, transforma-se um ser humano em propriedade de outro, a ponto de ser anulado seu próprio poder deliberativo: o escravo pode ter vontades, mas não pode realizá-las” (PINSKY, 2010, p. 11). Nesse sentido, Todorov (2010) explica que o escravizado era o “outro” e o colonizador o “nós”, formando grupos bem definidos no universo social da época. Os escravizados (o outro) eram desumanizados tanto por sua falta de poder na sociedade colonial quanto por sua origem cultural, social, religiosa ou qualquer outra característica considerada inferior pelos colonizadores. Por outro lado, os colonizadores (nós) formavam um grupo homogêneo e bem definido, que prezava pela autopreservação, hegemonia e pelos interesses de seus pares, mesmo que isso pudesse afetar negativamente a integridade dos “outros”.

De acordo com Vasconcelos (2012), os escravizados eram entendidos como “coisas”, e não como “outros”, em virtude de não possuírem direitos e serem considerados “objetos” de seus proprietários. “Enquanto rés ou coisa, o escravo não era sujeito de direito [...]. Destituído assim de personalidade jurídica, o escravo-coisa era, ao menos do ponto de vista do direito civil, um ser nulo” (VASCONCELOS, 2012, p. 139). A condição de “coisa” tinha consequências muito precisas sobre a vida dos escravizados, porque, tal como qualquer propriedade ou objeto, eles podiam ser substituídos, mortos ou submetidos a trabalhos desumanos para trazer benefícios aos seus proprietários, segundo Vasconcelos (2012).

As experiências dos escravizados eram violentas e devastadoras, entretanto, ao mesmo tempo, traziam benefícios aos senhores. Entre eles, é possível citar: o transporte desumano em navios negreiros (OSÓRIO, 2015), a obrigação de trabalho forçado em condições desumanas

(COSTA, 2018) e a tristeza decorrente da separação familiar, que dilacerava os laços afetivos (MOTTA; MARCONDES, 2000). Os escravizados eram tratados como objetos, com suas identidades e culturas sendo apagadas (AGOSTINI, 2007).

A proibição de manifestações culturais, sociais e religiosas dos escravizados contribuía para negar-lhes a dignidade humana e as liberdades individuais, esclarece Agostini (2007). As violências físicas, sexuais e psicológicas também eram uma constante na vida dos escravizados. Visto que, frequentemente, eram submetidos a castigos brutais, como chibatadas, espancamentos e torturas, formas de controle para obter obediência (MONSMA, 2013). As mulheres escravizadas estavam mais expostas ao estupro e à exploração sexual, tanto por parte dos senhores quanto por aqueles a quem eles as ofereciam (BELONIA, 2019). A violência psicológica era uma das armas senhoriais, porque servia para enfraquecer a resistência e a autoestima dos escravizados. Sem contar as humilhações, as formas de desprezo e as ameaças, utilizadas para minar a força e a potência dos escravizados (JESUS, 2017).

Durante o período colonial, as violências mencionadas anteriormente (transporte desumano, trabalho forçado, separação familiar, restrição à subjetividade, e violências físicas, sexuais e psicológicas) eram, em sua maioria, perpetradas por proprietários de escravizados e por pessoas poderosas. Enquanto os proprietários eram traficantes de pessoas e fazendeiros, os agentes de segurança, as autoridades e as instituições políticas estavam ligadas ao poder⁴, configurando-se como os grupos de poderosos do período, ou melhor, como parte da elite escravocrata. Esses grupos, unidos por seus interesses econômicos e sociais, mantinham um sistema de opressão e controle sobre os escravizados, gerando e perpetuando a exploração e a desigualdade.

Os fazendeiros e traficantes de escravos, como os poderes armados e autoritários da época, realizavam, ou mandavam que outras pessoas realizassem, violências físicas como castigos, espancamentos e outras formas de tortura, segundo Monsma (2013). Essas violências não eram praticadas somente às escondidas, mas em locais públicos, tendo como plateia os servos e os senhores. Para Monsma (2013, p. 06), as exposições dos corpos mutilados ao público “eram maneiras eficazes de aterrorizar e intimidar outros negros, ajudando a coibir sua

⁴ Nessa parte do texto, o termo “poder” foi utilizado como sinônimo de “Estado”, e não no sentido de Estado-Nação, conceito que seria mais adequado na análise dos períodos imperial e republicano. Para Silva (2018), o poder corresponde à capacidade de uma pessoa ou de um grupo controlar as ações, os comportamentos e as decisões de outros indivíduos, normalmente em posições de menor influência social. Portanto, o Estado, poder político por excelência, é capaz de dominar os diversos aspectos da vida dos indivíduos, especialmente nos âmbitos político, econômico, social e cultural.

SILVA, A. O. da. O que é poder político? *Revista Espaço Acadêmico*, v. 17, n. 202, p. 33–61, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41971>. Acesso em: 19 jan. 2024.

‘impertinência’ e mantê-los ‘no seu lugar’, ao mesmo tempo que esses rituais sangrentos fortaleciam a identidade coletiva e a identidade dos brancos”. Em outras palavras, segundo Monsma (2013), os rituais violentos impostos aos escravizados tinham o objetivo de reforçar a hierarquia social e a superioridade dos brancos. Por essa razão, os donos de escravos buscavam exhibir seu poder para reforçar a ideia de que suas “propriedades” eram inferiores e estavam destinadas à servidão. Para os brancos, proprietários de escravos, essas práticas também fortaleciam sua identidade coletiva como uma elite dominante, unindo-os em torno de um sistema de poder compartilhado e reforçando seu senso de pertencimento a um grupo social privilegiado.

Santos (2013, p. 2394) concorda com esse pensamento ao afirmar que “o castigo seria um ritual que tentava reconstituir a soberania do senhor [...] por cima da desobediência do escravo; o senhor exibia aos olhos de todos a sua força invencível”. O autor acrescenta que as violências praticadas pelos senhores tinham um sentido de “exemplificação” para os outros escravizados e eram direcionadas, sobretudo, a corpos mais velhos e sem valor econômico. De acordo com Santos (2013), várias técnicas e instrumentos foram utilizados na aplicação de castigos aos cativos, sendo possível citar o chicote, o tronco, a máscara de ferro e o pelourinho — estrutura, instalada em local público, que servia ao espancamento dos escravizados. Portanto, os castigos eram “mecanismos de dominação, exploração e controle sobre o corpo e a mente de milhões de negros e negras, criando uma sociedade na qual as atitudes senhoriais objetivavam a continuidade do sistema e a não ruptura de seus poderes” (SANTOS, 2013, p. 2397).

Diante da crescente brutalidade infligida aos escravos, a elite colonial já manifestava preocupações com a iminência de revoltas. Havia um receio latente entre a classe dominante de que a aglomeração desordenada de seres humanos, resultante das condições de escravidão, pudesse propagar doenças, como a cólera. Em consequência disso, em 1808, no Rio de Janeiro, Diogo Inácio de Pina Manique presidiu a Intendência de Polícia da Corte para proteger o príncipe regente D. João em uma cidade com vielas sujas, sem pavimentação e repleta de escravizados, esclarece Vale (2021). A autora evidencia que a enorme quantidade de negros circulando pelas ruas da colônia assustava a nobreza portuguesa, e, por isso, o Estado criou a Intendência, o sistema de segurança da época. Esse modelo de vigilância e controle, uma exportação de Portugal, tinha a função de policiar (ou melhor, civilizar) o espaço público para torná-lo semelhante ao da Europa. Ele visava “controlar os súditos, vigiar as classes potencialmente perigosas (vadios, prostitutas, capoeiras, pobres, mas, sobretudo, escravos), evitar desordens, coibir e punir o crime e os criminosos” (VALE, 2021, *on-line*).

Na época colonial, os crimes podiam ser punidos pela Intendência da Polícia da Corte, pelo vice-rei, por intermédio da Secretaria de Estado do Brasil, ou pelos capitães-gerais, clarifica Vale (2021). Enquanto os crimes mais leves eram punidos pela Intendência, os mais graves estavam sob a responsabilidade do vice-rei ou dos capitães-gerais. No caso específico dos escravizados, eles podiam ser castigados por todas essas autoridades e, principalmente, pela justiça privada de senhores, feitores e capitães do mato. Para Vale (2021), as punições na colônia não tinham o intuito de “regenerar” e “recuperar” o criminoso, mas punir como uma espécie de vingança pelo mal causado a uma pessoa ou a ao grupo social. A pena de morte era comum na época, sendo aplicada geralmente na fogueira, em casos de crimes como lesa-majestade, moeda falsa, sodomia, adultério, utilização de pesos, furtos ou outras medidas fraudulentas. Segundo Vale (2021, *on-line*), as práticas punitivas mais comuns eram “a prisão, com ou sem trabalhos forçados, as fianças ou multas, o recrutamento para as tropas regulares ou das milícias, os açoites, preferencialmente para os escravos”.

Nas cidades coloniais, dado o elevado número de pessoas escravizadas circulando pelas ruas, a Intendência exercia o papel de polícia e de juiz, explica Vale (2021). O papel de polícia se restringia à manutenção da ordem nos espaços urbanos, buscando coibir ações violentas nas ruas, fugas e a formação de quilombos. Já o papel de juiz estava relacionado à aplicação de penas, prisões e açoites por conta própria, sem que a decisão fosse tomada por uma instituição superior. A elite colonial já clamava pelo endurecimento de regras e punições, o que não solucionava o problema da insegurança urbana; pelo contrário, aumentava a ocorrência de violências contra os escravizados e as autoridades, afirma Vale (2021).

Os castigos físicos eram geralmente preferidos às prisões ou galés, pois, além de serem punições públicas e exemplares, não oneravam os proprietários, se cumpriam mais rapidamente, e em menos tempo o escravo voltava ao trabalho. No espaço urbano, quem fazia o papel do feitor, de controle e punição dos crimes, era a polícia, o Estado, no que antes era papel exclusivo do proprietário. Assim, na documentação da Polícia da Corte encontram-se com grande frequência os crimes cometidos por escravos e as punições estabelecidas pelos juízes e pelo intendente, a serem normalmente imputadas e executadas na mesma hora, não havendo julgamento, como acontecia com os homens livres (VALE, 2021, *on-line*).

Em seu estudo, Vale (2021) aborda a disfuncionalidade na relação entre os donos de escravos e o Estado. A Intendência tinha o intuito de combater o crime e garantir a ordem pública, seja por meio de castigos físicos ou do encarceramento de criminosos. Por outro lado, os senhores buscavam estabelecer a punição no âmbito privado para preservar sua “mão de obra”, garantindo que ela estivesse sempre disponível e apta à demanda da produção. Os donos de escravos, por essa razão, viam as ações de segurança do governo como interferências diretas em suas propriedades, conclui Vale (2021). Com isso, conforme Santos (2013), ficou

estabelecido na época que os senhores tinham o dever de aplicar penas e castigos em crimes que ocorriam no campo, enquanto o governo se incumbia de punir aqueles que aconteciam nos espaços urbanos. Contudo, na prática, os senhores e os governantes tinham poucas regras a respeito dessas penalidades e aplicavam diversos tipos de tortura.

A interação tensa entre a elite e os escravizados se intensificou com a ascensão do sistema capitalista no Brasil. De acordo com Sodré (1996), a estrutura econômica capitalista começou a se formar no país a partir do aumento da produção de café, da expansão das indústrias de açúcar e de minério. Em razão do progresso dessas três indústrias, o tráfico de pessoas registrou um aumento expressivo, visto que a classe privilegiada necessitava de mais mão de obra para atender à alta demanda de vendas e exportações. No Império, ocorreu uma significativa mudança em relação à Colônia: os recursos financeiros passaram a ser recebidos e administrados por estadistas e latifundiários, dois grupos relevantes na esfera pública do período, rompendo, desse modo, com a influência direta dos colonizadores (SODRÉ, 1996).

No Brasil Império, o Estado continuava mantendo as práticas de castigo do período colonial, especialmente ao punir fisicamente os escravizados. Os “homens de bem”, normalmente pertencentes à elite, também eram punidos, mas com penas e castigos mais brandos, esclarece Silva (2012). No período imperial, passou a ser defendida a ideia de que o Estado sabia punir: os agentes eram especialistas na aplicação de penas corporais, que não resultavam em danos significativos ao “patrimônio” dos senhores. Para Silva (2012, p. 03), “não se tratava, portanto, da punição em si, mas da construção de um projeto de Estado, em que o exercício do monopólio legítimo da força se colocava como um desafio imediato”. Em outras palavras, o Estado, já no Império, passou a se constituir como aquele que detinha o poder legítimo de punir das mais diversas formas. Portanto, seu objetivo era retirar o emprego da coerção das mãos de outros agentes da sociedade, como os senhores de engenho e seus capangas, mantendo essa função sob sua responsabilidade.

As práticas punitivas mudaram pouco, mesmo após a assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, sancionada pela Princesa Isabel (filha de D. Pedro II)⁵, que, em teoria, garantia a liberdade total dos escravizados, mas sem a integração social. “Pode-se falar mais em manutenção das práticas de castigos lapidadas nas costas do escravo africano do que na ruptura com tais sanções corporais” (SILVA, 2012, p. 01). Ademais, Silva (2012) esclarece que, juridicamente, a Constituição Imperial aconselhava o fim das “instituições de correção” por serem lotadas, insalubres e impróprias para habitação, assim como os castigos físicos. Todavia, esse ordenamento jurídico não significava que, à margem da lei, tais práticas (castigos físicos) e instituições (casas de correção) não continuassem funcionando normalmente. Vê-se, então, que os avanços jurídicos não foram acompanhados de ações concretas que garantissem direitos aos indivíduos punidos (SILVA, 2012).

Em 1830, de acordo com Silva (2012), foram incorporadas ao Código Penal do Império as prisões simples ou com trabalho. Aos “indivíduos de menor qualidade”, como as “massas incivilizadas”, eram aplicadas as prisões com trabalho. Já aqueles de “maior qualidade”, como os “cidadãos ativos e ilustrados”, enfrentavam a limitação da liberdade como punição por seus crimes. Sendo assim, “o uso intensivo da mão de obra dos cativos foi fomentado para que os escravos aprisionados pudessem ser utilizados mais intensamente nas intervenções públicas” (SILVA, 2012, p. 03). O trabalho de escravizados aprisionados foi empregado nas obras de urbanização, como no funcionamento das repartições públicas, que necessitavam de serviços de água, comida e limpeza, esclarece Silva (2012). A Polícia da Corte era essencial nesse processo por reunir homens que realizavam as transformações estruturais das cidades e garantiam o funcionamento das instituições públicas e privadas. “Nesse intuito, arregimentava entre os escravos reclusos e os negros libertos que circulavam pelo espaço urbano a força de trabalho de que necessitava para a execução das obras públicas” (SILVA, 2012, p. 03).

⁵ A princesa Isabel, que formalizou a abolição da escravatura em 1888, é historicamente apontada como a protagonista da libertação do povo negro. No entanto, a liberdade foi, na verdade, resultado de uma luta intensa dos povos oprimidos. Durante a escravidão no Brasil, os escravizados não foram passivos; pelo contrário, eram protagonistas de uma incessante resistência contra a opressão da elite, da qual a princesa fazia parte. Os quilombos, que perduram até os dias atuais, são símbolos da resistência e da combatividade dos movimentos negros no país. A princesa não assinou a Lei Áurea com o objetivo de promover a liberdade e a inclusão do povo negro, mas sob a pressão interna dos movimentos negros e externa de outros países que já haviam abolido a escravidão. O Brasil era amplamente criticado internacionalmente por manter o sistema escravocrata, o que afetava significativamente sua economia. Além disso, devido ao crescimento industrial, a mão de obra assalariada, internacional e especializada, tornou-se mais atrativa e lucrativa do que o trabalho escravo não especializado. SOUZA, B.; MELO, I. **Especial — O que não nos contaram sobre a Abolição?** Instituto Federal da Bahia, [s.l.], 14 mai. 2020. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/noticias/2020/especial-13-de-maio-o-que-nao-nos-contaram-sobre-a-abolicao>. Acesso em: 11 jan. 2024.

A partir de 1850, ainda segundo Silva (2012), foi criada a Casa de Correção do Rio de Janeiro, onde, em teoria, seriam utilizadas as formas de punição estipuladas pela legislação imperial. “Os defensores da Casa de Correção acreditavam que, por meio dela, além de retribuir [pelo crime cometido], a pena também iria transformar o infrator, regenerando-o” (SILVA, 2012, p. 4). Apesar disso, a Casa de Correção não conseguiu cumprir a sua função de transformar os infratores, seja pela burocratização da aplicação terapêutica na instituição, pelo tratamento diferenciado de criminosos nobres e pobres ou pela continuidade de castigos físicos aplicados aos negros, mesmo com a proibição desses atos pela lei.

Nesse mesmo período, começaram as pressões internas (rebeliões de movimentos negros) e externas (países abolicionistas) para pôr fim à escravidão, propiciando, gradualmente, a “libertação” do povo negro. Para reafirmar seu pensamento, Silva (2012) cita quatro marcos: a proibição do tráfico de escravos (1851); a Lei do Ventre Livre (1871), que determinava que os recém-nascidos de mulheres escravizadas seriam livres; a Lei dos Sexagenários (1885), que possibilitava a libertação dos escravizados com mais de 60 anos; e, por fim, a Lei Áurea (1888). Essas quatro leis foram aprovadas graças às lutas dos movimentos negros, à necessidade de mão de obra especializada e estrangeira para as indústrias brasileiras capitalistas, e à pressão internacional, já que o Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão. Não foi por pura bondade da elite (SOUZA, 2022). Todavia, no máximo, essas leis serviram para que o povo negro tivesse algum respaldo jurídico para viver em liberdade. Afinal, essas legislações não foram acompanhadas de políticas de incorporação justa e humanizada dessa parte da população à sociedade brasileira, afirma Souza (2022).

Os recém-libertos vivenciavam a “escassez de recursos para despesas com alimentação, educação e assistência médica; a manutenção dos castigos físicos na gestão do estabelecimento correcional comprometia a possibilidade de implantação de qualquer tipo de tratamento” (SILVA, 2012, p. 04). Estavam legalmente alforriados, mas sem direitos básicos como saúde, educação, assistência social, trabalho e moradia. Desse modo, os recém-libertos “eram tidos como seres inferiores, uma vez que eram recrutados nos estratos mais baixos daquela sociedade e, portanto, fadados a uma condição distinta daquela que ostentavam os homens nobres” (SILVA, 2012, p. 05).

Consequentemente, forças policiais e autoritárias tornaram-se ainda mais atuantes, restringindo a circulação de negros libertos nas ruas. Esse plano de contenção, com origem no período colonial, tornou-se mais rigoroso durante o Império. De acordo com Castro (2014), as autoridades escravocratas brasileiras sentiram-se ameaçadas por levantes, crimes e agressões praticadas por escravizados; por isso, criaram os Códigos de Postura a partir do século XIX

para conter a desordem no meio social. Nos espaços públicos, os negros eram proibidos de dançar e cantar, sendo reprimidos pela polícia quando esses encontros ocorriam. Eles não podiam circular sozinhos em algumas partes das cidades nem participar de eventos públicos, respondendo a essas infrações com encarceramentos e surras. Aliás, era comum que fossem segregados nas periferias, permitindo que a elite circulasse com maior tranquilidade pelos centros urbanos, segundo Castro (2014).

Os escravizados não eram apáticos às violências a que eram submetidos; pelo contrário, resistiam ao processo social e econômico que constantemente violava seus direitos à vida e à liberdade. De acordo com Schwartz (1987), a teimosia, os prejuízos econômicos intencionais causados aos senhores e a sabotagem dos trabalhos diários eram formas comuns de resistência, principalmente na época colonial, mas também na imperial. Não só, ocorreram atitudes mais extremas, como suicídios, infanticídios e assassinatos de senhores por vingança, relata Schwartz (1987).

Especialmente no Brasil imperial, eram comuns as fugas e a formação de comunidades de escravizados e libertos, chamadas de mocambos, ladeiras, magotes ou quilombos. Segundo Schwartz (1987), essas comunidades se localizavam nas redondezas das cidades, aonde seus membros iam com certa frequência para roubar mantimentos e resgatar os cativos, além de se estabelecerem no campo, longe das sociedades dominadas por brancos. Entre os componentes das “comunidades de fugitivos”, havia solidariedade, do mesmo modo que disputas de poder. Esse ajuntamento de pessoas, oriundas de tradições africanas, possuía políticas relativamente igualitárias, com decisões verticais, semelhantes às de suas comunidades tradicionais de origem, esclarece Schwartz (1987).

O período imperial brasileiro foi marcado pela resistência tanto de negros livres quanto de escravizados. A luta contra a opressão manifestou-se por meio de fugas, revoltas, vinganças e ajuntamentos populares. Nos quilombos, por exemplo, os sujeitos encontravam a oportunidade de experimentar direitos e apoios, como: liberdade, acolhimento, dignidade e relações sociais mais igualitárias (CAMPOS, 2012). Em razão do aumento das lutas pela emancipação, a elite decidiu criar leis e códigos que restringiam a independência de negros e os discriminavam, fossem escravizados ou não. Com isso, a polícia era utilizada para o controle social dos sujeitos negros; sua função consistia em manter a ordem nos espaços públicos, bem como reprimir possíveis revoltas e manifestações contrárias ao sistema político vigente.

No que lhe concerne, os jornais brasileiros, que aumentaram seu alcance e influência durante o período imperial, foram um dos principais responsáveis pela construção simbólica dos escravizados como perigosos e desordeiros, ressalta Batista (2003). Os periódicos imperiais

enfaticavam que as regiões habitadas por escravizados ou negros libertos deveriam ser evitadas, uma vez que eram consideradas violentas e prejudiciais à saúde coletiva. De acordo com Batista (2003), as notícias diárias frequentemente tratavam de tiroteios, supostamente causados por africanos, que assustavam os proprietários de terras. O Rio de Janeiro, por exemplo, era considerado sereno e bucólico, mas os homens negros, armados ou não, eram temidos por ameaçarem essa tranquilidade. Por conseguinte, algumas localidades, como os morros habitados por recém-libertos, já eram evitadas pela burguesia.

Sujeitos negros e brancos ameaçavam a paz e a segurança nas cidades, contudo, os jornais produziam sentidos que faziam parecer que os negros eram mais perigosos. “O medo latente é dos escravos, sempre potencialmente perigosos: seja pelo ‘estado de servidão’ ou pela sua ‘bruteza’” (BATISTA, 2003, p. 173). Já se conferia uma maior relevância às mortes de pessoas brancas, em contraponto às mortes de negras. Esse viés sugeria uma espécie de engano na morte de indivíduos brancos, quase pressupondo sua inocência, enquanto nas mortes de negros havia a insinuação de envolvimento em um crime, presumindo uma possível culpabilidade. Havia, inclusive, clamores populares pelo endurecimento de leis e punições, proferidos em “defesa da pátria e da ordem pública”. Uma maior vigilância era demandada por parte da população, porque a polícia era considerada insuficiente e incapaz de proteger o comércio, a indústria e a burguesia: “os sustos dos cidadãos provinham daqueles que não têm ofício, perversos que se derramam pelas ruas. Parece também que nas sociedades tão injustas e desiguais, como na Corte escravocrata, a polícia é sempre pouca para proteger” (BATISTA, 2003, p. 179).

1.2 Os sujeitos negros no Brasil contemporâneo: desigualdade racial, racismo e seus efeitos

Em teoria, na transição do Império para a República, os negros não mais escravizados, mas continuavam sem acesso a oportunidades, recursos e tratamento justo, lembra Lacerda (2021). Durante três séculos, eles foram vítimas de várias formas de violências, sendo rotulados pela elite, favorecida pela escravidão, como perigosos, desordeiros e obstáculos ao progresso da República. Isso serviu para justificar a implementação de planos de segurança destinados a controlá-los, como a criação de sistemas de policiamento e repressão que visavam manter a ordem social estabelecida e, de certa forma, reforçavam as desigualdades raciais e econômicas vivenciadas pelo povo negro (LACERDA, 2021).

Ainda de acordo com Lacerda (2021), a elite brasileira entendia que os negros eram responsáveis por sua própria situação de precariedade, ignorando que essa condição social foi causada por anos de trabalho forçado, em condições desumanas e deploráveis. Esse pensamento colocava a elite em uma posição de comodidade, visto que, de certa forma, a isentava da responsabilidade de criar políticas públicas para a inclusão dessa parcela da sociedade e dos crimes, cometidos por ela ao longo dos anos, direcionados aos escravizados, lembra Lacerda (2021).

Sem os planos de inclusão, os recém-libertos foram deixados sem terras, educação e meios de subsistência, aumentando a exclusão econômica, social e política dessas pessoas, reforça Lacerda (2021). Por isso, na contemporaneidade, persiste o preconceito de raça e cor (SANTOS; FERREIRA, 2012), a baixa participação nos espaços da política institucional (ALMEIDA; MACHADO, 2021), a segregação urbana (RIBEIRO; JUNIOR, 2003), a pobreza e a falta de acesso a serviços básicos, como educação, alimentação, segurança, trabalho, moradia e saúde (PEREIRA, 2016), além das violências motivadas por ódio, como linchamentos e perseguições (MONSMA, 2013).

Para destacar a persistência dos efeitos da escravidão na vida dos negros, apresentamos informações provenientes de diversas fontes sobre a realidade desse grupo no Brasil atual. Esses dados mostram que as pessoas negras ainda enfrentam uma série de desafios, incluindo preconceito racial e de cor, falta de representatividade na política institucional e residência em áreas empobrecidas, acesso restrito a serviços básicos de saneamento. Muitos, inclusive, estão em empregos precários, recebem salários mais baixos e, com isso, estão sujeitos a diferentes formas de violências.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), em 2022 foram registrados 10.990 casos de injúria racial e 2.458 de racismo — isso mostra que o preconceito de raça e cor persiste na sociedade brasileira como uma herança do período da escravidão. Considerando as possíveis denúncias não realizadas e subnotificações, esses números podem ser ainda maiores. Conforme a Agência do Senado (2023), racismo e injúria são crimes diferentes: enquanto o primeiro é direcionado a um grupo específico de pessoas, o segundo é dirigido a um único indivíduo. Antes de 2023, quando os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) foram coletados, os casos de racismo eram punidos como injúria racial, que previa punições mais leves, segundo Alessandra e Doederlein (2012). “A Lei 7.716/89, que classifica o racismo como crime inafiançável, punível com prisão de até cinco anos e multa, é pouco aplicada” (ALESSANDRA; DOEDERLEIN, 2012, *on-line*). Por outro lado, a maioria dos “casos de discriminação racial é enquadrada no artigo 140 do Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40), como injúria, que prevê punição mais branda: de um a seis meses de prisão e multa” (ALESSANDRA; DOEDERLEIN, 2012, *on-line*). Esse cenário jurídico começou a mudar em 12 de janeiro de 2023, quando foi publicada no Diário Oficial da União “a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Lei 14.532, de 2023, que tipifica como crime de racismo a injúria racial, com a pena aumentada de um a três anos para dois a cinco anos de reclusão” (AGÊNCIA DO SENADO, 2023, *on-line*).

Em decorrência do longo período de escravidão e da ausência de representatividade nas esferas pública e política, os sujeitos negros ainda enfrentam desafios para se integrarem plenamente na política institucional, o que compromete a formulação de iniciativas eficazes de combate ao racismo e à desigualdade racial. Embora, em 2022, o número de candidatos autodeclarados negros e pardos (14.712) tenha superado o de brancos (14.550), somente 4.725 foram, de fato, eleitos, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (2022). Esse número pode ser considerado modesto se pensarmos que 56% do total da população brasileira se autodeclara negra ou parda (ROCHA, 2023).

Os espaços de formulação e aplicação de políticas públicas precisam contar com diversidade, incorporando diferentes corpos, vivências, gêneros, raças, orientações sexuais e ideologias. Afinal, segundo Araújo e Teixeira (2013), políticos diversos tendem a elaborar respostas mais assertivas e pluridisciplinares a problemas, respeitando as múltiplas realidades, estimulando a participação de movimentos sociais plurais no processo político e registrando os temas de variados tipos na agenda pública. Araújo e Teixeira (2013) afirmam que políticos negros e pardos tendem a dar visibilidade a problemas negligenciados ao longo da história, oriundos de anos de escravidão e exclusão social. Graças a essas pessoas no poder,

especialmente aquelas comprometidas com o interesse público e social, as decisões políticas tendem a valorizar o recorte racial, os conhecimentos produzidos por esse grupo específico e suas demandas por direitos.

Assim como no período da escravidão, atualmente “a população negra está concentrada em maiores proporções nos territórios pobres, segregados e estigmatizados de diversas cidades” (PANTA; SILVA, 2020, p. 414). Normalmente, as pessoas negras e pobres continuam vivendo em favelas e periferias, por serem mais baratas, e precisam lidar com falta de infraestrutura, serviços públicos e privados precários. Em contrapartida, as áreas centrais e prósperas, geralmente habitadas por brancos de média e alta renda, possuem melhores infraestruturas, bem como múltiplos serviços públicos e privados. Embora existam pessoas negras vivendo em zonas centrais, isso ocorre, comumente, em condições inadequadas de habitação, destacam Panta e Silva (2020). A pesquisa de Meirelles (2022), que contou com a colaboração do Instituto Data Favela, da Central Única de Favelas e do Instituto Locomotiva, revelou que o Brasil possui cerca de 13.151 favelas, com 5 milhões de domicílios e uma população estimada de 17,1 milhões de habitantes. A população majoritária dessas localidades é negra, correspondendo a 67% e totalizando 11,5 milhões de pessoas, enquanto os brancos constituem a minoria, representando 33%, o que equivale a 5,6 milhões de indivíduos. De acordo com Meirelles (2022), os residentes de favelas em todo o Brasil estão insatisfeitos com serviços que poderiam melhorar significativamente seu dia a dia e proporcionar oportunidades mais favoráveis, como: atuação policial, segurança pública, hospitais públicos, transporte, saneamento básico, coleta de lixo, postos de saúde, iluminação, creches⁶ e escolas públicas⁷.

⁶ Historicamente, mulheres negras, pobres, periféricas e mães solo têm lutado pelo direito a creches públicas e de qualidade para seus filhos. Segundo Bottega, Dresch e Silva (2022), a creche foi reconhecida como um direito trabalhista em 1943. Empresas com mais de 30 mulheres acima de 16 anos eram obrigadas a disponibilizar espaços para que as mães deixassem seus filhos pequenos. Posteriormente, pleitearam não apenas um local para as crianças, mas um ambiente democrático, educativo e participativo. Os movimentos feministas compreendiam que o desenvolvimento infantil não era responsabilidade exclusiva da família, também era do Estado. Em 1988, a política de creches e pré-escolas foi incluída na Constituição Federal como um direito das crianças. Contudo, ainda de acordo com Bottega, Dresch e Silva (2022), as verbas municipais destinadas a esses espaços em favelas e periferias são insuficientes, impactando diretamente a qualidade dos serviços e o direito das crianças.

BOTTEGA, K. T. S.; DRESCH, J. F.; SILVA, D. das G. V. da. “O filho não é só da mãe!”: a luta feminista pelo direito à creche. In: ZAGO, M. C. **As várias faces da Eva: o feminino na contemporaneidade**. Guarujá-SP: Editora Científica Digital, 2022.

⁷ As escolas públicas em favelas e periferias enfrentam não apenas desafios relacionados à baixa qualidade do ensino, mas também à alocação inadequada de recursos e à violência nos territórios, conforme esclarece Burgos (2012). A violência, assim como o preconceito por parte de profissionais externos às comunidades, impacta negativamente o aprendizado de crianças, adolescentes, jovens e adultos. De acordo com Burgos (2012), em decorrência da troca de tiros entre traficantes, milicianos e/ou policiais, os alunos apresentam baixa frequência nas aulas, e os funcionários evitam trabalhar nessas localidades, o que causa prejuízos na oferta de serviços. BURGOS, M. B. Escola pública e segmentos populares em um contexto de construção institucional da democracia. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 1015 – 1054, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/HQ8gsLkWSgCVVGwnK5RkZbT/#>. Acesso em: 19 jan. 2023.

A predominância de pessoas negras em favelas e periferias possui raízes históricas. Segundo Campos (2012), no final do Império, a elite brasileira buscava a modernização de suas economias para atrair novos capitais para as indústrias que estavam surgindo no país. Por essa razão, havia a necessidade de adequar o espaço urbano aos interesses do capitalismo, mesmo que isso afetasse negativamente os modos de vida de parte da população. Para Campos (2012), os negros, desprovidos de moradias adequadas e formas de subsistência, passaram a ocupar cortiços e casas de cômodos, que eram divididas por muitas pessoas, onde mantinham laços familiares e atividades laborais. Contudo, a elite, incomodada com essas formas de habitação, passou a pressionar o Estado para abolir os cortiços e afastar seus habitantes para os arredores da cidade, em locais com acesso a bondes e trens, para facilitar a chegada aos postos de trabalho.

Os médicos higienistas, pertencentes à classe alta, defendiam o fim dos cortiços e das casas de cômodos, assim como a retirada compulsória de seus residentes, com a alegação de risco de desastre ambiental e propagação de doenças decorrentes do ajuntamento desordenado. De acordo com Campos (2012), os instrumentos legais criados para acabar com os cortiços não serviram para garantir a segurança dos moradores e do meio ambiente. Não foram asseguradas opções melhores de moradia para as pessoas, nem a preservação do ecossistema. Pelo contrário, a expulsão das classes pobres da região central visava apenas a expansão econômica.

Expulsos dos centros, os negros e os pobres, antigos moradores dos cortiços, passaram a habitar os morros (favelas) ou as áreas ao redor do centro (periferia). No entanto, conforme Campos (2012), ao longo da história, à medida que as cidades brasileiras cresceram, as favelas e a periferia continuaram a ser atingidas por políticas de remoção forçada, que visam atender às demandas econômicas dos setores imobiliário, empresarial, financeiro, tecnológico e governamental. Fortuna (2016) esclarece que o processo descrito por Campos (2012) pode ser chamado de gentrificação, um fenômeno caracterizado pela “renovação” de áreas pobres, que adquirem nova estrutura e serviços e, por essa razão, tendem a atrair novos residentes, geralmente com maior poder aquisitivo. Enquanto as comunidades tradicionais, que habitavam esses espaços quando eram desfavorecidas, precisam migrar por não conseguirem sustentar o alto custo de vida associado às “revitalizações”.

A decisão de remover/despejar moradores dessas áreas é sempre política, encoberta, por discursos indiretos, como de insalubridade (o caso dos cortiços, no final do século XIX, e das favelas, no início do século XX) e alto risco ambiental (versão mais moderna do discurso para a retirada da população dos locais passíveis de valorização) (CAMPOS, 2012, p. 66–67).

Atualmente, as favelas e as periferias brasileiras apresentam diversos problemas estruturais e de saneamento básico, tais como carência de coleta de lixo, abastecimento de água,

esgotamento sanitário, manipulação de resíduos sólidos e ineficiência em serviços públicos, como transporte e iluminação. Macedo, Ornellas e Bomfim (2020) afirmam que os bairros populares e periféricos possuem moradias precárias, com elevado quantitativo de pessoas por área e com infraestrutura urbana e sanitária problemática. De acordo com Lessa (2006), a ausência de saneamento básico está relacionada a algumas doenças que afetam significativamente a vida e a saúde dessa parcela da população. Entre essas complicações e patologias, é possível citar as seguintes: diarreia, doenças transmitidas por água (DTAs), problemas respiratórios, infecções cutâneas, parasitoses, febre tifoide, salmonelose, esquistossomose, desnutrição e enfermidades causadas por vírus. Essas enfermidades são causadas e potencializadas pela falta de acesso à água limpa e a condições sanitárias adequadas. Em consonância, a *World Health Organization* (2018) afirma que o saneamento é fundamental para a garantia da saúde, uma vez que evita doenças e infecções, mantendo o bem-estar da população. Nesse cenário, conforme apontado por Santos (2013), essas áreas urbanas enfrentam diversas situações de violação do direito à saúde, cuja garantia é um dever do Estado. Afinal, “o direito social ao saneamento básico relaciona-se diretamente com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” (FRAGOSO, 2022, *on-line*).

Efetivamente, aqueles que vivem em territórios pobres enfrentam maiores desafios para acessar serviços públicos e privados de saúde. Essa constatação não se restringe apenas à precariedade do saneamento básico das favelas e periferias, abrangendo a limitada disponibilidade de hospitais e postos de saúde públicos. É importante, mas não suficiente, que o Estado construa hospitais e postos de saúde; é preciso, simultaneamente, garantir outros direitos fundamentais, como educação, lazer, cultura, moradia digna, alimentação, saneamento básico, trabalho e participação social. Somente com a união de todos esses direitos seria possível promover integralmente o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde física e mental dos cidadãos, esclarece Costa, Baptista e Cunha (2022). Disponibilizar e oferecer atendimentos com profissionais de saúde, hospitais e postos não assegura, automaticamente, que o usuário se sinta pertencente a esses espaços nem digno de receber cuidado, segundo Oliveira (2023). Anunciação *et al.* (2022) explica melhor essa questão ao afirmar que, com frequência, pessoas negras expressam um senso de não pertencimento aos ambientes de saúde públicos e privados, tal como insatisfação em relação ao tratamento recebido. Elas denunciam casos de negligência médica, atuação precipitada, falta de escuta e acolhimento, assim como imprudências por parte dos profissionais. Essas ações, pautadas pelo racismo, funcionam como “um instrumento no qual o Estado consolida o projeto de supremacia de um determinado grupo racial que subjuga

outros” (ANUNCIAÇÃO *et al.*, 2022, p. 3865). Essa é uma das faces de uma política de morte, esclarece Anunciação *et al.* (2022), que impede o oferecimento de um cuidado digno e específico, tal como uma atenção integral e um atendimento humanizado aos sujeitos mais vulneráveis. Os frutos dessa política de morte, conforme Anunciação *et al.* (2022, p. 3865), são “processos de adoecimentos, agravos e mortes dos povos negros”.

A precariedade no acesso à saúde se reflete diretamente na expectativa de vida dos residentes de favelas e regiões periféricas, que é inferior àquela observada em cidades e bairros privilegiados⁸, de acordo com a Casa Fluminense (2023). Em Niterói, Petrópolis, Rio de Janeiro e Tanguá, os brancos, normalmente moradores de localidades caras, vivem, em média, 10 anos a mais que os negros, sejam aqueles que residem em áreas precárias dessas quatro cidades ou em regiões como a Baixada Fluminense (Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri, Paracambi, Seropédica e Itaguaí) e o Leste Fluminense (São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu). Conforme a Casa Fluminense (2023), a disparidade na expectativa de vida se deve, sobretudo, à precariedade das ações públicas que abrangem a promoção da saúde, prevenção de agravos, diagnósticos de doenças, bem como seu tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção das condições de bem-estar nas regiões menos abastadas do estado do Rio de Janeiro.

Além do precário acesso à saúde, os negros estão em situação de pobreza⁹ porque possuem menos oportunidades educacionais e laborais. De acordo com Meirelles (2020), a disparidade de acesso à educação entre pessoas brancas e negras é evidente, com o primeiro grupo desfrutando de melhores oportunidades no mercado de trabalho em relação ao segundo. Em 2020, mesmo influenciados pelas cotas raciais e sociais, do total de 211,1 milhões de brasileiros, os brancos eram a maioria em instituições públicas e privadas de ensino superior, com uma porcentagem que corresponde a 54%, enquanto os negros eram a minoria, totalizando

⁸ Embora os dados se concentrem no acesso à saúde e na expectativa de vida de negros, pardos e pobres no estado do Rio de Janeiro, esses números também refletem a realidade desses grupos raciais e econômicos em outros estados do Brasil.

CHARÃO, C. O longo combate às desigualdades raciais. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711. Acesso em: 11 jan. 2024.

⁹ Neste trabalho, a pobreza é definida como a falta de recursos financeiros e materiais essenciais para garantir boas condições de vida. Para Santos (2013), a pobreza é um fenômeno multidimensional; por isso, é inadequado defini-la por meio de uma única dimensão. Uma abordagem unidimensional, segundo Santos (2013), resultaria em uma solução simplista e insatisfatória, que não explicaria esse fenômeno tão complexo. Sendo assim, para definir a pobreza, consideramos não apenas a dimensão da renda, mas também outras, como nível educacional, acesso à saúde, segurança alimentar e situação empregatícia.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. São Paulo: Edusp, 2013.

46%. No que se refere à conclusão do ensino superior, 19% dos brasileiros brancos alcançaram esse marco, percentual que reduz significativamente quando se trata dos negros (8%). Essa diferença percentual diminui relativamente quando se consideram outros níveis educacionais, como o ensino fundamental e o médio. No que diz respeito ao ensino médio, observa-se uma diferença de dois pontos percentuais: 28% dos negros concluíram essa etapa, enquanto entre os brancos esse índice é de 30%. Em relação ao ensino fundamental, 16% dos negros atingiram esse grau de escolaridade, em comparação com 14% dos brancos. Ademais, 39% dos negros não concluíram o ensino fundamental, enquanto 32% dos brancos não atingiram esse patamar. Quanto à ausência de escolaridade, 9% dos negros e 6% dos brancos se encontram nessa situação educacional, conclui Meirelles (2020).

Mesmo após concluírem o ensino superior, sujeitos negros enfrentam disparidades salariais em relação aos brancos no mercado de trabalho, como destaca Meirelles (2020). A média salarial de um branco com ensino superior completo é de R\$ 7.286, enquanto a de um negro com o mesmo nível educacional é de R\$ 4.990. Para as mulheres, a média salarial de brancas com ensino superior é de R\$ 4.566, enquanto negras ganham, em média, R\$ 3.067. Dessa forma, o salário de um branco é 32% superior ao de um negro, e a remuneração de uma branca é 33% maior que a de uma negra. Além das disparidades raciais, há uma diferença significativa entre os salários de pessoas com o mesmo nível de escolaridade, por gênero: os brancos recebem 37% a mais que as brancas, e os negros ganham 39% a mais que as negras.

Com frequência, pessoas negras enfrentam discriminação racial direta tanto no ambiente de trabalho quanto durante a busca por empregos, contribuindo para que esse grupo étnico figure entre os maiores contingentes de desempregados do país. De acordo com Bento *et al.* (2022), normalmente, as discriminações raciais ocorrem na seleção de trabalhadores. Entrevistas de emprego podem ser conduzidas de forma discriminatória, com candidatos negros sendo avaliados de forma diferente com base em preconceitos raciais. Nas empresas, funcionários negros podem enfrentar obstáculos para avançar em suas carreiras, sendo menos submetidos às promoções que seus concorrentes brancos, lembram Mendonça e Fabríz (2022). Para Chagas, Tornincasa e Hayama (2023), existe ainda a questão da disparidade salarial, quando negros recebem remuneração inferior, mesmo desempenhando funções semelhantes às dos brancos e possuindo as mesmas qualificações profissionais. O ambiente de trabalho pode ser hostil para sujeitos negros, que geralmente enfrentam discriminações, microagressões, assédios e falta de inclusão, salienta Petiz (2023).

Por essa razão, em 2023, a população negra, mesmo sendo maioria no Brasil, encontrava-se predominantemente desempregada ou envolvida em trabalhos informais.

Conforme o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (2023), entre aqueles que estão em busca ativa de oportunidades de emprego, 65,1% são negros, enquanto a taxa de desocupação entre os demais é de 6,3%. Em relação ao trabalho informal, 46% dos negros estão nessa situação, enquanto 34% é a porcentagem entre os brancos. Negros raramente ocupam cargos de gerência; apenas um em cada 48 sujeitos está em funções de liderança, comparado a um em cada 18 entre os brancos. Quando conseguem emprego, os postos ocupados por negros tendem a ser precários e desfavoráveis, sem garantias de direitos trabalhistas. Com isso, o mercado continua a reproduzir desigualdades sociais e raciais, pois “os trabalhadores negros enfrentam mais dificuldades para conseguirem emprego, para progredir na carreira e entrar nos postos de trabalho formais com melhores salários” (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2023, p. 8).

Como os negros enfrentam obstáculos para ingressar no mercado de trabalho formal, estão mais propensos a serem submetidos a condições semelhantes à escravidão. Essas condições incluem restrição da liberdade, ambientes desumanos, dívidas induzidas, retenção de documentos, remuneração inadequada ou ausente, como fiscalização constante acompanhada de repressão¹⁰. No ano de 2023, 918 vítimas foram resgatadas desse cenário de exploração — esse número pode ser maior, visto que o governo ainda enfrenta dificuldades para fiscalizar e identificar esse tipo de caso¹¹. No caso dos homens, os estados com maior incidência dessas práticas são Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará, Mato Grosso do Sul, Roraima, Bahia, Mato Grosso, Pernambuco e Paraná. Em se tratando de mulheres, podem ser incluídos novos estados nessa lista, tais como Pará, Minas Gerais, São Paulo, Maranhão, Tocantins e Rio de Janeiro. Em sua maioria, os resgatados são homens, negros, adultos e com baixa escolaridade. Mesmo que em menor número, mulheres são igualmente vítimas do trabalho análogo à escravidão, especialmente as negras, pobres, jovens, adultas, idosas e com baixa escolaridade¹². Pessoas

¹⁰ CAPELA, F. Apesar de parecidos, trabalho escravo e trabalho análogo à escravidão são coisas diferentes. **Jornal da USP**, Ribeirão Preto–SP, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/apesar-de-parecidos-trabalho-escravo-e-trabalho-analogo-a-escravidao-sao-coisas-diferentes/#:~:text=Segundo%20o%20artigo%20149%20do,de%20d%C3%ADvida%20contra%C3%ADda%20com%20o>. Acesso em: 17 jan. 2024.

¹¹ SALATI, P. Brasil registrou 918 vítimas de trabalho escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos. **G1**, [s.l.], 21 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/21/brasil-resgatou-918-vitimas-de-trabalho-escravo-em-2023-recorde-para-um-1o-trimestre-em-15-anos.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2024.

¹² LARA, L. Pretas e pardas, do Norte e do Nordeste: dados inéditos traçam perfil de mulheres submetidas à escravidão contemporânea. **G1**, [s.l.], 11 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/trabalho-e-carreira/noticia/2023/03/11/pretas-e-pardas-do-norte-e-do-nordeste-dados-ineditos-tracam-perfil-de-mulheres-submetidas-a-escravidao-contemporanea.ghtml>. Acesso em: 17 jan. 2024.

brancas também figuram entre os alvos, mas em menor proporção¹³. As mulheres realizavam atividades ligadas à agropecuária, criação de bovinos, cultivo de café, cana-de-açúcar, frutas, erva-mate e ao trabalho doméstico. Os homens desempenhavam funções no cultivo de cana-de-açúcar, seguidas de setores como agricultura, construção civil, produção de carvão vegetal, plantação de alho, café, soja e maçã, criação de gado e extração de pedras ou madeiras.

As pessoas negras, especialmente as que residem em favelas e periferias, estão mais expostas às violências urbanas. Geralmente, por meio de agentes de segurança, elas são as mais assassinadas pelo Estado. Segundo a Casa Fluminense (2023), em 2022, ocorreram aproximadamente 1.169 mortes por intervenção de agentes na região metropolitana do Rio de Janeiro. Desse total, 919 das vítimas eram negras, enquanto 250 eram brancas. Em 14 municípios da região metropolitana, 80% das pessoas assassinadas por policiais eram negras. Os territórios em questão são: Itaguaí, Queimados, Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias, Magé, Itaboraí, Niterói, Maricá, Paracambi, Guapimirim, Rio Bonito e Tanguá. Em cinco dessas cidades, a letalidade policial contra negros chega a 100%, sendo o caso de Paracambi, Nilópolis, Guapimirim, Tanguá e Rio Bonito.

Pinto (2023, p. 13) esclarece que a presença das polícias em favelas e periferias “resulta em um ambiente de insegurança e medo, enfraquecendo a qualidade de serviços públicos e gerando severamente um fator desafiador para a garantia do Estado democrático de direito”. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Gomes (2023) explica que moradores de regiões pobres, com certa frequência, identificam a polícia como a fonte de perigos e inseguranças em seu cotidiano. Regularmente, criticam as incursões assíduas e violentas em seu território, resultando em uma associação negativa, na qual a presença de policiais não é vinculada à garantia da integridade física e da segurança, mas a um contexto de violências e violações de direitos.

Em 2022, se tratando das violências no estado do Rio de Janeiro, foram frequentes crimes como homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte, mortes por intervenções policiais e assassinatos de agentes em serviço ou não, esclarece o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Mais da metade das vítimas desses crimes apresentava semelhanças no perfil em relação a gênero, raça, idade e local de residência: eram homens, negros, jovens e moravam em favelas ou periferias. Mulheres negras e de baixa renda estão mais suscetíveis às violências urbanas, sobretudo àquelas relacionadas ao seu gênero, tais como

¹³ SAKAMOTO, L. Com 2.500 vítimas em 2022, Brasil chega a 60 mil resgatados da escravidão. **Reportes Brasil**, [s.l.], 24 jan. 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/01/com-2-500-vitimas-em-2022-brasil-chega-a-60-mil-resgatados-da-escravidao/>. Acesso em: 17 jan. 2024.

feminicídio, lesão corporal dolosa, ameaças, perseguições, controle psicológico e estupro. Essas violências de gênero apontadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) não são recentes; pelo contrário, remetem ao período da escravidão, como explicam Figueiredo (2013).

À mulher na condição de escrava cabia, via de regra, funções domésticas. Desde as mucamas até as cozinheiras e amas de leite, presentes na vida doméstica da sede, todas as mulheres negras eram vulneráveis à violência sexual do homem branco, porque, dentro do casamento, as condutas impostas pela moral conservadora e pela igreja limitavam a vida íntima e conjugal das mulheres brancas de família. Então, à mulher negra cabia com frequência o papel de satisfazer o seu dono, a iniciação sexual do “senhorzinho” e, quando não explorada por outros escravos e terceiros como uma “negra de ganho”, seja pela exploração de seus dotes de quitanda com a venda de quitutes no comércio de rua ou por meio da prostituição. A violência sexual à qual as escravas eram submetidas partia do princípio de que a luxúria e a sedução eram comportamentos inerentes à mulher negra [...] A associação da mulher negra ao erotismo e à permissividade sexual (como na associação entre a mulata e o carnaval), e seu uso como objeto, é uma cicatriz dolorosa de raízes profundas, que ainda hoje remetem às origens da escravidão no Brasil [...] Hoje, por parte da academia e de pesquisadores do tema, tem-se a convicção do equívoco quanto à maneira positiva (leniente) com que se interpretava a suposta afetividade entre senhor e escrava. Esta linha de pensamento, caracterizada na obra de Gilberto Freire, não resiste à visão feminista, em que a relação “afetiva” não passava de violência, coação e estupro, sendo este um comportamento rotineiro aprovado pela sociedade da época. Contudo, a condição de exploração não foi um fator limitador do papel da escrava. Mesmo em ambiente tão adverso, a mulher negra africana ou mesmo aquela que nasceu no cativeiro em terras brasileiras, encontrou formas de lutar em prol da liberdade e da defesa de sua dignidade [...] A recusa ao trabalho, o infanticídio cometido pelas reprodutoras ou parideiras, e mesmo o risco de envenenamento pelas cozinheiras, eram práticas temidas pelos senhores. As escravas, também como matriarcas, possuíam papel relevante na sustentação das bases desta comunidade, a exemplo das quitandeiras, e demais negras que trabalhavam com o comércio de rua como “negras de ganho” por conta própria ou a mando do senhor, a fim de comprar sua alforria (FIGUEIREDO, 2013, p. 9).

De acordo com Gomes (2023), aqueles que residem em favelas anseiam por medidas de segurança pública que efetivamente reduzam a sensação de intranquilidade provocada pelas contínuas disputas territoriais entre a polícia, o tráfico e as milícias. Nesse sentido, Gomes (2023) destaca que os assassinatos de pessoas negras são resultados não apenas de ações policiais, mas também das atividades de traficantes e milicianos em favelas e regiões periféricas.

Inclusive, em menor proporção, os policiais, geralmente negros, estão sujeitos a mortes durante o trabalho ou em momentos não correspondentes ao expediente. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023), em 2022, no Brasil, 114 agentes civis e militares pereceram em confrontos ou por lesão não natural fora de serviço. Do total de agentes mortos, 98,4% eram do gênero masculino e 1,6% do feminino. Os agentes negros assassinados constituem a maioria, representando 67,3%, enquanto os brancos compunham 32,7%. Em

relação à faixa etária, os policiais mais experientes foram os mais afetados: 56,9% das vítimas têm entre 40 e 59 anos, enquanto 33,7% têm entre 18 e 39 anos. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) revela que as deficiências nas políticas de combate à violência contribuem sobremaneira para a morte de diversos policiais, revelando, com isso, a falha do Estado na garantia de segurança de seus próprios funcionários. É comum que eles morram em decorrência de conflitos em espaço público, retaliações ligadas ao exercício de suas funções, reações desproporcionais a ocorrências criminais fora do expediente ou até mesmo no decorrer de outras atividades laborais, conhecidas popularmente como “bicos”. Todas, independente de ocorrerem ou não durante o horário de trabalho, “possuem relação com a função que exercem nas instituições policiais” (FÓRUM DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023, p. 52).

Para além do impacto mais acentuado das violências urbanas sobre homens, negros e jovens, constatou-se que, com frequência, esses grupos estavam mais sujeitos ao encarceramento. Em 2022, o sistema carcerário brasileiro apresentava um contingente expressivo de 832.295 pessoas sob sua custódia, distribuídas entre prisões policiais (5.555), federais (647.859) e estaduais (178.881), segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023). Ao analisar dados que relacionam a cor/raça ao sistema penitenciário federal, o Fórum destacou que, dos 442.033 sujeitos privados de liberdade, 68,2% eram negros, 30,4% brancos, 1,1% amarelos e 0,2% indígenas — percentual que, em consonância com o Fórum, poderia ser semelhante em prisões policiais e estaduais. Além disso, verificou-se que nas carceragens de delegacias brasileiras havia pessoas do gênero masculino (5.426) e feminino (129); já nos sistemas prisionais federal e estadual, eram 781.481 homens e 45.259 mulheres. Em termos percentuais, a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) evidenciou um elevado número de homens (94,5%) privados de liberdade, em comparação com mulheres (5,5%) na mesma situação.

Esses dados sobre prisão vão de encontro à perspectiva de Davis (2018): ela afirma que as agências repressivas, bem como seus planos de segurança, possuem uma atuação seletiva com marcadores de gênero, raça e classe. São instituições que visam o controle de parte da sociedade, agindo sobre os corpos daqueles que são considerados indesejáveis pela elite local. Conforme Davis (2018, p. 16), “as prisões funcionam ideologicamente como um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados, livrando-nos da responsabilidade de pensar sobre as verdadeiras questões que afligem essas comunidades das quais os prisioneiros são oriundos em números desproporcionais”. No contexto brasileiro, os jovens negros e de baixa renda estão aprisionados no que Wacquant (2001) descreve como “prisões da miséria”. De acordo com Wacquant (2001), as instituições prisionais têm o intuito de lidar com as mazelas decorrentes

da pobreza, do desemprego e da falta de oportunidades educacionais e de trabalho. No entanto, esse modelo de encarceramento, importado dos Estados Unidos, é ineficiente e opressivo às favelas e às periferias, normalmente de origem negra, conclui-se com base em Wacquant (2001).

Este subcapítulo evidenciou que, apesar da implantação de políticas contemporâneas de combate ao racismo¹⁴, os séculos de escravidão deixaram marcas profundas na vida das pessoas negras. Entre as persistências da época da escravidão, podemos destacar os seguintes aspectos: preconceito racial, reduzida participação na política institucional, segregação urbana, condições de vida precárias e a ausência de direitos básicos e fundamentais, como educação, saúde, trabalho, segurança e moradia. Ainda por cima, os negros continuam mais suscetíveis a sofrer violências motivadas por ódio e racismo, incluindo perseguições, linchamentos, assassinatos e prisões. Essas manifestações de desigualdade e intolerância racial ameaçam a segurança física e emocional da população negra, ao mesmo tempo que revelam a persistência de discriminações profundamente arraigadas na sociedade.

Concluimos que planos mais efetivos de combate à discriminação e à desigualdade racial exigem uma abordagem abrangente, que vá além de medidas exclusivamente punitivas e individuais, pensamos como Oliveira e Grupp (2021). É fundamental enfrentar esse problema de maneira estrutural, atingindo todos os setores da sociedade de forma eficiente. Em vista disso, a mesma atenção dedicada às ações individuais e punitivas deve ser direcionada à implementação de uma educação antirracista, ao estabelecimento de políticas públicas eficazes para a inclusão social e econômica, às campanhas constantes de conscientização e ao apoio a iniciativas comunitárias lideradas por pessoas negras, visando o fortalecimento de sua autonomia. É essencial promover medidas eficazes contra todas as formas de violência institucional (OLIVEIRA; GRUPP, 2021).

De acordo com Oliveira e Grupp (2021), a estratégia unifacetada, que prioriza a punição e o castigo individual, deve ser substituída por uma abordagem multifacetada, que busca a transformação das mentalidades e das estruturas sociais. Isso não implica a ausência de responsabilização por atitudes discriminatórias dirigidas à população negra; ao contrário, propõe uma transformação profunda nos métodos de resposta a esses comportamentos prejudiciais. Essa abordagem multifacetada visa sim alguma forma de punição, mas compreendendo e atuando nas raízes históricas do problema. Ela se propõe a promover uma

¹⁴ PEREIRA, N. Brasil avança nas políticas públicas de combate ao racismo e desigualdade racial. **Agência Gov.**, Brasília, 18 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/brasil-avanca-nas-politicas-publicas-de-combate-ao-racismo-e-desigualdade-racial>. Acesso em: 12 ago. 2024.

sociedade mais justa e inclusiva, sem restringir a supressão da discriminação e da desigualdade racial aos sistemas carcerário e penal, que são igualmente desumanos, opressores e racistas (SOARES; FILHO, 2020).

1.3 Jornalismo em tempos de ditadura: a relação de *O Globo* com o governo militar

Essa seção tem o intuito de evidenciar o impacto do governo militar nas liberdades individuais e coletivas, especialmente na imprensa e no acesso à informação. Adicionalmente, considerando que *O Globo* é nosso objeto de estudo, revelamos como ele ajudou a construir as seguintes ideias sobre a ditadura civil-militar: “apenas terroristas foram torturados”, “o governo militar não era corrupto”, “a educação era melhor” e “a gestão autoritária melhorou a economia brasileira”. Isto é, como Ianni (2002, p. 182), pensamos que a história sobre a ditadura é “uma coleção de figuras e figurações, ou tipos e mitos, relativos a indivíduos e coletividades, a situações e contextos marcantes, a momentos da geo-história, que se registram metafórica ou alegoricamente”.

Nos propomos a entender, por meio do levantamento bibliográfico sobre o tema, como o jornal *O Globo*, que já tinha certa relevância e credibilidade durante a ditadura, conseguiu desenvolver-se economicamente em um período de grande opressão à imprensa nacional. Em um contexto em que muitos jornais eram fechados por criticar o governo antidemocrático, corrupto e violento dos militares, o jornal (igual à Rede Globo) apresentou uma constância em seu crescimento: passou a ser publicado diariamente¹⁵, fazendo valer todo o dinheiro gasto em técnicas, espaços de trabalho e equipamentos de editoração¹⁶. Quase no final da ditadura, as máquinas de escrever foram completamente retiradas das redações, dando lugar a computadores modernos com programas de diagramação, retoque de imagens e edições de textos¹⁷. Nesse sentido, assim como Francesco (2015), Marinho e Silva (2020), mantemos a premissa de que toda a organização, não somente o jornal *O Globo*, foi beneficiada política e economicamente pelos militares que estiveram no poder. Isso se deu porque Roberto Marinho, presidente da Rede Globo, utilizou sua influência para impulsionar os planos golpistas do governo, acreditando na superioridade de um regime autoritário (BERTOLI; MAFRA, 2022).

A ditadura civil-militar foi efetivada em 31 de março de 1964, no Rio de Janeiro, pelas tropas da 4ª Região Militar (RM), sediada em Juiz de Fora–MG. Sob o comando do general Olympo Mourão Filho, as tropas efetivaram o golpe com o apoio das classes média e alta, de

¹⁵ EDIÇÃO dominical. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 out. 1954. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/edicedilatildeo-dominical-9173586>. Acesso em: 6 fev. 2024.

¹⁶ SEDE de Irineu Marinho. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jul. 1972. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/sede-da-irineu-marinho-9519865>. Acesso em: 6 fev. 2024.

¹⁷ COMPUTADOR na redação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1985. Disponível em: <https://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/computador-na-redaccedilatildeo-9173808>. Acesso em: 6 fev. 2024.

grandes empresários, de membros da Igreja Católica e de países estrangeiros, conforme esclarece Sanglard (2017). No entanto, segundo Faria (2018), Mourão Filho antecipou o plano dos militares para depor João Goulart. Por essa precipitação, a tropa mineira serviu apenas para pressionar Jango a deixar a presidência, e o que realmente causou sua renúncia foi a operação *Brother Sam*, realizada pelas Forças Armadas dos Estados Unidos. Organizada pelo democrata Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil, a operação visava trazer ao Brasil armas, munições, navios de guerra, aviões e combustíveis para serem utilizados por grupos pró-golpe, segundo Faria (2018). Os soldados americanos, mais preparados para a guerra do que os brasileiros, ajudariam a tirar Jango do poder. Em decorrência dessa pressão, tanto interna quanto externa, e com medo de que houvesse uma guerra civil, João Goulart exilou-se no Uruguai, retornando ao Brasil em 1976, já falecido (FARIA, 2018).

Com Jango oficialmente afastado do poder, inicia-se o período autoritário, criminoso e antidemocrático, que contou com cinco presidentes escolhidos não por parte dos brasileiros, por meio de eleições, mas pelos próprios militares: Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964–1967), Marechal Artur da Costa e Silva (1967–1969), General Emílio Médici (1969–1974), General Ernesto Geisel (1974–1979) e General João Baptista Figueiredo (1979–1985). De acordo com Paixão (2020), para garantir a legitimidade jurídica e a institucionalização do período, os militares criaram os Atos Institucionais (AI) e complementares, decretos que tinham força constitucional. Devido à complexidade de cada um, falarei brevemente sobre os cinco primeiros, criados por Castelo Branco (AI-1, AI-2, AI-3 e AI-4) e Costa e Silva (AI-5), por serem os principais responsáveis pelas diretrizes institucionais do regime militar. No total, entre 1964 e 1977, foram editados 17 Atos Institucionais e 104 complementos que serviram para todo o país¹⁸.

O Ato Institucional n.º 1 (AI-1), emitido em 9 de abril de 1964, concedeu as bases jurídicas para o afastamento de João Goulart e o combate a organizações políticas, dando início às primeiras perseguições e prisões, conforme esclarece Forattini (2019). Torres (2016, p. 489) também afirma que o Ato Institucional n.º 1 “estabeleceu a primeira diretriz repressiva que legislativamente dava guarida ao golpe de 1964 e às atitudes autoritárias tomadas pelos militares após a deposição de João Goulart”. Para Torres (2016), o AI-1 determinou que o próximo presidente da República seria escolhido por parlamentares, alterando tanto o sistema

¹⁸ FUINI, P. Ditadura decreta o Ato Institucional n.º 5: medida mais dura do regime militar fechou o Congresso, cassou políticos e suspendeu habeas corpus. **Hoje na História**, São Paulo, 13 dez. 2022. Disponível em: <https://www.fhlch.usp.br/42239#:~:text=Na%20%C3%A9poca%2C%20vigorava%20a%20Constitui%C3%A7%C3%A3o,os%20dom%C3%ADnios%20da%20vida%20nacional>. Acesso em: 6 fev. 2024.

de emendas da Constituição quanto o de aprovação de projetos. Com isso, o presidente, que passou a ser escolhido pelos militares, podia aprovar leis por conta própria, sem a consulta e a revisão de outros poderes.

Além disto, segundo Torres (2016), o AI-1 suspendeu as garantias constitucionais da vitaliciedade e da estabilidade, iniciando um processo de investigação de servidores públicos suspeitos de atentar contra a segurança do país, o regime democrático e a probidade administrativa. Os funcionários públicos federais poderiam ser demitidos, dispensados, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados por meio do Comando Supremo da Revolução, até a posse de um novo presidente e, após isso, se aprovado, voltariam aos seus locais de trabalho por decreto presidencial. No caso de servidores estaduais, o processo era o mesmo, mas o decreto seria emitido pelo novo governo estadual. O Ato Institucional n.º 1 também determinou a cassação dos direitos políticos de qualquer cidadão por cerca de 10 anos; durante esse tempo, não era possível votar nem ser votado. Era inviável participar de partidos e movimentos sociais, bem como manifestar-se politicamente de qualquer forma. As pessoas não podiam apresentar decisões para projetos de lei ou filiar-se a organizações políticas, esclarece Torres (2016).

Para que todas essas medidas do AI-1 fossem consideradas legítimas, era necessária uma justificação jurídica. Na parte preliminar do texto do Ato, Castelo Branco afirmou que a “revolução vitoriosa” dos militares “representava o povo” e estava legitimada pela vontade popular (BRASIL, 1964).

Ela edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória. Os Chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o Povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular. O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação na sua quase totalidade, se destina a assegurar ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, de maneira a poder enfrentar, de modo direto e imediato, os graves e urgentes problemas de que depende a restauração da ordem interna e do prestígio internacional da nossa Pátria. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar e se apressa pela sua institucionalização para limitar os plenos poderes de que efetivamente dispõe (BRASIL, 1964, *on-line*).

O Ato Institucional n.º 2 (AI-2), estabelecido em 27 de outubro de 1965, contribuiu ainda mais para consolidar a ditadura no Brasil e concentrar o poder nas mãos dos militares, representados por Castelo Branco, conforme esclarece Castro (2018). Entre todas as disposições estabelecidas pelo AI-2, as principais eram: a extinção dos partidos, as eleições indiretas para presidente e vice-presidentes, a restrição de direitos políticos e a concessão de amplos poderes

ao militar à frente do país. Em vista disso, o general-presidente podia intervir, por meio de interventores federais, sem a autorização de outras instâncias, em estados e municípios, reforça Castro (2018). Ou seja, o AI-2 reforçou algumas disposições já instituídas no AI-1, como a cassação dos direitos políticos dos cidadãos e a eleição indireta para presidente ou vice, que seriam escolhidos pelo Congresso Nacional (CASTRO, 2018).

Segundo Villela (2014), durante o AI-2, com o intuito de manter a permanência dos militares no poder, os partidos políticos foram extintos. O bipartidarismo, caracterizado pelo domínio de dois partidos políticos em uma nação, foi instituído pelo Ato n.º 2, resultando na existência exclusiva da Aliança Renovadora Nacional (Arena), totalmente ligado aos militares, e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), representando os interesses da oposição ao governo. Com isso, de acordo com Villela (2014), ficou determinado que essas organizações teriam de ter no mínimo 120 deputados e 20 senadores. Como existiam 350 deputados militares ou coligados a eles, não seria permitida a criação de novos partidos. Conforme Villela (2014), as organizações que surgiram a partir do golpe não eram propriamente partidos políticos, mas eram assim chamadas porque representavam uma parte da sociedade. O PMDB, mesmo representando uma parcela dos brasileiros, atuava limitadamente nesse contexto, não podendo realizar a educação política, a participação cívica e o envio de propostas ao governo, contribuições de partidos que, em um sistema democrático, são extremamente significativas (VILLELA, 2014).

Benzaquen (2022) conta que, após a divulgação dos termos do AI-2, alguns empresários, fiéis da Igreja Católica e membros da elite retiraram seu apoio ao governo porque perceberam que os militares não abdicariam do comando do Brasil. Além disso, a decisão de implantar a eleição indireta desagradou esses grupos, que desejavam manter sua participação na política nacional, mas foram impedidos por Castelo Branco, conforme esclarece Benzaquen (2022). Segundo Castro (2018), o Ato n.º 2 também gerou descontentamento entre os intelectuais e artistas brasileiros, especialmente aqueles que, desde sempre, foram contrários ao golpe. Devido ao aumento de dissidentes políticos, tornou-se constante o endurecimento de leis, punições e outras ações antidemocráticas, o que ficou manifesto no preâmbulo do Ato Institucional n.º 2:

A revolução está viva e não retrocede. Tem promovido reformas e vai continuar a empreendê-las, insistindo patrioticamente em seus propósitos de recuperação econômica, financeira, política e moral do Brasil. Para isto precisa de tranquilidade. Agitadores de vários matizes e elementos da situação eliminada teimam, entretanto, em se valer do fato de havê-la reduzido a curto tempo o seu período de indispensável restrição a certas garantias constitucionais, e já ameaçam e desafiam a própria ordem revolucionária, precisamente no momento em que esta, atenta aos problemas

administrativos, procura colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático. Democracia supõe liberdade, mas não exclui responsabilidade nem importa em licença para contrariar a própria vocação política da Nação. Não se pode desconstituir a revolução, implantada para restabelecer a paz, promover o bem-estar do povo e preservar a honra nacional (BRASIL, 1965, *on-line*).

O Ato Institucional n.º 3 (AI-3), instituído em 5 de fevereiro de 1966, definiu que as eleições de governadores também seriam indiretas. Os prefeitos das capitais deveriam ser escolhidos pelo governador eleito em conjunto com a Assembleia Legislativa, de acordo com Rangel e Sanchez (2013). Dessa forma, os militares garantiriam o comprometimento e o domínio dos estados e das capitais, evitando possíveis dissidências dos governadores e dos prefeitos eleitos. Rangel e Sanchez (2013) evidenciam que o AI-3, ao implantar eleições indiretas nos estados e nas capitais, representou um avanço na redução do envolvimento dos cidadãos no cenário político nacional ao diminuir os canais de eleição e expressão dos anseios da maior parte da população. Por outro lado, para mostrar que os militares não tinham pretensões de romper completamente com a democracia, Castelo Branco definiu que os prefeitos dos demais municípios dos estados seriam eleitos por voto direto (BRASIL, 1966).

No Ato Institucional n.º 4 (AI-4), promulgado em 7 de dezembro de 1966, Castelo Branco divulgou a necessidade de elaborar uma nova Constituição Federal. Essa nova legislação, estabelecida conforme as ambições dos militares, substituiria a Constituição Federal de 1946, que, segundo Paixão (2020), já havia passado por modificações significativas para se adequar à ditadura civil-militar. Para Castelo Branco, não bastava alterar a Constituição Federal com os atos constitucionais e as emendas; era necessária uma renovação total para atender melhor aos planos antidemocráticos dos militares (PAIXÃO, 2020).

Para Castelo Branco, a Constituição Federal de 1946, mesmo tendo recebido diversas emendas e atos institucionais, já não atendia às necessidades políticas da ditadura (BRASIL, 1966). Portanto, seria necessária a elaboração de uma nova Constituição Federal:

A Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já não atende às exigências nacionais [...] se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução [...] somente uma nova Constituição poderá assegurar a continuidade da obra revolucionária [...] Ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da Revolução, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964 [...] o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução (BRASIL, 1966, *on-line*).

Segundo Paixão (2020, p. 234), em 24 de janeiro de 1967, o Congresso promulgou a nova Constituição Federal e “o novo texto constitucional faria um aceno aos atos institucionais pretéritos [...] e a Constituição daí resultante convalidou os atos institucionais”. A nova Constituição Federal foi adotada a partir de 15 de março de 1967, quando o presidente Castelo

Branco passou seu cargo presidencial ao general Arthur Costa e Silva. De forma geral, a nova legislação concedeu ainda mais poder ao presidente da República e diminuiu consideravelmente a autonomia dos estados e municípios. Atendia aos interesses do general Costa e Silva, o novo presidente do país, que considerou a legislação sóbria e adequada à “revolução” (PAIXÃO, 2020).

O Ato Institucional n.º 5 (AI-5), emitido em 13 de dezembro de 1968 pelo general Arthur Costa e Silva, ampliou os aparatos de perseguição e repressão a quem se opusesse à ditadura. Segundo Torres (2018, p. 126), “a ordem era reprimir qualquer manifestação destoante. A Constituição deveria, para funcionar conforme as necessidades do regime, atribuir poderes quase ilimitados ao presidente da República em nome da tradição cristã e democrática do povo brasileiro”. O presidente da época tinha total poder de reprimir e perseguir quem se opunha a ele, podendo decretar estado de sítio, intervir nas decisões dos estados e municípios, suspender direitos políticos, demitir funcionários públicos e até confiscar bens, esclarece Torres (2018). Em outras palavras, o AI-5, que tinha forma de lei, buscava aniquilar todo modo de oposição política (SILVA, 2023), cultural (FILGUEIRAS; NEVES, 2019) e popular (MACIEL, 2014).

A Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos Atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visavam a dar ao País um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção [...] o Governo da República, responsável pela execução daqueles objetivos e pela ordem e segurança internas, não só não pode permitir que pessoas ou grupos antirrevolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam, sob pena de estar faltando a compromissos que assumiu com o povo brasileiro [...] Atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos, que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la [...] assim, se torna imperiosa a adoção de medidas que impeçam e sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária (BRASIL, 1968, *on-line*).

Segundo Almeida (2014), logo após a outorga do AI-5, jornais brasileiros, especialmente os localizados no Rio de Janeiro e em São Paulo, receberam um documento governamental, chamado de “manual de comportamento”. Esse documento estabelecia uma série de temas proibidos de serem abordados em matérias jornalísticas, como políticos cassados, ações governamentais que prejudicassem a imagem do Brasil no exterior e todos os temas relacionados à repressão militar, incluindo prisões, censuras, movimentos sociais e greves de trabalhadores. Segundo Almeida (2014, p. 18), a repressão adquiriu aspectos sistemáticos, profissionais e metódicos:

O período compreendido entre os anos de 1968 e 1978 é considerado o mais agudo da censura brasileira. Uma periodização [...] a divide em três grandes etapas: a primeira, de 1968 a 1972, é caracterizada por sua estruturação do ponto de vista jurídico e profissional, e o seu procedimento se restringia a telefonemas e comunicações de proibições, os bilhetinhos, enviados às redações. A segunda fase, que vai de 1972 a 1975, é marcada pelo recrudescimento da máquina repressora, com a institucionalização da censura prévia a veículos da grande imprensa e da imprensa alternativa. Por fim, entre 1975 e 1978, a “transição lenta, segura e gradual” de Geisel atinge também a censura, tornando-a “mais restritiva e seletiva” até desaparecer oficialmente no final daquele ano (ALMEIDA, 2014, p. 18).

Para Almeida (2014) e Vaucher (2017), existiam dois tipos de restrições nas regras do AI-5: a censura prévia e a autocensura. A censura prévia determinava que as matérias jornalísticas deveriam ser analisadas por um censor na própria redação ou enviadas ao Departamento de Polícia Federal (DPF) na cidade do jornal ou à sua sede em Brasília. Especificamente para Vaucher (2017), a censura prévia dificultava o trabalho dos jornalistas e, por isso, causava prejuízos financeiros a alguns veículos que deixaram de existir ou perderam seu espaço no cenário, seja nacional ou regional. Para Almeida (2014) e Vaucher (2017), a autocensura ocorreu principalmente nos grandes veículos de imprensa, onde os próprios editores, selecionados pelos censores, realizavam alterações em textos e impediam que os jornalistas escrevessem sobre temas contrários ao governo militar. De acordo com Vaucher (2017, p. 3), “a autocensura representa uma capitulação, uma vez que o papel censório é transferido do Estado para a direção do órgão de divulgação, que assume a função de comunicar a seus repórteres o que podem ou não escrever”.

Com o estabelecimento dessas normas para a imprensa brasileira, jornais como Realidade (1966–1976), O Pasquim (1969–1991), Opinião (1972–1977), Movimento (1972–1981), Lâmpião da Esquina (1978–1981) e outros foram fechados pela censura por suas críticas à ditadura civil-militar. Segundo Rosa (2005), esses jornais, normalmente de pequeno porte, publicavam textos de jornalistas, intelectuais, estudantes universitários e políticos afastados pelo regime. Eles são, não raramente, chamados de alternativos por serem uma opção, uma alternativa de fato, à grande imprensa, já comprometida com o governo dos militares. “A terminologia — alternativo — remete à ideia de resistência contracultural em sentido amplo, ao que não está ligado às políticas dominantes e, também, a uma saída para uma situação difícil” (ROSA, 2005, p. 2). De acordo com Rosa (2005), entre 1964, quando a ditadura foi iniciada, e 1985, com o fim dela, foram publicados mais de 150 periódicos alternativos que tratavam de temas políticos e culturais, normalmente reprovados pelos censores.

Como forma de confundir os censores, os periódicos alternativos recorriam, muitas vezes, ao humor e às metáforas em seus escritos (KUCINSKI, 2001). Essa tática era adotada por jornalistas de grandes veículos que discordavam da ditadura, mesmo que as diretrizes de

suas empresas fossem favoráveis ao regime. Em razão disso, eles criticavam o governo, divulgavam denúncias e promoviam debates ligados à realidade tanto do país quanto de grupos sociais e culturais, resistindo, mesmo que limitadamente, à censura imposta pela ditadura. De acordo com Kucinski (2001), como consequência da quebra das regras, quando descobertos, jornalistas eram perseguidos e mortos por seus trabalhos; redações eram constantemente vistoriadas, controladas e fechadas; bancas de jornais eram queimadas por vender os títulos proibidos, entre outros ataques à liberdade e à circulação de informações.

Por outro lado, Campos (2018) explica que os jornais que se aproximaram da ditadura civil-militar, como foi o caso de *O Globo*, atuaram como sócios do regime, o que possibilitou o crescimento dessas organizações e a ampliação de seus benefícios políticos. Além de os empresários brasileiros normalmente serem apoiadores da ditadura, também foram coagidos a não anunciarem em jornais contrários ao governo. Essa, de certa forma, era uma maneira de prejudicar economicamente a imprensa de oposição, chamada de alternativa. Essa ação era estratégica porque o empresariado adquiria benefícios financeiros justamente pela divulgação de serviços ou produtos, e podia influenciar a sociedade de forma favorável ou desfavorável ao governo. Assim, em consonância com Campos (2018, p. 5), notamos que “a imprensa brasileira, como em outras partes do mundo, tem vínculo histórico com empresas interessadas na difusão de suas ideias, valores e projetos, e no uso do veículo como mecanismo político de pressão junto a agências do aparelho estatal”.

Segundo Campos (2018), as matérias pagas e os anúncios frequentemente apresentavam conteúdo político, geralmente alinhado com a ditadura. Era comum a criação de matérias pagas para divulgar obras de políticos e engenheiros apoiadores do golpe militar (CAMPOS, 2018). *O Globo*, junto com outros jornais como *O Dia*, de Chagas Freitas, e o *Jornal do Brasil*, de Nascimento Brito, aumentou a circulação de suas publicações, expandiu suas operações econômicas e investiu em novos equipamentos de produção editorial. Essa ampliação nos negócios foi graças ao investimento das empresas pró-ditadura, o que possibilitou, além do desenvolvimento econômico, a capacidade de ação política (CAMPOS, 2018). Amaro e Gentilli (2021) coadunam com esse pensamento ao afirmarem que a modernização do jornalismo ocorreu, estrategicamente, para difundir as ideias anticomunistas. Até mesmo a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), uma companhia estatal na época, e o investimento em ações de comunicação política foram símbolos do golpe civil-militar: “por meio das campanhas publicitárias e dos anúncios, o governo buscou difundir uma visão otimista através da crença de que o país, em um curto espaço de tempo, poderia integrar a categoria das nações desenvolvidas” (AMARO; GENTILLI, 2021, p. 2).

A criação da Rede Globo de Televisão, em 1965, ocorreu sob o governo de Castelo Branco e foi viabilizada por meio de uma parceria entre a empresa de Roberto Marinho e o grupo norte-americano *Time Life*, afirma Campos (2018). Essa parceria foi controversa, pois envolvia a participação de capital estrangeiro em uma rede de televisão brasileira, o que era proibido pela Constituição, visto que somente o Estado tinha o direito de montar e lançar uma nova emissora (CAMPOS, 2018). Apesar de essa parceria ter sido investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), o Grupo Globo recebeu apoio dos militares para seu novo empreendimento, comprometendo-se a transmitir nacionalmente mensagens televisivas alinhadas com a comunicação oficial do regime, explica Campos (2018).

Ademais, segundo Francesco (2015) e Marinho e Silva (2020), o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, se encontrava com Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, de forma altamente confidencial para discutir a sucessão e o endurecimento do golpe militar. Em telegrama enviado por Gordon a seus superiores americanos em 14 de agosto de 1965, foi afirmado que Marinho “trabalhava silenciosamente” pela prorrogação ou renovação do mandato de Castelo Branco, o primeiro presidente militar. Marinho também se reuniu com Castelo Branco para convencê-lo a permanecer no poder, de acordo com Francesco (2015) e Marinho e Silva (2020), influenciando diretamente as decisões políticas dos militares:

O dono da Globo também sondou a disposição de trazer o então embaixador em Washington, Juracy Magalhães, para ser ministro da Justiça. Castelo aceitou a indicação [...] O objetivo era ter Magalhães por perto como alternativa a suceder o ditador, e para endurecer o regime, já que o ministro Milton Campos era considerado dócil demais para a pasta, como descreve o telegrama. De fato, Magalhães foi para a Justiça, apertou a censura aos meios de comunicação e pediu a cabeça de jornalistas de esquerda aos donos de jornais. No dia 31 de julho do mesmo ano [1965] houve um novo encontro. Roberto Marinho explica que, se Castelo Branco restaurasse eleições diretas para sua sucessão, os políticos com mais chances seriam os da oposição. E novamente agiu para persuadir o general-presidente a prorrogar seu mandato ou reeleger-se sem o risco do voto direto. Marinho disse ter saído satisfeito do encontro, pois o ditador foi mais receptivo. Na conversa, o dono da Globo também disse que o grupo que frequentava defendia uma emenda constitucional para permitir a reeleição de Castelo com voto indireto, já que a composição do Congresso não oferecia riscos. Debateu também as pretensões do general Costa e Silva à sucessão. Lincoln Gordon escreveu ainda ao Departamento de Estado de seu país que o sigilo da fonte era essencial, ou seja, era para manter segredo sobre o interlocutor tanto do embaixador quanto do general: Roberto Marinho (FRANCESCO, 2015, *on-line*).

Francesco (2015) e Marinho e Silva (2020) evidenciam que Roberto Marinho, de forma discreta e não declarada, articulou internamente a ditadura civil-militar¹⁹. Todavia, ele sempre apoiou abertamente o golpe dos militares. Tanto que, em 2 de abril de 1964, quatro dias após os militares terem tomado o poder, o jornal *O Globo* publicou o editorial *Ressurge a democracia*, com o intuito de celebrar o afastamento de João Goulart e o início da gestão golpista e antidemocrática das Forças Armadas (APOIO..., 1964). Segundo Bertoli e Mafra (2022), a palavra “ressurge”, no título do editorial, sugere que, no momento anterior, durante o governo de Goulart, não havia democracia. A narrativa do jornal propõe que, somente com a ascensão dos militares, nasce um país democrático de fato. “O editorial se inicia com um tom eufórico, como se a mudança no poder, mesmo ainda sem um projeto claro e consistente, já bastasse para alimentar a esperança de mudanças positivas” (BERTOLI; MAFRA, 2022, p. 34).

O editorial tende a atribuir positividade à ação dos militares e negatividade aos governantes anteriores, como se eles fossem destruidores da hierarquia e da disciplina. A visão dicotômica é a principal estratégia narrativa do editorial, uma vez que, constantemente, separa os bons (militares e apoiadores da ditadura) dos maus (João Goulart e seus seguidores comunistas). Ao estabelecer essa divisão, o jornal *O Globo* se coloca do lado dos bons, daqueles que apoiam a tomada de poder pelos militares. É possível notar que essa ideia de bem contra o mal serve para fundamentar o golpe e os crimes gerados por ele: se algo é considerado ruim, pode-se justificar a necessidade de sua eliminação para garantir a segurança, mesmo que isso envolva medidas autoritárias e violentas.

Se exalta um “dia glorioso” e o “heroísmo” das Forças Armadas, com uma atribuição positiva à ação dos militares e uma atribuição negativa aos governantes anteriores como destruidores da hierarquia e disciplina, que arrastava o Brasil para rumos contrários à sua “vocação” e “tradição”, se referindo a rumos comunistas [...] há a manifestação de um sentimento de unidade com uso do termo “nação” e união de “todos os patriotas”, afastando todas as diferenciações e divergências políticas, colocando o país unido por um mesmo objetivo. No entanto, ao dizer que se unem os patriotas a favor da intitulada revolução, os demais cidadãos, contra a tomada de poder pelos militares, são excluídos, tidos como não patriotas e sem direito a voz nessa [suposta] democracia, ocorrendo uma segregação entre polos (BERTOLI; MAFRA, 2022, p. 34).

Para Bertoli e Mafra (2022), o editorial *Ressurge a democracia* sugeria que o regime pertencia ao povo e à pátria, pressupondo uma concordância unânime em relação à gestão das

¹⁹ Em 31 de agosto de 2013, após as manifestações que ocorreram em todo o país, nas quais militantes entoaram o coro “a verdade é dura, a Rede Globo apoiou a ditadura” em resposta à posição ambígua da emissora em relação aos movimentos populares, o jornal *O Globo* online publicou uma retratação ao povo brasileiro, intitulada “Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro”.

O GLOBO. Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 31 ago. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/apoio-editorial-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-9771604>. Acesso em: 28 mar. 2024.

Forças Armadas. Essa estratégia narrativa buscava estabelecer um consenso em relação à tomada de poder pelos militares, como se toda a pátria, sem divergências, fosse favorável à ditadura. Segundo Bertoli e Mafra (2022), o editorial servia para expor as ideias de Roberto Marinho, mas utilizava a suposta neutralidade da narrativa jornalística, afirmando que o jornal apenas se solidarizava com a “exigência inelutável” do “povo brasileiro”. Em outras palavras, Bertoli e Mafra (2022) sustentam que, de certa forma, o jornal buscava demonstrar que aquela não era uma opinião de seu fundador, mesmo que fosse, mas sim a expressão dos desejos do “povo brasileiro”.

O Globo manteve seu apoio à ditadura civil-militar até seu término, mesmo durante os anos de maior repressão, assassinatos, torturas e outras violações aos direitos humanos. Essa perspectiva fica clara no editorial *Julgamento da Revolução*, publicado por Roberto Marinho em 7 de outubro de 1984, um ano antes do fim da ditadura civil-militar. Nesse editorial, Marinho assume que sua empresa esteve envolvida na “Revolução de 1964” com o intuito de preservar as “instituições democráticas”, que supostamente estavam sendo ameaçadas pela “radicalização” ideológica da esquerda, por greves, desordem e, principalmente, corrupção. Segundo Souza (2017), em pleno processo de redemocratização, o fundador das organizações Globo ainda compactuava com ideias antidemocráticas. Às vésperas do fim da ditadura, em 1984, Marinho não só enalteceu o golpe dos militares, como também revelou que sua empresa contribuiu ativamente para a manutenção desse governo antidemocrático, violento e corrupto. Nas palavras de Marinho (1984):

Participamos da Revolução de 1964 identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada [...] prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura que deverá consolidar-se com a posse do futuro presidente. Temos permanecido fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretendiam assumir a autoria do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o marechal Costa e Silva, “por exigência inelutável do povo brasileiro”. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um “pronunciamento” ou “golpe” com o qual não estaríamos solidários [...] no segundo decênio revolucionário que agora se completa, apesar de todas as dificuldades, reduzir de 80% para menos de 40% a dependência externa na importação de energia, elevando a produção de petróleo de 175 mil para 500 mil barris diários e a de álcool, de 680 milhões para 8 bilhões de litros; e simultaneamente aumentar a fabricação industrial em 85%, expandir a área plantada para produção de alimentos com 20 milhões de hectares a mais, criar 13 milhões de novos empregos, assegurar a presença de mais de 10 milhões de estudantes nos bancos escolares, ampliar a população economicamente ativa de 29 milhões e 500 mil para 45 milhões 797 mil, elevando as exportações anuais de 12 bilhões para 22 bilhões de dólares [...] não há memória de que haja ocorrido aqui, ou em qualquer outro país, que um regime de força, consolidado há mais de dez anos, se tenha utilizado do seu próprio arbítrio para se autolimitar, extinguindo os poderes de exceção, anistiando adversários, ensejando novos quadros partidários, em plena liberdade de imprensa. E esse, indubitavelmente, é o maior feito da Revolução de

1964. Neste momento em que se desenvolve o processo da sucessão presidencial, exige-se coerência de todos os que têm a missão de preservar as conquistas econômicas e políticas dos últimos decênios. O caminho para o aperfeiçoamento das instituições é reto. Não admite desvios éticos, nem afastamentos do povo. Adotar outros rumos ou retroceder para atender a meras conveniências de facções ou assegurar a manutenção de privilégios seria trair a Revolução no seu ato final (MARINHO, 1984, *on-line*).

A narrativa elaborada por Marinho (1984) remete a alguns mitos referentes à ditadura civil-militar, tais como: apenas os “terroristas” foram torturados, não havia corrupção entre os militares, a educação pública era melhor e o governo militar promoveu a evolução da economia. De acordo com Ianni (2002), a história é repleta de mitos sobre indivíduos e coletividades. Normalmente, fases marcantes da história são narradas de forma metafórica e alegórica, auxiliando na explicação daquilo que é complexo, contraditório e difícil, como as realidades histórico-sociais, as formas de sociabilidade e as disputas narrativas em torno desses contextos. Na história, “são frequentes as construções típicas. Algumas são rentes ao universo empírico, outras captam tipos medianos, mas há as que elaboram tipos extremos ou ideais” (IANNI, 2002, p. 182).

Na narrativa delineada por Marinho (1984), observa-se uma representação da ditadura por meio de aspectos extremos e ideais. Muitas pessoas, independentemente de suas ideologias políticas, foram torturadas. Também houve casos de corrupção nos governos, as cidades não eram mais seguras e os militares no poder não conseguiram promover a evolução da economia, evidenciando sua parte idealizada. Buscamos, com base em estudos interdisciplinares, desmistificar os argumentos apresentados por Marinho (1984), uma vez que esses mitos ainda circulam na sociedade e são amplamente aceitos por muitas pessoas. Esse movimento é importante, pois, em concordância com Ianni (2002, p. 187), “os mitos do pensamento e da cultura brasileira não são inocentes. Revelam muito do que são as configurações e os movimentos da sociedade, em diferentes perspectivas, em distintos momentos”.

No que diz respeito ao mito de que “apenas terroristas foram torturados”, Coelho (2014) esclarece que, durante o período da ditadura, torturas físicas e psicológicas foram infligidas não apenas a membros de grupos de esquerda, mas a qualquer cidadão. Para ser torturado, bastava ser denunciado como comunista ou associado a movimentos considerados “terroristas” pelo regime. Silva (2023, p. 305) ressalta que “a tortura ultrapassa a dor física, desestabilizando o sujeito psíquica e emocionalmente. Por mais difícil que seja verbalizar o horror da tortura, calar sobre essa experiência ocasiona sequelas graves a quem a vivenciou”. Dessa forma, Silva (2023) destaca que, mesmo após anos, indivíduos ainda podem enfrentar sofrimento psicológico decorrente da tortura, uma vez que muitos não conseguiram expressar verbalmente

sua dor. As violências contidas na tortura tinham o intuito de destruir a essência do outro, aniquilando sua humanidade, esclarece Cassol (2007). O torturador se colocava em uma posição superior, forçando sua vítima a se submeter a essa desumanização. O torturado, portanto, era tratado como uma coisa sem sentimentos, identidades e dores — características que definem a humanidade (CASSOL, 2007).

De acordo com Popolin e Oliveira (2016), o Destacamento de Operações de Informação — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), órgão de repressão do governo militar subordinado às Forças Armadas, desenvolveu métodos sistemáticos de tortura. Entre as práticas comuns estavam os choques elétricos, afogamentos simulados, espancamentos em pau de arara, uso de palmatórias, simulações de fuzilamentos e estrangulamentos. A intenção dos torturadores não era deixar a vítima desacordada ou matá-la de imediato; ao contrário, buscavam obter informações privilegiadas sobre os movimentos políticos de oposição, contando com a colaboração de médicos e enfermeiros. Segundo Furtado (2017), muitas mães eram submetidas a formas específicas de tortura psicológica ao serem afastadas de seus filhos, por exemplo. Esse afastamento forçado tinha o objetivo de intimidar e causar angústia nas mães, muitas das quais eram presas ou perseguidas por suas atividades políticas, ou por serem esposas de opositores ao regime. O sequestro de crianças e a separação forçada de suas mães representavam graves violações dos direitos humanos, visando causar um profundo trauma emocional em ambos.

Conforme Popolin e Oliveira (2016), operações elaboradas pelas Forças Armadas, Polícia Federal, polícias Civil e Militar tinham o propósito de realizar uma espécie de “limpeza”, eliminando militantes de esquerda. Para isso, recebiam financiamento de grandes empresários brasileiros, que buscavam facilitar suas práticas de tortura. Em São Paulo, por exemplo, os torturadores eram subsidiados pela Ultragaz, do Grupo Ultra, durante a presidência de Henning Albert Boilesen²⁰. Membros do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e da Ação Libertadora Nacional (ALN) relataram que, durante suas prisões, era comum a presença de um caminhão da Ultragaz estacionado nas proximidades (POPOLIN; OLIVEIRA, 2016). Estima-se que mais de 80 empresas colaboraram com as práticas de tortura durante o período da ditadura, não só a Ultragaz. Casado e Otavio (2013) citam algumas delas:

Não há dados precisos, mas sabe-se que foi expressivo o fluxo de dinheiro para a repressão, [...] em reuniões promovidas por Gastão de Bueno Vidigal (Banco Mercantil de São Paulo), João Batista Leopoldo Figueiredo (Itaú e Scania), Paulo

²⁰ FERNANDEZ, A. A. Documentário investiga empresário que angariou fundos para ditadura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 nov. 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2711200914.htm>. Acesso em: 13 mar. 2024.

Ayres Filho (Pinheiros Produtos Farmacêuticos), e o advogado Paulo Sawaia, entre outros. Empresas como Ultragaz, Ford, Volkswagen, Chrysler e Supergel auxiliaram também na infraestrutura, fornecendo carros blindados, caminhões e até refeições pré-cozidas (CASADO; OTÁVIO, 2013, *on-line*).

No que se refere ao mito da ausência de corrupção durante a ditadura civil-militar, Forattini (2019) argumenta que, sem práticas de desvio de poder e capital ou mudanças na lei em benefício dos militares, o golpe não teria sido viável. Um episódio emblemático ocorreu em 1967, quando o governo desvalorizou o Cruzado, criando o Cruzado Novo, e promoveu uma alta valorização do dólar. Como essa medida foi anunciada antes do feriado de carnaval, os brasileiros não puderam tomar nenhuma ação em relação às suas economias. No entanto, algumas poucas pessoas tiveram acesso a essa informação antecipadamente e se beneficiaram com a multiplicação de suas riquezas. Muitos enriqueceram ao saber que o dólar seria valorizado, permitindo-lhes comprar a moeda antes da valorização. Isso, segundo Forattini, configura corrupção ativa por tráfico de influência.

De acordo com Forattini (2019), no caso da criação do Cruzado Novo, que valorizou o dólar e beneficiou poucos grupos econômicos, *O Globo* produziu diversas matérias sobre a necessidade de investigar quem vazou a informação e lucrou com isso. No entanto, o jornal nunca criticou o alto escalão do governo, que realmente elaborou e disseminou esse plano para grupos específicos. A doação de minérios brasileiros a uma companhia estrangeira não foi mencionada por *O Globo*, segundo Forattini (2019). Nas poucas matérias sobre o assunto, o jornal argumentou que o Brasil precisava de divisas para realizar investimentos e transações comerciais, e que os minérios seriam uma excelente moeda de troca. Com base nas análises de Forattini (2019), um governo forte não se preocuparia em ser chamado de entreguista, desde que seu foco fosse o progresso da nação.

Outro caso de corrupção destacado por Forattini (2019) foi a entrega de minérios raros brasileiros à *Hanna Mining Company*, uma empresa estadunidense. Essa ação não trouxe benefícios ao Brasil; pelo contrário, dificultou sua capacidade de obter empréstimos externos, caso necessário. Com essa negociação, a companhia estrangeira assegurou vários privilégios, incluindo o controle do quadrilátero ferrífero do Vale do Paraopeba (MG); um porto privativo na Baía de Sepetiba (RJ); monopólio no transporte ferroviário de minério; uma nova política nacional de minérios que favorecia seus interesses; e algumas dívidas perdoadas.

No que diz respeito ao mito de que “a educação pública era melhor” durante a ditadura, o governo militar implementou duas reformas educacionais significativas. A primeira, através da Lei n.º 5.540, de 1968, estabeleceu novas normas para a organização e o funcionamento das instituições de ensino superior (BRASIL, 1968). A segunda, realizada em 1971, com a Lei n.º

5.692, reformulou as diretrizes para os ensinos fundamental e médio, na época conhecidos como 1º e 2º graus (BRASIL, 1971). Segundo Junior e Bittar (2008), essas reformas não tinham o intuito melhorar a educação brasileira, apesar de esse ser o argumento utilizado nas campanhas governamentais. Na verdade, visavam preparar os estudantes para o mercado de trabalho, buscando o progresso econômico e o reconhecimento internacional tão almejado pelos militares. Junior e Bittar (2008, p. 333) afirmam que “o sistema nacional de educação que emergiu com as reformas da ditadura militar foi marcado pela ideologia tecnocrática, que propugnava uma concepção pedagógica autoritária e produtivista na relação entre educação e mundo do trabalho”.

Há uma relação direta entre desenvolvimento e o Projeto Brasil Grande Potência, pois, à época, uma Potência era considerada como tal devido ao seu grau de desenvolvimento e ao conjunto de suas capacidades. Nesse sentido, o Brasil era considerado uma Potência Média [...] seria um país que possui capacidades intermediárias e que tem a possibilidade de transformá-las em poder real [...] A inserção de uma Potência Média seria, assim, dual: de um lado, teria uma posição intermediária no Sistema Internacional [...] por outro, participaria intensamente dos sistemas regionais e sub-regionais em que se encontra [...] os países devem ter “vontade” política de se tornarem (e de se mostrarem como) uma Potência Média. No caso do governo Médici, o Brasil era entendido, em um tom nacionalista — e por muitos, considerado ufanista —, como uma Potência Média com capacidades suficientes para alcançar o patamar de Grande Potência. Aí, então, a vinculação objetiva entre desenvolvimento e o Projeto Brasil Grande Potência. O Projeto, assim, era essencialmente desenvolvimentista, já que entendia que o desenvolvimento do país era a chave para atingir seu objetivo. Para isso, o governo buscou, ao mesmo tempo, promover a indústria nacional privada por meio de subsídios ou pela utilização de estatais (empresas ou bancos), fortalecer e diversificar a infraestrutura nacional (rodovias, ferrovias, portos, etc.), a capacidade de geração energética, a cadeia nacional de produção, a pauta de exportação, etc. Um dos polos de concentração dessa atuação foi a Política Externa, que buscava promover a imagem do país internacionalmente de modo a atrair investimentos, recursos (empréstimos) e diversificar as parcerias comerciais (MALLMANN; SILVA, 2022, p. 103–104).

A ideia de “Brasil, país do futuro”, fundamentada na relação entre empresas públicas e privadas, priorizou a produção científica e tecnológica, pois era mais atraente para a sociedade em desenvolvimento e capitalista (MALLMANN; SILVA, 2022). Essa priorização pode ser observada tanto na reforma universitária de 1968 quanto na reforma da educação básica, que instituiu o sistema nacional de ensino fundamental e médio, em 1971 (JÚNIOR; BITTAR, 2008). Tais reformas buscavam estabelecer um sistema nacional de ensino que se integrasse totalmente à dinâmica produtiva da economia.

No 1º grau (Ensino Fundamental) e no 2º grau (Ensino Médio), eram tratadas com maior importância disciplinas como matemática e ciências naturais, esclarecem Júnior e Bittar (2008). Outras disciplinas foram criadas como “uma resposta educativa urgente para modificar o ciclo de subversão da ordem social e da desmoralização pela qual passavam as instituições

tradicionais” (MARTINS, 2014, p. 46), como o caso da Educação Moral e Cívica (EMC) e Política Brasileira (OSPB). Para além da censura ao conteúdo escolar, os militares nomearam censores para os cargos de direção e puseram a Polícia Militar para patrulhar as instalações escolares, de modo a perseguir professores e evitar reuniões contra o governo (DUARTE, 2014).

Sala de aula de ensino primário com escuta, professor demitido porque falava do compositor e cantor Geraldo Vandré com alunos, censura a jornal de estudantes de 2º grau (atual ensino médio). A violência contra professores universitários e faculdades é conhecida nos relatos sobre a ditadura militar, mas os professores de colégios de ensino fundamental e médio também foram vigiados, reprimidos e censurados no período. O controle da educação básica no país pelo regime militar não se deu apenas em forma de perseguição contra professores com história pessoal de militância. Tampouco se limitou à criação das famosas disciplinas OSPB (Organização Social e Política Brasileira) e Educação Moral e Cívica [...] A tentativa de controlar a educação básica veio também em forma de censura ao conteúdo ensinado, aos livros adotados, aos termos que podiam ser ditos (DUARTE, 2014, *on-line*).

No ensino superior, segundo Júnior e Bittar (2008), as vagas para os cursos tecnológicos foram ampliadas e os programas de pós-graduação foram reformulados para atender às demandas econômicas. Em teoria, não havia espaço para críticas ao governo nas instituições universitárias. As pesquisas e as disciplinas ligadas às humanidades, quando aprovadas pelos censores internos das universidades, precisavam transmitir os mesmos ideais governamentais, tais como: “modernidade, desenvolvimento, ética (sobretudo como combate à corrupção), trabalho, abertura ao diálogo, paz, tranquilidade, ordem e normalidade” (MANSAN, 2022, p. 19). A respeito da censura nos ambientes universitários, Mansan (2022) afirma que:

A Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC), assim como as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) a ela subordinadas, realizaram ações com efeitos de censura no interior das universidades, e o mesmo fizeram alguns reitores e diretores [...]. Além disso, outras formas de censura específicas da educação superior foram: os vetos a professores escolhidos como paraninfos e a estudantes escolhidos como oradores de turma, em função de perfil ideológico, vínculo político ou estigma (como o de cassado); as proibições a eventos acadêmicos em função de temática ou de incluírem palestrantes vistos como opositores da ditadura; as complicações criadas para atividades culturais universitárias que previam a participação de artistas estigmatizados politicamente; as apreensões de periódicos estudantis; as retiradas de cartazes que divulgavam determinados eventos; as proibições de livros considerados “subversivos”, por serem de autores vistos como de esquerda ou, em outros casos, por atentarem (na visão dos agentes de censura) contra “a moral e os bons costumes”; os entraves impostos a alguns projetos de pesquisa sobre temas e abordagens que os agentes de controle viam como perniciosos ao país, como críticas ao mito da democracia racial; a contraindicação, por motivos políticos ou ideológicos, em licenças para participação em eventos ou atividades de pesquisa no exterior, bem como para contratação ou renovação contratual de servidores docentes e técnico-administrativos e em solicitações de matrícula por estudantes; as restrições a indicações para reitor, diretor, chefe de departamento (MANSAN, 2022, p. 19).

Durante a ditadura, a educação era — e, de certa forma, ainda é — acessível apenas a poucos privilegiados. De acordo com Júnior e Bittar (2008), para os jovens e adolescentes pobres, o sistema nacional de ensino não era obrigatório. Por isso, em vez de estudar, esses grupos específicos foram direcionados a trabalhos precarizados no setor privado ou a serviços pesados e desumanos. O governo militar, que era tecnocrata, defendia a incorporação de jovens e adolescentes, em especial dos estados do Nordeste, em obras públicas e privadas que, supostamente, garantiriam a modernização do país, esclarecem Júnior e Bittar (2008). Assim, jovens e adolescentes trabalhavam com baixa remuneração ou até mesmo sem salário, e seus direitos trabalhistas não eram assegurados (BRASIL, 1943). Ou seja, “em vez da escola e da proteção do Estado através de políticas sociais baseadas na transferência de renda, a tecnoburocracia preceituava o mercado de trabalho fundado na desumana exploração da ‘mão-de-obra de menores’, pois nem mesmo tinham direito aos salários” (JÚNIOR; BITTAR, 2008, p. 348).

A respeito do mito da “evolução da economia brasileira pelo governo militar”, Sanz e Mendonça (2017) esclarecem que, entre 1968 e 1973, durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, o país conquistou um “milagre econômico”. Ao longo desse período, o Brasil vivenciou um crescimento de 10% ao ano. Em 1973, o Produto Interno Bruto (PIB), que representa o valor total de todos os bens e serviços produzidos nas fronteiras brasileiras, atingiu a marca de 14%. Como o Índice Geral de Preços (IGP), que mede a variação média dos preços de bens e serviços durante o ano, revelou que a inflação caiu de 25,5% para 15,6%, segundo Sanz e Mendonça (2017).

Todavia, de acordo com Sanz e Mendonça (2017), o crescimento econômico beneficiou apenas os empresários, não os trabalhadores. O plano econômico dos militares só funcionou porque os salários dos trabalhadores foram congelados, uma vez que alteraram a fórmula que previa o reajuste salarial com base na inflação (SANZ; MENDONÇA, 2017). Essa medida impopular só foi implantada porque os sindicatos eram frequentemente reprimidos pelo regime, o que dificultava a atividade dos movimentos e as negociações dos operários com as empresas, reforçam Sanz e Mendonça (2017).

O Brasil passa a ser então um país de aparências, onde só eram observados e levados em conta dados da economia industrial pela ótica da burguesia, deixando de lado a análise socioeconômica de quem realizava a real produção interna do país, a massa de trabalhadores assalariados, que se encontrava mais da metade recebendo menos de um salário mínimo, e em péssimas condições sociais e de trabalho, sendo o Brasil um dos primeiros países em assuntos como subnutrição, mortalidade infantil e acidentes de trabalho (PAULINO, 2020, p. 563).

Com isso, o governo criou regras para atrair o capital estrangeiro, investiu no programa de desenvolvimento do parque industrial e realizou reformas estruturais em seus estados; todas essas ações foram tomadas com o intuito de atender aos anseios das empresas estrangeiras que chegavam ao país (SANZ; MENDONÇA, 2017). Para Paulino (2020), as empresas multinacionais consideravam o Brasil seguro, rentável e com mão de obra barata, por essa razão trouxeram suas instalações e investimentos para o país. As primeiras indústrias a se instalarem em terras nacionais foram as automobilísticas, seguidas das químicas e farmacêuticas. Mais tarde, conforme Paulino (2020), o investimento das indústrias estrangeiras de bens duráveis (eletrônicos, eletrodomésticos, veículos, móveis e ferramentas) ultrapassou o das empresas automobilísticas, farmacêuticas e químicas.

O desenvolvimento das empresas e o alto rendimento de capital da classe detentora dos meios de produção eram consequências justamente do descaso no qual o governo tinha com o proletariado e com a questão socioambiental do país, mantendo os salários sempre baixos, más condições de trabalho e de vida, depredação ecológica, e uma autoritária forma de governo. Quaisquer manifestações por melhorias sociais, ambientais e salariais eram respondidas de forma violenta e agressiva (PAULINO, 2020, p. 563).

A concentração de renda aumentou entre 1968 e 1973; aqueles com maior nível de instrução contavam com melhores salários e condições de trabalho, enquanto aqueles com pouco acesso à educação viviam em empregos instáveis e mal remunerados, explicam Sanz e Mendonça (2017). “O governo não estava preocupado em realizar a distribuição de capital e, consequentemente, em disponibilizar uma economia estável para toda a população, mas sim em aumentar o tamanho do bolo econômico para a classe privilegiada” (PAULINO, 2020, p. 564). De acordo com Sanz e Mendonça (2017), em 1960, antes do golpe civil-militar, o índice Gini, usado para mensurar a concentração de renda, estava em 0,54. Em 1977, durante a ditadura, esse número aumentou para 0,63. Para ter uma noção da desigualdade social, o coeficiente de Gini varia de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais desigual é o país (SANZ; MENDONÇA, 2017).

Conforme Sanz e Mendonça (2017), o desenvolvimento econômico durante a ditadura começou no governo de Castelo Branco, logo no início do golpe, mas o crescimento mais rápido (e mais desigual) ocorreu durante a gestão de Médici.

O crescimento econômico durante a ditadura começou a ser alavancado durante o Governo de Castelo Branco, que adotou um ambicioso programa de reformas para equilibrar as contas públicas, controlar a inflação e desenvolver o mercado de créditos. Batizado de Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), ele foi responsável por reformas fiscais, tributárias e financeiras. [...] A partir de 1964, também foram introduzidos na legislação brasileira diversos mecanismos de incentivos às exportações. Mas foi ao Governo do general Emílio Garrastazu de Médici [...] que o

projeto econômico teve como princípio o crescimento rápido, com expressivo aumento da produção — com destaque para indústria automobilística — e grandes obras de infraestrutura. “O Governo apostou em grandes obras e investimento, estimulando o setor privado e usando o crescimento como propaganda para legitimar o regime durante a época mais repressiva da ditadura. Era muito importante que ele tivesse apoio de uma parte da sociedade” [...] foi nessa época que nasceu o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (IPND). O plano investiu principalmente na construção de estradas e obras de infraestrutura, como, por exemplo, a Ponte Rio-Niterói (começou em 1969 e foi inaugurada em 1974) e a nunca terminada rodovia Transamazônica (SANZ; MENDONÇA, 2017, *on-line*).

O “milagre econômico” dos militares não se manteve, terminando definitivamente em 1976, durante o governo de Ernesto Geisel, com a crise do petróleo. Nesse ano, a inflação chegou ao patamar de 46,29%, causando um aumento rápido no valor de serviços e bens²¹. No mesmo período, houve um aumento da dívida externa, que já vinha se acumulando desde 1968, com o início do chamado “milagre”. Como explica Bercovici (2022), esse endividamento ocorreu por vários fatores, mas dois foram os principais. O primeiro, “as empresas brasileiras podiam obter empréstimos diretamente no exterior, desde que tivessem a autorização prévia do Banco Central sobre as características gerais do empréstimo e suas garantias, geralmente fornecidas por bancos brasileiros” (BERCOVICI, 2022, p. 204-205). O segundo, foi admitida a Resolução do Banco Central n.º 63, datada de 21 de agosto de 1967, que “autorizava os bancos brasileiros a contraírem empréstimos no exterior com a finalidade de repassá-los a empresas brasileiras, sendo responsáveis diretos pelo pagamento no exterior” (BERCOVICI, 2022, p. 205).

Segundo Bercovici (2022), essas duas formas de empréstimo internacional foram responsáveis por atrair grandes recursos estrangeiros, especialmente para empresas de grande porte, tanto nacionais quanto internacionais, que se aproveitavam de todos os benefícios econômicos que os militares concederam aos empresários. A maioria dos empréstimos foi realizada por empresas privadas, mas contou com o aval do governo, que acreditava ser capaz de administrar essas dívidas e evitar o desequilíbrio financeiro, uma ideia que não se manteve na realidade.

Com a crise internacional, a partir de 1973, a perda de dinamismo da economia mundial e a elevação abrupta dos preços do petróleo e derivados geraram, entre outros efeitos, também a elevação das taxas básicas de juros e spreads bancários, o que aumentou o peso do serviço da dívida nas contas externas brasileiras, especialmente após a mudança da política de juros praticada pelo Federal Reserve norte-americano, sob a presidência de Paul Volcker, em 1979. Tinha início a “crise da dívida externa”, que levaria, inclusive, à estatização de boa parte desta dívida, a adoção de políticas

²¹ SOB o comando do regime militar, o Brasil enfrenta sua própria crise do petróleo em 1976. **Exame**, Brasil, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://exame.com/brasil/sob-o-comando-do-regime-militar-o-brasil-enfrenta-sua-propria-crise-do-petroleo-em-1976/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

econômicas ortodoxas e a sérios problemas de financiamento do Estado brasileiro (BERCOVICI, 2022, p. 205–206).

A chamada “crise do petróleo” afetou não apenas o Brasil, mas também outros países ao redor do mundo. De acordo com Vendruscolo, Käfer e Santos (2018), por ser um combustível essencial para a revolução industrial, o petróleo teve um papel fundamental, em diferentes graus, no desenvolvimento de várias nações, incluindo a brasileira. Em 1974, o valor desse produto aumentou 388% em relação a 1973, ano anterior. Para Vendruscolo, Käfer e Santos (2018), embora o aumento de US\$ 2,049 bilhões tenha representado um acréscimo de 33% no valor total das importações petrolíferas, o restante desse percentual (67%) corresponde a outros bens e serviços importados pelo país. Sendo assim, de acordo com Vendruscolo, Käfer e Santos (2018), o endividamento do Brasil não foi exclusivamente causado pela crise do petróleo, mas sim por outros fatores, incluindo:

O aumento do endividamento de empresas estrangeiras e o congelamento de créditos levaram ao declínio de um sistema econômico já vulnerável e dependente de recursos externos. Desse modo, mostrando sinais de enfraquecimento, a economia brasileira viu-se mergulhada em uma instabilidade com a gênese da chamada crise de petróleo. Percebeu-se um aumento bastante considerável no nível das taxas de juros mundiais que, somado a questões e instabilidades políticas no Oriente Médio, ameaçaram o fluxo de recursos do mercado internacional. Demissões, fechamento de empresas, oscilação diária da moeda, levaram a uma das maiores crises já vividas na história brasileira contemporânea. As pessoas tinham de sobreviver com as mínimas condições de disponibilidade de alimento e qualidade de vida (VENDRUSCOLO; KÄFER; SANTOS, 2018, p. 10).

Houve, de fato, um crescimento econômico durante os governos de Castelo Branco e Costa e Silva, entre 1968 e 1973, mas ele beneficiou principalmente os empresários, não os trabalhadores (SANZ; MENDONÇA, 2017). O sucesso do plano econômico dos militares foi devido ao congelamento dos salários dos trabalhadores, resultante da alteração na fórmula de reajuste salarial baseada na inflação. Contudo, esse crescimento econômico não perdurou até o final da ditadura. Pelo contrário, durante os governos de Médici, Geisel e Figueiredo, ao longo dos anos 70, o país enfrentou uma crise econômica devido à má gestão dos militares (VENDRUSCOLO; KÄFER; SANTOS, 2018). O que freou o “milagre econômico” não foi só a crise do petróleo, mas também o aumento do endividamento do país, causado pelos empréstimos internacionais feitos por empresas nacionais, estrangeiras, públicas e privadas, sempre com o aval dos militares que estavam à frente do Brasil (BERCOVICI, 2022).

Barrucho (2018) afirma que o regime militar deixou como herança ao Brasil uma péssima economia, incluindo problemas que persistem mesmo após anos de redemocratização, como o endividamento nacional e o aumento da desigualdade social.

Em 1982, portanto ainda no regime militar, o Brasil quebrou. Começava a crise da dívida, no que se convencionou chamar de “década perdida”, que pôs fim ao modelo de forte crescimento do país, sustentado no endividamento externo e políticas desenvolvimentistas como a substituição de importações (relançada posteriormente no governo Lula). Cinco anos depois, o país declarou a moratória: *o presidente José Sarney anunciou a suspensão do pagamento dos juros da dívida externa por tempo indeterminado*. Não tínhamos mais dinheiro e a inflação estava nas alturas. Nesse cenário, os militares se despediram do comando. Basicamente, deixaram de presente para a democracia uma conta bem alta, o que se convencionou chamar de “herança maldita” (BARRUCHO, 2018, *on-line*).

Barrucho (2018) revela que, mesmo após o fim da ditadura em 1985, o presidente eleito, Tancredo Neves, e seu vice, José Sarney²², membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), chapa política de oposição aos militares, se viram obrigados a suspender o pagamento da dívida externa devido à falta de recursos financeiros e ao aumento da inflação. Eles disputaram a eleição com Paulo Maluf²³, do Partido Democrático Social (PDS), antigo membro da Aliança Renovadora Nacional (Arena), candidato apoiado pelos militares que deixaram o poder. Ainda assim, é importante destacar que, embora Paulo Maluf não tenha sido eleito, José Sarney, vice-presidente de Tancredo, também apoiou todos os governos militares²⁴. Essa complexa teia política ilustra as nuances e os desafios enfrentados pelo país durante o período de transição para a democracia, focando não apenas na questão econômica.

Em síntese, este subcapítulo revelou que, apesar de Roberto Marinho ter apoiado o golpe militar de 1964, seu jornal era, de certa forma, um porta-voz de seu tempo e registrador das ambivalências daquele período histórico. Sobre *O Globo*, afirmou-se que “ora aderiu ou simplesmente se calou, ora reagiu, sinalizando para o leitor os acontecimentos, às vezes buscando sua cumplicidade” (GENTILLI, 2004, p. 90-91). Vaucher (2017) concordou com essa visão ao afirmar que as opiniões contidas em jornais durante regimes autoritários não eram heterogêneas; pelo contrário, desempenharam o papel de difusores de propaganda política favorável e, ao mesmo tempo, de contestação e resistência, mesmo que de formas mais sutis.

²² José Sarney foi membro da Aliança Renovadora Nacional (Arena) entre 1966 e 1979. Posteriormente, migrou para o Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, onde permaneceu de 1980 a 1984. Em 1984, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), atualmente denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB), onde permanece até os dias atuais.

DIAS, S.; LEMOS, R.; CORNEIRO, A. SARNEY, José. **Atlas Histórico do Brasil**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/4909>. Acesso em: 1 fev. 2024.

²³ Paulo Maluf foi filiado à Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido governista da ditadura civil-militar, entre 1967 e 1979. Em 1980, migrou, assim como grande parte dos membros da Arena, para o Partido Democrático Social (PDS), onde permaneceu até 1993. Posteriormente, passou por duas legendas de direita: o Partido Progressista Reformado (PPR), de 1993 a 1995, e o Partido Progressista (PP), de 1995 até o presente.

CAMPOS, P.; ALDÉ, L.; BASTOS, M. D. MALUF, Paulo. **Atlas Histórico do Brasil**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/3217>. Acesso em: 1 fev. 2024.

²⁴ JOSÉ Sarney: biografias da ditadura. **Memórias da Ditadura — 9 anos**, São Paulo, [s.d.]. Disponível em: <https://memoriasdadtadura.org.br/personagens/jose-sarney/#:~:text=Por%20mais%20uma%20ironia%20da,com%20elevados%20%C3%ADndices%20de%20infla%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 1 fev. 2024.

1.3.1 “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”²⁵: a relação entre as pessoas negras e a ditadura civil-militar no Brasil

Quando se trata da ditadura civil-militar, é fundamental compreender como esse sistema político antidemocrático e autoritário acentuou a opressão a indivíduos negros²⁶. Segundo Escobar (2014), estudos acadêmicos abordam a resistência e a desigualdade enfrentadas pelos negros, mas, em sua maioria, concentram-se apenas no período da escravidão. Em consonância com Escobar (2014), pensamos que, embora as investigações sobre a escravidão sejam ainda importantes e socialmente relevantes, falar apenas desse período tende a negligenciar a luta e a participação dos negros ao longo de toda a história brasileira, especialmente em contextos históricos contemporâneos, como o da ditadura.

Decidimos explorar estudos já publicados sobre os movimentos²⁷ de negros e negras durante a ditadura civil-militar porque “a luta armada e as guerrilhas eram constituídas em sua maioria por brancos, ou seja, a elite urbana, algo memorável até os dias de hoje” (LEÃO *et al.*, 2019, p. 52). Há numerosos relatos de militantes, intelectuais e artistas brancos exilados, torturados ou mortos durante a ditadura, enquanto há poucos registros sobre os ativistas negros, suas estruturas políticas e seus companheiros assassinados, afirmam Leão *et al.* (2019). Buscando justificar a provocação de Leão *et al.* (2019), Pires (2018) esclarece que a branquitude não é reconhecida, de fato, como uma identidade racial. Em oposição a isso, ela é entendida como um padrão universal, um ponto de referência capaz de organizar as relações, as instituições e os acontecimentos históricos para seu benefício e manutenção de poder. Como é

²⁵ Essa frase foi dita por Margarida Alves, líder indígena, negra e camponesa, durante a comemoração do 1º de maio de 1983, em Sapé (PB).

DOS CANAVIAIS da Paraíba, o legado de Margarida Alves. **Canal do Brasil de Fato**, [s.l.], 15 ago. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G3Ox9ELhqUI>. Acesso em: 26 mar. 2024.

²⁶ É importante reconhecer que outros grupos sociais também enfrentaram severas consequências devido ao autoritarismo e ao conservadorismo dos militares. Pessoas LGBTQIAPN+ foram perseguidas por serem consideradas uma ameaça à moral e aos bons costumes; as mulheres que buscavam ocupar espaços públicos e políticos, historicamente dominados por homens, eram rotuladas como terroristas; e os povos indígenas sofreram violenta repressão e morte em decorrência de sua luta histórica pela terra.

LEÃO, A. da S. *et al.* Mulheres, homossexuais, indígenas e negros na ditadura civil militar: uma análise sobre as minorias no regime político. **Das Amazônias: Revista discente de história da UFAC**, Rio Branco, v. 2, n. 2, p. 45 – 58, ago. – dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3232>. Acesso em: 20 mar. 2024.

²⁷ Assim como Gomes (2012), entendemos o “movimento negro” como um grupo que articula ações como mobilização política, protesto antirracista, movimentos artísticos, literários e religiosos. O movimento negro não surge na contemporaneidade; pelo contrário, ao longo do tempo, negros e negras têm se mobilizado para enfrentar o racismo no Brasil. Os grupos que formam o movimento negro podem ser entidades religiosas, assistenciais, recreativas, artísticas, culturais e políticas, tais como comunidades-terreiros, confrarias coloniais, clubes de negros, grupos de dança, capoeira, teatro e poesia, centros de pesquisa e organizações não governamentais. Todos esses diferentes grupos têm o intuito de promover a igualdade étnico-racial, lutando contra o preconceito de raça e cor.

pouco considerada na elaboração de fatos históricos, a “supremacia branca” pode ser ilustrada pelos “efeitos desproporcionais e violentos sobre os corpos negros [...] deve ser igualmente percebida através do sistema de privilégios e vantagens injustificáveis que beneficiam corpos brancos” (PIRES, 2018, p. 1057).

Não estamos sugerindo que algumas vidas tenham sido mais importantes que outras, pelo contrário: todos os assassinatos políticos desse período devem ser lembrados e punidos para que nunca mais se repitam as torturas, as violências e as violações contra aqueles que discordam de governos e ideologias. Todavia, é crucial salientar que há uma lacuna significativa nos estudos sobre as vítimas negras da ditadura: “é importante ressaltar como em todo e qualquer movimento sempre haverá algumas camadas da população mais afetadas em relação às outras, o negro está inserido nesse contexto” (LEÃO *et al.*, 2019, p. 51). Tal como Pires (2018), consideramos que, desde a invasão dos europeus às terras brasileiras e o estabelecimento de seu sistema colonial, a questão racial tem sido uma determinante nas posições sociais ocupadas por pessoas negras e brancas, bem como nas dinâmicas sociais. Os sujeitos brancos têm desfrutado de privilégios em comparação aos negros, normalmente ocupando posições de prestígio e poder (PIRES, 2018). Essa disparidade entre raças não apenas persiste desde a invasão do Brasil pelos europeus, mas também delinea as interações entre os diferentes grupos sociais e influencia suas experiências nas instituições, onde os brancos são frequentemente mais bem tratados e considerados que os negros, como esclarece Pires (2018).

A prevalência dos privilégios de brancos sobre negros, evidenciada na maioria dos estudos sobre a ditadura que favorecem o destaque do sofrimento de brancos enquanto silenciam as experiências de negros, pode ser interpretada como o “pacto narcísico da branquitude”:

Vem sendo construída a história de instituições e da sociedade onde a presença e a contribuição negras se tornam invisibilizadas. As instituições públicas, privadas e a sociedade civil definem, regulamentam e transmitem um modo de funcionamento que torna homogêneo e uniforme não só processos, ferramentas, sistema de valores, mas também o perfil de seus empregados e lideranças, majoritariamente masculino e branco. Essa transmissão atravessa gerações e altera pouco a hierarquia das relações de dominação ali incrustadas. Esse fenômeno tem um nome, branquitude, e sua perpetuação no tempo se deve a um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios. E é claro que elas competem entre si, mas é uma competição entre segmentos que se consideram “iguais”. [...] As formas de exclusão e de manutenção de privilégios nos mais diferentes tipos de instituições são similares e sistematicamente negadas ou silenciadas. Esse pacto da branquitude possui um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o “universal”. [...] Nesse processo, é fundamental reconhecer, explicitar e transformar alianças e acordos não verbalizados que acabam por atender a interesses grupais, e que mostram uma das características do pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2022, p. 17–18).

De acordo com Escobar (2014), os movimentos de negros e negras vinham se mobilizando em torno de pautas como desigualdades raciais, fortalecimento da democracia, educação antirracista, e reforma agrária e econômica. Todavia, em março de 1964, com o início da ditadura civil-militar, esses movimentos foram violentamente censurados pelos militares. No entanto, eles não se calaram; pelo contrário, resistiram e contestaram a ideia “de que se vivia uma democracia racial brasileira, pensamento que os militares adotaram na década de 1970” (ESCOBAR, 2017, p. 61). Os negros, contrários à ditadura, combatiam o “mito da democracia racial”²⁸, tão defendido pelos governos militares. Ou seja, enquanto os militares propagandeavam a inexistência do racismo no Brasil, retratando em suas comunicações oficiais uma suposta harmonia racial, os movimentos negros, que denunciavam o racismo, a falta de direitos civis e a repressão política, enfrentavam violências constantes contra seus corpos e existências, uma contradição evidenciada por Escobar (2017).

Madeiro (2019) esclarece que os movimentos de negros e negras eram vistos como um problema pelos militares porque repudiavam o regime e contestavam a propaganda oficial de um país sem racismo. Para os militares, a luta contra o racismo era, na verdade, uma justificativa para que pessoas contrárias ao militarismo se reunissem, o que poderia ameaçar a suposta ordem do país, já que muitos ativistas negros eram aliados à luta pela democracia e simpáticos ao comunismo. Para Meireles e Brandino (2024), os militares acreditavam que os movimentos negros eram discriminatórios contra brancos, tanto que alguns documentos sobre ativistas, produzidos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), aparato de espionagem do regime, tinham o título de “racismo negro”. As ações de negros e negras, na visão dos militares, tinham o intuito de manchar a imagem do Brasil no exterior e criar um antagonismo na sociedade, sendo interpretadas como um ataque à ordem social, segundo Meireles e Brandino (2024).

Com isso, grupos que recebiam o nome de institutos de pesquisa e associações culturais eram, na verdade, espaços de atuação política dos movimentos negros, explicam Meireles e

²⁸ Para Quirino (2015), o termo “mito” significa uma ideia falsa e, por não corresponder à realidade, tende a distorcê-la em prol dos interesses sociais e políticos daqueles que estão no poder e conseguem escrever a história. O mito da democracia racial remete à ideia de igualdade plena entre os brasileiros, independentemente de raça e etnia. De acordo com esse mito, graças à miscigenação, não haveria preconceito da população branca em relação à população negra e indígena, nem a desigualdade social enfrentada por negros e indígenas em decorrência de sua cor ou identidade. Segundo Quirino (2015), o mito da democracia racial foi elaborado pelo sociólogo Gilberto Freyre, mas se manteve na literatura, por meio dos livros *Guarani* de José de Alencar e *Macunaíma* de Mário de Andrade. Também esteve presente no pensamento sociológico que, com base em estudos europeus, defendia a inferioridade dos negros, o que impedia o progresso econômico do Brasil.

QUIRINO, K. T. M. Mito da democracia racial: a relação entre imaginário e a aceitação das cotas raciais como política pública no Brasil, a partir da análise de posts no site da UOL. **Comunicologia: Revista de Comunicação da Universidade Católica de Brasília**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 268 – 293, jul.–dez., 2014. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RCEUCB/article/view/5649>. Acesso em: 25 mar. 2024.

Brandino (2024). Em todos os estados brasileiros, os militares se infiltravam nesses grupos, perseguindo e reprimindo os ativistas na tentativa de impedir que as demandas étnicas e raciais ganhassem visibilidade. Só em São Paulo, por exemplo, 41 líderes negros morreram ou desapareceram após ações das Forças Armadas, revela Madeiro (2019), com base em dados da Comissão da Verdade de São Paulo. Madeiro (2019) afirma haver relatos de prisões políticas, torturas e assassinatos de negros e negras em todo o país, embora os documentos oficiais sobre lideranças de movimentos negros desaparecidas e mortas sejam escassos.

A respeito da vigilância dos movimentos negros brasileiros pelos censores da ditadura, Abreu (2021) afirma que:

A ditadura vigiou cada passo dado por militantes do movimento negro. Atividades como reuniões, seminários, iniciativas culturais e recreativas, pesquisas acadêmicas, declarações a veículos de mídias, dentre outras incidências do ativismo negro na sociedade, eram regularmente acompanhadas pelos órgãos de repressão e por eles registradas em vastos dossiês confidenciais, que chegavam a incluir algumas dezenas de anexos. No material, os agentes do regime procuravam relatar com minúcia os encontros entre os ativistas, tratando das pessoas envolvidas e algumas de suas informações pessoais (como profissão, antecedentes, etc.), além de noticiar os temas abordados na ocasião (ABREU, 2021, p. 32).

Diante desse cenário de repressão e resistência, em 18 de junho de 1978 foi criado o Movimento Negro Unificado (MNU), sendo lançado oficialmente em 7 de julho na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo²⁹. Embora o MNU tenha sido fundado na capital paulistana, sob a influência de Abdias do Nascimento e Lélia Gonzalez, conseguiu reunir, mesmo com as dificuldades da época, lideranças negras de todo o país. Juntos, militantes negros e negras lutaram pela democracia e denunciaram o racismo, uma questão social que determinava a inferioridade dos sujeitos negros em relação aos brancos desde o período de escravização (ESCOBAR, 2017).

A primeira manifestação do Movimento Negro Unificado foi a reunião no centro de São Paulo, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, em 7 de julho de 1978. Segundo Carvalho (2011), a partir desse encontro, os movimentos negros assumiram o compromisso de continuar expondo as opressões e as exclusões promovidas pela política econômica, social e cultural da ditadura, caracterizada pela natureza totalmente capitalista implantada pelo Estado e por uma classe dominante branca e minoritária. Para o MNU, conforme Carvalho (2011), a transformação social ocorreria por intermédio de uma educação antirracista. Somente por meio da educação seria possível construir uma sociedade livre, que valorizasse a pluralidade,

²⁹ O MNU. **Movimento Negro Unificado**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://mnu.org.br/mnu-3/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

respeitasse a diversidade e promovesse a igualdade entre todos, independentemente de questões raciais e étnicas. Por esse motivo, os movimentos ocuparam as ruas, os espaços culturais e, principalmente, os educacionais.

O encontro em São Paulo teve o objetivo de denunciar dois casos de racismo, não só lançar o MNU: o primeiro foi o assassinato de Robson Silveira da Luz e o segundo, a discriminação de jovens negros no Clube de Regatas do Tietê. Segundo Dijk (2022), Robson Silveira da Luz foi sequestrado e assassinado por policiais militares após pegar uma caixa de frutas na barraca de um feirante, que era seu amigo, e não pagar no momento, esse foi o primeiro caso criticado. Uma mulher, vizinha da feira, testemunhou a cena e o denunciou por roubo a policiais da região de Guaianases, conhecidos por matar negros. De acordo com Dijk (2022), quatro meninos negros foram impedidos de frequentar as aulas de voleibol no Clube de Regatas do Tietê, trata-se do segundo caso denunciado. O diretor do clube, para justificar sua atitude racista, utilizou o seguinte argumento: se aprovasse a entrada de dois jovens negros nas aulas, perderia mais de cem associados brancos. Em outras palavras, para o diretor, não era lucrativo perder associados brancos, igualmente racistas, por poucos negros que desejavam frequentar seu Clube.

Ativistas negros e negras, frequentemente ligados ao MNU, eram presos, submetidos a torturas e assassinatos, muitas vezes de forma pública e brutal. Embora houvesse crueldade nas torturas e assassinatos de pessoas brancas, esses geralmente ocorriam em ambientes privados, não públicos (LEÃO *et al.*, 2019). Como exemplo, Leão *et al.* (2019) narram a história do militante Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como Osvaldão, que liderou grupos de garimpeiros, ribeirinhos e camponeses entre 1966 e 1967. Osvaldão foi preso pelos militares; seu corpo foi mutilado e exposto em vilarejos de Araguaia. Segundo Keny e Pereira (2016), Osvaldo Orlando da Costa ainda é considerado um herói na região, lembrado por sua coragem e generosidade, mas seu nome não figura em ruas, escolas ou livros didáticos, ao contrário de vários torturadores.

Para Keny e Pereira (2016), se a lacuna histórica não for preenchida, as futuras gerações continuarão acreditando que a luta contra a ditadura foi travada exclusivamente pela classe média branca e urbana, esquecendo figuras importantes que ajudaram a construir uma história de resistência tanto no campo quanto na cidade, como Carlos Marighella, Luiz José da Cunha (comandante Crioulo) e Margarida Maria Alves. Esses três militantes não eram brancos nem pertenciam à classe média, embora tenham contribuído significativamente para a militância, geralmente branca e da metrópole.

Marighella, um homem negro oriundo do Nordeste, conduziu suas batalhas no Sudeste, mais especificamente em São Paulo (ROLLEMBERG, 2007). Luiz Cunha, um homem negro do Nordeste, lutou contra o racismo na Bahia (OLIVEIRA, 2006). Margarida Alves, uma mulher de origem negra e indígena, nascida no Nordeste, liderou trabalhadores agrários, seus conterrâneos, com destemor e determinação (GUEDES; LEMOS, 2021).

Carlos Marighella foi líder da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e desempenhou um papel fundamental na organização de lutas armadas contra os líderes do governo militar, além de tecer críticas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), do qual foi membro por alguns anos (ROLLEMBERG, 2007). Ele acreditava na resistência armada, ao contrário de outros comunistas, o que culminou em seu assassinato durante uma emboscada militar em 4 de novembro de 1969. Os disparos foram tão intensos que penetraram seu tórax e romperam a artéria aorta. Marighella não teve reação, nem portava arma; assim como ele, seus companheiros não estavam armados, nem serviam de segurança. Segundo Filho (2021), registros dos órgãos de repressão da época indicavam que ele havia agido violentamente, disparando contra os policiais. Alegaram que os comunistas da ANL, sob seu comando, haviam preparado uma emboscada para os policiais, resultando em múltiplos disparos contra os agentes de segurança. Todavia, em 1996, o Ministério da Justiça reconheceu a responsabilidade do Estado pela morte do guerrilheiro, desmentindo as versões preliminares dos órgãos de repressão (FILHO, 2021). Marighella não carregava armas, apenas cápsulas de cianureto para uso em caso de cárcere, porque preferia se suicidar a enfrentar a tortura e a prisão, como relata Filho (2021).

Luiz José da Cunha, popularmente conhecido como comandante Crioulo, foi um dissidente do PCB e ajudou a criar a ANL, juntamente com Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Ele foi assassinado em 13 de julho de 1973, após ser submetido a torturas extremamente violentas nas dependências do Grupo Especial do Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do Exército II de São Paulo (OLIVEIRA, 2006). Os registros militares afirmavam que ele tinha sido fuzilado pela equipe do DOI-CODI de São Paulo. José da Cunha foi enterrado de maneira indigna, sem a presença de sua cabeça, e registrado como indigente, apesar de os militares conhecerem sua verdadeira identidade³⁰. Antes de falecer, sua mãe, Maria Madalena da Cunha, forneceu sangue para identificar os restos mortais do filho por meio de um exame de DNA, mas a amostra foi

³⁰ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direito à verdade e à memória:** Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <https://cemdp.mdh.gov.br/modules/desaparecidos/acervo/ficha/cid/321>. Acesso em: 28 mar. 2024.

malconservada por Badan Palhares, chefe do Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas, impossibilitando a identificação³¹. Somente em 2006, graças a uma ação conjunta entre o Ministério Público Federal de São Paulo e a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), os restos mortais de Luiz José foram transferidos para o Instituto Médico-Legal (IML) de São Paulo.

Margarida Maria Alves foi brutalmente assassinada em 12 de agosto de 1983, ao ser atingida no rosto por um tiro de espingarda. O crime ocorreu diante de seu marido e filho, na porta de sua casa, em Alagoa Grande, no Brejo da Paraíba. Esse crime foi motivado pela militância de Margarida, que foi uma incansável defensora dos direitos dos trabalhadores agrários, segundo Guedes e Lemos (2021). De acordo com Silva e Bueno (2020), ela esteve na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande por cerca de 12 anos, lutando principalmente contra a violência no campo, a exploração dos camponeses e, especialmente, pela reforma agrária — um processo social e político que exige a redistribuição da posse de terra da forma mais justa entre a população rural, corrigindo as desigualdades históricas que garantiram abundância de terra a uma pequena parcela de proprietários e limitaram o acesso à terra para grande parte da população do campo (MARTINS, 1999). Ela foi uma mulher camponesa e sindicalista que testemunhou mudanças significativas no campo e no movimento sindical, abandonando a posição tradicional da mulher dona de casa para se tornar uma mulher influente no espaço público e político, afirmam Guedes e Lemos (2021).

A história de Margarida Maria Alves evidencia o papel fundamental das mulheres negras³² na resistência ao autoritarismo da ditadura civil-militar. Conforme Silva (2014), desde a constituição da sociedade brasileira, foi estabelecida a ideia de que as mulheres negras existiam unicamente para servir aos outros, uma perspectiva que, de certa forma, justificava a “captura” e a exploração sexual de mulheres escravizadas. É como se os atos de servir e cuidar

³¹ LUIZ José da Cunha. **Comissão Nacional da Verdade (CNV)**, Pernambuco, [s.d.]. Disponível em: https://www.comissaodaverdade.pe.gov.br/uploads/r/arquivo-publico-estadual-jordao-emerenciano/b/b/5/bb502c4c68c0eaa3b66a6e8fea85f1b86bbce44ffca92342fcd6d6a7e5e7587e/81b43972-d56e-4d6b-bc85-52ebc38b8ebb-LUIZ_JOSE_DA_CUNHA.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.

³² Não se pode discutir a ditadura e a repressão sem considerar a questão feminina, pois as mulheres tiveram uma participação intensa em todas as organizações políticas. As mulheres, em geral, de todas as raças e etnias, eram frequentemente submetidas a torturas, mesmo estando grávidas, ou tinham suas crianças sequestradas. Muitos bebês nasceram no cárcere, e suas mães perderam o contato com eles. Além disso, ocorreram outras formas de violência de gênero, incluindo estupros e abortos forçados, especialmente porque muitos estupros coletivos nos locais de tortura resultaram em gravidez. Portanto, é urgente reconhecer os traumas e as violações de direitos humanos cometidas contra as mulheres pela ditadura, abordando esse período sob a perspectiva de gênero para compreender os acontecimentos e as violências direcionadas especificamente a elas.

TELES, M. A. de A. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1001 – 1022, set.–dez. 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x2015000300018&script=sci_abstract. Acesso em: 26 mar. 2024.

fossem “atributos naturais” das mulheres em geral, especialmente das negras (SILVA, 2014). Para Silva (2014), esse pensamento foi bastante difundido por Gilberto Freyre, quando ele atribuiu dois papéis às mulheres negras: a mulata, que possuía o corpo e a essência sexual, e a negra, que possuía o corpo e a força para o trabalho pesado. Essas duas visões de Freyre são intrínsecas à sociedade brasileira desde então, com mulheres negras e comunistas engajando-se em movimentos de resistência à ditadura civil-militar, ao mesmo tempo em que lutavam contra as funções patriarcais e racistas que lhes foram atribuídas (SILVA, 2014). Portanto, mulheres negras e trabalhadoras, como Margarida, ocuparam espaços públicos, rompendo com as barreiras dos espaços privados que lhes foram impostos e lutaram tanto pela democracia quanto pela emancipação de outras mulheres.

Ao se engajar nos movimentos de resistência contra a ditadura militar em 1964, as mulheres negras comunistas são personagens em ruptura total com as funções que lhes foram atribuídas, que se insurgem contra a ordem estabelecida e que lutam para defender seus ideais. [...] Durante a ditadura militar, as mulheres negras buscaram todas as formas de organizações passíveis de atender às suas expectativas. Nesse período, muitas militantes tiveram suas primeiras experiências políticas nos partidos de esquerda, já outras iniciaram suas trajetórias no movimento feminista, assim como no movimento negro. Esses grupos, constituídos em um contexto autoritário, lutavam pelos direitos civis, pela liberdade política e contra as desigualdades sociais. [...] as mulheres lutavam pela anistia, pelas eleições livres e diretas, pela abertura dos espaços políticos tradicionais, por outro, elas privilegiavam ações que visavam às melhorias nas suas condições de vida. A importante participação das mulheres nos movimentos de oposição, suscitou um debate sobre a discriminação e a subordinação das mulheres, assim como, encorajou a sua participação nas produções científicas e nas ações políticas (SILVA, 2014, p. 2-4).

Apesar das divergências políticas e das possíveis disputas por poder — visto que um grande movimento social raramente existe sem discordâncias — a trajetória de Carlos Marighella, Luiz José da Cunha e Margarida Maria Alves, importantes ativistas negros de diferentes regiões do país, cada um com sua estratégia de luta e resistência, evidencia um aspecto comum no movimento de negros e negras: o conceito de quilombamento. Para Nascimento (2021), no decorrer do período da escravidão, o quilombo assumiu o sentido de resistência aos sistemas repressivos. Nesse espaço restrito e isolado, onde todos prezavam pela sobrevivência grupal, os negros buscavam uma nova forma de organização social, caracterizada por uma prática mais solidária e colaborativa. Com o passar do tempo, devido às desigualdades sociais e às injustiças que ainda afetavam esse grupo, os movimentos sociais liderados por pessoas negras passaram a buscar o quilombamento como uma forma de estabelecer uma comunidade, planejar ações contra o sistema e lutar por liberdade, respeito e justiça (NASCIMENTO, 2021). Não mais confinados a espaços limitados e isolados, como eram os quilombos antigos, durante a ditadura era possível quilombar-se em qualquer lugar, porque

essa era “uma atitude dos negros para se conservarem no sentido histórico e de sobrevivência grupal, e que ele [o quilombamento] se apresenta como assentamento social e organização que cria uma nova ordem interna e estrutural” (NASCIMENTO, 2021, p. 124).

A ordem oficial, a repressão, é que chamou isso de quilombo, que é um nome negro e significa união. Então, no momento em que o negro se unifica, se agrega, ele está sempre formando um quilombo, está eternamente formando um quilombo, o nome em africano é união. [...] O quilombo não é, como a historiografia tem tentado traduzir, simplesmente um reduto de negros fugidos, simplesmente a fuga pelo fato dos castigos corporais, pelo fato de os negros existirem dentro de uma sociedade opressora, mas também a tentativa de independência, quer dizer, a independência de homens que procuram por si só estabelecer uma vida para si, uma organização social para si. Então, fundamentalmente, o quilombo é uma organização social de negros, que foi só os negros que empreenderam essa organização social e que foi paralela durante o período de escravização. [...] Qualquer agrupamento que a gente [pessoa negra] faça [hoje em dia], qualquer relação que a gente tenha entre si, cada vez a gente está repetindo a forma de resistência cultural e racial e a possibilidade de criarmos, realmente, uma sociedade paralela, mas dentro dessa sociedade global que tanto nos oprimiu. [...] A utilização do termo quilombo passa a ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, sentido de luta como se reconhecendo homens, como se reconhecendo pessoas que realmente devem lutar por melhores condições de vida, porque merecem essas melhores condições de vida na medida em que fazem parte dessa sociedade (NASCIMENTO, 2018, 126–132).

Em união, eles buscavam força e fortalecimento, planejando não apenas ações públicas, mas estratégias de resistência, incluindo confrontos diretos com o governo para defender seus direitos e demandas por justiça social. Nascimento (2021) lembra que jovens negros e moradores de favelas, mesmo não pertencendo a grupos políticos, resistiam e fugiam das violências policiais. No final dos bailes, no Rio de Janeiro, negros e negras eram vítimas da violência policial; eram detidos sem justificativa, seus cabelos eram cortados à força, sofriam com banhos gelados e eram liberados somente quando os policiais decidiam. De uma maneira particular, seja por meio de fugas, desobediências ou bailes clandestinos, esses jovens resistiam à violência física e psicológica por parte da polícia. Isso mostra que houve o “quilombamento” ou o “associativismo negro” (MACHADO, 2023), não só entre os militantes ligados às questões étnico-raciais, mas, em maior ou menor grau, em todas as esferas da sociedade.

A construção de formas de associativismo, por parte da população negra, remonta às experiências do Período Colonial, quando os escravizados desenvolveram formas de reunir-se em grupos e organizarem-se, desde as maltas de capoeira e terreiros de candomblé. As irmandades religiosas católicas e agremiações de auxílio mútuo, que foram criadas ao longo do Período Republicano, tinham como objetivo promover a organização social, política, econômica e religiosa para esses grupos sociais, os quais, após a Abolição da escravidão, em 1888, continuavam a enfrentar adversidades, mesmo saindo da condição do cativeiro para a “liberdade”. [...] A construção da vida associativa para a população negra liberta [...] instituiu laços de solidariedade racial no período em que buscavam integrar-se à sociedade, sendo a organização coletiva, um modo de resistência. Tais formas de agenciamento da comunidade negra, através de organizações de apoio para buscarem melhores condições para vida em sociedade,

era constante entre negros livres e libertos, os quais procuravam assegurar direitos sociais para essa comunidade (MACHADO, 2023, p. 3-4).

Enfim, destacamos que os sujeitos negros se uniram em prol da democracia, além de lutarem por respeito, justiça e igualdade. No entanto, os militares no poder, visando evitar discordâncias e promover a imagem de um Brasil sem racismo, reprimiram com violência os movimentos liderados por negros e negras. Era proibido falar sobre racismo, exigir igualdade de oportunidades entre negros e brancos, acesso à educação de qualidade, tratamentos de saúde adequados, empregos dignos, moradias decentes e justiça. Não obstante, os movimentos negros se uniram e, de forma própria e colaborativa, revelaram que a união, o aquilombamento e o associativismo negro não se esgotam nem mesmo sob o militarismo.

Mesmo que de forma limitada, pois esse não é o objetivo principal da tese, procuramos, assim como Pires (2018), “racializar” a produção de memórias sobre a ditadura civil-militar a fim de evitar que as contribuições de negros e negras na luta por democracia sejam silenciadas e esquecidas. Evidenciamos que ativistas negros e negras, como Carlos Marighella, Luiz José da Cunha, Margarida Maria Alves e outros, deveriam ter um lugar de destaque na história brasileira, mesmo que seus nomes ainda não estejam em muitos livros didáticos (GOMES, 2012). Eles são heróis nacionais, símbolos de luta e resistência, como outros militantes anônimos cujas histórias se perderam no tempo; porém, ao contrário dos torturadores, raramente têm ruas e escolas que carregam seus nomes em forma de homenagem (KENY; PEREIRA, 2016).

2 “NÓS QUE FOI E SEGUE SENDO FRATURADO, MAS TAMBÉM RESSIGNIFICADO”³³: DISPUTAS DE SENTIDOS SOBRE NEGROS, ESPAÇOS URBANOS E VIOLÊNCIAS NO JORNALISMO

“A dor da gente não sai no jornal”
Notícia de Jornal — Chico Buarque

Paula e Marques (2023), dois jovens que se autodefinem como negra e negro, utilizam a fotocolagem (união da fotografia com a colagem) para criar uma afrovisualidade que constrói um espaço fantástico à margem da sociedade capitalista, onde habitam exclusivamente pessoas negras. Os autores acreditam que essa cidade dos sonhos só pode ser verdadeiramente narrada pela poesia das vivências negras em todos os aspectos do cotidiano. Seja em momentos sagrados, no trabalho, no tempo de lazer ou nos cenários das disputas políticas, as experiências e as histórias das corporalidades negras revelam a essência e a beleza desse território mítico. Esse universo dos sonhos contrasta com o real, onde sujeitos negros estão à margem da sociedade, sendo reprimidos, violentados e privados de direitos básicos teoricamente garantidos pela constituição.

Embarcando nas visões utópicas de Paula e Marques (2023), neste capítulo, buscamos não apenas apresentar a metodologia deste trabalho, que consiste na análise de narrativas, mas também problematizar, por meio de um amplo levantamento bibliográfico, as ideias contrastantes sobre sujeitos negros, espaços urbanos e violências. É por meio do confronto de ideias, ainda não realizado de forma empírica, que evidenciaremos como as pessoas negras foram e continuam sendo “fraturadas” por narrativas jornalísticas. Por menores que sejam seus espaços de fala, elas conseguem “ressignificar” as histórias únicas contadas por outros a seu respeito. Paula e Marques (2023) acreditam que o sonho negro, construído na base da valorização e da estima, não pode mais ser caracterizado por uma história única, como apontou Adichie (2019), mas pela possibilidade de transcender e criar outros mundos possíveis, seja por meio da arte, do jornalismo alternativo ou, por menor que seja o espaço, nas brechas da grande mídia.

³³ A frase “Nós que foi e segue sendo fraturado, mas também ressignificado” foi escrita por Paula e Marques (2023, p. 105) para descrever a exposição “Transcender: a cidade dos sonhos negros”.
 PAULA, T. A. de.; MARQUES, L. F. Transcender: a Cidade dos Sonhos Negros. **FotoCronoGrafias**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 17, p. 90 – 105, 2023. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/fotocronografias/article/view/129902>. Acesso em: 1 jul. 2024.

A exposição dos jovens artistas destaca a narrativa como uma possibilidade de fazer surgir um novo mundo, como este trabalho faz. Apesar de a estrutura do nosso mundo atual ser rígida e pautada no lucro, muitas vezes nos impedindo de fazer arte e de estabelecer discussões filosóficas, a narrativa pode mostrar uma nova forma de se apropriar desse universo, confrontar histórias únicas, disputar espaços e “transcender” as limitações impostas pelo nosso tempo, que é marcado por um sistema político e social sufocante.

Quando falamos em narrativa, estamos pensando nela de uma forma ampla, como destacou Matheus (2021). A narrativa não se limita apenas aos textos escritos; ela pode ser transmitida por meio de imagens. A afrovisualidade, portanto, é tão narrativa quanto os textos jornalísticos, que este trabalho utiliza como fonte para identificar as continuidades da escravidão, evidenciadas pelas intervenções militares na vida dos sujeitos negros atualmente. Tanto as narrativas visuais quanto as escritas, cada uma com sua própria estrutura e formas de acesso, desempenham um papel fundamental na transformação do universo social. Não pretendemos estabelecer hierarquias; ao invés disso, reconheço que uma não é mais relevante ou importante que a outra.

Na contemporaneidade, apesar de as discussões sobre raça terem ganhado mais visibilidade em muitos meios, ainda existem narrativas que reforçam histórias únicas sobre pessoas negras e as localidades onde elas, em sua maioria, vivem, como favelas e periferias. Conceição (2020), cujo pensamento será explorado mais a fundo ao longo deste capítulo, evidencia que a sociedade ainda vê os homens negros como “animalescos”, destacando seu suposto “risco à segurança”; as mulheres negras, por outro lado, são frequentemente vistas como aquelas que possuem “qualidades maternais” e “habilidades em servir”; pessoas de ambos os sexos ainda são hipersexualizadas, tratadas como “malandras” ou como aquelas que escolhem “o caminho mais fácil”. Silva (2018) esclarece que essas ideias preconcebidas a respeito das pessoas negras fazem com que as favelas e as periferias sejam entendidas como perigosas e como um risco para as demais zonas. É como se a violência existisse exclusivamente em áreas pobres, e não nas mais ricas.

Todavia, as disputas narrativas a respeito de sujeitos negros, espaços urbanos e violências ocorrem nas brechas dos grandes produtores de narrativas, seja na arte, como foi o caso da exposição “Transcender: a cidade dos sonhos negros”, ou no jornalismo, como ocorre no artigo de Becker (2024) sobre a indispensabilidade das práticas antirracistas. Não afirmamos que o espaço mínimo dado a esses temas seja suficiente, pois, segundo Gandra (2023), ainda existe uma grande desigualdade racial na grande mídia brasileira, o que afeta a visibilidade de determinados temas, a escolha de pautas e de perspectivas. Embora pessoas negras sejam

representadas no jornalismo e na publicidade, muitas vezes, devido a oportunidades de vendas e leis, os cargos de liderança ainda pertencem, em sua maioria, a brancos, o que explica a prevalência de determinadas leituras do mundo nos grandes meios de comunicação (GANDRA, 2023; FRANCO, 2019).

Após fazer esses apontamentos, destacamos o objetivo deste capítulo, que é evidenciar a perspectiva teórica a respeito da análise de narrativas. Esse método foi escolhido para analisar as matérias de *O Globo* sobre a militarização e as violências urbanas, termos que serão identificados e problematizados ao longo desta parte do trabalho. Assim, o capítulo será dividido em três partes: *A tríplice mimesis de Paul Ricoeur como base para a mediação jornalística*; *Um debate necessário: a militarização das cidades e sua matriz racista*; e *Violências no plural: explorando as dimensões das violências na cidade*.

Na primeira parte, recorreremos a Ricoeur (2010) para explicar o arco hermenêutico, detalhando os conceitos de mimesis I, mimesis II e mimesis III. Ricoeur define o arco hermenêutico como um processo interpretativo que destaca a interação ativa e dinâmica entre o contexto social, o narrador e o leitor. Mimesis I representa o “caldeirão simbólico” (CARVALHO, 2012), onde se encontram questões estruturais, simbólicas e temporais. Mimesis II é o estágio em que o jornalista constrói a narrativa, conectando o mundo prefigurado ao mundo refigurado. Mimesis III ocorre quando o leitor interpreta a narrativa, reconfigurando-a por meio de seu próprio ponto de vista. Mesmo que esse processo interpretativo pareça circular, Ricoeur (2010) argumenta que ele deve ser espiralado. Isso significa que a interpretação do autor retorna ao “caldeirão simbólico” de maneira reinventada, influenciando a criação de novas narrativas no futuro.

Nesta pesquisa, as contribuições de Ricoeur (2010) são fundamentais por duas razões principais. Primeiramente, ele destaca que as histórias não surgem do nada; pelo contrário, são moldadas a partir de elementos já presentes na sociedade, incluindo as ideias racistas que permeiam nosso contexto social. Em segundo lugar, Ricoeur nos encoraja a reconhecer que tanto a sociedade quanto, no nosso caso, os próprios jornais são diversos em suas perspectivas. Isso sugere que, em certos momentos, os jornais podem adotar visões desumanas e racistas, enquanto em outros podem confrontar e rejeitar essas ideias. Alguns grupos podem interpretar e concordar com as narrativas, reverberando sentidos semelhantes, ou discordar delas, produzindo novas perspectivas sobre o universo social.

Na segunda parte do capítulo, por meio de Graham (2016), exploramos o conceito de urbanismo militar e como estratégias e táticas, anteriormente reservadas a períodos de guerra, agora são usadas para o controle social. Para destacar a dimensão racista da militarização da

vida, consultamos autores que abordam não apenas a biopolítica, como Agamben (1998), mas também a necropolítica, como Mbembe (2018), Bento (2018) e Lima (2018). Eles enfatizam que o Estado visa governar a vida (biopolítica) e a morte (necropolítica). Desta maneira, o Estado estabelece zonas onde a morte é uma possibilidade, áreas onde indivíduos são considerados descartáveis devido à sua falta de contribuição ativa e significativa para o capitalismo. Isso indica que a necropolítica não apenas difunde a morte — evidenciada pelo grande número de jovens negros assassinados pela polícia, por exemplo —, mas cria condições que aumentam o risco à vida, como a falta de assistência médica, social e assistencial para os mais desfavorecidos.

Na última seção, demonstraremos que a violência não é um fenômeno isolado, mas um conjunto de diversas formas diferentes e interconectadas. Por isso, usamos o termo “violências”, no plural, para enfatizar que a exclusão, o Estado repressivo que não garante direitos e o jornalismo que condena os pobres sem evidências estão interligados. A exclusão espacial favorece a proliferação de diversas formas de violência. Ao mesmo tempo, o Estado exerce uma repressão dirigida a determinados grupos, mas não consegue assegurar adequadamente os direitos de todos, agravando a segregação, suas injustiças e desigualdades. O jornalismo, por sua vez, desempenha um papel crucial nesse ciclo porque, frequentemente, não questiona ou dá voz às vítimas dessas violências; de forma oposta, muitas vezes, reforça preconceitos e contribui para a perpetuação da exclusão e da violência.

Identificamos, portanto, um ciclo contínuo de violências que afeta diretamente os pobres no Rio de Janeiro. Para explicá-lo, recorreremos a autores que estudam a formação histórica das favelas e periferias, como Vaz (1994) e Brum (2024). Dado que o Estado não assegura direitos básicos para essas comunidades e seus moradores, mas, ao invés disso, investe significativamente em políticas de segurança repressivas, analisamos seu papel como detentor legítimo do uso da violência, com base em autores como Moraes (2023), Cano (2007), Silva (2008), Porto (2004) e outros. Além disso, fundamentados principalmente em Oliveira (2011) e Roque (2021), buscamos entender como o jornalismo contribui para perpetuar as violências contra negros e pobres, especialmente no Rio de Janeiro.

2.1 A tríplice mimesis de Paul Ricoeur como base para a mediação jornalística

“Sou filha de todas as vozes
Que vieram antes
Sou mãe de todas as vozes
Que virão depois”
Mãe de todas as vozes—Nando Reis

Citada no início desta subdivisão, a música “*Mãe de todas as vozes*”, escrita por Nando Reis e eternizada na voz de Gal Costa, revela o caráter espiralado das narrativas, conforme proposto por Ricoeur (2010). A ideia de ser “filha de todas as vozes que vieram antes” demonstra que as narrativas são influenciadas por outras que as antecederam, sendo formadas e enriquecidas tanto pelas experiências do passado quanto pelas ideias que circulam no mundo atual. Da mesma forma, ser “mãe de todas as vozes que virão depois” significa que o narrador, ao criar o mundo por meio da narração, assume a responsabilidade de influenciar as narrativas futuras, que serão elaboradas por outras pessoas.

A ideia de arco hermenêutico, um processo interpretativo proposto por Ricoeur (2010), está contida no trecho da música, uma vez que ele revela a natureza ativa e dinâmica da interação entre o contexto social, o narrador, a produção de sentidos e o leitor. Como em “*Mãe de todas as vozes*”, o diálogo entre o narrador e o leitor é estabelecido, e há a compreensão de que cada voz — seja do passado, presente ou futuro — contribui para a tessitura da intriga em novas narrativas. Por conseguinte, o narrador não é apenas um transmissor, nem o leitor um mero receptor; ambos interagem e participam ativamente do processo mimético.

Com base em Ricoeur (2010), compreendemos o processo mimético como um elemento central da linguagem e da ação humana sobre o mundo. Nesse sentido, a mimesis não se limita a uma simples imitação ou representação da realidade; pelo contrário, ela é uma mediação entre o sujeito e o mundo. Ao criar narrativas, os sujeitos não apenas representam a realidade, mas a reinterpretam e a transformam por meio de suas experiências, culturas e perspectivas. Desse modo, Ricoeur (2010) nos mostra que o processo mimético serve como mediação entre o mundo e a subjetividade humana. Por meio desse diálogo estabelecido entre narrador e leitor, as narrativas se apresentam como espaços de troca e construção conjunta, refletindo a complexidade e a interconexão das experiências humanas ao longo do tempo.

Com o intuito de aprofundar ainda mais os pensamentos de Ricoeur (2010), conceituamos mimesis I, mimesis II e mimesis III para explicar o que o autor entende como arco hermenêutico, ou seja, um processo interpretativo que enfatiza a natureza ativa e dinâmica

da narrativa. Este texto foi elaborado com base em Ricoeur (2010) e em autores que o interpretaram, revelando que mimesis I corresponde ao mundo de histórias e outras referências herdadas de outros, como as “vozes que vieram antes”; mimesis II é o processo de criação de intriga, quando a narrativa é construída (afina, “uma música, toda música, é como a voz de alguém”); e mimesis III é o momento em que os leitores reconfiguram a história, trazendo novas ideias e significados ao mundo, as “vozes que virão depois”.

O mundo prefigurado, chamado de mimesis I, corresponde à “pré-compreensão do mundo da ação: de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal” (RICOEUR, 2010, p. 96). Dessa forma, mimesis I é composta por estruturas inteligíveis, que estão mais relacionadas à estrutura interna da história, à forma como ela é construída e apresentada a uma determinada sociedade, por meio de enredos, personagens, espaços e estilos. A dimensão simbólica também está presente, remetendo a mitos, crenças, valores e relações de poder que o narrador invoca para dar sentido à sua obra. A dimensão temporal é igualmente relevante para a composição, pois não se limita à compreensão cronológica do tempo, expressa em horas, dias e anos, mas abrange o “tempo narrativo”, que articula passado, presente e futuro para explicar a experiência e o agir humano no mundo.

No mundo configurado, em mimesis II, ocorre o ato de tecer a intriga, conforme esclarece Ricoeur (2010). “A intriga é a mediadora por excelência entre o mundo que precede a narrativa e o que vem após a colocação em circulação” (CARVALHO, 2012, p. 176). Também pode ser entendida como a “composição verbal através da qual o texto se transforma em narração. É por meio dela que o narrador seleciona e organiza os acontecimentos para que a história contada seja completa. O texto deve ser um conjunto de instruções que permita orientar a sua compreensão” (FORTUNA, 2017, p. 38). Para Matheus (2021, p. 14), mimesis II representa a composição interna da obra, que possui “textualidades ou sistemas semióticos complexos, mais do que simplesmente conteúdo”.

Mais detalhadamente, Ricoeur (2010) esclarece que a mimesis II tem a função de mediação entre o mundo prefigurado (mimesis I) e o mundo refigurado (mimesis III):

Ao situar mimesis II entre um estágio anterior e um estágio posterior da mimesis, não busco apenas localizá-la e enquadrá-la. Quero entender melhor sua função de mediação entre o antes e o depois da configuração. Mimesis II só tem uma posição intermediária porque tem função de mediação. Ora, essa função de mediação deriva do caráter dinâmico da operação de configuração, que nos levou a preferir o termo construção da intriga ao de intriga e o termo agenciamento ao de sistema. Todos os conceitos relativos a esse nível designam, com efeito, operações. Esse dinamismo consiste no fato de que a intriga já exerce, em seu próprio campo textual, uma função de integração e, nesse sentido, de mediação, que lhe permite operar, mesmo fora desse campo, uma mediação de maior amplitude entre a pré-compreensão e, se me permitem

dizer, a pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais (RICOEUR, 2010, p. 113–114).

Já em mimesis III, no mundo refigurado, é o momento em que o leitor é convidado a participar ativamente da trama, tornando-se parte integrante na produção de sentidos, conforme esclarece Ricoeur (2010). O leitor não é passivo; pelo contrário, atua de forma reconfiguradora, fazendo apropriações e reapropriações de acordo com suas próprias convicções. Em mimesis III, é importante que o narrador e os leitores compartilhem o mesmo mundo prefigurado, com suas estruturas, simbologias e temporalidades, tornando os leitores aptos “não somente à apreensão de eventuais desníveis entre o dito e o acontecido, como também na condição de reconfiguradores do mundo” (CARVALHO, 2012, p. 179).

De acordo com Ricoeur (2010), os leitores criam referências ao devolver ao mundo a história que analisaram, o que ocorre no estágio de mimesis III. Essa interpretação é influenciada por experiências, conhecimentos e contextos anteriores, resultantes de ligações e saberes prévios, sejam pessoais ou sociais. Isso implica que, ao reinterpretar as narrativas, os leitores podem compartilhá-las de diversas maneiras, enriquecendo o conhecimento coletivo. Neste processo, os sentidos iniciais da narrativa podem sofrer alterações, dada a subjetividade da interpretação, que é influenciada pelas referências culturais e sociais do leitor. Além disso, quando essas interpretações são apresentadas ao mundo, elas podem ser reinterpretadas por outros em futuras histórias, resultando em novas construções simbólicas e temporais.

Com isso, Ricoeur (2010) evidencia que leitores e narradores passaram por processos de socialização que fixaram, em ambos, determinadas perspectivas sobre o universo social, formando um conjunto de experiências e saberes ao longo de suas existências. Por isso, Fortuna (2017) esclarece que as narrativas são formadas pelas impressões pré-construídas de seus criadores e serão interpretadas conforme as referências dos leitores, que podem concordar ou discordar com o que está sendo narrado. Nessa lógica, as narrações são elaboradas de acordo com as perspectivas e os aspectos simbólicos dos narradores. Por sua vez, o leitor pode concordar com as narrativas e reverberar os mesmos sentidos ou discordar delas, criando outras impressões e novas significações.

Devido à explicação do arco hermenêutico, é possível notar que o final da narrativa também marca seu início, ou melhor, seu recomeço. Esse processo pode parecer circular, mas Ricoeur (2010) afirma que ele deve ser espiralado. Se fosse circular, as interpretações e os significados ficariam presos no mesmo ponto simbólico. Porém, por ser espiralado, a narrativa se reinventa, promovendo a criação de novas significações. Com o intuito de evidenciar essa diferença, Fortuna (2017) diz que, em um processo interpretativo circular, o universo social

serve como referência para o narrador, que elabora sua narrativa com base em visões limitadas de mundo. Consequentemente, quando o leitor recebe essa narrativa, teria dificuldade em interpretá-la com seus próprios conhecimentos e experiências, resultando na mera reprodução das ideias do narrador. Em contraste, no processo espiralado, o narrador constrói sua narrativa fundamentada no universo social, e o leitor, ao recebê-la, a interpreta de acordo com suas próprias vivências e saberes, devolvendo ao mundo uma nova interpretação, que contribuirá para a criação de futuras narrativas. Para que o processo espiralado seja viável, segundo Fortuna (2017), é preciso não apenas transformar as ideias, mas também projetar novos futuros possíveis.

Logo, percebemos que as contribuições de Ricoeur (2010) são essenciais para este trabalho por dois aspectos. Primeiro, ele colabora com o entendimento de que as narrativas não surgem do nada; pelo contrário, elas se constroem a partir de elementos já existentes no mundo social. Em segundo lugar, Ricoeur nos permite considerar que a sociedade é heterogênea e que suas opiniões não são fixas, nem os próprios jornais o são.

No primeiro ponto, quero dizer que as narrativas jornalísticas não surgem do nada, mas têm suas referências no “caldeirão simbólico” oferecido pelo mundo social. Para construir seu argumento, o narrador recorre a esse caldeirão para identificar e utilizar elementos consagrados na sociedade em que está inserido, como a história, as ideias e crenças, as normas, as práticas culturais, as relações entre indivíduos e grupos, além dos símbolos e seus significados. Assim, ao elaborar uma narrativa sobre negros e negras, bem como sobre os territórios predominantemente habitados por eles, os jornalistas podem recorrer, consciente ou inconscientemente, a elementos racistas, excludentes e desumanos presentes nesse “caldeirão simbólico”, resultado de anos de escravização do povo negro, perpetuando representações negativas, injustiças, desigualdades e desvalorização de certas comunidades.

Destaco na segunda afirmação a participação dos leitores na manutenção ou no confronto de sentidos sobre as pessoas negras e os locais onde elas, em sua maioria, vivem. A sociedade é plural, o que significa que alguns grupos concordarão com as notícias que retratam os negros como criminosos e as favelas e as periferias como locais de crimes, enquanto outros discordarão. Aqueles que concordam com essas ideias tendem a reforçar as perspectivas preconceituosas, enquanto os que questionam criam outros significados, defendendo abordagens mais justas, humanas e respeitadas. A disputa de significados em relação aos negros e aos seus locais de moradia também está presente nos periódicos, que não são homogêneos. Portanto, alguns jornalistas podem divulgar narrativas desumanas e opressivas, enquanto outros optam por abordagens mais humanas e socialmente inclusivas. Resumindo, em uma sociedade

onde as disputas de poder são constantes, os jornais tendem a questionar e, ao mesmo tempo, reproduzir essas tensões.

2.1.1 Narrativa cíclica como reforçadora de sentidos sobre negros e pobres nos jornais

Ricoeur (2010) afirma que o leitor sempre interpreta a narrativa e lança novos sentidos ao mundo, reconfigurando o que foi lido conforme suas visões baseadas na sociedade e na cultura. Seguindo essa mesma lógica, Fortuna (2017, p. 39) afirma que, por meio da narrativa, “o leitor pode imaginar a realidade diferente”. Matheus (2021, p. 9) menciona que o arco hermenêutico completo é a “transfiguração do mundo, ou seja, a ressignificação”, e Carvalho (2012, p. 179) destaca que os leitores são “reconfiguradores do mundo”. Essa ideia sugere que os leitores, ao interpretarem e se apropriarem das narrativas, geram sempre novos sentidos, que são devolvidos ao mundo reconfigurados e transfigurados. No entanto, ao apontarmos a continuidade histórica da escravidão na vida dos negros, mostrando que uma parte da sociedade ainda representa, pune e não garante direitos básicos a esse grupo racial — semelhantemente ao período escravocrata —, tendemos a questionar essa constante reconfiguração do mundo por meio da narrativa.

Consequentemente, dependendo de quem elabora ou tem acesso à narrativa, é possível criar significados sobre o mundo, o que é positivo. No entanto, também podem ser reforçados os significados anteriores, mesmo que problemáticos. O leitor pode ajustar ligeiramente os sentidos, preservando as mesmas representações questionáveis dos narradores, ou criar outras ainda mais duvidosas. Embora Ricoeur (2010) afirme que a mimesis I deve ser encaminhada para a mimesis III de forma espiralada para criar outros significados, Fortuna (2017) explica que esse movimento também pode ser realizado de forma cíclica, visando manter os leitores no mesmo lugar imaginativo. A autora sugere que o jornal pode focar no mesmo tema, como a violência urbana, apresentando sempre as mesmas perspectivas, como o endurecimento de penas e leis, sem oferecer visões divergentes sobre o tema principal. Com isso, o jornal “reforça o sentido anterior [...]; fixa o leitor na mesma ideia, estabelecendo um ciclo vicioso” (FORTUNA, 2017, p. 39).

Considerando essas problematizações a respeito do arco hermenêutico proposto por Ricoeur (2010), temos o objetivo de evidenciar, por meio de um breve levantamento bibliográfico, como as narrativas preconceituosas e desumanizadoras sobre os sujeitos negros, formuladas inicialmente no período da escravidão, ainda persistem na contemporaneidade, mesmo que sob outras formas e visibilidades. Focando nas narrativas jornalísticas, buscamos entender como elas, de maneira intencional ou não, contribuem para a produção e a cristalização de sentidos que desumanizam os sujeitos negros. Partimos da hipótese de que isso ocorre por

meio da redução da visibilidade de suas vozes, da desqualificação de seus discursos ou da minimização de seus movimentos de resistência — podendo, embora não seja o único fator em jogo, contribuir para a perpetuação de percepções dominantes e racistas.

Para Vale (2021), é comum que as narrativas que circulam na contemporaneidade continuem desumanizando os sujeitos negros, como ocorria na escravidão. No passado, os escravizados eram desumanizados quando suas características humanas, como dores e sentimentos, eram negadas, justificando que suas forças fossem exploradas ao máximo. Como não eram considerados humanos, podiam sofrer as piores violências e ser submetidos a condições cruéis até a morte — essa era a lógica defendida no período, pois trazia lucro aos senhores e ao sistema econômico. Eram tratados como propriedades, perdendo toda a sua subjetividade durante as compras, vendas e descartes, o que representa o maior sinal de desumanização. Eram considerados coisas, objetos, e, por essa razão, suas limitações físicas, desejos e singularidades eram totalmente desconsiderados pelos senhores, esclarece Vale (2021).

Atualmente, a desumanização das pessoas negras ainda persiste na sociedade, mas se manifesta de maneira diferente, especialmente em contextos relacionados ao jornalismo, à violência urbana e às políticas de segurança pública. Como aponta Almeida (2014), a desumanização dos sujeitos negros não é mais utilizada para justificar a exploração do trabalho excessivo; no entanto, esses indivíduos continuam a enfrentar condições de trabalho intensas, muitas vezes por salários menores. Essa falta de reconhecimento da humanidade dos negros nos dias de hoje contribui para a legitimação do genocídio ao qual esse grupo está submetido, frequentemente em nome da segurança pública, esclarece Almeida (2014). Os planos de segurança, que costumam ser repressivos, negam não apenas a dignidade e os direitos, mas também o valor da vida dessas pessoas. Essa desumanização se torna ainda mais evidente quando indivíduos negros são tratados como culpados, mesmo que inocentes, apenas por viverem em áreas associadas ao crime (ALMEIDA, 2014).

Segundo Almeida (2014), o Estado age com violência, repressão e negação de direitos contra os negros, sob a justificativa de que eles seriam os responsáveis pelo caos e pela violência, por isso precisam ser controlados. Parte da população acaba apoiando essas ações porque, no fundo, também não vê essas pessoas como humanas e se sente mais segura com esses métodos de controle. Quando o Estado não implementa planos de segurança que tiram a vida dos negros, tende a abandoná-los à própria sorte, o que representa outra forma de deixá-los perecer (ALMEIDA, 2014). Como resultado, estão expostos a altos índices de analfabetismo, subemprego e desemprego, além de alta mortalidade, e à ausência de políticas

eficazes para acesso à saúde e à justiça, como já foi evidenciado no primeiro capítulo deste trabalho.

Não é incomum que as narrativas midiáticas contribuam para a desumanização, ao legitimarem os planos de segurança repressivos do Estado, esclarece Almeida (2014). Isso ocorre quando incentivam o alto investimento em militarização urbana nas favelas e nas periferias, um esforço que, em geral, não é direcionado à cobrança por políticas públicas e garantias de direitos para essas localidades e seus habitantes.

No Brasil, resistimos cotidianamente à morte anunciada pela discriminação racial. No entanto, na maioria das vezes rendemo-nos diante da força da mídia que, maciçamente, naturaliza a violência racial contra a população negra em seus programas sensacionalistas, ridicularizando e inferiorizando a imagem desse grupo étnico-racial no trabalho, na educação, na religiosidade, no noticiário policial e até no exercício da sexualidade e orientação sexual. A mídia é apenas um dentre os muitos dispositivos de poder hegemônicos (ALMEIDA, 2014, p. 132).

Conceição (2020) esclarece que, devido a séculos de desumanização das pessoas negras, o racismo persiste na sociedade brasileira, ainda que tenha se transformado e se adaptado desde o período da escravidão. Hoje, para Conceição (2020), de forma indireta ou direta, os homens negros ainda são descritos como “animalescos” e “riscos à segurança”, sendo assassinados brutalmente tanto pela polícia quanto por outros grupos. Impõem-se às mulheres negras as qualidades maternal e servil, como se elas ainda fossem amas de leite, feitas para servir aos brancos e cuidar de seus filhos. Os sujeitos negros continuam a ser hipersexualizados, como se realmente tivessem “a cor do pecado”, estando sempre disponíveis tanto para o sexo sem compromisso quanto para frequentes investidas sexuais. Também são vistos como “malandros”, “mentirosos” e aqueles que buscam o “caminho fácil” para atingir seus objetivos. Segundo Conceição (2020), todas essas características, direta ou indiretamente, ainda são reproduzidas em diversas narrativas, sejam elas jornalísticas ou não, como se fossem totalmente verdadeiras. Essa situação é agravada pela ausência de representatividade de negros e negras nos espaços onde essas narrativas são construídas e circulam, tal como em ambientes de tomada de decisão política e formulação de políticas públicas.

Como consequência da falta de pessoas negras em espaços de construção de narrativas midiáticas, Rodrigues (2023) esclarece que homens negros ainda são representados majoritariamente como raivosos, brutos, violentos, maus, máquinas de sexo, fortes e musculosos, restringindo suas vivências, corpos e vidas a essas representações. Elaboradas inicialmente no período colonial, essas representações ainda afetam a autoestima, as relações e a afetividade desses homens; é como se eles servissem apenas para o consumo sexual (máquina

sexual), tivessem de ser controlados devido à suposta periculosidade (raivosos, violentos, brutos e maus) e estivessem aptos ao trabalho pesado e desumano (fortes e musculosos).

Como se já não bastasse a exploração física de seus corpos em jornadas de trabalho indignas, sem viabilidade de exercer sua condição humana, visto que sua existência naquele momento era apenas de servir, como uma máquina que tem a função de desempenhar serviços sem qualquer questionamento ou possibilidade de uma negativa sobre determinada ordem que lhe fosse atribuída, os usos e abusos de corpos negros se estendiam à violência(s) e a exploração sexual pelos seus senhores. [...] Dessas relações homens brancos se aproveitavam para viver tranquilamente suas satisfações sexuais e ainda introjetar nas iniciações e experimentações de seus filhos, a naturalização do discurso de propriedade e submissão de corpos negros, independente de quaisquer valores morais, para atender seus desejos e pulsões sexuais. Ainda temos a questão das doenças que foram disseminadas por essas práticas, e por muitos anos atribuiu-se que os africanos seriam os responsáveis [...] Homens e mulheres negras eram submetidos aos mais diferentes castigos e deveriam satisfazer aos seus senhores, isso inclusive sexualmente, servirem como instrumento de satisfação e prazer (RODRIGUES, 2023, p. 34–35).

Tratando-se da vivência de mulheres negras, Souza, Sousa e Teodoro (2024) esclarecem que o racismo presente na estrutura social brasileira afeta diretamente a vida dessas mulheres, impondo-lhes o papel de donas de casa ou empregadas domésticas que precisam renunciar à própria vida para cuidar do outro. Como resultado, as mulheres negras frequentemente encontram dificuldades em acessar empregos em áreas que não estão diretamente relacionadas ao cuidado e, quando conseguem, geralmente recebem salários mais baixos (SOUZA; SOUSA; TEODORO, 2024). Mesmo quando trabalham em setores privilegiados, elas, muitas vezes, são vistas pelos colegas como responsáveis por tarefas de cuidado e limpeza, apesar de não terem essas funções (SOUZA; SOUSA; TEODORO, 2024).

Ademais, como a maioria das mulheres, as negras enfrentam uma dupla jornada de trabalho, precisando dar conta do serviço doméstico não-remunerado e de seus afazeres laborais remunerados. No entanto, de acordo com Souza, Sousa e Teodoro (2024), as mulheres negras enfrentam uma carga de trabalho ainda maior do que as brancas, devido a uma série de fatores, como trabalhos precários, baixa remuneração, rede de apoio insuficiente e residências em áreas urbanas pobres, o que agrava suas condições de trabalho e de vida.

Continuando a pensar no contexto contemporâneo, é comum encontrar narrativas midiáticas que hipersexualizam os corpos de negros e negras. Oliveira (2022) compara a representação de mulheres brancas à de mulheres negras em revistas brasileiras, considerando o racismo e a misoginia. Nas publicações analisadas, enquanto as mulheres brancas eram retratadas como virgens e puras, o tipo ideal para o casamento, as mulheres negras eram vulgarizadas e hipersexualizadas, o modelo para o sexo sem compromisso. Nazário (2023) revela que os homens negros são igualmente hipersexualizados na mídia em geral, embora seu

foco maior esteja nas narrativas cinematográficas. É como se todos os homens negros tivessem corpos fortes e definidos não apenas para satisfazer os desejos sexuais dos outros, mas também para suportar longas horas de trabalho. Em sua investigação, Nazário (2023, p. 11) afirmou que “o negro sempre é representado pela branquitude, objetificado ora por ter maior habilidade no trabalho braçal, em virtude do seu vigor físico, ora para servir sexualmente aos desejos”.

Em relação aos aspectos emocionais de homens negros, Ribeiro (2019) afirma que eles enfrentam mais dificuldades para expressar o que sentem, um problema que os não-negros vivenciam em menor grau. Essa situação é contraditória: na mídia, são representados como perigosos, selvagens e desprovidos de sentimentos, mas, no mundo real, o racismo estrutural faz com que se sintam inferiores e não consigam expressar suas emoções. Ribeiro (2019) esclarece que, geralmente, os negros vivenciam sentimentos paradoxais e emoções contraditórias a respeito deles mesmos, ora assumindo o lugar da brutalidade, ora se deparando com sua própria fragilidade. Até assumem uma posição de virilidade, mas, ao mesmo tempo, lidam com o desejo de receber amor e valorização de suas personalidades, sem o grande foco dado aos seus corpos. Isso mostra que “se você é visto como um sujeito brutalizado, visto como um sujeito truculento, visto como um sujeito viril durante muito tempo, começará a acreditar que não precisa de outras ‘forças’ para ser um sujeito” (RIBEIRO, 2019, p. 103).

Para Neto (2023), os corpos de negros e negras são constantemente tratados com indiferença e desamor devido à hipersexualização, resultando em uma profunda sensação de solidão para esses sujeitos. “Essa solidão surge como resultado da negação do amor e do respeito aos negros, onde suas identidades são reduzidas a estereótipos sexuais e desumanizados, e onde corpos negros são estereotipados e objetificados” (NETO, 2023, p. 38). Em particular, as mulheres negras enfrentam problemas de saúde mental não por falta de parceiros, mas sim pela ausência de um espaço em que sejam verdadeiramente amadas, sem a necessidade de servir e acolher as necessidades dos outros, esquecendo os próprios desejos e sentimentos. Igualmente, os homens negros também experienciam essa solidão, pois, muitas vezes, são vistos apenas como objetos de satisfação sexual, e não como pessoas dignas de amor, acolhimento e companheirismo. Para Neto (2023, p. 39), essas representações de sujeitos negros “são construídas e divulgadas recorrentemente com a função de desumanizar e controlá-los, propagando práticas históricas e contemporâneas de dominação”.

Sendo assim, como resultado, Oliveira (2022), Nazário (2023), Ribeiro (2019) e Neto (2023) afirmam que a hipersexualização afeta os relacionamentos amorosos de pessoas negras, criando dinâmicas disfuncionais em que as expectativas sexuais em vários momentos se sobrepõem ao desejo de estabelecer conexões emocionais. Essa situação impacta negativamente

a autoestima delas, pois sentem que são valorizadas apenas pela aparência e pelos corpos, e não por suas qualidades únicas ou conquistas ao longo da vida. Sozinhas, elas se veem como invisíveis quando se trata de serem consideradas para relacionamentos amorosos, reforçando a sensação de que são desvalorizadas e não vistas como uma escolha viável para estabelecer um relacionamento (OLIVEIRA, 2022; NAZÁRIO, 2023; RIBEIRO, 2019; NETO, 2023).

Segundo Conceição (2020), a sociedade ainda carrega a ideia preconceituosa de que pessoas negras, especialmente homens, são desonestas, manipuladoras e sempre à procura de atalhos para atingir seus objetivos. Essas ideias generalistas, que supõem que todos os negros são iguais, sem exceção, contribuem para a manutenção de práticas punitivas direcionadas à população negra, semelhantes às do período da escravidão, embora com algumas diferenças, como esclarecem Conceição (2020) e Neto (2023). Os castigos não são mais executados pelos senhores de engenho e seus capangas; esse papel passou a ser exercido pelo Estado, que atua por intermédio das polícias, do Exército e de outras instituições repressivas (MISSE, 2009). O controle do espaço urbano não é mais feito pelos senhores e seus mandantes, limitados em atuação e armamento, mas por instituições armadas e treinadas para a guerra (ROCHA, 2018; GRAHAM, 2016). Mesmo as atitudes e os atos racistas passaram por transformações: no passado, eram manifestos de forma explícita, mas, no presente, persistem de maneira muitas vezes velada (SILVA *et al.*, 2019).

De acordo com Neto (2023), os atos desumanos, as punições extremas e os controles exercidos durante o período escravocrata não desapareceram por completo da sociedade. Contudo, houve alterações que tornaram essas práticas racistas e violentas menos explícitas, como a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes do preconceito racial ou de cor (BRASIL, 1989). Antes, no período da escravidão, as práticas e falas racistas eram visíveis; hoje, na contemporaneidade, elas continuam ocorrendo, mas de forma velada, (NETO, 2023). Isso se deve à construção da ideia de que brancos e negros convivem em paz no Brasil, um mito que esconde a tentativa de extermínio negro: “a característica mascarada do racismo contribui para que a situação real não seja enfrentada, fazendo com que o próprio povo absorva que o racismo não existe” (NETO, 2023, p. 21). Semelhantemente, Diniz *et al.* (2023, p. 10) afirmam que “embora parte da sociedade siga sustentando que não existe racismo no Brasil, ou que as reações são ‘exageradas’, as pessoas negras identificam com facilidade as características e sustentam as consequências do racismo no Brasil”.

O racismo no Brasil também se manifesta de maneira explícita e visível, como ocorria no período da escravidão, por mais que Diniz *et al.* (2023) e Neto (2023) digam que, atualmente, ele seja expresso de forma velada. Em alguns casos, essa forma explícita de racismo é até

defendida por parte da sociedade, não recebendo a devida punição. Por exemplo, os negros ainda são amarrados e espancados pela polícia³⁴ ou por civis³⁵ e, na maioria das vezes, estão em situações análogas à escravidão³⁶ ou, de tão desumanizados, são mortos sem nenhuma razão, apenas para deixarem de existir nos espaços urbanos³⁷. Nesse sentido, Teixeira (2020) esclarece o porquê, apesar das leis antirracistas, aqueles que cometem racismo ou injúria racial ainda ficam impunes ou recebem penas mais brandas:

A lei de racismo proposta como pilar máximo de uma política criminal exteriorizada propriamente para um Estado Democrático de Direito, nada mais representa que a simbologia de uma falsa tentativa de solução do que a própria resolução, afinal, quando o primeiro ideal é transpassado tem-se a manutenção da ordem violenta simbolicamente vigente, em via do fato da baixa efetividade prática da lei imputar na perpetuação da violência, criando a impunidade e, por sua vez, o favorecimento do agressor, o qual se encontra na própria elite de poder que criou o mandamento legal, junto a tranquilização do clamor social que vê-se satisfeito com a medida. Em suma, o próprio fazer normativo deficiente é o que caracteriza a violência estatal simbólica branca sobre o grupo menos favorecido da classe negra [...] a lei de racismo, apesar de seus inequívocos avanços normativos simbólicos, não apresenta qualquer desenvolvimento concreto e efetivo relacionado à diminuição e extinção de práticas discriminatórias e preconceituosas racistas, sendo classificada como mera política criminal [...]. Isto é, alimenta o status quo de uma sociedade elitizada branca que está acostumada a normalizar e demonstrar neutralidade quanto a falta de proteção a direitos correlacionados a igualdades substanciais históricas. Em suma, a representação de uma excelente ação paliativa com apoio social que jamais chegará ao cerne da questão, o qual só poderia verdadeiramente ser solucionado através de outras vias jurídicas de controle social, como políticas públicas administrativas (TEIXEIRA, 2020, p. 194).

Diante do crescente número de narrativas e práticas racistas desde o período da escravidão até os dias atuais, bem como de seus efeitos na vida das pessoas negras, questionamos a ideia de que narradores e leitores estão constantemente criando perspectivas novas sobre o mundo (RICOEUR, 2010). Em vez disso, refletimos sobre a possibilidade de que, como sociedade, estejamos repetindo “histórias únicas” (ADICHIE, 2019) sobre essas pessoas. Uso a expressão “como sociedade” porque, segundo Coutinho e Oliveira (2021), as

³⁴ VAZ, L. *et al.* 'Amarraram os pés e as mãos, parecendo porco', diz mãe de homem negro que aparece em vídeo sendo preso pela PM de SP. **G1**, São Paulo, 1 dez 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/01/amarraram-os-pes-e-as-maos-parecendo-porco-diz-mae-de-homem-negro-que-aparece-em-video-sendo-presos-pela-pm-de-sp.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

³⁵ JUSTICEIROS: o adolescente espancado e preso a um poste pelo pescoço no Rio. **O Globo**, [s.l.], 7 dez. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2023/12/justiceiros-o-adolescente-espancado-e-presos-a-um-poste-pelo-pescoco-no-rio.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

³⁶ PAULUZE, T. Em 2022, mais de 2,5 mil pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil. **G1**, [s.l.], 24 jan. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/post/2023/01/24/em-2022-mais-de-25-mil-pessoas-foram-resgatadas-do-trabalho-analogo-a-escravidao-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2024.

³⁷ QUEIROZ, T. Baleado durante ataque a moradores em situação de rua está em estado gravíssimo. **O Dia**, Rio de Janeiro, 24 mai. 2024. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2024/05/6852297-baleado-durante-ataque-a-moradores-em-situacao-de-rua-esta-em-estado-gravissimo.html>. Acesso em: 28 jul. 2024.

narrativas refletem o mundo social e, para entendê-lo, é preciso recorrer às produções narrativas das pessoas que nele vivem.

A narrativa, então, começa a ser entendida como “uma forma de organização básica da experiência e da memória humana [...] e como um notório instrumento de produção de significado”, destacam Coutinho e Oliveira (2021, p. 96). E é justamente pelo ato de narrar que os sujeitos cristalizam ideias sobre pessoas, grupos e localidades, criando injustiças, definindo fronteiras identitárias, forjando tempos históricos e acontecimentos. Também é possível problematizar as ideias cristalizadas por meio das narrativas, formando alguns sentidos que remetam à justiça, rememorando traumas e planejando futuros possíveis. Isso revela que “somos movidos a fazer sentido de nós mesmos e do mundo que nos cerca através de modos narrativizados de se interpretar a vida social” (COUTINHO; OLIVEIRA, 2021, p. 96).

Problematizamos, portanto, que, mesmo sob novas abordagens e formas de manifestação, a “história única” (ADICHIE, 2019) sobre os negros persiste ao longo do tempo, juntamente com as injustiças sociais que enfrentam. As opressões, penalidades e violações de direitos mudam de forma e nome; são exercidas por figuras diferentes, mas continuam afetando negativamente a vida do mesmo grupo. Adichie (2019) esclarece que é por meio das narrativas, geralmente elaboradas por pessoas em posição de privilégio na sociedade, que as visões desumanizadoras sobre o povo negro se mantêm vivas. Por isso, é necessário romper com essa “história única” que inferioriza grupos étnicos e raciais — e isso se faz pela disputa de poder, quando grupos negros visam recriar narrativas sobre suas próprias vidas e vivências, apresentando uma alternativa à história colonial que representa “um povo como uma coisa, uma coisa só, sem parar, e é isso que o povo se torna” (ADICHIE, 2019, p. 22).

Por meio de uma constante disputa de poder, é preciso romper não só com as narrativas históricas eurocêntricas, brancas, cristãs, heteronormativas, racistas e patriarcais produzidas por estrangeiros, mas também com aquelas geradas por grupos econômicos e sociais locais que, afastados de seu próprio povo, escrevem “histórias únicas” e lutam para mantê-las. Nesse caso, uma das características desse poder é “não apenas contar a história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja única e definitiva” (ADICHIE, 2019, p. 23). De acordo com Adichie (2019), questionar os eventos distorcidos e evidenciar as memórias ocultas, bem como a contradição sobre o povo negro na historiografia, é uma forma de lutar por reconhecimento e justiça, pressionando por mudanças sociais e políticas públicas que amenizem as iniquidades do passado, que ainda se manifestam no presente.

Adichie (2019) afirma que histórias únicas (ou narrativas únicas), sejam aquelas presentes em livros de história ou em páginas de jornais, criam padrões rígidos sobre grupos

subalternos, perpetuando sua falta de dignidade e humanidade. Esses padrões rígidos, que também podemos chamar de “representações rígidas”, impedem que relações verdadeiras com o outro sejam estabelecidas. Por exemplo, membros de classes mais abastadas podem ter dificuldade em criar relações autênticas com pessoas de classes populares, acreditando que elas são perigosas em potencial. A autora nigeriana vai indicando que a transformação da percepção negativa a respeito desse desconhecido pode emergir da criação de novas narrativas sobre ele, especialmente aquelas elaboradas na primeira pessoa:

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 32).

Ao mesmo tempo em que, graças à Adichie (2019), entendemos que as narrativas jornalísticas reproduzem histórias únicas sobre os negros e os locais onde habitam, acreditamos que o jornalismo não é hegemônico, bem como a sociedade não o é, nem os políticos, os negros e os moradores de favelas e periferias. Portanto, o mesmo veículo jornalístico que reproduz “narrativas únicas” sobre os negros, as favelas e as periferias, dando continuidade a pensamentos e atitudes escravocratas, também concede espaço, mesmo que mínimo, à produção de sentidos que representam uma ruptura com a opressão, o controle e a desumanização de negros e negras, especialmente aqueles que vivem em favelas e periferias. O mesmo jornal que, tanto simbólica quanto materialmente, mantém a continuidade na elaboração de narrativas que defendem o controle das favelas e das periferias (ELIAS, 2013), justifica as violências contra corpos negros (FORTUNA, 2017) e defende a intervenção excessiva do Exército em favelas e periferias (MATHEUS; SILVA, 2013), reserva, embora escasso e precário, um espaço para denunciar a violência policial (CASTRO, 2022), criticar a presença das Forças Armadas nos espaços urbanos (SCHMIDT, 2018) e expor o racismo presente tanto na sociedade (MAIA, 2023) quanto nas instituições de segurança pública (SARMENTO, 2023).

Todavia, precisamos destacar que o espaço mínimo destinado às narrativas contra hegemônicas em grandes veículos não é suficiente, nem é uma posição justa na disputa de poder, como reforça Adichie (2019). Em um mundo ideal, que o nosso está longe de ser, todos deveriam ter o mesmo direito na construção de narrativas. Por exemplo, permitir que negros e pobres tenham voz na grande mídia e construam suas próprias narrativas promove a diversidade e a inclusão — características bastante valorizadas pelas empresas na contemporaneidade (FRANÇA, 2023), pelo menos em teoria. Ceder espaço para que eles contem suas histórias é reconhecer e valorizar a diversidade de experiências, perspectivas e dores diante da realidade

social, o que também colabora para uma sociedade mais rica e justa. Além disso, possibilitar que outras narrativas, especialmente aquelas que vão contra o consenso da “história única”, desafiem e desconstruam as representações negativas sobre determinados grupos sociais permite que eles sejam vistos da forma mais completa possível, com humanidade e complexidade.

Resumindo, este subcapítulo reforça a ideia de que todas as histórias são influenciadas por outras que as precederam e continuam em circulação no mundo social. Isso significa que, devido aos longos períodos de escravidão, alguns jornalistas podem reproduzir em suas narrativas visões que mantêm a inferiorização de negros e negras, seja de forma consciente ou inconsciente. Da mesma forma, em virtude da influência da ditadura militar, os jornalistas podem perpetuar a ideia de que a militarização é uma medida necessária para assegurar a segurança urbana. Ou, ainda, por influência de ideias escravocratas e ditatoriais, podem continuar afirmando em suas narrativas que negros e pobres, moradores de favelas e subúrbios, necessitam ser controlados pela polícia ou pelo Exército devido à sua suposta periculosidade.

2.2 Um debate necessário: a militarização das cidades e sua matriz racista

O Rio de Janeiro recebeu sua primeira operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em 1992, com o intuito de garantir a segurança dos participantes da Eco-92. Em 2018, a cidade também foi alvo de uma Intervenção Federal (IF) na área de segurança, a primeira desde a promulgação da Constituição de 1988, com o propósito de controlar o suposto comprometimento da ordem pública. Ao contrário de Rocha (2021), não consideramos que as Forças Armadas tenham começado a atuar nas ruas do Rio de Janeiro em 1992, exclusivamente por causa do evento internacional. Elas já exerciam funções de gestão do espaço urbano, mesmo após a redemocratização. E, diferentemente das ações militares e ditatoriais ocorridas entre 1964 e 1985, a Garantia da Lei e da Ordem de 1992 e a Intervenção Militar de 2018 tiveram o aval das autoridades municipais, estaduais e federais, pois foram implantadas em um período democrático. Com seus pontos positivos e negativos, essas operações foram autorizadas pelos presidentes em exercício e, em tese, respeitaram os direitos humanos. Em contraste, durante a ditadura, as operações militares, igualmente repressivas, violavam direitos e controlavam toda a sociedade; não contaram com a aprovação de um número significativo de políticos no poder, sendo impostas a todos por membros das Forças Armadas.

Conforme o Decreto n.º 3.897, de 24 de agosto de 2001, a Garantia da Lei e da Ordem refere-se ao uso das Forças Armadas para preservar a ordem pública e proteger as pessoas e o patrimônio quando a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Ferroviária Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar e os Corpos de Bombeiros se mostram insuficientes. Por um tempo determinado, o emprego das Forças Armadas ocorre em situações em que os recursos das polícias mencionadas são indisponíveis, inexistentes ou insuficientes para resolver os problemas de segurança (BRASIL, 2001).

Quando as Forças Armadas são empregadas na Garantia da Lei e da Ordem, elas assumem funções de polícia ostensiva e realizam ações preventivas ou repressivas, que normalmente seriam de competência da Polícia Militar. Caso existam meios disponíveis, ainda que insuficientes, para a Polícia Militar realizar parte de seu trabalho, ela atuará sob o controle operacional do comando militar, desde que haja anuência do Governador do Estado (BRASIL, 2001). Esse controle operacional permite que o comandante ou chefe militar atribua e coordene missões específicas para os policiais, sem a coordenação de assuntos disciplinares e logísticos (BRASIL, 2001).

A decisão sobre o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem é de competência exclusiva do presidente da República. Ele pode tomar essa decisão por iniciativa própria ou a pedido de outros poderes constitucionais, representados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, pelo presidente do Senado Federal ou pelo presidente da Câmara dos Deputados (BRASIL, 2001). Ademais, em resposta a uma solicitação de um Governador de Estado ou do Distrito Federal, o presidente da República pode determinar o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2001).

Durante a Garantia da Lei e da Ordem, o Ministério da Defesa é responsável por empregar e fiscalizar as Forças Armadas em operações, assegurando o cumprimento das decisões presidenciais, planejando ações para garantir a lei e a ordem no território nacional e, quando necessário, criando órgãos operacionais para garantir o funcionamento do plano de segurança (BRASIL, 2001). O Ministério da Defesa assessora o presidente, ou seja, indica a efetividade ou a ineficiência das ações militares, solicita recursos orçamentários e dialoga com outros ministérios para liberar os créditos necessários.

Além das responsabilidades internas, o Ministério da Defesa, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, empenha-se em preservar a imagem do país no exterior. Em operações que podem reverberar negativamente no exterior, afetando a posição do Brasil no cenário internacional, o Ministério da Defesa oferece apoio logístico, comunicacional e de inteligência a todos os órgãos governamentais envolvidos de forma direta ou indireta nas ações de Garantia da Lei e da Ordem, incluindo o combate a delitos ambientais ou transfronteiriços (BRASIL, 2001).

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República também possui um papel importante na Garantia da Lei e da Ordem. Por meio da Agência Brasileira de Inteligência, ele oferece informações sobre segurança para o planejamento e a execução das medidas do Governo Federal (BRASIL, 2001). É o Gabinete que comunica ao presidente sobre as questões relacionadas à Garantia da Lei e da Ordem, sobretudo aquelas discutidas internamente na Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (BRASIL, 2001).

O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República é responsável por prevenir e gerenciar as crises relacionadas à operação de segurança (BRASIL, 2001). Caso seja necessário, ativa e opera o Gabinete de Crise. Quando as Forças Armadas atuam em conjunto com a Polícia Militar, o Gabinete fica encarregado de manter um diálogo estreito com o Governador do Estado ou do Distrito Federal, garantindo a transição tranquila da polícia para o controle operacional do comando militar (BRASIL, 2001).

A Intervenção Federal na área de segurança pública é definida pelos artigos 34 e 36 do capítulo VI da Constituição Brasileira (CRFB). O texto estabelece os critérios e procedimentos para a decretação da intervenção, bem como detalhes sobre a emissão, a apreciação e o término do decreto (BRASIL, 1988).

O artigo 34 esclarece em quais condições a União pode intervir na área de segurança dos Estados e no Distrito Federal (BRASIL, 1988). A Intervenção Federal é uma medida excepcional, sendo invocada para preservar a integridade nacional, repelir invasões estrangeiras ou ataques entre unidades da Federação, restaurar a ordem pública em situações de grave comprometimento, garantir o livre exercício dos poderes constituídos em cada entidade federativa e reorganizar as finanças de um Estado que não consiga cumprir suas obrigações financeiras, como, por exemplo, suspender o pagamento de dívidas ou deixar de repassar receitas aos municípios (BRASIL, 1988).

A União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal para assegurar a execução de leis federais, ordens ou decisões judiciais. Também é permitida a intervenção para garantir a observância de princípios constitucionais fundamentais, como a forma republicana de governo, o sistema representativo, o regime democrático, os direitos humanos, a autonomia municipal e a prestação de contas, sejam diretas ou indiretas, da administração pública (BRASIL, 1988). Isto é, o artigo 34 da Constituição Brasileira esclarece que a Intervenção Federal tem o intuito de manter a harmonia e o respeito aos princípios democráticos e constitucionais em todo o território nacional de forma homogênea.

Segundo o artigo 36 da Constituição Brasileira, a decretação da Intervenção Federal dependerá de três aspectos. No primeiro, “no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário” (BRASIL, 1988, *on-line*). No segundo, em caso de desobediência à ordem ou à decisão judiciária, além do STF, a intervenção pode ser solicitada pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Tribunal Superior Eleitoral. No terceiro, para assegurar os princípios constitucionais, o sistema representativo, o regime democrático, os direitos das pessoas, a autonomia dos municípios e a prestação de contas da administração pública, é necessária a apresentação de uma representação do Procurador-Geral da República, não bastando apenas a solicitação do STF (BRASIL, 1988).

Para a Intervenção Federal começar, é necessário criar um decreto que especifique a amplitude, o prazo, as condições de execução e, se for o caso, a nomeação de um interventor (BRASIL, 1988). Esse decreto deve ser submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado no prazo de 24 horas. Se o Congresso Nacional ou a

Assembleia Legislativa não estiverem em funcionamento, uma convocação extraordinária deve ser feita no mesmo prazo para apreciação do decreto. “Dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional ou pela Assembleia Legislativa, o decreto limitar-se-á a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade” (BRASIL, 1988, *on-line*).

A Intervenção Federal é um mecanismo constitucional que pode ser acionado em condições específicas para assegurar o funcionamento adequado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a observância das leis e princípios constitucionais. Por essa razão, “cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos a estes voltarão, salvo impedimento legal” (BRASIL, 1988, *on-line*).

Segundo Pereira (2014), tanto a Garantia da Lei e da Ordem quanto a Intervenção Federal são medidas previstas na Constituição Brasileira e ocorrem em um tempo determinado, sob a autorização do presidente da República e de outros poderes. Os dois planos possibilitam assegurar a ordem e a segurança, sendo acionados quando as forças de segurança locais não conseguem cumprir essas funções por conta própria.

De acordo com Pereira (2014), nas operações da Garantia da Lei e da Ordem, as Forças Armadas prestam assistência em situações emergenciais, tais como grandes eventos, crises de segurança pública, greves de forças policiais e desastres naturais. Em contraste, nos planos de Intervenção Federal, os objetivos são distintos, por incluírem a prevenção de invasões estrangeiras, a garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, a restauração da ordem pública em caso de grave perturbação e a assegurar a execução de leis, ordens e decisões federais ou judiciais (PEREIRA, 2014).

Conforme Pereira (2014), a Garantia da Lei e da Ordem, considerada mais branda, é uma medida operacional. Por outro lado, a Intervenção Federal representa uma ação mais invasiva, afetando significativamente a administração e a política do estado ou da cidade que a recebe. Afinal, enquanto a Garantia da Lei e da Ordem pressupõe uma colaboração entre as autoridades locais e as Forças Armadas, a Intervenção Federal, por ser mais intrusiva, designa um interventor (que pode ser militar ou não) para substituir as autoridades locais. A pessoa interventora reporta-se diretamente ao presidente, não às autoridades locais.

Todavia, independente das especificações das leis brasileiras, consideramos ambas, tanto a Garantia da Lei e da Ordem quanto a Intervenção Federal, medidas de militarização e controle social. Graham (2016) esclarece que, atualmente, as metrópoles estão imersas em um fenômeno que ele chama de “novo urbanismo militar”; por isso, utilizam planos de segurança como a IF e a GLO. Esse termo reflete o aumento da militarização da rotina cidadina e de seus

habitantes, onde conceitos e técnicas que eram exclusivas de ambientes de guerra estão sendo adotados, em grande escala, nos ambientes urbanos para fins de vigilância, identificação e controle de corpos, rotinas e espaços.

Conforme Graham (2016), esse “novo urbanismo militar” representa a evolução das práticas de controle das cidades, adaptadas a contextos contemporâneos por ser mais intenso e usado massivamente. Em outras palavras, Graham (2016) diz que, no passado, o urbanismo militar era restrito aos períodos de guerra e a regimes autoritários. Na contemporaneidade, o novo urbanismo militar, impulsionado pelo uso de tecnologias avançadas, está sutilmente integrado à malha urbana, passando quase despercebido pelos cidadãos, mantendo intacto seu poder de controle e potencial destrutivo.

Além de as Forças Armadas levarem estratégias e equipamentos essencialmente militares para o cotidiano urbano, os diversos meios de comunicação com frequência utilizam a “linguagem de guerra” em narrativas sobre conflitos, como guerra às drogas, ao crime, ao terror e contra a própria insegurança. Junto a isso, as narrativas a respeito do meio constroem uma dicotomia, uma visão maniqueísta, separando o “nós” (honestos, fraternos e virtuosos), aqueles que precisam ser preservados, do “eles” (rivaís, alvos e indesejados), pessoas que, por seu suposto perigo eminente, têm que ser combatidas, eliminadas e controladas. Segundo Graham (2016), a narrativa simplista do bem contra o mal intensifica as violências urbanas, incentiva o uso da força militarizada para a proteção de alguns e a opressão de outros, e fomenta um mercado lucrativo de segurança.

Graham (2016) apresenta cinco características do novo urbanismo militar, que servem aos combates e aos lucrativos serviços de proteção. O autor, portanto, revela que o medo e a insegurança podem incentivar a violência e, principalmente, o consumo de serviços e produtos.

A primeira característica corresponde ao uso frequente de equipamentos de triagem e rastreamento, cada vez mais presentes nas paisagens urbanas, tais como câmeras, catracas, aparelhos de *Global Positioning System* (GPS), reconhecimento facial, detectores de metal e sensores de movimento. De tão naturalizados, podem ser pouco reparados e, consequentemente, problematizados. Eles, no geral, tornam-se legados aos civis depois que seus países saem de guerras. Por exemplo, para Graham (2016), caso os Estados Unidos entrem em uma guerra, os nova-iorquinos inevitavelmente enfrentarão o controle de seus corpos, como uma herança do conflito armado. Por causa do conflito, precisarão passar por detectores de metais, sensores e câmeras com frequência.

Na segunda característica, estratégias e ideias criadas para lidar com as guerras das regiões em desenvolvimento são aplicadas a cidades de países desenvolvidos para controlar

grupos, indivíduos e movimentos sociais, especialmente aqueles considerados ameaçadores. Por exemplo, nos Estados Unidos, são implementadas estratégias de contraterrorismo não apenas para monitorar grupos ativistas presentes nas metrópoles norte-americanas, mas para vigiar grupos étnicos frequentemente associados, injustamente, ao potencial terrorismo, como árabes e muçulmanos, afegãos e paquistaneses, iranianos, sírios e iraquianos. Segundo Graham (2016, p. 76), geralmente, de maneira preconceituosa, fortalecem-se “ideias autoritárias e militarizadas pelo papel do Estado para manter a ordem”, mesmo que isso impacte negativamente determinados grupos étnicos. Esses grupos, em decorrência de eventos históricos, políticos, governamentais e narrativas midiáticas, são estigmatizados como terroristas em potencial.

A terceira característica evidencia que o novo urbanismo militar possui uma economia política própria, na qual são destacados os “complexos industriais multinacionais que se estendem para além dos setores militar e de segurança para abranger as indústrias de tecnologia, vigilância e entretenimento” (GRAHAM, 2016, p. 37). Em meio a uma crise global de segurança, cresce a comercialização de serviços e produtos para garantir a proteção dos mais ricos. Esses produtos e serviços impulsionam a dinâmica econômica, incluindo balas, armamentos, carros blindados e sistemas de vigilância. Para Graham (2016), as políticas econômicas priorizam os interesses das classes mais abastadas, amenizando seus medos e desconfortos, sem sanar os problemas sociais que contribuem para a violência urbana, tais como: desigualdade econômica, falta de acesso à educação e ao emprego, segregação residencial, discriminação racial, pobreza, habitação inadequada e falta de infraestrutura básica em áreas urbanas pobres.

A quarta característica envolve a subjugação dos adversários mediante a apropriação ou captura de infraestruturas vitais para a sobrevivência, como energia, água, alimentos e similares. Os conflitos podem ser desencadeados visando à aquisição de serviços e produtos lucrativos, como o petróleo, impactando as populações detentoras dessas riquezas, porém com menor capacidade defensiva e de ataque. Para Graham (2016), a Guerra do Golfo, que durou de 1990 a 1991, é um grande exemplo. A região do Golfo Pérsico é rica em recursos energéticos, principalmente petróleo. Durante a invasão do Kuwait pelo Iraque, Saddam Hussein, governante iraquiano, esteve à frente de seu país; os Estados Unidos, preocupados com a estabilidade do fornecimento de petróleo, apoiaram o Kuwait financeiramente. Como a água é escassa na região invadida, as precárias infraestruturas hídricas foram danificadas propositalmente para desestabilizar os soldados e a população presente no conflito. Sanções internacionais envolvendo alimentos também foram comuns na Guerra do Golfo: após a invasão

do Kuwait, o Iraque deixou de receber mantimentos, tanto dos países vizinhos quanto de nações distantes, afetando civis e soldados iraquianos, lembra Graham (2016). Ou seja, em tempos de conflito, infraestruturas vitais para a sobrevivência podem ser alvos de ataques ou tomadas, tornando-se armas estratégicas para subjugar os adversários.

De acordo com Graham (2016), a quinta característica, influenciada pela cultura do entretenimento, desempenha um papel importante na forma como a sociedade compreende as instituições militares. Por exemplo, filmes, programas de televisão, livros, videogames e outros produtos podem retratar o Exército gloriosamente, mesmo que este tenha dizimado milhares de vidas inocentes, ou afirmar que é importante treinar as crianças para as guerras, o que seria trágico. Além do conhecimento sobre as forças militares obtido por meio das mídias, os civis estão interagindo mais com os soldados nos espaços públicos, pois estes estão cada vez mais presentes no cotidiano. Isto é, segundo Graham (2016), cada vez mais a sociedade civil interage com as instituições militares; as fronteiras entre os mundos militar e civil estão menos definidas e mais frágeis, gerando interações mútuas entre esses dois diferentes contextos. Com isso, produtos de entretenimento e geolocalização (*smartphones*, navegadores, *smartwatches* e rastreadores de veículos, por exemplo) podem ser usados por militares para controlar não apenas os criminosos, mas toda a sociedade.

Graham (2016) mostra que, devido a questões de mercado e à influência desumana do sistema capitalista, os países do Norte global testam suas armas e táticas de guerra em conflitos que, muitas vezes, eles mesmos incentivam no Sul global. É uma contradição que os países ricos invistam maciçamente em armamentos e intervenções militares nos países mais pobres, optando pelo que parece mais lucrativo, enquanto dedicam recursos escassos às políticas sociais, que, embora essenciais para o bem-estar humano, geram menos lucro para os grandes capitalistas. Em razão disso, segundo Graham (2016), os países desenvolvidos, seus grandes empresários e corporações, tendem a aumentar seu capital às custas dos países em desenvolvimento, diminuindo seus lucros, patrimônios e sistemas de segurança.

De acordo com Graham (2016), países desenvolvidos testam suas armas e estratégias militares em nações menos desenvolvidas. De maneira semelhante, Charleaux (2018) relata que algumas cidades selecionam áreas pobres para experimentar seus planos de segurança militarizados. Por exemplo, segundo Charleaux (2018), as favelas e as periferias do Rio de Janeiro serviram como “laboratórios” iniciais para a Intervenção militar, que, pelo menos inicialmente, foi planejada para se estender por todo o Brasil. Antes mesmo de ser implantada em todo o Rio de Janeiro, principalmente em bairros caros da capital e em municípios mais ricos do estado, as estratégias militares foram aplicadas somente às favelas e municípios pobres.

Como elucida Charleaux (2018), esse processo revela a seletividade da Intervenção militar e sua motivação de contenção social, referindo-se à implementação de políticas, estratégias e influências para controlar negros e pobres, bem como localidades como favelas e periferias.

O conceito de militarização, que atinge principalmente as favelas e as periferias do Rio de Janeiro, pode ser explicado por Agamben (1998), que discorre sobre o poder soberano, o homem sagrado ou sacro (*homo sacer*) e a vida nua (*bare life*). Os políticos que impõem a militarização à cidade podem ser considerados os soberanos, e os agentes de segurança são aqueles que atendem aos interesses da soberania. Todas as pessoas que vivem em um espaço militarizado são consideradas *homo sacer*, ao serem reconhecidas como sagradas pela lei, mas podem ter ou não uma *bare life*. Sob a militarização, os moradores com a vida nua têm suas potências políticas paralisadas ou até exterminadas pelo poder dominante. No Rio de Janeiro, os moradores de favelas enfrentam a condição de vida nua, enquanto os habitantes de bairros nobres não a experimentam de forma tão intensa. Afinal, apesar da teórica garantia legal dos direitos para todos, a militarização afeta desproporcionalmente os mais pobres.

Para Agamben (1998), o soberano nasce com o Estado, tendo a função de garantir, pelo menos em teoria, a segurança dos cidadãos por meio do controle de seus corpos, um processo que tende a diminuir tanto a liberdade quanto a vida. Em termos mais simples, todos os membros da sociedade vivem sob as regras soberanas que não permitem a utilização incondicional da liberdade e da vida, já que só podem realizar as atividades aprovadas pelo poder soberano. Isso não significa que a resistência não exista; ela existe. Grupos revolucionários, mesmo sob pressão, reúnem-se para lutar pelo bem comum, apesar de irem contra os anseios da soberania. Algumas nações até reconhecem a importância do direito de resistência para a democracia, afirmando que, quando os poderes violam as liberdades fundamentais e os direitos assegurados pela Constituição, a resistência à opressão é um direito e um dever dos cidadãos (AGAMBEN, 2004). No entanto, Agamben (2004, p. 24) esclarece que:

É certo que se a resistência se tornasse um direito ou terminantemente um dever (cujo não cumprimento pudesse ser punido), não só a constituição acabaria por se colocar como um valor absolutamente intangível e totalizante, mas também as escolhas políticas dos cidadãos acabariam sendo juridicamente normalizadas. De fato, tanto no direito de resistência quanto no estado de exceção, o que realmente está em jogo é o problema do significado jurídico de uma esfera de ação em si extrajurídica. Aqui se opõem duas teses: a que afirma que o direito deve coincidir com a norma e aquela que, ao contrário, defende que o âmbito do direito excede a norma. Mas, em última análise, as duas posições são solidárias no excluir a existência de uma esfera da ação humana que escape totalmente o direito (AGAMBEN, 2004, p. 24).

Para Agamben (1998), com o poder soberano em ação, o *homo sacer* com uma vida nua será mais afetado por suas lógicas militares; aquele que não tem uma vida nua será menos transpassado por ela. É evidente, portanto, que o soberano tem a função de decisão, colocando-se à margem da lei para agir: suspende o direito conforme sua vontade, utilizando como justificativa a indispensabilidade de evitar a destruição do Estado pelo caos na sociedade, esclarece Agamben (1998). Por exemplo, em uma cidade militarizada como o Rio de Janeiro, todos os seus habitantes são considerados homens sagrados, ao terem a possibilidade, segundo as leis, de se mobilizarem contra o sistema imposto, de terem segurança e bem-estar. No entanto, normalmente, os moradores de bairros pobres, embora também sejam *homo sacer*, têm a vida nua, uma vez que suas formas de vida e expressões sociais, culturais e políticas são ameaçadas e combatidas pela soberania. A soberania exerce seu poder sobre os bairros nobres, mas de maneira mais branda, uma vez que seus moradores não vivenciam a condição de vida nua. As classes média e alta são ativas na formulação de leis e, conseqüentemente, protegidas por elas; mesmo que não ajudem diretamente na elaboração das normas, conseguem viabilizar um capital financeiro e simbólico para a própria segurança.

De acordo com Agamben (2004), o governo soberano impõe o controle e a militarização a indivíduos por meio do estado de exceção, que não é apenas uma suspensão da ordem legal para resolver emergências pontuais, onde o soberano poderia agir sem as restrições do direito, mas uma decisão recorrente dos governos. O que era uma medida excepcional tornou-se um método habitual de governança. Nesse sentido, Favoreto e Inocencio (2022) esclarecem que os governos se legitimam por meio de casos urgentes, sejam eles fabricados ou sistematicamente procurados em seu território de domínio. “Afim, um sistema de governo capaz de funcionar apenas com base em emergência provavelmente teria interesse em manter um estado de emergência a qualquer preço” (FAVORETO; INOCENCIO, 2022, p. 2019). Nesse sentido, segundo Agamben (2004), o combate à violência é o principal argumento utilizado para implantar o estado de exceção em territórios. Se a segurança e a ordem pública forem ameaçadas, o soberano pode tomar as medidas apropriadas para restabelecer a normalidade, especialmente com o auxílio das Forças Armadas, sendo possível suspender completa ou parcialmente os direitos fundamentais dos indivíduos, reforça Agamben (2004).

De acordo com Mbembe (2018), a militarização da vida, herança do período colonial, é imposta às cidades, estados e países pelo poder soberano para controlar os indivíduos; ao mesmo tempo, determina quem deve viver ou morrer. Com uma matriz racista e socialmente excludente, o Estado e a elite exercem formas de violência diretas e indiretas sobre grupos sociais específicos ou até mesmo sobre povos inteiros. Dessa forma, Mbembe (2018) sustenta

que, atualmente, o governo e os capitalistas, beneficiados pelo poder adquirido pelo colonialismo, ainda têm a autoridade de assegurar a vida ou impor a morte, como faziam com os africanos escravizados durante o período colonial. Desde que os colonizadores invadiram terras e os tornaram escravos, o ciclo de militarização da vida dos indivíduos se repete, com suas estruturas de poder sendo modificadas ao longo do tempo. A militarização, bem como sua tirania, dominação e violência, assume formas e nomes diferentes, mas permanece constante na vida dos colonizados.

Antes escravos, agora enfrentam a repressão e são assassinados por planos de segurança militar. Esse fenômeno, que combina a política com o controle sobre a vida e a morte, é o que Mbembe (2018) chama de necropolítica. A morte, considerada pelo poder soberano como uma forma de gestão, foi apropriada pelo âmbito político, que não apenas determina como a vida deve ser conduzida, mas também quem merece viver e quem deve morrer. Adicionalmente, em certos locais, como bairros, cidades, regiões ou países, os indivíduos enfrentam situações extremas de pobreza, nas quais as chances de sobrevivência são reduzidas, o que é considerado necropolítica. De acordo com Mbembe (2018), o aumento contínuo de riscos, como a violência, a falta de acesso a serviços básicos e a ausência de oportunidades, torna a destruição da vida uma ameaça constante. Dito de outra maneira, o ato de viver é marcado por incertezas, onde há uma linha tênue entre a vida e a morte.

Gurgel, Guedes e Friedrich (2021) demonstram como a necropolítica interfere no acesso à saúde, uma vez que os produtos com agrotóxicos são mais acessíveis à população em comparação com os orgânicos, que são mais saudáveis:

Considerando o impacto dos agrotóxicos para a sociedade, fica, portanto, evidente o racismo ambiental e o poder necropolítico, que determinam uma maior carga de nocividades às populações em maior situação de vulnerabilidade. As medidas de flexibilização da legislação, que reduzem ou mesmo eliminam as medidas de proteção social, à saúde e ao ambiente, aumentam as situações de perigo e risco ao intensificar a exposição aos agrotóxicos e fragilizar os mecanismos de proteção individual e coletiva. Uma vez que os Estados foram tomados pelos interesses das corporações capitalistas, cabe à sociedade resistir e lutar pela transformação das estruturas de poder vigentes (GURGEL; GUEDES; FRIEDRICH, 2021, p. 155).

Bento (2018) afirma que não é possível pensar apenas em necropolítica, mas em bionecropolítica, visto que o Estado administra a vida (biopolítica) e, principalmente, a morte (necropolítica). A governabilidade cuida da vida, de fato; porém, ao mesmo tempo, produz zonas de morte, esclarece Bento (2018). Lima (2018, p. 22) recria o termo necropolítica, pois, para ela, “a vida (a bios) não foi o lugar historicamente onde as redes de poder encontraram territórios privilegiados, mas a morte e a possibilidade do matável constituíram o organizador das relações sociais”; por isso, usa o termo bio-necropolítica. Apesar da divergência em relação

ao conceito, Bento (2018) e Lima (2018) concordam com Mbembe (2018) quando este afirma que o Estado cria zonas de morte, onde as pessoas, devido ao seu baixo valor socioeconômico, são “matáveis”.

Bento (2018) mostra que as favelas e as periferias brasileiras podem ser consideradas zonas de morte, uma vez que nelas vivem os descendentes dos escravos que sobreviveram à escravidão e a elite ainda tenta exterminá-los. Tanto que, de acordo com Lima (2018), e como mostrado neste estudo, os homens negros, jovens, pobres e moradores de favelas e periferias são as maiores vítimas de homicídio no Brasil. De acordo com Bento (2018) e Lima (2018), as estatísticas sobre os homicídios de homens negros e pobres mostram que, para eles, só resta a morte, porque ainda são considerados pela sociedade como não humanos. No entanto, a vida dos homens brancos e ricos ainda é preservada.

Há uma conexão entre raça e necropolítica no Brasil, tema que Arruda e Santos (2021) explicam mais detalhadamente:

As políticas de morte contra os sujeitos negros, engendradas desde os primórdios da constituição do Estado brasileiro, tendo como propósito fundamental o condicionamento, a exploração e o extermínio dos corpos negros. [...] A história da população negra no Brasil é atravessada por um verdadeiro genocídio protagonizado pelo Estado e pelas elites política e econômica, uma vez que os corpos negros, ao longo do processo histórico do país, foram escravizados, subjugados, silenciados e mortos aos montes, sem o mínimo de escrúpulos e sem que o Estado e as elites tenham (re)conhecido, em momento algum, a verdadeira barbárie que recaiu sobre o destino de africanos da diáspora que aportaram no território brasileiro desde o século XVI. [...] A realidade histórica e sistêmica da subalternização e morte relegada às pessoas negras evidencia a necropolítica inerente à configuração da sociedade brasileira (ARRUDA; SANTOS, 2021, p. 822).

De acordo com Lima (2018), nas nações que foram colonizadas, como o Brasil, os negros foram, de forma sistemática, colocados em posição inferior na hierarquia social, sendo excluídos tanto dos lugares de privilégio da sociedade quanto dos espaços públicos. Suas experiências de vida são marcadas não somente por violência física, mas por símbolos que os representam como violentos e inferiores. Para Lima (2018, p. 4), existe uma bio-necropolítica à brasileira, construída principalmente “às custas do sequestro de diferentes grupos em e de Áfricas e da destruição dos povos autóctones”. Assim, a bio-necropolítica brasileira “se constituiu de forma diaspórica, assimétrica, opressora, violenta, genocida e racista” (LIMA, 2018, p. 4). A bio-necropolítica brasileira mata, aprisiona, deixa os negros em situação de extrema pobreza e nega direitos básicos, como educação, saúde, emprego e salário digno. Isso demonstra que, de fato, a bio-necropolítica não apenas mata, mas cria um ambiente propício ao aumento do risco de mortes.

Arruda e Santos (2021) explicam que a necropolítica brasileira é protagonizada tanto pelo Estado quanto por membros da elite. Historicamente, os africanos foram escravizados, tiveram seus corpos explorados, violados e mortos para o funcionamento da estrutura política, social e financeira das colônias. “A necropolítica que caracterizou a escravização dos negros baseou-se na cor da pele enquanto mecanismo para ‘marcar’ os indivíduos para os quais a exploração, o sofrimento e a morte seriam realidades banais e naturalizadas” (ARRUDA; SANTOS, 2021, p. 823–824). Contudo, as disparidades, a opressão e a exclusão dos indivíduos negros persistem, mesmo com o passar do tempo. Essas práticas são legitimadas pelo capitalismo vigente, que se compromete a “civilizar os modos de matar e atribuir objetivos racionais ao ato de matar” (MBEMBE, 2018, p. 33). Bontempo (2020) corrobora essa opinião, afirmando que a necropolítica está intimamente ligada à reprodução do capitalismo, servindo para lidar com as crises desse sistema político e seus efeitos. “A política da morte busca eliminar todos os que são descartados e excluídos do sistema capitalista, sejam eles moradores da periferia, negros, desempregados ou refugiados” (BONTEMPO, 2020, p. 559), um processo fortemente pautado pelo racismo.

Hoje o racismo apresenta-se de forma cada vez mais devastadora, visto que o genocídio da população negra é uma realidade inegável. Um aspecto agravante dessa situação é o fato de a necropolítica incluir atores que não estão personalizados apenas no Estado. Atores que, juntamente com o Estado ou não, também se tornam responsáveis pela gestão da morte dos indivíduos. E esse é o caso das milícias, justamente administrando e produzindo essas condições mortíferas dos indivíduos na sociedade (BONTEMPO, 2020, p. 560).

Em nome da segurança pública e para defender os interesses do capitalismo, Mbembe (2018) esclarece que o Estado impõe, controla, encarcera e viola direitos de indivíduos negros e pobres, impondo-lhes um contexto de extrema crueldade e redução da liberdade, o que os obriga a “viver na dor”. Arruda e Santos (2021, p. 824) afirmam que a dor, seja por meio da violência contra os corpos matáveis³⁸ ou da negação de direitos básicos, tem a seguinte função: “(re)produzir estruturas de poder que cristalizam o lugar de privilégio dos corpos não matáveis”.

Mbembe (2018) explica de forma mais clara o que é “viver na dor”:

Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de “viver na dor”: estruturas fortificadas, postos militares e bloqueios de estradas em todo lugar; construções que trazem à tona memórias dolorosas de humilhação,

³⁸ A necropolítica não atinge somente os negros. Bento (2018) e Lima (2018) esclarecem que, em sociedades marcadas por racismo, classismo, sexismo e LGBTQIAP+fobia, os corpos considerados “não matáveis” pertencem a homens brancos, ricos, cisgêneros e heterossexuais, aqueles destinados a ocupar espaços de poder na sociedade. Em contraste, os corpos considerados “matáveis” são de mulheres, negros, pobres e pessoas LGBTQIAP+, vistos como “os outros” em relação aos corpos não matáveis. Por não ocuparem locais privilegiados na sociedade, esses grupos estão mais propensos a sofrer agressões e extermínios.

interrogatórios e espancamentos; toques de recolher que aprisionam centenas de milhares de pessoas em suas casas apertadas todas as noites do anoitecer ao amanhecer; soldados patrulhando ruas escuras, assustados pelas próprias sombras; crianças cegadas por balas de borracha; pais humilhados e espancados na frente de suas famílias (MBEMBE, 2018, p. 68–69).

É importante destacar que, na contemporaneidade, as violências dirigidas aos sujeitos negros não são apenas internas, produzidas pelo próprio país, mas também externas, provenientes de países estrangeiros. No que diz respeito às interferências internacionais, Mbembe (2018) revela que as antigas colônias ainda servem como laboratório para as necropolíticas estrangeiras, especialmente aquelas importadas dos países mais ricos. “Colônias [atuais ou antigas] são os locais por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos — a zona em que a violência do estado de exceção opera supostamente a serviço da civilização” (MBEMBE, 2018, p. 35). Dito de outra forma, além do teste de armamentos, aparelhos e técnicas de controle, como Graham (2016) bem explicou, os países mais ricos podem suspender as garantias de ordem judicial para impor sua violência, visando o lucro e, sobretudo, à civilização dos povos.

Arruda e Santos (2021) sustentam que as violências contra negros e pobres não se limitam à repressão, ao controle, ao encarceramento e às violações de direitos; elas ocorrem e se perpetuam no jornalismo e em outros veículos de comunicação. Devido ao fato de seus corpos serem considerados matáveis, suas mortes são vistas como banais, dificilmente provocando luto, sofrimento coletivo ou comoção da opinião pública. Em geral, a morte e o extermínio dessas vidas não causam grande impacto nos leitores de jornais. Isso ocorre porque “certos corpos, atravessados pelos marcadores da negritude, da pobreza, da transgeneridade ou da homoafetividade, são considerados não humanos; logo, trata-se de vidas descartáveis, para as quais a morte brutal é algo naturalizado” (ARRUDA; SANTOS, 2021, p. 824).

Por outro lado, Arruda e Santos (2021, p. 824) salientam que “quando os corpos dos sujeitos considerados ‘não matáveis’ são brutalmente violados e mortos, tem-se normalmente a materialização de eventos que causam luto e comoção pública”. Dada a grande repercussão, esses casos ganham destaque na primeira página, nos editoriais e nas seções especiais, enfatizando a importância deles para a sociedade. Como consequência, “as reações aos potenciais autores dessas mortes são cercadas de muita violência e brutalidade, como se o ato de se revidar às mortes em tela fosse uma justa e necessária vingança a ser cumprida a qualquer custo” (ARRUDA; SANTOS, 2021, p. 824).

Em suma, esta seção mostrou que tanto a Intervenção Federal quanto a Garantia da Lei e da Ordem estão previstas na Constituição Brasileira, com limites, prazos e ocasiões de uso.

Todavia, esses dois planos de segurança, embora previstos em lei, militarizam tanto os territórios urbanos quanto a vida das pessoas, especialmente as mais pobres. Isto é, ao estudarmos diversos autores, sejam brasileiros ou estrangeiros, ficou claro que a militarização urbana, uma herança do período colonial, é sustentada por uma estrutura racista e tem como fundamento a eliminação dos outros — todos aqueles que não são homens, brancos, ricos, cisgêneros e heterossexuais. Trata-se de planos de segurança fundamentados na necropolítica, que estabelecem quem deve permanecer vivo e quem deve morrer; ao mesmo tempo, delimitam áreas nas quais as garantias de vida são reduzidas ao mínimo. A existência é, portanto, uma constante nuvem de incertezas, na qual a linha entre a sobrevivência e o fim é frágil.

2.3 Violências no plural: explorando as dimensões das violências na cidade

Esta tese não aspira limitar a violência aos confrontos entre agentes de segurança e bandidos, nem aos conflitos entre grupos criminosos ou aos casos de roubo, furto e homicídio. Apesar de serem relevantes e merecerem um estudo mais aprofundado, a violência não se limita a esses poucos pontos. Dessa forma, ao analisarmos as notícias sobre a militarização, temos em vista compreender as diversas formas de violência que ocorrem nas cidades, sejam elas físicas ou simbólicas. Assim, visamos estabelecer um estudo das violências, no plural porque “não existe a violência, mas muitas, diversas, postas em distintas funções, servindo a diferentes destinos” (MISSE, 2008, p. 165).

Nesta seção, proponho definir três tipos de violência que serão fundamentais para a análise das reportagens de *O Globo* no próximo capítulo. O primeiro tipo é a exclusão urbana; o segundo é a omissão do Estado na garantia de direitos, ao mesmo tempo em que este investe maciçamente em planos de segurança militar; e o terceiro tipo está relacionado à tendência do jornal em apontar o outro como violento, especialmente indivíduos negros, pobres e moradores de favelas e subúrbios, mesmo sem evidências concretas que comprovem tal acusação.

Começamos a destacar a exclusão urbana como uma violência que se manifesta na negação do direito à cidade e na falta de ação do Estado para assegurar direitos fundamentais à manutenção da vida no contexto citadino. Segundo Fortuna (2016), esse processo pode ser entendido como gentrificação, quando os pobres são afastados do meio urbano, seja diretamente, quando o governo realiza a expulsão por meio da força policial, ou indiretamente, quando os valores residenciais e comerciais aumentam, obrigando os menos favorecidos a deixarem suas casas e comércios. A gentrificação não afeta exclusivamente sujeitos com residência e acesso a bens ou serviços, pois, de acordo com Roque (2021), pessoas em situação de rua também sofrem com esse processo, sendo expulsas dos espaços públicos sem qualquer proteção de direitos. Em geral, são percebidas como obstáculos ao desenvolvimento econômico, especialmente no campo imobiliário, e fonte de desconforto para as classes médias e altas.

Como Sousa (2015), pensamos que a exclusão impede que os cidadãos participem ativamente da construção e do desenvolvimento urbano, não garantindo o direito à moradia digna, meios de transporte, espaços públicos, participação política e serviços básicos para a sobrevivência e a qualidade de vida, como saneamento, energia elétrica, saúde, trabalho e educação. Aproveitar tudo o que o ambiente metropolitano tem de bom e gratuito é uma forma

de se conectar com ele, exercendo o direito à cidade, afirma Sousa (2015). Sendo assim, é autorizado a qualquer indivíduo visitar parques, praças e calçadas, bem como desfrutar de exposições de arte, museus, bibliotecas e eventos culturais públicos, independentemente de ter ou não residência fixa; de ter ou não dinheiro para morar na região central, segundo Sousa (2015).

Também acreditamos que o Estado é violento e, com frequência, impacta negativamente a vida da população. Em termos de segurança pública, há um grande investimento, sobretudo em planos de militarização das favelas, o que contrasta com a pouca atenção dada às políticas públicas que asseguram direitos fundamentais aos pobres e aos seus territórios. De acordo com Misse (2008), foi criada a ideia de “ausência do Estado” em favelas e periferias, onde suas responsabilidades não são cumpridas adequadamente. Parece que o Estado, supostamente ausente, não consegue garantir segurança e bem-estar, promover justiça social, proteger direitos individuais e coletivos, garantir o fornecimento de serviços públicos, fomentar o crescimento econômico e sustentável, além de assegurar a igualdade de oportunidades para indivíduos. Entretanto, o Estado sempre esteve presente nessas áreas, não para garantir direitos, mas para usar a violência (MISSE, 2008).

Ao analisar a atuação da Polícia Militar em favelas do Rio de Janeiro, Mendonça (2018) afirma que o Estado sempre esteve presente, mesmo que de forma problemática e incoerente. Inclusive, as narrativas jornalísticas reforçam a ideia, amplamente compartilhada pela sociedade, de que as ações policiais em comunidades urbanas, apesar de serem extremamente violentas, representam a “retomada desse território” pelo poder público. Mendonça (2018) sustenta que a “retomada do território” é um mito, considerando que o Estado nunca o perdeu, nem esteve ausente dele. Sua presença é constante, apesar de ser precária e contraditória, resultando em diversas formas de violência que afetam, de maneiras diferentes, áreas da cidade e seus habitantes.

Ao refletirmos sobre a violência que a narrativa jornalística promove, percebemos que apontar o outro e o seu território como fontes de perigo e ameaça — uma prática recorrente no jornalismo — é também uma ação violenta. De acordo com Misse (2008), ao descrever eventos ou sujeitos como violentos, não estamos apenas os descrevendo, mas intervindo neles. “Dizer que alguém é violento é agir sobre essa pessoa, é demandar algo como uma outra violência para interromper a violência” (MISSE, 2008, p. 165).

Roque (2021) demonstra a violência imposta pelas narrativas jornalísticas, que, frequentemente, associam os negros e os pobres a potenciais criminosos, mesmo quando não há evidências que os incriminem. Em outras palavras, quando os jornais retratam os pobres

como violentos, mesmo sem provas, na tentativa de conter seus supostos atos de violência, estão prejudicando essas vidas ao perpetuarem o preconceito e a exclusão social, incentivando a repressão e o encarceramento. Nesse caso, as narrativas jornalísticas não só solidificam representações negativas sobre pessoas de classes sociais menos privilegiadas, como também servem de referência para estabelecer medidas de segurança repressivas, punitivas e controladoras que agem de maneira desigual e desproporcional sobre esses indivíduos, esclarece Roque (2021).

Dessa forma, evidenciaremos como as três violências (exclusão urbana, Estado repressivo sem garantia de direitos e jornalismo que condena os pobres, mesmo sem provas) estão interligadas: a exclusão urbana cria um ambiente propício para a violência e a marginalização; o Estado repressivo sem garantia de direitos aumenta a injustiça e a desigualdade; e o jornalismo sustenta preconceitos, ciclos de exclusão e violências.

Para compreendermos o ciclo de violências que atingem os pobres no Rio de Janeiro, recorremos a autores que tratam da história da formação das favelas e periferias, bem como da exclusão de quem vive nessas áreas; questionam o fato de o Estado não garantir os direitos básicos das pessoas que habitam em favelas e periferias, mas, com frequência, implantar nelas planos de segurança repressivos; e apontam o jornalismo como um dos principais responsáveis pela perpetuação do preconceito contra os moradores de áreas urbanas pobres, geralmente negros, ao retratá-los como criminosos em potencial, incentivando a militarização urbana e de suas vidas.

A respeito da formação das habitações populares, Vaz (1994) esclarece que, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, o Rio de Janeiro passou por mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais e, sobretudo, espaciais. A cidade mudou, deixando de ser antiga e industrial e se tornando uma metrópole capitalista e moderna. Em sintonia com a modernização, começaram as primeiras exclusões urbanas. De acordo com Vaz (1994), entre 1870 e 1890, o trabalho escravo foi sendo substituído pelo trabalho assalariado, o que aumentou o número de pessoas sem ocupação, renda e condições adequadas de subsistência.

Foram criados modernos serviços públicos: sistemas de transporte coletivo (bondes puxados a burros e estradas de ferro), de esgoto, de abastecimento de água, telégrafo, iluminação a gás, telefone, energia elétrica, etc. A implantação de alguns destes sistemas, como as redes de água e de esgoto e os meios de transporte coletivo são exemplos em que se percebe a exclusão conectada à modernização. Não somente o fornecimento de água, a eliminação dos dejetos e todo tipo de deslocamento de cargas e passageiros eram executadas pelo braço escravo, mas [...] toda a produção e o consumo da cidade (e da casa) se apoiavam sobre a força de trabalho escrava. No país que se modernizava, este trabalho não foi somente substituído pelo trabalho

assalariado, mas pelas inovações tecnológicas que impunham redução numérica, maior qualificação e disciplina da força de trabalho empregada. À medida que carris de ferro rodaram sobre trilhos e que água e esgoto fluíram através de tubos e canos de ferro, os escravos foram dispensados junto com liteiras, carroças, baldes e barris. Muitos “tigres”, aguadeiros, carregadores e carroceiros foram postos à margem da economia urbana, excluídos pela modernização (VAZ, 1994, p. 582).

Com o capitalismo se desenvolvendo no Rio de Janeiro, que era uma metrópole moderna e com pretensão de ser a capital do Brasil, o contingente demográfico foi grande: “a população aumentou de 235.000 habitantes em 1870 para 522.000 em 1890”, esclarece Vaz (1994, p. 582). Devido ao grande número de pessoas que migravam para as áreas centrais em busca de trabalho, a cidade enfrentou uma crise habitacional, o que levou a população a recorrer a habitações coletivas e insalubres. Os trabalhadores precisavam de moradias baratas, mas a quantidade de imóveis disponíveis para atender à demanda era limitada, o que aumentava os valores dos aluguéis e dos terrenos para futuras construções. Um cenário de grande procura e pouca oferta beneficiava os proprietários privilegiados. Sem dinheiro para alugar residências confortáveis ou comprar terrenos, os trabalhadores tiveram que morar em casas pequenas, insalubres e coletivas, os chamados cortiços.

À medida que os cortiços — instalações de dimensões reduzidas e superlotadas — se espalhavam, as condições de insalubridade se agravavam, contribuindo para o surgimento de epidemias, como a cólera, a varíola e a febre amarela. Conforme Vaz (1994), as habitações populares e coletivas foram combatidas pelo Estado devido à falta de higiene, sendo condenadas ao desaparecimento e seus moradores à exclusão social. Os engenheiros sanitaristas apontavam as más condições estruturais das moradias, como a irregularidade na distribuição dos espaços, a falta de iluminação, a baixa circulação de ar e a ausência de instalações sanitárias. Já os médicos higienistas denunciavam os riscos à saúde não somente de quem vivia nessas condições, mas de todos os moradores (VAZ, 1994). Enquanto os cortiços eram combatidos, o Estado não oferecia nenhuma opção de moradia salubre e barata para os pobres.

É relevante salientar que, de acordo com Chalhoub (1996), os cortiços não eram apenas um local de moradia para pessoas pobres e negras, mas também um espaço que organizava os movimentos sociais urbanos e as lutas contra a escravidão. Nas habitações coletivas, ao tentarem obter sua alforria, os escravizados encontravam uma rede de solidariedade; os negros fugitivos procuravam refúgio nos cortiços, entre uma população tão diversificada. Assim, segundo Chalhoub (1996), os cortiços eram locais de acolhimento e planejamento da luta do povo negro por liberdade. Por esta razão, o poder público lutou intensamente contra esse tipo de residência, tentando desarticular os movimentos sociais que estavam se desenvolvendo, sob

a justificativa de que era necessário eliminar esses espaços devido aos riscos que ofereciam à saúde da população em geral.

O governo até apoiou a construção de casas higiênicas e econômicas para os trabalhadores, mas visando beneficiar os construtores no processo de concepção e construção dos conjuntos residenciais. De acordo com Vaz (1994), os proprietários adquiriram o direito de desapropriar casas e terrenos para a construção de novos empreendimentos imobiliários, mais higiênicos e estruturados. Inclusive, para facilitar as obras, foram isentos de impostos e taxas de importação de materiais de construção. Os novos empreendimentos residenciais, mais salubres e modernos, apresentavam um alto custo, tornando-se inacessíveis para os antigos moradores dos cortiços, geralmente negros, pobres e operários, tanto para compra quanto para aluguel. “Excluía-se dos benefícios da modernização os seus destinatários específicos. Iniciava-se o processo de melhoramento das moradias com a substituição de seus moradores”, esclarece Vaz (1994, p. 585).

Durante a gestão de Pereira Passos (1902–1906), houve uma grande melhoria no saneamento e embelezamento da cidade; no entanto, tais melhorias não foram benéficas para os antigos moradores dos cortiços, que eram expulsos devido ao alto custo de vida nas áreas centrais ou às ações governamentais. “As classes populares se dispersaram pelos subúrbios, pelas casas-de-cômodos [residências divididas em vários cômodos para alugar] do entorno imediato e pelas favelas, que passaram a fazer parte da imagem urbana carioca num contraponto à modernização” (VAZ, 1994, p. 586).

Porém, Vaz (1994) aponta que as casas nos subúrbios também se tornaram mais caras devido às revitalizações urbanas que ocorreram nesses territórios.

Desde meados da década de 1880 o subúrbio se tornara uma nova opção de moradia popular: o trabalhador, embora arcasse com o ônus de transporte rodoviário, lá encontrava-se grande oferta de lotes e podia construir ou autoconstruir sua casa, pois lá vigorava a “liberdade de construção” (designação de um conjunto de facilidades vigente). O prefeito Passos, buscando o controle total do espaço, baixou o decreto n.º 391, de 10 de fevereiro de 1903, regulando as construções e instituindo uma série de exigências técnicas, arquitetônicas e legais que oneravam novas edificações em toda a cidade. O rol de imposições encareceu de tal maneira a construção da zona suburbana que a inviabilizou para os trabalhadores (VAZ, 1994, p. 587).

Os trabalhadores pobres foram expulsos do centro e, sem condições de construir no subúrbio, passaram a habitar os morros desocupados nas proximidades da região central. Segundo Vaz (1994, p. 588), “a autoconstrução com materiais precários sobre terrenos de propriedades incertas se difundiu rapidamente, e a favela começou a se fazer notar na paisagem da cidade”. A história da formação das favelas ainda é incerta, mas acreditamos, assim como Vaz (1994), que ela começou a surgir gradualmente no final do século XIX, devido ao alto

custo de vida, à necessidade de residir na área central para o trabalho e às políticas de combate aos cortiços. Afinal, no início do século XX, já se registravam notícias sobre aglomerados de barracões, choupanas e casebres localizados em morros nas regiões norte e sul (VAZ, 1994). Na Zona Norte, havia relatos sobre o Salgueiro em 1909 e a Mangueira em 1910; na Zona Sul, uma favela em Copacabana em 1907. “O crescimento das favelas torna-se vertiginoso após os anos 30. Novas favelas surgiram acompanhando as principais fontes emergentes de emprego: industrial na Zona Norte e de serviços na Zona Sul” (VAZ, 1994, p. 591)³⁹.

A maioria dos moradores das primeiras favelas pagava aluguel tanto das unidades (casebres, barracos e choupanas) quanto do chão, esclarece Vaz (1994). As primeiras favelas não surgiram por meio de invasões; pelo contrário, os empresários, além de obterem lucros com as casas higiênicas, modernas e caras que alugavam ou vendiam para os mais ricos, também possuíam unidades e terrenos nos morros, recebendo aluguel dos trabalhadores pobres, antigos moradores dos cortiços.

Consequentemente, as classes sociais que antes se misturavam passaram a se separar em diferentes zonas urbanas:

Os usos do solo e as classes sociais, antes misturadas, se aglomeravam em áreas exclusivas para cada categoria; os cortiços abandonavam o centro, onde se concentravam as atividades comerciais e de serviços. Os casebres passavam a ser expulsos de certos pontos e tolerados em outros, onde se concentravam, geralmente junto à oferta de trabalho, em terrenos de difícil edificação e de propriedade indefinida. [...] Outra conexão importante diz respeito à ação do Estado. Vimos anteriormente o impulso dado pelo poder público à autoconstrução nos vazios urbanos durante a reforma Passos, decorrente da impossibilidade de permanência das classes populares nas tradicionais habitações coletivas e da inviabilidade de outras opções formais. Ironicamente, outra forma de incentivo governamental foi através do decreto n.º 391 de 1903, que proibia terminantemente não só a construção, como qualquer melhoramento, obra ou conserto em cortiços. A construção de «barracões toscos» também era proibida, com uma exceção: “[...] salvo nos morros que ainda não tiverem habitações [...]” (VAZ, 1994, p. 592).

³⁹ Ao longo da história do Brasil, as leis de terras foram elaboradas de maneira a beneficiar predominantemente as elites, resultando na marginalização dos negros escravizados. Desde os tempos coloniais, as sesmarias distribuíam grandes extensões de terra aos colonos brancos, excluindo completamente os recém-libertos, esclarece Cavalcante (2005). A Lei de Terras de 1850, por exemplo, que exigia a compra de terras devolutas, apresentou desafios econômicos significativos para os ex-escravos, dificultando sua capacidade de adquirir propriedades. Após a abolição da escravidão em 1888, a falta de políticas efetivas de reforma agrária contribuiu para a concentração contínua de terras entre poucos proprietários, perpetuando a marginalização econômica dos negros. Essas legislações não apenas refletiram, mas também ampliaram as desigualdades socioeconômicas, impedindo que os negros alcançassem autonomia econômica e social por meio da posse de terras. A história das leis de terras no Brasil ilustra uma continuidade de injustiças que ainda ressoam nas estruturas sociais e econômicas do país até os dias atuais.

CAVALCANTE, J. L. **A Lei de Terras de 1850: e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra.**

Revista Histórica, São Paulo, 2 jun. 2005. Disponível em:

<http://www.historica.arquivostado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em: 27 jun. 2024.

No que diz respeito à habitação e ao acesso à cidade, a modernização do Rio de Janeiro não beneficiou toda a população de maneira igualitária. Para Vaz (1994, p. 594), “a possibilidade de prover habitação para os necessitados serviu muitas vezes para viabilizar a produção/difusão dos novos tipos, que, uma vez estabelecidos, ratificam a exclusão”. Por exemplo, os empresários receberam concessões públicas e isenção de impostos para construir casas destinadas aos trabalhadores pobres. Todavia, em vez disso, construíram os primeiros arranha-céus, que não eram acessíveis à população humilde. Esses edifícios foram extremamente benéficos para os empresários, pois permitiam a construção de mais unidades habitacionais por terreno. De acordo com Vaz (1994), os empresários apresentaram aos governos propostas para aprimorar a situação da moradia, tais como higienização, produção em escala e redução de custos, como uma forma de atender às demandas dos menos favorecidos. No entanto, em vez disso, aumentaram o distanciamento da população pobre de residências baratas, modernas e sustentáveis.

Vaz (1994) analisa a segregação urbana exclusivamente em termos de pobreza, sem considerar a questão racial. Por outro lado, Brum (2024), apesar de reconhecer a relevância da dimensão socioeconômica, concentra sua análise na conexão entre raça e segregação urbana. Segundo Brum (2024), no Rio de Janeiro, entre o final do século XIX e o início do século XX, as favelas tornaram-se lócus da pobreza urbana, substituindo o cortiço não somente na forma emblemática de “moradia dos pobres”, mas também como alvos de campanhas higienistas e de controle do território. Sejam cortiços ou favelas, esses espaços eram habitados majoritariamente por pessoas negras, anteriormente escravizadas, que, ao serem libertas, enfrentaram a exclusão social e a falta de acesso a moradias de qualidade e trabalhos dignos. Isso fez com que esses homens e mulheres tivessem que morar em lugares sem estrutura, higiene e segurança.

Para Brum (2024, p. 218), “a favela assume o lugar do cortiço como objeto de demonização da população pobre [e negra] da cidade e, de modo geral, dos seus hábitos e elementos”. Por intermédio de diversos meios de comunicação, documentos governamentais e registros históricos, percebe-se que os cortiços e, posteriormente, as favelas foram combatidas pela suposta falta de higiene, condições sanitárias, e porque eram habitadas por negros, potenciais criminosos, conforme Brum (2024) explica. Nesses registros midiáticos, governamentais e históricos, as favelas foram descritas como “redutos da miséria do Rio de Janeiro” e “locais de facínoras e malfeitores”, com casebres feitos de “material precário”, onde os pobres “sem higiene” moravam, explica Brum (2024, p. 226). Apesar de reconhecerem a existência de trabalhadores pobres e favelados, estes eram percebidos como tendo a saúde

afetada e os hábitos culturais questionados devido à proximidade com indivíduos negros considerados vadios e maldosos (BRUM, 2024).

Dessa forma, entramos em outros tipos de violência: mais especificamente, aquelas praticadas pelo Estado. Desde o início, o seu início ele esteve presente na favela para reprimir, mas não para garantir condições mínimas e adequadas de sobrevivência nesse espaço. Conforme revelado por Brum (2024), a descrição das favelas nos registros midiáticos, governamentais e históricos esteve vinculada a planos concebidos por médicos e engenheiros, membros da elite, em colaboração com o Estado. Esses planos, orientados para a higienização e o controle do espaço urbano, categorizavam as favelas como potenciais focos de doenças e fontes de insegurança para as outras áreas da cidade. Ou seja, segundo Brum (2024), ele estava presente e tinha a clara intenção de lidar com o “problema das favelas” por meio da eliminação. Inicialmente, com o auxílio de planos higienistas, depois com planos policiais, garantiu repressão e não habitação adequada, oportunidades de emprego, educação, saúde e outros direitos básicos para os habitantes dos morros.

De acordo com Moraes (2023), no que diz respeito ao plano de Pereira Passos, o Estado e o capital monopolista moldaram a geografia urbana de acordo com uma lógica de segregação social e racial. “A ideia era inserir a cidade do Rio de Janeiro nos cânones capitalistas, facilitando a inserção da lógica de reprodução ampla do capital e trazendo transformações, nem sempre ótimas, econômicas, políticas, sociais e culturais” (MORAIS, 2023, p. 96–97). Para tornar este projeto viável e obter os lucros desejados, foi realizada uma reestruturação interna visando eliminar qualquer traço ou característica que remetesse à lógica colonial e mercantil, incluindo o grande número de negros que foram escravizados e viviam em áreas precárias e em extrema pobreza.

As violências físicas foram usadas como uma estratégia para a remoção das pessoas pobres e negras da região central, com o intuito de apagar suas existências e trajetórias no espaço. A intenção não era resolver as desigualdades sociais resultantes de anos de escravidão, mas sim enviar os pobres para regiões mais afastadas, a fim de criar a falsa imagem de um Rio de Janeiro em perfeita harmonia, sem pobreza e com dignidade para todos os seus residentes. Com isso, Moraes (2023) revela que, entre o final dos anos 1800 e o início dos anos 1900, já ocorriam as primeiras violências policiais, incluindo mortes, agressões e acusações sem provas. Já nessa época, quem vivia na favela era acusado de crimes que não cometeu, mesmo sem evidências de culpa. Os assassinatos cometidos pela polícia eram, geralmente, justificados pelo suposto perigo representado pela vítima ou pelo crime que ela teria cometido. Além disso, as

agressões a moradores dos morros eram constantes, sendo justificadas por suposta resistência à prisão, prevenção de crimes e manutenção da ordem pública.

De acordo com Moraes (2023), nesse processo de remodelação do espaço urbano e afastamento dos negros e pobres das regiões centrais, emerge uma violência estrutural que nega direitos básicos como saúde, educação, saneamento e habitação digna a esse grupo, perpetuando um ciclo de pobreza. Assassinatos, agressões, aprisionamento e acusações falsas são formas de violência, como a rejeição e a precarização dos serviços públicos destinados aos menos favorecidos, segundo Moraes (2023). Cano (2007) afirma que, embora não haja consenso sobre o que sejam as violências estruturais, elas possuem duas características: a primeira é que não são episódicas nem acidentais; pelo contrário, fazem parte da estrutura da sociedade. A segunda é que frequentemente negam direitos básicos a alguns grupos sociais, especialmente aqueles considerados inferiores, para controle e extermínio. Cano (2007) argumenta que as violências estruturais brasileiras, influenciadas por anos de escravidão de negros africanos, incentivam as violências físicas, pois pessoas privadas de direitos sofrem mais agressões, mortes e acusações infundadas. Adicionalmente, são mais propensas a praticar atos de violência, seja como forma de defesa, desesperança ou para contornar dificuldades impostas, como aponta Cano (2007).

Moraes (2023) e Cano (2007) mostram que o Estado se esforça para conter as violências organizadas por alguns grupos, enquanto idealiza e executa diversas violências por conta própria. Ele, portanto, não quer dar fim a essas violências, mas ser o único a praticá-las. Por essa razão, Silva (2008, p. 11) esclarece que o Estado é um “órgão centralizador, organizador e gestor de quase todos os tipos de relações sociais existentes no seio da sociedade”. É para buscar a própria conservação que ele reclama para si o monopólio legítimo do uso da violência, bem como a gestão das relações. Ainda segundo Silva (2008), outros grupos e indivíduos podem exercer violências, desde que o controlador de todas as relações sociais, permita. Com o decorrer do tempo, é possível que esses grupos e indivíduos responsáveis pelas violências mudem, uma vez que não permanecem inalterados. Dito de outra forma, os sujeitos violentos no presente podem sofrer a mesma violência no futuro, o que demonstra que as ações repressivas e dominadoras do Estado tendem a afetar diferentes grupos e associações (SILVA, 2008).

Há uma corrente de pensamento na academia que considera grupos contemporâneos, como traficantes e milicianos, como riscos à legitimidade do Estado para exercer a violência de forma exclusiva, explica Silva (2008). Porto (2004), por exemplo, questiona o uso do termo “monopólio”, uma vez que, se ele realmente o tivesse, não precisaria travar batalhas constantes

com outros indivíduos e grupos por poder, domínio de territórios e, sobretudo, pela exclusividade do uso da violência. Porto (2004) argumenta que, se o Estado precisa disputar constantemente com outros grupos pelo poder, é porque não o detém completamente. Contudo, de acordo com Silva (2008), grupos não ligados ao governo podem exercer violências, mas provavelmente serão reprimidos pelo Estado em algum momento. Essa repressão é necessária, uma vez que precisa se manter forte e demonstrar sua legitimidade. A coação é o meio normal e único de revelar essa força a todos e manter seu poder, conta Silva (2008).

Sendo assim, para Silva (2008), o conceito de Estado considera as seguintes características:

A relação de dominação existente entre homens, justificada pelo poder que é exercido entre desiguais, de forma hierárquica, em que se percebe uma forma piramidal onde o topo emana poder legitimado sobre as bases. Os próprios dominados legitimam esse poder, seja pela crença, pelo carisma ou por leis estatutárias. [...] Num Estado, o domínio efetivo se manifesta no cotidiano da administração e fica nas mãos do funcionalismo, e uma das bases desse funcionalismo é a disciplina (SILVA, 2008, p. 12).

O Estado, através da polícia e do Exército, seus braços armados, interfere em todos os lugares e as situações, em relação a qualquer pessoa ou grupo que esteja colocando em risco sua legitimidade e poder. Porto (2004) afirma que a força pública está presente em todos os lugares, justamente por ser universal, e detém o monopólio da violência, uma vez que é a única autorizada a exercê-la. No entanto, Santos, Farage e Pinto (2020) argumentam que o poder estatal impõe uma rotina violenta em áreas pobres, não atuando em todos os territórios da mesma forma ou com a mesma agressividade. De acordo com esses autores, espaços que poderiam ser pensados em conjunto pelos governos e pela população, mantendo o diálogo e a construção coletiva, frequentemente se tornam locais dominados violentamente por grupos criminosos armados, tanto aqueles ligados ao Estado, como a polícia, quanto outros que operam independentemente, como milícias e facções.

A intervenção violenta do Estado em favelas e periferias não é uma novidade; pelo contrário, essa prática tem raízes profundas, remontando à própria origem dessa instituição. Santos, Farage e Pinto (2020) afirmam que a soberania estatal foi criada pela classe burguesa, que a utilizou para impor seus interesses, valores e ideologias a toda a sociedade, mesmo aqueles que não faziam parte desse seletivo grupo. A instituição sempre teve o papel de proteger as propriedades privadas da burguesia, defendendo-as dos pobres e negros que, após a escravidão, se tornaram homens livres, mas sem emprego, renda e moradia, potencialmente ameaçando as posses da elite. Nesse contexto, segundo Santos, Farage e Pinto (2020), a burguesia impediu que a classe trabalhadora chegasse ao poder para participar dos processos

de mudança política ou se mobilizasse para modificar a realidade. O uso frequente da polícia e do Exército, os braços armados do Estado, não se limitou a reprimir criminosos, mas também a dificultar a ascensão da classe trabalhadora aos espaços de decisão política e a reprimir manifestações e movimentos populares.

A imprensa no Brasil surgiu nesse processo, graças ao avanço do capitalismo e da articulação política da burguesia. Como explica Oliveira (2011, p. 129): “a história da imprensa é a própria história do desenvolvimento do capitalismo”. A elite sempre reconheceu a importância do jornalismo para a defesa de seus interesses, valores e ideologias. Tanto que, desde o início da imprensa, no século XIX, quando o Brasil era governado por imperadores, as classes dominantes mostraram interesse em dominar os escritos, sejam eles produzidos em condições precárias nas tipografias locais ou oriundos de outros países, conforme aponta Oliveira (2011).

Com a Proclamação da República em 1889, os periódicos deixaram de ser criações artesanais, voltadas a um público restrito, e se transformaram em empreendimentos comerciais, distribuídos para uma audiência mais ampla. Assim, a elite teve a oportunidade de divulgar suas ideias a um público maior. No século XX, a instrumentalização da imprensa pela elite tornou-se ainda mais evidente, uma vez que passou a ser gerida exclusivamente por indivíduos ligados às classes dominantes, que a utilizavam para defender seus interesses econômicos, sociais e políticos (OLIVEIRA, 2011).

No Rio de Janeiro do século XX, os jornais, apesar das restrições de acesso, abordavam as favelas como uma questão de segurança pública, sem se deter nos problemas habitacionais que elas representavam, esclarece Silva (2018). Isso demonstra que as classes dominantes da capital já utilizavam o jornalismo para defender seus interesses e veicular suas ideias sobre os outros e sobre o espaço urbano (SILVA, 2018).

Os noticiários, especialmente os criminais, retratavam as favelas como locais habitados por “classes perigosas” que ameaçavam a tranquilidade da capital, segundo Silva (2018). Os moradores dessas áreas eram representados como “detentores de comportamento agressivo” apenas por residirem nos morros. Já indivíduos que cometiam crimes de menor gravidade, como furtos e vandalismo, eram tratados da mesma forma que aqueles envolvidos em crimes mais graves, como homicídios e assaltos à mão armada. Criminosos pobres e moradores de favelas eram considerados mais perigosos do que criminosos ricos de áreas nobres, mesmo quando cometiam delitos semelhantes. De acordo com Silva (2018), todos os moradores das favelas eram vistos como criminosos em potencial, independentemente de terem cometido qualquer crime.

Essa violência de representar os negros como ameaçadores, mesmo sem evidências, e caracterizar suas localidades como centros de perigo, justificando a repressão e o controle sobre seus corpos e espaços, persiste nas narrativas jornalísticas contemporâneas. Roque (2021) revela que diversas notícias apresentam negros e pobres, sejam moradores das favelas ou não, como potenciais criminosos. Com base em Roque (2021), acreditamos que a violência perpetrada pelo jornalismo, que consiste em apontar o outro como violento (MISSE, 2008), não se encerra com a publicação da notícia. Pelo contrário, essa narrativa em fluxo continua a incentivar outras formas de violência, como a intensificação de planos de segurança que utilizam as Forças Armadas para controlar e reprimir as favelas e as periferias, além de alimentar visões racistas e preconceituosas que consideram todos os pobres urbanos como uma ameaça.

Em resumo, ao analisar as diversas formas de violência em nossa sociedade, fica claro que elas estão interconectadas e se influenciam mutuamente. A exclusão social fertiliza o terreno para a marginalização e a violência, enquanto o Estado prioriza a militarização das áreas habitadas por pobres e negros, em detrimento da garantia de direitos, o que intensifica as injustiças e as desigualdades. O jornalismo, embora não tenha uma narrativa única, com frequência perpetua perspectivas racistas e preconceituosas, contribuindo para o ciclo de exclusões e violências ao retratar esses grupos como criminosos potenciais e suas comunidades como focos de criminalidade, mesmo na ausência de evidências concretas.

3 MILITARIZAÇÃO, SEGREGAÇÃO E RACISMO NAS PÁGINAS DE *O GLOBO*: OS DILEMAS URBANOS DO RIO DE JANEIRO (1992)

“Tem que bater, tem que matar, engrossa a gritaria
 Filha do medo, a raiva é mãe da covardia
 Ou doido sou eu que escuto vozes
 Não há gente tão insana”
Caravanas — Chico Buarque

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar o contexto social e político em que a Garantia da Lei e da Ordem de 1992 foi implantada, enfatizando os três tipos de violência: exclusão urbana, a falta de direitos garantidos pelo Estado às favelas e o jornalismo que, com frequência, rotula o outro como violento. Abordaremos, portanto, três momentos específicos: o Exército na Tijuca, revelando que as Forças Armadas já estavam na cidade antes da Eco-92; uma parte da população carioca exigindo uma maior presença dos militares no meio urbano, uma vez que se sentira protegida com o plano de segurança do evento internacional; e o confronto entre os políticos da época, favoráveis ou não à militarização das praias, com o intuito de impedir que jovens pobres e negros, especialmente aqueles oriundos de favelas e subúrbios, frequentassem a orla da Zona Sul.

Ao analisarmos as narrativas jornalísticas, nosso propósito é destacar a interrelação entre as violências e o modo como elas se manifestam nas vidas de negros e pobres residentes das áreas urbanas periféricas. Por meio da análise das violências, buscamos salientar três delas: a exclusão urbana, evidenciada pela infraestrutura precária e pela falta de acesso a serviços básicos; o investimento maciço do Estado em planos militares, que priorizam a repressão, em detrimento de políticas que garantam direitos fundamentais à população; e a violência na linguagem jornalística, ao apontar tanto os moradores das favelas quanto das periferias como potenciais criminosos, muitas vezes sem provas concretas.

Essa análise é relevante porque autores como Brum (2024) e Vaz (1994) destacam a repressão histórica das favelas e das periferias pelo Estado. Uma repressão que é, no geral, apoiada por segmentos da sociedade que veem essas áreas como locais de miséria, habitados por pessoas moralmente inferiores, vivendo em condições precárias e apresentando riscos à cidade (BRUM, 2024; VAZ, 1994). Chalhoub (1996) sustenta que, na verdade, a exclusão dos moradores das favelas e das periferias é uma tática criada pelo Estado, em conjunto com as elites, para limitar o potencial político desses moradores. Os espaços populares oferecem

acolhida aos seus habitantes, ao contrário do Estado, e desempenham um papel relevante na organização e mobilização política.

Roque (2020) explica que a exclusão urbana não afeta apenas as pessoas que moram em favelas, mas também aquelas que se encontram em situação de rua, que costumam ser negras. De forma recorrente, esse grupo é deslocado das áreas urbanas, com pouca ou nenhuma proteção do Estado, uma vez que é visto por parte da sociedade como obstáculo ao crescimento econômico, sobretudo pelo setor imobiliário, e como fonte de desconforto para as classes mais abastadas. Sousa (2015) corrobora essa visão, apontando que, no Rio de Janeiro, ocorre uma exclusão que impede tanto os moradores com residência fixa quanto os sem-teto de participarem de maneira ativa da construção e do progresso, simplesmente por serem pobres. No entanto, embora Silva e Junior (2020) concordem que todos têm o direito à cidade, independente de possuírem uma residência fixa ou não, a ocupação do espaço urbano vai além do mero direito de estar presente; é essencial que isso ocorra com dignidade. Dessa forma, o Estado tem a responsabilidade de assegurar um ambiente habitável, humano e justo, bem como garantir outros direitos fundamentais, como segurança, saúde, acessibilidade — tanto física quanto financeira — e moradia digna. As pessoas em situação de rua, em particular, devem utilizar a área urbana de forma digna, conforme ressaltado por Silva e Junior (2020).

A ação do Estado costuma ter um caráter violento, com um impacto negativo na vida das pessoas, em especial nas comunidades urbanas. Ao analisarmos a segurança pública, observamos um investimento significativo em estratégias de militarização nas áreas urbanas pobres. Enquanto isso, as políticas governamentais que visam assegurar direitos fundamentais para indivíduos de baixa renda e suas localidades são frequentemente insuficientes, não possuindo a mesma efetividade dos planos militares, como apontado por Misse (2018) e Mendonça (2018). Moraes (2023), Cano (2007) e Silva (2008) salientam que o Estado direciona recursos significativos para combater as violências perpetradas por determinados grupos, como traficantes e milicianos, por exemplo, mas, ao mesmo tempo, continua a praticar diversas formas de violência. Ou seja, em vez de combater a violência, o Estado parece preferir ser seu único executor. Como uma entidade centralizadora, ele organiza e gerencia todas as formas de interação social na sociedade, inclusive as violentas.

Ademais, ao considerar a violência empregada na narrativa jornalística, compreendemos que apontar o outro e seu território — prática histórica do jornalismo, que persiste até hoje — configura igualmente uma ação violenta. Segundo Misse (2008), ao classificarmos eventos ou indivíduos como violentos, não estamos apenas descrevendo-os, mas interferindo neles. Roque (2021) clarifica que os jornais com frequência rotulam os moradores pobres da cidade como

criminosos, mesmo quando não há evidências que os incriminem. Em outras palavras, quando os jornais retratam os pobres e seus territórios como violentos, sem base em provas, e tentam justificar a contenção de suas supostas ações de violência, acabam prejudicando essas vidas ao perpetuar preconceitos, aumentar a exclusão social e incentivar a repressão e o encarceramento.

Esta primeira parte do capítulo, intitulada *Antes da Eco-92: o Exército já estava na Tijuca: repressão a pessoas em situação de rua, meninos pobres e camelôs*, tem o intuito de esclarecer que a primeira operação das Forças Armadas no Rio de Janeiro não ocorreu com a Garantia da Lei e da Ordem, em 1992. Ao contrário, os soldados do Exército já estavam nas ruas da capital, mais especificamente na região da Tijuca, reprimindo os pobres que circulavam pelo bairro, como moradores de rua, crianças e trabalhadores informais, conhecidos como camelôs. Aqui, abordamos o direito à cidade, as particularidades de quem vive nas ruas e a exigência, por segmentos da classe média, por mais militarização, como uma forma de se livrar dos mais pobres que circulavam ou viviam em seus bairros. Ainda é possível notar que o Exército não tinha a missão de proteger os tijucanos, mas, sim, impedir que os ônibus da região partissem para os bairros mais caros da Zona Sul.

A Rio, “*a Capital do Mundo*”: *A Garantia da Lei e da Ordem (1992) reduziu a criminalidade?*, foi dedicada a examinar o evento da Eco-92 e sua relevância, não apenas para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil. Assim, nosso objetivo é enfatizar o plano de segurança adotado para a conferência internacional, que atraiu políticos de renome para a metrópole, as áreas urbanas em que os soldados foram mais posicionados e as razões para isso. Buscamos compreender, por meio das narrativas jornalísticas, a opinião dos cariocas em relação ao evento, a fim de analisar se a presença dos membros das Forças Armadas no ambiente urbano foi bem recebida e se havia o desejo de que permanecessem nele. Focando ainda na população, caso tenha se manifestado o desejo de manter as Forças Armadas no Rio, procuraremos entender: por que esse desejo surgiu e qual grupo precisava ser afastado das ruas? A relação das classes média e alta com o território foi alterada pela militarização? Se sim, por que isso ocorreu? São essas as questões que buscamos responder aqui.

Na terceira parte do capítulo, intitulada *A militarização urbana como o motor da vida política: a articulação das narrativas de políticos em O Globo*, investigamos como o jornal articulou as narrativas de figuras políticas ligadas ao Rio de Janeiro sobre o tema da Garantia da Lei e da Ordem. Essa análise é relevante, pois ocorreu durante o período eleitoral municipal, o que nos levou a identificar e problematizar as falas de políticos favoráveis à presença dos soldados nas ruas, bem como as daqueles contrários a essa medida. A finalidade é demonstrar que os planos repressivos de segurança, como a Garantia da Lei e da Ordem, conseguem atrair

eleitores temerosos, que acreditam na militarização do espaço público como uma forma de garantir a paz no grande centro. Em adição, buscamos responder a algumas perguntas importantes: Quais acontecimentos geraram o desejo de militarizar o meio urbano? Quais eram, segundo os políticos, os efeitos desse processo de intervenção militar na vida dos moradores? Essas são esses assuntos que vamos explorar nesta seção da tese.

3.1 Antes da Eco-92, o Exército já estava na Tijuca: repressão a pessoas em situação de rua, meninos pobres e camelôs

De acordo com Rocha (2021), a primeira Garantia da Lei e da Ordem ocorreu em 1992, sendo um plano de segurança elaborado e implantado para garantir a proteção dos frequentadores da Eco-92. Porém, temos uma posição divergente em relação a essa afirmação porque homens armados e fardados já estavam presentes na Praça Saens Peña, na Tijuca, Zona Norte, para reprimir pessoas em situação de rua, meninos pobres e vendedores ambulantes, é o que mostram as reportagens *Exército policia Praça Saens Peña* (25/02/1992) e *PE (Polícia do Exército) afasta menores da Praça Saens Peña* (27/02/1992) de *O Globo*.

Tanto a reportagem *Exército...* (1992) quanto a *PE afasta...* (1992) constroem o sentido de que a presença do Exército nas ruas da Tijuca era necessária, ou melhor, indispensável, como se suas táticas de guerra, presença ostensiva e armamentos fossem essenciais para garantir a tranquilidade e a paz dos tijucanos. Em *Exército...* (1992), ficou claro que 50 homens do Batalhão de Polícia do Exército iniciaram a patrulha do bairro em 24 de fevereiro de 1992, com a missão de capacitar novos recrutas, com duração mínima de uma semana. Dessa forma, a cidade é retratada como um laboratório, um espaço onde os soldados aprendem a combater os “inimigos internos” e se preparam para outras situações de guerra. Fazendo jus à lógica de treinamento, as atividades militares eram intensificadas no período da tarde, quando, supostamente, surgiam os “menores infratores” e os “mendigos” ou “moradores de rua”, os inimigos internos apontados pelas reportagens.

Os soldados fiscalizavam os ônibus que partiam da Praça em direção à Zona Sul, em busca de pessoas suspeitas, como pode ser observado abaixo:

Ontem à tarde, os PMs responsáveis pelo policiamento da praça afirmaram que seus colegas do Exército se restringiram ao controle do trânsito. No entanto, a dupla que estava ao lado da entrada do metrô revistava passageiros de ônibus considerados suspeitos, especialmente os das linhas em que há mais assaltos, como a Usina-Leblon e a Muda-Leblon. Os recrutas que estavam na rua Major Ávila, entre os cinemas América e Carioca, revistavam homens que carregavam bolsas — eram camelôs que, retirados da praça, tentavam vender seus produtos andando pelas ruas (EXÉRCITO..., 1992, p. 13 – grifo nosso).

O bairro é recordista de furtos de automóveis e, segundo comerciantes, só nas proximidades da Saens Peña pivetes praticam mais de dez assaltos por dia. — Estamos adotando medidas para evitar que os menores delinquentes, reincidentes ou que praticaram um ato infracional grave, sejam liberados reiteradamente. Essa prática leva à desmoralização do Judiciário — disse o promotor (EXÉRCITO..., 1992, p. 13).

No trecho em questão, é possível observar que os principais alvos das abordagens do Exército eram crianças, pessoas em situação de rua e trabalhadores informais, que vendiam seus produtos nas calçadas. Quanto ao controle das linhas de ônibus que partiam da Tijuca para a Zona Sul, fica claro que o objetivo era impedir que os moradores da Tijuca se deslocassem para as praias da Zona Sul em busca de lazer. Por conseguinte, garantia-se a tranquilidade das classes mais abastadas, residentes nos bairros próximos à orla. A militarização da Praça Saens Peña não visava atender diretamente aos anseios dos tijucanos por proteção — embora, de forma indireta, o fizesse —, mas sim aos interesses daqueles que moravam em bairros realmente nobres do Rio.

O Exército também controlava as crianças e os adolescentes envolvidos em pequenos furtos na Praça da Tijuca. Por essa razão, o promotor da infância e adolescência do Juizado de Menores, Marcelo Buhatem, solicitou ao vice-governador e Secretário da Polícia Civil, Nilo Batista, e à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente que identificassem, no prazo de 15 dias, os responsáveis pelos furtos, sem deixar claro qual seria a medida a ser adotada. Parece que os órgãos responsáveis pela proteção dos direitos de crianças e adolescentes foram convocados para auxiliar nas punições; não para garantir a proteção integral desses indivíduos, assegurando seu desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade (BRASIL, 1990). O promotor parece ignorar a realidade de pobreza e a falta de respeito que envolve essas crianças e adolescentes no Rio de Janeiro, o que é corroborado pelo jornal, que não tensiona essa questão.

As narrativas Exército... (1992) e PE afasta... (1992) sugerem que o Exército tinha a função de remover crianças, pessoas em situação de rua e trabalhadores informais da Praça Saens Peña, atendendo às demandas da classe média tijuca. Tanto é que, na reportagem Exército... (1992), há uma seção intitulada *Esquina e praça são ocupadas por mendigos*, escrita por Nunes (1992).

Ao analisar o fluxo narrativo, observa-se que a jornalista constrói sentidos que associam quem vive no espaço público a uma imagem de degradação, retratando-as como responsáveis pela poluição do espaço público e como indivíduos improdutivos, embora, entre as brechas da narrativa, também denuncie a precariedade em que essas pessoas vivem.

O cheiro de peixe frito na velha frigideira inunda a calçada. Sobre uma bancada de concreto ficam panelas, verduras, cebolas, tomates. Outra velha frigideira ainda guarda a refeição do dia anterior — peixe com cheiro de azedo. Instaladas na calçada da esquina das ruas Almirante Cochrane com São Francisco Xavier, na Tijuca, duas famílias vivem há quatro meses sob a marquise da 8ª Divisão de Edificações, um setor da Secretaria municipal de Urbanismo. Os moradores fixos, que são três adultos e três crianças, dormem em dois colchões. As roupas estão empilhadas ou dentro de caixas.

As poltronas e o sofá, postos sob uma árvore, transformam o espaço em sala de estar e dormitório do menor Cláudio Alexandre, de seis meses, *filho do biscateiro* Antonio Carlos Teixeira, 38 anos, e Ester da Silva Mendes, 40. Eles cuidam também do neto William, de 1 ano e dois meses. O espaço é dividido com outro *biscateiro*, Paulo Sérgio Lopes, 40 anos, e seu filho Anderson, 8. *Os homens dizem que perderam os documentos, não conseguem emprego fixo, mas adorariam sair da rua* (NUNES, 1992, p. 13 – grifo nosso).

Em Nunes (1992), constatamos a reprodução de um pensamento sobre os sujeitos negros e pobres, que foi sendo construído e reconstruído ao longo do tempo, remontando ao período do fim da escravidão e ao início do capitalismo no Brasil. Segundo Pereira (2019) e Rodrigues *et al.* (2020), com o fim — pelo menos em teoria — de um sistema social e econômico que oprimia os negros, muitos se viram nas ruas, sem acesso a direitos básicos e essenciais para a subsistência, como moradia, alimentação, educação, saúde e emprego. Sem seguridade social, precisavam viver nos espaços públicos e realizar trabalhos precários, com pouca ou nenhuma remuneração. Nesse contexto, as classes mais abastadas, preocupadas com a expansão do capitalismo, temiam que a presença dos ex-escravizados — símbolos de um período remoto e atrasado — pudesse comprometer esse projeto social e político. Por isso, passaram a tratá-los como vadios e marginais, excluindo-os ainda mais do convívio social. Trata-se, como se pode perceber, de uma linha de pensamento que atribui a culpa pela própria precariedade ao indivíduo, eximindo a elite da época de sua responsabilidade em garantir políticas públicas e intervenções para resolver um problema social que ela mesma criou ao explorar os negros (PEREIRA, 2019). Em Nunes (1992), também há a transferência da culpa do Estado e do sistema social e político para o sujeito, como se este, por si só, tivesse condições reais de mudar a própria realidade, sem políticas públicas direcionadas para esse fim.

Destacando que os homens não tinham empregos estáveis e, portanto, não conseguiam sustentar suas famílias, Nunes (1992) construiu sentidos sobre as pessoas em situação de rua, apresentando-as como preguiçosas e irresponsáveis, sugerindo que estariam nessa condição por escolha própria. Esses sentidos são reafirmados pela ausência de uma problematização sobre o desemprego, bem como pelas dificuldades específicas desse grupo em conseguir e manter um trabalho formal, como a falta de vestimentas adequadas, acesso a produtos e a locais de higienização, além da inexistência de um endereço fixo. Nesse contexto, é importante lembrar que, entre 1985 e 1995, o ano de 1992 apresentou a maior taxa de desemprego, assim como um alto índice de indivíduos em condição de precariedade ou desalento no mercado de trabalho (MONTAGNER; BRANDÃO, 1996), sendo inadequado atribuir a responsabilidade pela falta de emprego unicamente aos sujeitos, esquecendo-se do sistema social e político que envolve essa questão.

Apesar de serem considerados “preguiçosos”, o jornal também relata algumas atividades que, embora gerem pouco dinheiro, são necessárias para a sobrevivência (ainda que precária) nas ruas, como a venda de verduras, cenouras, tomates e o trabalho como frentista (NUNES, 1992). Em outras palavras, os pais não ignoravam as necessidades de seus filhos, nem estavam completamente desocupados, como Nunes (1992) sugere em alguns momentos, só não tinham trabalhos formais e bem remunerados. Eles faziam o possível para suprir as necessidades básicas e urgentes deles e de suas famílias, mesmo sem o apoio do Estado. Nessa parte, é importante destacar que eram considerados “preguiçosos” porque não conseguiam empregos formais que garantissem a segurança e o bem-estar de suas famílias, não importavam seus trabalhos em funções desvalorizadas. Era como se viver na precariedade representasse uma vantagem, e a ausência de empregos formais fosse atribuída à falta de vontade e à preguiça.

Embora as pessoas em situação de rua sejam frequentemente retratadas em diversos meios como “vagabundas” e “vadias”, Silva (2009) esclarece que elas sempre trabalharam para sobreviver, mesmo nas ruas. Na sociedade, constrói-se uma imagem desse grupo como “aquele que tem uma vida fácil”, associando a existência nas ruas a uma vantagem, apesar da ausência de direitos básicos. Trata-se da ideia de que essas pessoas estariam nessa situação por escolha própria, ou porque se recusam a ter empregos formais. Todavia, Silva (2009) revela que os indivíduos em situação de rua são, na verdade, vítimas do desemprego, uma vez que realizavam funções que foram desvalorizadas pelo mercado de trabalho, como eletricitas, sapateiros, pintores, carpinteiros, motoristas, manobristas, entre outras. No cotidiano desse grupo, não é comum que fiquem sem trabalhar, pois, com frequência, realizam tarefas menos qualificadas, como catar materiais recicláveis, ajudar pedreiros, limpar empresas e residências, entre outras atividades (SILVA, 2009).

Sob essa perspectiva, percebemos que o capitalismo está constantemente se transformando para garantir o lucro contínuo de uma minoria privilegiada, mas, nesse processo, a maioria da população é ignorada, como é o caso de moradores de rua. De acordo com Pereira (2019), no início do sistema capitalista, as pessoas negras foram excluídas por não possuírem a qualificação exigida para os novos tipos de trabalho, uma vez que antes eram escravizadas e exploradas. Atualmente, como aponta Silva (2009), esse mesmo grupo continua enfrentando a exclusão, visto que suas funções se tornaram obsoletas devido ao próprio sistema capitalista, que segue marginalizando essas pessoas.

Voltando à reportagem de Nunes (1992), foi mencionado que outras famílias residiam nos arredores da praça São Francisco Xavier, criando um odor repulsivo que incomodava os tijucanos. De tão desagradável, eles “fechavam as janelas por causa do mau cheiro” (NUNES,

1992, p. 13). Esse ato era altamente simbólico, pois, ao fechar as janelas para a realidade das ruas, os tijucanos criavam a ilusão de que, dentro de suas casas, sob uma suposta proteção, poderiam escapar das dificuldades e precariedades da vida.

O mau cheiro é sentido já nos degraus da pracinha localizada em frente à estação São Francisco Xavier do metrô, na Tijuca. Uma criança suja e com roupas rasgadas pede dinheiro logo que avista alguém. Os adultos, duas mulheres e dois homens, distraem outra criança, aparentando dez anos, que vive nua. As duas famílias ocupam a praça há três meses, desde que chegaram de Petrópolis, onde viviam na rua e catavam papel. Os mendigos usam o lugar como cozinha, banheiro e chegam a praticar sexo em qualquer hora do dia. Regina Lúcia da Silva e Paulo Roberto dos Santos, dois ocupantes da praça, exalam um cheiro forte de bebida e dizem que perderam os documentos ao chegar ao Rio. Eles negam as acusações dos moradores dos prédios vizinhos. Síndicos da Rua Alfredo Pinto e adjacências já apelaram para os órgãos responsáveis pelo recolhimento de população de rua e até para a Comlurb, mas só receberam promessas vagas. No prédio número 66, os moradores reclamam dos atos sexuais entre os casais e do mau cheiro que exala do local. Para fugir do duplo incômodo, têm mantido as janelas fechadas (NUNES, 1992, p. 13).

Além de as pessoas em situação de rua serem responsabilizadas por suas próprias misérias, sem que o Estado seja cobrado pela falha na garantia de direitos básicos, elas também são acusadas de serem viciadas, como aponta Nunes (1992). O Brasil, enquanto membro da Organização das Nações Unidas (ONU), deveria seguir a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que afirma: “toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, incluindo alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e serviços sociais indispensáveis”. Segundo Nunes (1992), é notório que o Estado tem falhado em garantir uma série de direitos, especialmente os relacionados à saúde e ao bem-estar. As falas preconceituosas presentes na reportagem de *O Globo* deveriam ter sido confrontadas à luz da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), mas não foram, o que revela a pouca preocupação da narrativa com o desenvolvimento humano e social.

Quando se trata da população de rua, o tema do uso abusivo de álcool e drogas é sempre abordado, e com *O Globo* não foi diferente. De acordo com Mendes, Chagas e Penna (2020, p. 78), “o consumo de drogas é um dos grandes tabus da humanidade, sobretudo na atualidade, e tem reflexos importantes na saúde pública. Está relacionado a várias situações, tendo cada uma delas a sua relevância social, política, econômica e religiosa”, o que varia de acordo com os diferentes contextos e épocas. No caso do grupo retratado pelo jornal, o uso abusivo de álcool e drogas está intimamente ligado às desigualdades e assimetrias sociais.

De acordo com Mendes, Chagas e Penna (2020), a hipocrisia em torno dessa questão é revelada quando consideramos que uma parcela significativa da população urbana consome algum tipo de droga ilícita, sendo o álcool a substância lícita mais utilizada. No entanto, no que se refere à “pessoa em situação de rua, o uso de drogas é estigmatizado, principalmente em

decorrência da precariedade e das dificuldades de acesso à higiene e do uso em local socialmente visto como inadequado” (MENDES; CHAGAS; PENNA, 2020, p. 81). Nessa situação, os preconceitos se acumulam: há não só a opressão relacionada ao uso de substâncias químicas, sejam lícitas ou ilícitas, mas a questões raciais (frequentemente direcionadas a negros e pardos) e sociais (comumente voltadas aos pobres), fazendo com que essa “população seja submetida à violência física, verbal, emocional e psicológica pela própria condição do uso” (MENDES; CHAGAS; PENNA, 2020, p. 81).

Embora não seja o caso da reportagem de Nunes (1992), publicada no jornal *O Globo*, o consumo excessivo de álcool e drogas é frequentemente considerado uma condição inerente à população em situação de rua. Como se todos os que não possuem residência fixa usassem tais substâncias com frequência, explicam Mendes, Chagas e Penna (2020).

Para Nascimento *et al.* (2022), a permanência em espaços públicos, sem acesso a direitos essenciais, frequentemente leva ao aumento do consumo de álcool e drogas por essa população. Muitos indivíduos começam a utilizar essas substâncias em excesso justamente devido às violências que enfrentam nas ruas, o que pode ou não estar relacionado a problemas psicológicos. Há, inclusive, uma relação entre o uso de substâncias lícitas e ilícitas e a saúde mental, pois muitos vão para as calçadas devido a transtornos não tratados e, sem apoio, encontram consolo no álcool ou nas drogas, esclarecem Nascimento *et al.* (2022). A maioria dessas pessoas deseja tratamento para transtornos mentais e dependência química, além de atendimento psicológico e psiquiátrico. No entanto, frequentemente relatam dificuldades para acessar esses serviços na rede pública de saúde, que deveriam ser direitos garantidos a todos, independentemente de condição social, raça ou qualquer outra característica pessoal (NASCIMENTO *et al.*, 2022).

A associação entre a situação de rua e o uso de drogas, presente em diversas narrativas, contribui para a construção de uma imagem homogênea desse grupo, desconsiderando a diversidade de suas realidades. Para Silva (2009), essa homogeneidade não existe, porque nas ruas vivem sujeitos de diversas raças, idades, religiões, culturas e tradições, estruturas familiares, classes socioeconômicas, gêneros e sexualidades, níveis educacionais e experiências de vida. Roque (2020) reconhece a heterogeneidade dessa população, mas destaca a prevalência de homens pardos e pretos, com idades entre 30 e 59 anos, baixa escolaridade e que vivem em espaços públicos, seja por não possuírem residências fixas, seja por estarem distantes delas.

De acordo com Silva (2009), os fatores que levam esses sujeitos a viver nos espaços urbanos são estruturais, como a falta de trabalho e renda, moradia inadequada e mudanças

socioeconômicas; individuais, como vício em álcool e drogas, rupturas familiares e transtornos mentais; e ambientais, como terremotos, inundações e pandemias.

Ainda analisando a reportagem de *O Globo*, a seguinte frase chama a atenção por não ter a devida problematização: “apelaram para os órgãos responsáveis pelo recolhimento de população de rua e até para a Comlurb, mas só receberam promessas vagas” (NUNES, 1992, p. 13). O uso do verbo “recolher”, em vez de “acolher”, produz sentidos que remetem ao recolhimento de lixo. É como se os órgãos de Assistência Social fossem “recolher” a sujeira que incomodava aqueles que tinham onde morar. Os síndicos dos prédios em volta da Praça São Francisco Xavier também viam as pessoas como lixo, algo que deveria ser “recolhido” do bairro, tanto que entraram em contato com a Comlurb — a Companhia Municipal de Limpeza Urbana da Prefeitura do Rio de Janeiro. Nesse caso, pela escolha do verbo “recolher”, o jornal tende a corroborar com os moradores dos prédios, que percebiam na Companhia de Limpeza Urbana uma possibilidade de acabar com o motivo do incômodo, sem a garantia de direitos. Dito de outra forma, as pessoas, sem direitos básicos, deveriam ser recolhidas, levadas para longe, retiradas do campo de visão da classe média, não atendidas por assistentes sociais, psicólogos, médicos e outros profissionais de saúde, é o que parece sugerir a reportagem de Nunes (1992).

Comparar quem mora nos espaços públicos ao lixo, algo visto como descartável e que precisa ser eliminado, propaga um processo de coisificação, uma herança do período escravocrata que ainda recai sobre corpos negros. Na comparação feita pelos entrevistados e reforçada por Nunes (1992), as pessoas perdem suas características humanas, como consciência, racionalidade, emoção, moralidade, socialização, autoconsciência, entre outras. A isso dá-se o nome de coisificação, um processo intimamente ligado à invisibilidade, pois “considerar um ser humano como objeto ou coisa significar atribuir a ele a mesma importância que se dá às coisas que se encontram ao redor, que passam despercebidas, imbuídas do atributo de ser invisíveis, ainda que tangíveis”, esclarece Bertasso (2021, p. 68). Digo, ainda, que se trata de uma herança do período da escravidão, porque “ao longo de muitos séculos, os povos africanos (e indígenas) não eram considerados sujeitos, portanto, não tinham subjetividade, não fazendo parte da categoria humanos” (BERTASSO, 2021, p. 67).

Em *O Globo*, mais especificamente na reportagem de Nunes (1992), que pode ser mais bem explorada na Figura 1, são identificados vários trechos que coisificam e reduzem as pessoas em situação de rua a elementos desagradáveis e incômodos, em vez de reconhecê-las como sujeitos de direitos.

Em trechos como “o mau cheiro é sentido já nos degraus da pracinha” (NUNES, 1992, p. 13) e “Regina Lúcia da Silva e Paulo Roberto dos Santos, dois ocupantes da praça, exalam um cheiro forte de bebida” (NUNES, 1992, p. 13), o odor é apresentado como a característica principal das pessoas desabrigadas, desconsiderando sua dignidade, suas necessidades e habilidades. No trecho “os mendigos usam o lugar como cozinha, banheiros e chegam a praticar sexo a qualquer hora do dia” (NUNES, 1992, p. 13), a descrição das atividades cotidianas e sexuais é feita de forma pejorativa, reforçando a ideia de que essas pessoas são um problema a ser eliminado, em vez de seres humanos sobrevivendo em situação de extrema pobreza. Da mesma forma, em “para fugir do duplo incômodo, têm mantido as janelas fechadas...” (NUNES, 1992, p. 13), observa-se que os moradores dos prédios se incomodam mais com o cheiro e com os atos sexuais do que com a forma degradante em que essas pessoas vivem. Outro ponto que contribui para a coisificação é a retratação impessoal, sem nomes ou histórias, como em: “os adultos, duas mulheres e dois homens, distraem outra criança, aparentando dez anos, que vive nua...” (NUNES, 1992, p. 13). Esses trechos ilustram de forma clara como as narrativas jornalísticas podem contribuir para a coisificação de determinados grupos, especialmente devido à ausência de uma tensão crítica.

A sensação de segurança da classe média tijuicana era potencializada pela presença dos soldados do Exército em seu território, mesmo à custa da opressão dos mais pobres. O medo dos privilegiados estava presente na *box* “Repórter vive situação de perigo”, que pode ser lida na Figura 1. Esse quadro foi incorporado à reportagem não apenas para legitimar a presença do Exército na Tijuca, mas também para dialogar com os sentimentos do público do jornal, especialmente a parcela mais temerosa:

Confesso: faço parte da legião de cariocas que se sentem amedrontados, impotentes diante da violência na cidade. A impressão de ser um refém começa em minha casa, me acompanha quando saio de carro e, ontem, me alcançou no metrô. Descia a escada para a plataforma, na estação Saens Peña, quando os alto-falantes transmitiram o apelo: ‘Seguranças, urgente na plataforma’. Parei e vi dois homens correndo na direção da escada. Imaginei que o primeiro era perseguido e tive o ímpeto de tentar segurá-lo, mas vi um terceiro homem passar pela roleta e se colocar na escada para barrar a passagem do assaltante. Então, o assaltante — um jovem negro — começou a gritar: “Mete a mão! Mete a mão!”. O homem que eu julgava seguir o assaltante, e que era seu cúmplice, sacou uma pistola automática, mirando na minha cabeça e a do homem que interrompia a passagem, para que saíssemos do caminho (REPORTER..., 1992, p. 13).

A reportagem Exército... (1992) apresentou os perigos existentes na Praça Saens Peña e conectou dois eventos distintos: o assalto ao metrô e a presença de moradores de rua (FIGURA 1). Essa combinação, longe de ser aleatória, produzia sentidos que associavam aqueles sem residência fixa a possíveis criminosos, dando continuidade ao mito das classes perigosas

(COIMBRA, 2001). A narrativa não tinha o objetivo de educar o público, esclarecendo que essa população necessitava de proteção por parte do Estado, que deveria garantir emprego, saúde, moradia, alimentação e outros direitos (BRASIL, 1988). Não havia menção de que essas pessoas não eram criminosas por estarem nas ruas, mas sim vítimas de um Estado que, embora presente para punir, estava ausente na garantia da dignidade humana.

Figura 1 - Exército na Praças Saens Peña

Terça-feira, 25 de fevereiro de 1992

O GLOBO

2º CLIQUE

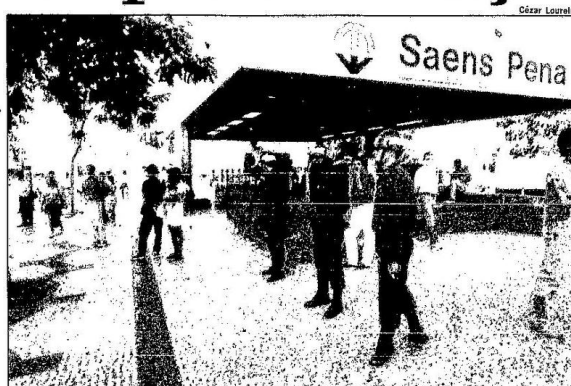
GRANDE RIO • 13

Exército policia Praça Saens Peña

Cerca de 50 homens do Batalhão da Polícia do Exército iniciaram ontem o patrulhamento na Praça Saens Peña e ruas adjacentes. O exercício de instrução faz parte do treinamento de novos recrutas, deverá durar no mínimo uma semana e será intensificado sempre à tarde (quando é maior a presença de menores infratores na área). Informou a 5ª Seção do Comando Militar Leste. Os soldados foram divididos em duplas, controlaram o trânsito e revistaram suspeitos em ônibus.

O Comando Militar negou que o policiamento ostensivo esteja relacionado com o aumento da violência do bairro. Segundo o coronel Ayres, a proximidade da Praça Saens Peña com o batallão, na rua Barão de Mesquita, facilita o deslocamento dos recrutas para o treinamento. Mas o fato é que a presença da PE foi festejada por usuários de ônibus da Saens Peña, para quem os recrutas impõem mais respeito que policiais civis e militares.

Ontem à tarde, os PMs responsáveis pelo policiamento da praça afirmaram que seus colegas do Exército se restringiam ao controle de trânsito. No entanto, a dupla que estava ao lado da entrada do metrô revistava passageiros de ônibus considerados suspeitos, especialmente os das linhas em que há mais assaltos, como a Usina-Leblon e a Muda-Leblon. Os recrutas que estavam na rua Major Ávila, entre os cinemas América e Carioca, revistaram homens que carregavam bolsas — eram camelôs que, retirados da praça, tentavam vender seus produtos andando pelas ruas.



Recrutas do Batalhão da Polícia do Exército fazem o policiamento junto à estação do metrô da Saens Peña

Repórter vive situação de perigo

Confesso: faço parte da legião de cariocas que se sentem amedrontados, impotentes diante da violência da cidade. A impressão de ser um refém começa em minha casa, me acompanha quando saio de carro e, ontem, me alcançou no metrô.

Descia a escada para a plataforma, na estação Saens Peña, quando os alto-falantes transmitiram um apelo: "Seguran-

cas, urgente na plataforma". Parei e vi dois homens correndo na direção da escada. Imaginei que o primeiro era perseguido e tive o impulso de tentar segurá-lo, mas vi um terceiro homem passar pela roleta e se colocar na escada para barrar a passagem do assaltante.

Então, o assaltante — um jovem negro — começou a gritar: "Mete a mão! Mete a mão!". O homem que eu julgava perso-

guir o assaltante, e que era seu cúmplice, sacou uma pistola automática, mirando minha cabeça e a do homem que interrompia a passagem, para que saíssemos do caminho. No jornal, soube que um dos assaltantes — não identificado — foi baleado e morreu no Hospital do Andaraí. Ninguém sabe quem atirou.

Edgar Arruda é repórter do GLOBO

Promotor pede abertura de inquérito

Marcelo Buhalem, promotor da infância e da adolescência do Juizado de Menores, pediu ontem ao vice-governador e Secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, e à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DP-CA) a instauração de inquérito para identificar, em 15 dias, os envolvidos nos crimes na Tijuca denunciados pelo GLOBO. O bairro é recordista em furtos de automóveis e, segundo comerciantes, só nas proximidades da Saens Peña pivetes praticam mais de dez assaltos por dia.

Estamos adotando medidas para evitar que os menores delinquentes, reincidentes ou que praticaram um ato infracional grave, sejam liberados reiteradamente. Essa prática leva à desmoralização do Judiciário — disse o promotor.

O comandante do 6º BPM (Tijuca), tenente-coronel Nilo Pereira Lima, reafirmou que não recebe muitas reclamações de furtos e roubos na Tijuca, mas informou que haverá reforço de

policiamento nas áreas mais visadas pelos assaltantes. Ele disse que os menores que vivem na Praça Saens Peña e adjacências estavam ontem na Casa da Acolhida, uma instituição na Rua Maracanã.

Porém, naquela mesma hora um grupo de menores estava reunido próximo à saída do metrô, na praça, onde costumam se encontrar antes de cada investida contra pedestres, motoristas e comerciantes. As 13h, quatro policiais civis, três da 19ª DP (Tijuca) e um da 18ª DP (Praça da Bandeira), obrigaram o grupo a se dispersar e detiveram dois menores que se banhavam no chafariz da praça.

O titular da 19ª DP, delegado Hélio Vígio, disse que os menores detidos na praça seriam encaminhados à DP-CA.

— Não precisamos esperar que eles roubem para os prendermos — disse o delegado, que classificou de rotineira a operação policial de ontem.

Comércio apela para seguranças

A contratação de seguranças particulares foi a forma encontrada por muitos comerciantes da Praça Saens Peña e de ruas próximas para inibir a ação dos assaltantes. O presidente da Associação Comercial e Industrial da Tijuca (Acti), Moisés Acher Cohen, calcula que pelo menos 30 por cento dos 1.200 estabelecimentos comerciais da região empreguem seguranças, pagando em média um salário-mínimo para cada um.

Mesmo contrariando determinações do Estatuto da Criança e

do Adolescente, seguranças de lojas e shoppings impedem a entrada de meninos de rua, isso acontece no edifício Praça Saens Peña, onde funcionam 42 lojas, nas Lojas Americanas e na lanchonete Café Palheta.

Representantes do Conselho Comunitário de Segurança da Tijuca, que se reuniu ontem à noite para discutir a adoção de medidas contra a violência, vão hoje à Associação Comercial e Industrial da Tijuca pedir o apoio dos empresários.

Esquina e praça são ocupadas por mendigos

Família vive sob marquise de um prédio público

ANGELINA NUNES

O cheiro do peixe frito na velha frigideira invade a calçada. Sobre uma bancada de concreto, ficam panelas, verduras, cebolas, tomates. Outra velha frigideira ainda guarda a refeição do dia anterior — peixe com cheiro forte de azedo. Instaladas na calçada da esquina das ruas Almirante Cochrane com São Francisco Xavier, na Tijuca, duas famílias vivem há quatro meses sob a marquise da 3ª Divisão de Edificações, um setor da Secretaria municipal de Urbanismo.

pel de Urbanismo.

Os moradores fixos, que são três adultos e três crianças, dormem em dois colchões. As roupas estão empilhadas ou dentro de caixas. As poltronas e o sofá, postos sob uma árvore, transformam o espaço em sala de estar e dormitório do menor Cláudio Alexandre, de seis meses, filho do bisciteiro Antonio Carlos Teixeira, 38 anos, e Ester da Silva Mendes, 40. Eles cuidam também do neto William, de 1 ano e dois meses.

O espaço é dividido com outro bisciteiro, Paulo Sérgio Lopes, 40 anos, e seu filho Anderson, 8. Os homens dizem que perderam os documentos, não conseguem emprego fixo, mas que adorariam sair da rua.



Duas famílias moram na esquina da São Francisco Xavier com Almirante Cochrane

Vizinhos fecham janelas por causa do mau cheiro

O mau cheiro é sentido já nos degraus da praça localizada em frente à estação São Francisco Xavier do metrô, na Tijuca. Uma criança suja e com roupas rasgadas pede dinheiro logo que avista alguém. Os adultos, duas mulheres e dois homens, distraem outra criança, aparentemente dez anos, que vive na rua.

As duas famílias ocupam a praça há três meses, desde que chegaram de Petrópolis, onde viviam na rua e catavam papel. Os mendigos usam o lugar como cozinha, banheiro e che-

gam a praticar sexo a qualquer hora do dia.

Regina Lúcia da Silva e Paulo Roberto dos Santos, dois dos ocupantes da praça, exalam cheiro de bebida e dizem que perderam os documentos ao chegar ao Rio. Eles negam as acusações dos moradores dos prédios vizinhos.

Síndicos da rua Alfredo Pinto e adjacências já apelaram para os órgãos responsáveis pelo recolhimento de sujeira da rua e até para a Comlurb, mas só receberam promessas vagas. No prédio número 56, os moradores reclamam dos atos sexuais entre os casais e do mau cheiro que exala do local. Para fugir do duplo incômodo, têm mantido as janelas fechadas.

Fonte: Reportagem Exército... (1992) disponível no acervo on-line do jornal O Globo em 25 de fevereiro de 1992.

A presença do Exército na Praça Saens Peña foi benéfica para a classe média tijuicana, apesar de violar os direitos de diferentes grupos sociais. A narrativa *Praça Saens Peña pede volta da PE*, publicada no dia anterior à saída do Exército das ruas do bairro da Zona Norte

(01/03/1992), onde permaneceu por uma semana, destacou que a tropa deixou saudade a alguns moradores e comerciantes. De acordo com Praça... (1992), as crianças em situação de rua retornaram à localidade para “vender produtos roubados” e “assaltar pessoas” que transitavam com sacolas, sempre pressupondo o envolvimento delas com o crime.

Inclusive, artesãos da feira de arte, que acontecia na praça, demonstravam sua preocupação com os chamados “pivetes”. Quando souberam que não haveria a presença dos agentes de segurança na Saens Peña, muitos feirantes decidiram não comparecer ao evento destinado a eles, perdendo a oportunidade de vender. A fim de reforçar o sentimento de medo e a necessidade da presença do Exército para assegurar a paz no bairro, o jornal reproduziu a seguinte opinião de uma artesã: “isso aqui estava uma maravilha com a presença do Exército. Os soldados são educados e me senti protegida” (PRAÇA..., 1992, p. 18).

No dia 8 de março de 1992, a reportagem *Tijucanos querem a PE de volta às ruas*, escrita por Carvalho (1992), manteve o tom e sentido: a presença dos soldados na Tijuca era considerada indispensável. Mais uma vez, os moradores da região foram ouvidos e pediram por mais militarização, agora com dados produzidos pelo Infoglobo — uma empresa subsidiada pelo próprio Grupo Globo, responsável por pesquisas e pela publicação de produtos jornalísticos — que corroboravam essa necessidade.

Dos 410 entrevistados pelo Infoglobo, 90,9% eram favoráveis à militarização da praça. Desses, 80,2% afirmaram que o trabalho da Polícia do Exército era mais eficiente do que o da Polícia Militar e da Polícia Civil, e apenas 13,6% consideraram que ambos eram igualmente eficientes. Para 51,56% dos entrevistados, a disciplina rígida da Polícia do Exército era o fator que garantia essa eficiência. Além disso, 91,4% das pessoas afirmaram que a simples presença da Polícia do Exército já era suficiente para reduzir o número de “pivetes” e ladrões na praça.

De todos os entrevistados, 79,6% disseram que a participação do Exército no combate ao crime, juntamente com as polícias Civil e Militar, foi essencial. Por isso, 91% deles esperavam que os soldados permanecessem na praça, seja para sempre (78%), até conseguirem acabar com os assaltos (18,8%), durante um mês (2%) ou por mais uma semana (1,2%). Quando perguntados se o policiamento das Forças Armadas deveria se estender a outras partes da cidade, a maioria respondeu afirmativamente (95,7%), enquanto apenas 4,3% discordaram.

Mas, ouvido por Carvalho (1992, p. 24), o coronel Carlos Alberto Ayres, do Comando Militar do Leste, foi enfático: “as Forças Armadas só podem ser mobilizadas pelo presidente da República, em caso de grave perturbação da ordem”, o que não era o caso da Tijuca. Com esse posicionamento claro do Comando Militar do Leste de que os soldados só retornariam à praça por ordem do presidente, Carvalho (1992) esclareceu que a instituição militar recebeu

diversas cartas, telegramas e telefonemas de moradores e comerciantes da Tijuca. Todos expressavam o mesmo desejo em seus comunicados: a permanência dos recrutas nas ruas do bairro onde moravam ou mantinham seus empreendimentos.

Com base em Matheus (2011), conclui-se que as narrativas sobre o Exército na Tijuca utilizam o medo como uma forma de reforçar as fronteiras simbólicas no Rio de Janeiro, separando as classes média e alta das mais pobres. Nessa situação, essas fronteiras isolam a classe média das pessoas em situação de pobreza, como crianças e camelôs, criando um grande grupo que deve ser temido e controlado pelos soldados. Esse medo se torna um fator crucial para a implementação, ou pelo menos o desejo de implementação, de medidas repressivas, como foi a cobrança ao Comando Militar pela permanência dos recrutas na praça. No caso de *O Globo*, o medo, na maioria das vezes, reflete as apreensões das elites em relação ao meio urbano; elas se sentem vulneráveis devido à sua condição social e racial. Logo, o jornal se configura como um palco onde a elite se apresenta como vítima, enquanto os pobres permanecem sem voz e sem representação nesse cenário de destaque (MATHEUS, 2011).

3.2 Rio, “a capital do mundo”: a Garantia da Lei e da Ordem (1992) reduziu a criminalidade?

Em 22 de maio de 1992, na narrativa *Exército interditará 25 vias amanhã*, o jornal *O Globo* comemorava a suposta chegada⁴⁰ dos agentes às ruas do Rio de Janeiro para treinamento, com o objetivo de garantir a segurança da chamada Eco-92, também conhecida como Rio-92 ou Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. Esta foi a primeira Conferência Global das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social, realizada no Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992⁴¹. Segundo o *Exército...* (1992), os soldados foram posicionados ao longo da orla, desde a Zona Sul até a Zona Oeste, da Glória à Barra da Tijuca. Como resultado, duas favelas se tornaram os principais alvos da operação: a Rocinha, localizada entre a Gávea e São Conrado, e o Vidigal, próximo a São Conrado e ao Leblon. Como os chefes de Estado mundiais se hospedaram na Zona Sul, essa área passou a ser intensamente controlada, além do caminho para o Riocentro, na Barra da Tijuca, onde os conferencistas se reuniram (*EXÉRCITO...*, 1992).

Cerca de 179 países participaram da Rio-92, considerada a mais importante conferência na área ambiental pelo planejamento de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, segundo Martins (2023). O evento ocorreu 20 anos após a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, na Suécia, quando a comunidade internacional foi alertada sobre a indispensabilidade do desenvolvimento sustentável e iniciou as primeiras ações de preservação da natureza, conforme destaca Martins (2023).

⁴⁰ Digo "suposta chegada do Exército" porque, segundo Borges (2009), mais de 17 mil militares armados e tanques de guerra já estavam presentes na cidade antes de 22 de maio de 1992, pouco antes da Eco-92. Favelas como Rocinha, Turano, São Cristóvão, Manguinhos, e Maré já estavam ocupadas, localidades consideradas as mais perigosas pelos veículos de comunicação e pelas autoridades locais. No entanto, apesar de Borges (2009) ter mencionado isso, havia poucas narrativas em *O Globo* sobre a ocupação dessas comunidades. Após 1992, o Exército continuou no espaço urbano, realizando a Operação Rio (1994-1995), uma parceria entre o governo estadual, na época liderado por Nilo Batista, do PDT, e o governo federal, sob Itamar Franco, do PMDB, após o impeachment de Fernando Collor de Mello. Essa colaboração visava intensificar o policiamento nas ruas do Rio de Janeiro, com a polícia local assumindo um papel mais visível, enquanto as Forças Armadas eram responsáveis por controlar as fronteiras do estado.

BORGES, W. **Narrativas jornalísticas como produção material da cultura**: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade. 2009. 328 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2009.

⁴¹ BARRETO, P. **Rio-92: mundo desperta para o meio ambiente**. Ipea: desafios do desenvolvimento, Brasília, 10 dez. 2009. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2303:catid=28&Itemid. Acesso em: 16 jul. 2024.

O evento realizado no Rio de Janeiro foi responsável pela concretização dos planos elaborados na Suécia. Graças a ele, foram gerados documentos como a *Carta da Terra*, a *Agenda 21*, a *Convenção sobre a Biodiversidade*, a *Convenção sobre as Mudanças Climáticas* e a *Convenção de Desertificação* (MARTINS, 2023). A *Carta da Terra* propunha a mudança de hábitos de consumo, com o objetivo de garantir um futuro melhor para o planeta, além de promover uma sociedade global pacífica, justa e sustentável. A *Agenda 21*, assinada por todos os países participantes, representava o compromisso de conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade. As *Convenções sobre as Mudanças Climáticas* e a *Desertificação* estabeleciam normas para a conservação da diversidade biológica, o uso responsável da biodiversidade e o compartilhamento justo dos lucros provenientes da utilização dos recursos naturais, buscando amenizar os efeitos das mudanças climáticas e da desertificação.

Devido à importância da Conferência Global das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Social, “ainda hoje, as decisões tomadas na Eco-92, reunidas no documento que veio a ser conhecido como *Agenda 21*, continuam a afetar a forma como os governos estabelecem as relações entre crescimento econômico e meio ambiente” (MARTINS, 2023, p. 6).

Conforme a reportagem *Esquema de segurança do Exército tem 35 mil pessoas*, publicada em 16 de maio de 1992 pelo *O Globo*, o plano de segurança foi criado pelo Comando Militar do Leste, sob o comando do general Carlos Tinoco Ribeiro⁴², juntamente com os responsáveis pela Polícia Civil (Nilo Batista), pela Polícia Militar (Carlos Magno Nazareth Cerqueira⁴³) e pela Polícia Federal (Amaury Aparecido Galdino⁴⁴). Fazendo jus ao que se entende por Garantia da Lei e da Ordem (BRASIL, 2001), as Forças Armadas trabalharam em conjunto com as polícias, respondendo aos comandos do governador Leonel Brizola (1991-1994) e do prefeito Marcello Alencar (1989-1993), ambos do Partido Democrático Trabalhista (PDT), e dos coordenadores das áreas nacionais de segurança. O presidente Fernando Collor de

⁴² BIOGRAFIA dos antigos comandantes. **Ministério da Defesa**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/o-exercito/biografia-dos-antigos-comandantes>. Acesso em: 16 jul. 2024.

⁴³ NOBRE, C. Coronel Nazareth Cerqueira: um exemplo de ascensão negra na Polícia Militar do Rio de Janeiro. **Asociación Latinoamericana de Estudios de Asia y África**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: <https://aladaainternacional.com/wp-content/uploads/Coronel-Nazareth-Cerqueira.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2024.

⁴⁴ EX-DIRETORES-GERAIS da Polícia Federal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 nov. 2017. Disponível em: <https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1583521401758370-ex-diretores-gerais-da-policia-federal>. Acesso em: 16 jul. 2024.

Mello⁴⁵ (1990-1992), do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), colaborou com o projeto, mas não foi o principal responsável, como ocorreria no caso da Intervenção Federal (BRASIL, 1988).

No jornal *O Globo*, as reportagens que tratam dos valores investidos no evento internacional são *Collor anuncia que Rio sediará Eco-92* (11/08/1990) e *Alterações no Riocentro podem custar US\$ 5 milhões* (02/06/1991)⁴⁶. Segundo as reportagens de Collor (1990) e Alterações... (1991), o governo estadual estimou a utilização de Cr\$ 1,5 bilhão (atualmente, o equivalente a R\$ 3,82 milhões a R\$ 4,36 milhões) em reformas do Riocentro, com o objetivo de receber ambientalistas e chefes de Estado. Cerca de Cr\$ 636 milhões (de R\$ 1,62 milhão a R\$ 1,85 milhão, em valores atuais) foram investidos pelo governo federal na reforma de estradas e agências de segurança, incluindo a manutenção das Forças Armadas nas ruas. A Organização das Nações Unidas (ONU), responsável pelo planejamento e organização do evento, investiu aproximadamente US\$ 16 milhões na cidade-sede, o que correspondia a Cr\$ 1,1 bilhão (entre R\$ 2,8 milhões e R\$ 3,2 milhões). Supostamente, a ONU estava investindo no que seria necessário para realizar o encontro; todas as despesas adicionais, entretanto, foram arcadas pelos governos brasileiros.

Quando o presidente anunciou o Rio de Janeiro como sede, em 11 de agosto de 1990, os investimentos estimados foram divulgados. Na época, o jornal *O Globo* publicou em Collor... (1990) e Alterações... (1991) os valores estimados a serem pagos pelos governos nacionais e pela ONU. No entanto, após o fim da Conferência, em 14 de junho de 1992, o jornal não informou os valores exatos investidos, nem abordou possíveis casos de corrupção ou desperdício de dinheiro público durante a preparação do meio urbano.

Na notícia *Brasil firma acordo de obrigações da Rio-92*, o jornal *O Globo* informou que as verbas nacionais e internacionais seriam destinadas à construção de instalações capazes de abrigar até 10 mil pessoas no Riocentro, incluindo pavilhões, salas de imprensa, instalações médicas, cabines de tradução simultânea, além de transporte, segurança, hospedagem e alimentação. Também seriam necessários transportes eficientes entre o Aeroporto Internacional do Rio (na Zona Norte), os hotéis da Zona Sul e o Riocentro, localizado na Zona Oeste. Essas

⁴⁵ Collor foi o primeiro presidente eleito por voto popular após a ditadura civil-militar, mas sofreu impeachment em 29 de dezembro de 1992, por envolvimento em casos de corrupção. Assim, Collor participou da Eco-92. Após o impeachment, Itamar Franco, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), assumiu a presidência do Brasil. PRAZERES, L. Collor: 'impichado', inocentado e, agora, condenado a mais de 8 anos de prisão. *BBC News*, Brasília, 17 mai. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4npdpdx0zgo>. Acesso em: 16 jul. 2024.

⁴⁶ O corpus desta tese é composto por reportagens de *O Globo* sobre a Garantia da Lei e da Ordem para o evento internacional de 1992. No entanto, é necessário recorrer a narrativas de 1991 para compreender e problematizar as expectativas do jornal em relação à militarização urbana para a Eco-92.

alterações urbanas e estruturais não foram propostas pelos governos federal, estadual e municipal, mas pela Organização das Nações Unidas. O acordo, apresentado em um documento oficial, estabeleceu que, caso os governos não cumprissem as exigências, o evento não seria realizado, como ficou demonstrado na reportagem Brasil... (1991).

A Eco-92 também foi uma oportunidade de promover a cidade, uma vez que estava ganhando notoriedade nacional e internacional. Por essa razão, o jornal passou a defini-la como a “capital do mundo”, um lugar onde “quase tudo funciona”. Conforme a narrativa *Na capital do mundo, quase tudo funciona*, publicada no dia 10 de junho de 1992 pelo jornal *O Globo*, o Exército nas ruas, garantindo a segurança, funcionava bem e causava uma suposta admiração em outras metrópoles e até em outros países: “a capital do mundo tem uma segurança de causar inveja, com policiais para todos os lados” (HELENA, 1992, p. 0712).

Além disso, a limpeza dos espaços públicos, agora sem pessoas em situação de rua (o grande problema da época), também era eficiente. Segundo a narrativa do jornal: “ruas impecáveis e uma organização razoável, pois os ônibus para o Riocentro costumam atrasar e os computadores dos quiosques do Riotur quase nunca funcionam” (HELENA, 1992, p. 0712).

De acordo com Helena (1992), no jornal *O Globo*, o Rio de Janeiro passou a ostentar características cosmopolitas, limpas e cordiais:

O idioma oficial é o português, porém, nas ruas dos bairros mais nobres do Rio, só se fala inglês. O ar cosmopolita que o Rio ganhou nas últimas semanas promete ficar ainda mais internacional nos últimos dias da Rio-92: se as previsões iniciais se confirmarem, pelo menos 90 chefes de Estado desembarcarão no Aeroporto Internacional, amanhã e sexta-feira. Entre eles, o presidente dos Estados Unidos, George Bush, e o primeiro-ministro da Inglaterra, John Major. Ontem, chegou a primeira “estrela”, o chanceler (primeiro-ministro) da Alemanha, Helmut Kohl. Também estão no Rio o príncipe Rainier, de Mônaco, e seu herdeiro, Albert. Se ainda faltam os “caciques”, muitas “tribos” estão quase completas: dos 15 mil apartamentos reservados, 70 por cento já foram ocupados. O total de estrangeiros no Rio é, por enquanto, uma incógnita. A estimativa é que já sejam 20 mil. [...] Mesmo sem serem políglotas, os vendedores das praias não se atrapalham com o inglês. Beer, mineral water e ice cream são palavras usadas por todos e os mais espertos já aprenderam a fazer a conversão de cruzeiro para dólares ao menor sinal de ‘How Much?’ (HELENA, 1992, p. 0712 – grifo nosso).

Em *O Globo*, os sentidos produzidos remetiam à ideia de que a Eco-92 estava mudando a imagem da cidade. Antes, o Rio de Janeiro enfrentava sérios problemas de segurança. A notícia *Pesquisa da Uerj revela índices de aumento da criminalidade*, publicada em 7 de março de 1992, indicava a expansão na quantidade de crimes, o que levou mais da metade da população a acreditar que seria necessário legalizar a pena de morte. Por outro lado, durante a Rio-92, os sentidos sobre a metrópole se transformaram completamente: ela passou a ser vista como protegida, global e organizada, como mostra Helena (1992). Era como se todos os

cariocas, devido ao evento internacional, estivessem em paz na “capital do mundo”, sempre em processo de crescimento econômico.

O objetivo do periódico não era apenas atrair investimentos nacionais e internacionais para o Rio de Janeiro, promovendo benefícios para setores como comércio, turismo e hotelaria, mas consolidar a cidade como um marco na história mundial (MARTINS, 2023). Era fundamental garantir que os registros históricos sobre esse momento fossem repletos de pontos positivos, e não negativos. Desse modo, durante a Rio-92, *O Globo* não tinha a intenção de retratar a capital fluminense como um lugar marcado pela militarização do espaço urbano, pelo controle das favelas e pelas violações dos direitos dos mais pobres, pois esses aspectos não seriam favoráveis à imagem urbana. Em vez disso, o objetivo era destacar o Rio como um centro mundial, a sede do maior evento de desenvolvimento humano e sustentável, um lugar onde todos “viviam em paz” e estavam ansiosos para “colher os frutos” desse grande investimento financeiro.

Nesse sentido, o jornal começou a publicar narrativas sobre a diminuição dos crimes com a presença do Exército nas ruas. A primeira foi *Exército nas ruas reduz criminalidade* (23/05/1992), escrita por Lopes (1992), publicada antes da conferência. Em seguida, durante o evento, foram publicadas *Esquema especial de segurança reduz crimes* (07/06/1992), elaborada por Tosta (1992), e *Durante doze dias, adeus insegurança* (15/06/1992), sem autoria definida. Todas as três matérias reforçam, de alguma maneira, a ideia de que a violência estava diminuindo e que a presença dos soldados era indispensável para a segurança. Isto é, o jornal, que anteriormente destacava o aumento da insegurança no Rio de Janeiro, como mostra a matéria *Pesquisa... (1992)*, passou a propagar a ideia de maior proteção devido à ocupação militar do espaço.

A reportagem de Tosta (1992), em especial, revelou que os moradores da Zona Sul se sentiam mais seguros com a presença do Exército na orla e que, segundo as delegacias de polícia ouvidas pelo jornal, as ocorrências de crimes haviam caído pela metade. Entretanto, no Méier e na Tijuca, bairros que não foram contemplados com a programação da Eco-92, os índices de criminalidade persistiram. A comparação entre as áreas sob a vigilância do Exército (Zona Sul) e aquelas sem o aparato militar (Zona Norte), inevitavelmente, reforça a ideia de que as tropas são indispensáveis em toda a cidade, e não apenas nas áreas turísticas e festivas. Seguindo essa lógica, os leitores poderiam supor que, se funcionou nas áreas nobres, também funcionaria em outras zonas.

Com o intuito de reforçar o êxito do plano de segurança militar, três moradores da Zona Sul foram ouvidos pela reportagem e, contentes, elogiaram a presença dos soldados nas ruas.

Não houve críticas quanto à atuação dos militares na orla. Entre os elogios recebidos, estava o de Dante Domênico, 67 anos, morador de Copacabana, que disse ter voltado a caminhar pelo bairro, algo que não fazia há anos devido ao medo da violência. José Vicente Albuquerque, 44 anos, morador de Ipanema, também percebeu que os “pivetes” desapareceram das redondezas de sua residência, o que aumentou a sensação de tranquilidade. Maria Castro, de Copacabana, se sentia mais segura com a “presença ostensiva de policiais e soldados do Exército” (TOSTA, 1992, p. 27). No entanto, ela assistiu a um assalto na Rua Tonelero.

Auditor fiscal da Receita Federal, Dante Domenico Saleme, de 67 anos, foi à forra. Morador de Copacabana há quatro décadas, ele pôde, na última sexta-feira, dedicar-se a um programa que, sem o esquema de segurança da Rio-92, significaria grande risco de assalto; caminhar à noite pela Avenida Atlântica, para aproveitar a brisa do mar. — Andei até meia-noite sem me preocupar que metessem a mão no meu bolso — conta Dante, que já teve sua casa invadida por três ladrões. Frequentador do trecho da praia de Copacabana em frente à esquina da Avenida Atlântica com a Rua Rainha Elizabeth, Dante recorda que muitas vezes avisou — sem ser ouvido — turistas sobre o perigo de serem assaltados. Depois que o esquema da Rio-92 foi acionado, porém, os marginais sumiram da área. — Sequer ouvi falar de ocorrências por aqui — afirma. Outro que se sente seguro, mas não se descuida é o empresário José Vicente Albuquerque, de 44 anos, há cerca de 30 morando em Ipanema. Assaltado duas vezes quando chegava em casa, na Avenida Vieira Souto, de carro, ele também percebeu que os pivetes sumiram. Sem nunca ter sido assaltada, a enfermeira Maria Castro, moradora de Copacabana há mais de dez anos, se declara “um pouco mais segura” devido à presença ostensiva de policiais e soldados do Exército. Mesmo assim, na última quinta-feira, recorda, assistiu a um assalto em plena Rua Tonelero (TOSTA, 1992, p. 27).

Os moradores de bairros nobres experimentaram a diminuição do medo e da ansiedade, causados pela violência, em relação aos espaços públicos. Enquanto isso, aqueles que residiam nas favelas e no subúrbio continuavam a enfrentar a incerteza diante da insegurança urbana. A vendedora Maria da Luz Barbosa Menezes, que trabalhava no Méier, disse: “O policiamento aqui só melhora quando tem show no Imperator, com a presença de gente importante” (TOSTA, 1992, p. 27). Carlos Ferreira Valente, que trabalhava na Tijuca, contou que estava “cansado de ver ataques a senhoras a caminho da missa na igreja dos Sagrados Corações, aos domingos de manhã” (TOSTA, 1992, p. 27). Para os dois, mesmo com o esquema de segurança do Exército na Zona Sul, os assaltantes continuavam agindo tranquilamente na Zona Norte. Esses relatos não foram apresentados à reportagem de forma aleatória; pelo contrário, reforçavam a necessidade da presença do Exército em bairros como o Méier e a Tijuca, uma vez que os moradores e os frequentadores não teriam a sensação de segurança que, aparentemente, só era percebida nas proximidades da orla, sob plano militar.

Na reportagem de Tosta (1992), os delegados da Zona Sul confirmaram a diminuição das ocorrências criminosas. O delegado da 13ª Delegacia de Polícia (DP) de Copacabana, Carlos Alberto Câmara, informou que os crimes foram reduzidos pela metade na área sob sua

supervisão. Milton da Costa, delegado da 12ª DP de Copacabana, disse ao jornal que não houve nenhum assalto a lojas ou a bancos, devido ao esquema de segurança do Exército.

O bloqueio do Exército nas vias de circulação ajuda, porque torna possível fechar certas áreas da cidade em poucos minutos — diz Câmara, que afirma que as ocorrências mais comuns em sua área, que compreende Copacabana e Ipanema, são os furtos no interior de carros, os furtos de carros e a punção (furto de bolsas e carteiras) (TOSTA, 1992, p. 27).

Mesmo que a reportagem de Tosta (1992) tenha narrado a insegurança sentida no Méier e na Tijuca, os delegados dessas duas regiões também apontaram uma diminuição no registro de crimes, contrariando as opiniões dos frequentadores desses bairros (Maria da Luz e Carlos Ferreira). O inspetor Nelson Duarte, da 29ª DP de Madureira, informou que, nos cinco primeiros dias de maio de 1992, foram roubados cinco carros, mas, nos cinco primeiros dias de junho do mesmo ano, houve apenas um registro. Hélio Vício, delegado da 19ª DP da Tijuca, percebeu uma diminuição nas queixas de furtos e roubos de carros. A narrativa mencionou ainda o aumento de ocorrências no Grajaú, bairro vizinho à Tijuca, como em Marechal Hermes, bairro situado próximo a Madureira. Embora os agentes de Copacabana, Tijuca e Méier tenham sido ouvidos, os de Grajaú e Marechal Hermes não foram — talvez essas duas opiniões tenham sido ignoradas por desmanchar o consenso de que a presença do Exército no Rio, mesmo em bairros distantes, teria um impacto positivo em toda a cidade.

A reportagem de Tosta (1992), buscando reforçar a ideia de paz nos bairros turísticos, trouxe a imagem do fotógrafo Dolfim Freitas, que pode ser vista na Figura 2. Na imagem, um morador conversa com os soldados do Exército enquanto sua bicicleta está atrás dele, sem nenhum tipo de proteção, o que seria impossível em uma localidade com índices elevados de roubos e furtos. Um dos soldados parece atento às palavras do morador, como se estivesse captando críticas e elogios para aprimorar o atendimento à população. É como se valorizasse as opiniões das pessoas sobre a própria atuação no território, em um momento de grande visibilidade. Ao lado deles, uma mulher caminha de forma tranquila, sem segurar todas as suas bolsas por receio de um assalto, o que seria inviável em uma cidade perigosa. A legenda da foto de Dolfim Freitas revela os sentidos que a reportagem queria transmitir, não apenas a paz entre os moradores e o espaço urbano, mas também entre eles e o Exército: “Em frente ao Hotel Rio Palace, em Copacabana, soldados da Polícia do Exército conversam com os moradores” (TOSTA, 1992, p. 27).

Figura 2 - Sensação de segurança com esquema especial do Exército

Domingo, 7 de junho de 1992

O GLOBO

GRANDE RIO • 27

RIO 92

Esquema especial de segurança reduz crimes

WILSON TOSTA

A polícia atirou no que viu e acertou no que não viu. Elaborado para proteger os bairros do Rio que serviam áreas de circulação e passagem das delegações estrangeiras, o esquema de segurança da Rio-92 teve uma consequência inesperada: derrubou os índices de criminalidade em quase todos os pontos da cidade. Segundo estatísticas da Polícia Militar, a média diária de crimes, na área sob proteção máxima, caiu 16,2%. Na área fora do esquema, a queda foi de 12,4%. No geral, a redução no número de crimes foi de 15,7%.

Para diminuir a criminalidade, é preciso colocar mais polícia na rua — afirma o delegado da 14ª DP (Leblon), José Petra de Mello, encarregado de chefiar os policiais civis envolvidos na Rio-92. Ele adverte, no entanto, que será impossível manter o mesmo esquema: faltariam pelo menos oito mil policiais civis, além de

carros, armas e equipamentos. A redução nos números da violência também pode ser constatada pela análise isolada de alguns números. Foi o que fez a PM, que comparou índices de automóveis roubados, de assaltos a ônibus e a bancos e de homicídios nos períodos de 22 a 27 de maio e de 29 de maio a 3 de junho. Na área sob o esquema da Rio-92, o número de carros roubados caiu de quatro para dois e o de homicídios, de dois para zero. Nas demais áreas, houve outras quedas significativas: o número de homicídios, por exemplo, caiu de 17 para cinco. O esquema especial da Rio-92 começou dia 29 de maio.

As áreas especialmente protegidas pela PM são cobertas pelo 2º BPM (Botafogo), 5º BPM (Praça da Harmonia), 15º BPM (Praça Tiradentes), 17º BPM (Ilha do Governador), 18º BPM (Jacarepaguá), 19º BPM (Copacabana) e 23º BPM (Leblon). A Polícia Civil mobiliza todo o seu efetivo no estado.



Em frente ao Hotel Rio Palace, em Copacabana, soldados da Polícia do Exército conversam com moradores

Ocorrências caem 50% no Posto Seis

O delegado titular da 13ª DP (Posto Seis), Carlos Alberto Câmara de Oliveira, detectou uma queda de cerca de 50% no número de ocorrências policiais na área sob sua jurisdição, ocorrida nos últimos dez dias. Na região da 29ª DP (Madureira), enquanto nos cinco primeiros dias de maio foram registrados ou furtados cinco carros, em junho apenas um tinha sido levado no mesmo período, segundo o inspetor Nelson Duarte. Os dois concordam que a simples presença massiva da polícia nas ruas está inibindo a ação de marginais.

O bloqueio do Exército nas vias de circulação ajuda, porque torna possível fechar certas áreas da cidade em poucos minutos — diz Câmara, que afirma que as ocorrências mais comuns em sua área, que compreende parte de Copacabana e Ipanema, são os furtos no interior de carros, os furtos de carros e a punga (furto de bolsa e carteira).

O delegado titular da 12ª DP (Copacabana), Milton da Costa, apresenta um dado que diz ser significativo: do dia 26 até a última sexta-feira, não registrara no área de sua delegacia — que vai até o Leme — um só assalto a loja ou banco. O titular da 19ª DP (Tijuca), Hélio Viegas, também notou queda nos registros de furto e roubo de carros.

Em outros locais, no entanto, o número de ocorrências se mantém normal: na 26ª DP (Grajaú) e na 30ª DP (Maracanã), por exemplo, não foram registradas alterações nas médias diárias de ocorrências.

Os números da tranquilidade em alta

ÁREAS	De 15 a 29 de maio	De 30 de maio a 3 de junho	Queda
Rio-92	25,3 ocorrências/dia	21,2 ocorrências/dia	16,2%
Outros	45,42 ocorrências/dia	39,8 ocorrências/dia	12,4%
Total	70,72 ocorrências/dia	61,02 ocorrências/dia	13,7%

NOTA: Foram consideradas ocorrências os crimes contra a propriedade e a pessoa.
FONTE: Seção de Operações da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Meier e Tijuca são exceções: lá, nada mudou

Rio-92? Que Rio-92? Para moradores e comerciantes de algumas das áreas fora do esquema especial de segurança para a Conferência da ONU, a suposta diminuição nos índices de criminalidade, detectada pelas estatísticas da PM, ainda não aconteceu. Ou, se aconteceu, não pôde ainda ser notada. É o caso do Meier, totalmente fora da circulação obrigatória das delegações estrangeiras. Lá, as queixas de

furtos e roubos continuam. — O policiamento aqui só melhora quando tem show no Império, com a presença de gente importante — afirma a vendedora Maria da Luz Barbosa Menezes, que trabalha na esquina da Rua Dias da Cruz com a Travessa Viracema. Na Tijuca, os assaltos a pedestres nas proximidades da Praça Saens Peña também parecem não ter diminuído. Carlos Per-

reira Valente, que trabalha numa loja próxima à esquina da Rua Conde de Bonfim com a Pinheiro de Figueiredo, diz que já está cansado de ver ataques a senhores a caminho da missa na igreja dos Sagrados Corações, aos domingos de manhã. No fim de semana passado, enquanto já vigiava o esquema especial de segurança para a Rio-92, os ladrões agiam tranquilamente na área, atacando principalmente idosos.

Ação inédita com forças civis e militares

Uma inédita mobilização de policiais militares e civis, soldados do Exército e fuzileiros navais está por trás da diminuição dos índices da criminalidade no Rio. Somente nas áreas consideradas estratégicas para a proteção das delegações estrangeiras — Ilha do Governador, Centro, Jacarepaguá, Botafogo, Copacabana, Leblon e bairros adjacentes, além das vias de acesso — há o dobro do número habitual de PMs: o total do efetivo pulou de cerca de cinco mil para 12.160.

Segundo a PM, não houve deslocamento de efetivo de quartéis fora da área da Rio-92 para apoiar o esquema especial. O que se fez foi suspender todos os férias de junho, assim como cursos de formação de soldados, cabos, sargentos e oficiais.

O reforço também foi feito com soldados do Batalhão de Operações Especiais (Bope), do Batalhão de Polícia de Choque,

do Regimento Coronel Eny Cony dos Santos (polícia montada), da Companhia de Policiamento com Câms, do Batalhão de Polícia Rodoviária, da Companhia de Trânsito e do Grupamento de Policiamento de Bairros. Um centro de operações próprio, exclusivo para coordenar o esquema da PM para a Rio-92, foi montado e está em contato direto com o Comando Militar do Leste.

O Exército pôs seis mil soldados controlando as principais vias da cidade e a Polícia Civil mobilizou todo o seu efetivo no estado: 12 mil homens. Destes, 918 trabalham diretamente nas áreas consideradas vitais à segurança da Rio-92, onde cada delegacia tem sempre quatro turmas fazendo ronda 24 horas por dia. A Coordenação de Inteligência da Polícia Civil mantém mais 20 turmas em vários pontos da cidade.

Moradores da Zona Sul se sentem mais seguros

O auditor fiscal da Receita Federal Dante Domenico Saleme, de 67 anos, foi à praia. Morador de Copacabana há quatro décadas, ele pôde, na última sexta-feira, dedicar-se a um programa que, sem o esquema de segurança da Rio-92, significaria grande risco de assalto: caminhar à noite pela Avenida Atlântica, para aproveitar a brisa do mar.

— Andei até meia-noite sem me preocupar que me roubassem a mão no meu bolso — conta Dante, que já teve sua casa invadida três vezes por ladrões.

Frequentador do trecho da praia de Copacabana em frente à esquina da Avenida Atlântica com Rua Rainha Elizabeth, Dante recorda que muitas vezes avisou — sem ser ouvido — turistas sobre o perigo de serem assaltados. Depois que o esquema da Rio-92 foi acionado, porém, os marginais sumiram da área. — Sequer ouvi falar de ocor-



José Vicente: 'os pivetes sumiram'



Dante Domenico: caminhada à noite

rências por aqui — afirma. Outro que se sente mais seguro mas não se descuida é o empresário José Vicente Albuquerque, de 44 anos, há cerca de 30 morando em Ipanema. Assaltado duas vezes quando chegava em casa, na Avenida Vieira Souto, de carro, ele também percebeu que os pivetes sumiram.

Sem nunca ter sido assaltado, a enfermeira Maria Castro, moradora em Copacabana há mais de dez anos, se declara "um pouco mais segura" devido à presença ostensiva de policiais e soldados do Exército. Mesmo assim, na última quinta-feira, recorda, assistiu a um assalto em plena Rua Tonelero.

Delegado: presença do Exército é essencial

O patrulhamento feito pelo Exército é essencial para a queda nos índices de criminalidade, afirma o presidente da Comissão de Coordenação de Segurança da Polícia Civil, delegado José Petra de Mello, titular da 14ª DP (Leblon). Segundo ele, não é propriamente a presença do Exército que assusta os criminosos, mas a maneira como a ocupação está sendo feita, fazendo com que ruas sejam permanentemente vigiadas.

Se fosse a Polícia Militar a fazer esta ocupação, também cairiam os índices de criminalidade — diz o delegado. Quanto à redução do número de crimes em outros pontos da cidade, ele explica que isso acontece porque todas as delegacias do estado estão de prontidão. Além disso, os bandidos não costumam mudar facilmente de área. Ante um patrulhamento mais ostensivo, preferem ficar fora de ação por um tempo.

Fonte: Reportagem de Tosta (1992) disponível no acervo on-line do jornal O Globo em 7 de junho de 1992.

Aparentemente, os habitantes dos bairros nobres mantinham uma relação amigável com os soldados, enquanto as pessoas humildes, moradoras do Complexo de Favelas do Caju, estavam experimentando a força bruta do Exército. O primeiro confronto entre soldados e traficantes ocorreu nesse Complexo, localizado na Zona Norte. Os militares da Linha Vermelha, posicionados de forma estratégica para proteger quem vinha do Aeroporto Internacional do Galeão, responderam aos tiros disparados pelos traficantes da Boa Esperança, uma das favelas do Caju, localizada ao lado da base de segurança.

Apesar de ninguém ter se ferido, a reportagem *Exército entra em choque com traficantes no Caju*, publicada em 12 de junho de 1992, denunciou: “um oficial do Exército ameaçou alguns moradores da região, dizendo que, caso continuassem acontecendo incidentes naquele

local, eles acabariam tendo problemas maiores” (EXÉRCITO ENTRA..., 1992, p. 14). Esse tipo de denúncia era incomum nas notícias jornalísticas; geralmente, os próprios soldados eram ouvidos, o que produzia sentidos favoráveis à militarização. As opiniões dos moradores, que, em muitos casos, se opunham à presença das forças militares em seus territórios, eram frequentemente omitidas.

A reportagem *Exército entra...* (1992), de certa forma, também apontou a ineficiência do Exército na cidade, o que a diferenciou das anteriores. Apesar de abordar o cerco feito pela tropa e as dificuldades enfrentadas pelos criminosos para escapar da favela, a narrativa de *O Globo* revelou que, na prática, essa estratégia não foi bem-sucedida:

Os traficantes que trocaram tiros com os militares do Exército fugiram, apesar do cerco feito por soldados e policiais federais. Segundo testemunhas, os traficantes do local se assustaram quando uma Kombi, dirigida provavelmente por um viciado, encostou perto de um ponto de vendas de drogas. Nervoso, um dos traficantes disparou sua metralhadora para o alto, o que chamou a atenção dos militares que estavam de prontidão na Linha Vermelha. *Os soldados, ao ver o traficante armado, atiraram em sua direção, o que causou o revide dos traficantes. Um dos tiros de fuzil automático leve atingiu uma pilastra de concreto que sustentava um viaduto da Rede Ferroviária.* Através dos rádios, os militares acionaram outros soldados do Exército, que em poucos minutos chegaram ao campo de futebol. Um helicóptero do Exército também foi acionado e ficou sobrevoando a região por alguns minutos. Depois de procurar na favela os autores dos disparos, os militares retornaram ao campo de futebol, onde alguns moradores estavam reunidos. Nervoso, um coronel se dirigiu ao grupo e fez várias ameaças: - *É a terceira vez que esta favela está dando problema. Se vocês continuarem a dar problemas, o negócio vai esquentar. Avisa ao pessoal que não quero mais confusão aqui* — disse o militar, que se retirou rapidamente do local, seguido por seus subordinados (EXÉRCITO ENTRA..., 1992, p. 14 – grifo nosso).

É relevante o destaque dado ao nervosismo e ao medo do traficante, sentimentos que o fizeram atirar para o alto. Esse grupo é, geralmente, descrito como perigoso, meticuloso, sem sentimentos ou emoções, como se não fosse composto por humanos, como esclarecem Matheus e Silva (2013). Ao enfatizar o medo e o nervosismo no texto — sentimentos comuns a todos os seres — o jornal tende a humanizar essa figura que, conforme a crença popular, nunca erra e está sempre disposta a causar danos (MATHEUS; SILVA, 2013). Essa posição não é comum em *O Globo*; por isso, merece ser evidenciada na análise.

Os soldados realizaram uma incursão na favela, mas não conseguiram identificar os criminosos — de novo, a narrativa evidencia o fracasso do Exército no policiamento urbano.

Além dos militares, 15 policiais do 4º BPM (São Cristóvão) fizeram uma rápida incursão na favela, com o objetivo de identificar o grupo que teria atirado em direção aos soldados que estavam na Linha Vermelha. Além dos PMs, os delegados federais Cláudio Barrouin de Melo, chefe do escritório da Interpol no Rio, e Carlos Mandin de Oliveira, chefe do Setor de Operações da Polícia Marítima, também fizeram uma busca na favela Parque Boa Esperança, acompanhados de três agentes (EXÉRCITO ENTRA..., 1992, p. 14).

Na mesma página da reportagem *Exército entra...* (1992), foram narrados alguns crimes, revelando que o sistema de segurança, planejado para a conferência internacional, não era tão eficiente. A primeira narrativa foi a *Ônibus passa por tiroteio e estudante é atingido* (12/06/1992), e a segunda, *Menina de dez meses morre jogada ao mar* (12/06/1992). Tanto a primeira quanto a segunda mostravam que o Rio de Janeiro não estava tão seguro, uma vez que uma criança foi jogada na Baía de Guanabara, na Praça Mauá, região central, por um homem desconhecido, e um estudante de 19 anos foi atingido na cabeça por um tiro em Vicente de Carvalho, bairro da Zona Norte.

Apesar de a reportagem criticar a atuação do Exército no Caju, a fotografia escolhida revelou uma aparente tranquilidade dos moradores próximos aos soldados, como é possível ver na Figura 3.

A fotografia de Marcos Issa mostra três agentes em primeiro plano, uma mulher e uma criança em segundo, e duas outras crianças em terceiro. Os moradores da comunidade pareciam não ter medo, já que estavam brincando de forma tranquila e olhando para os homens armados que andavam pela rua.

Figura 3 - Exército entra em choque com traficantes no Caju

14 • GRANDE RIO

O GLOBO

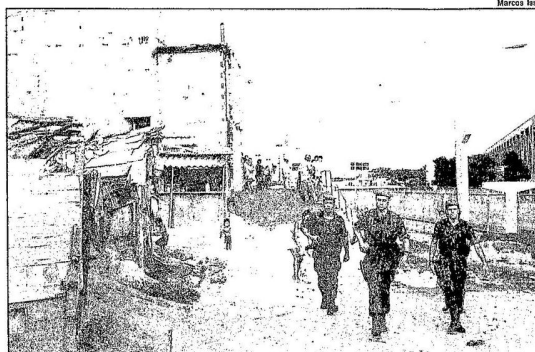
Sexta-feira, 12 de junho de 1992

Exército entra em choque com traficantes no Caju

O primeiro confronto entre soldados do Exército que fazem a segurança da Rio-92 e traficantes de drogas aconteceu na tarde de ontem, na favela Parque Boa Esperança, no Caju, onde dois militares, de serviço na pista superior da Linha Vermelha, trocaram tiros com os bandidos que estavam num campo de futebol. O tiroteio motivou uma rápida operação de ocupação da favela pelos militares, policiais federais e PMs. Ninguém saiu ferido, mas um oficial do Exército ameaçou alguns moradores da região, dizendo que, caso continuassem acontecendo incidentes naquela local, eles acabariam tendo problemas maiores.

Os traficantes que trocaram tiros com os militares do Exército fugiram, apesar do cerco feito por soldados e policiais federais. Segundo testemunhas, os traficantes do local se assustaram quando uma Kombi, dirigida provavelmente por um viciado, arroxou perto de um ponto de venda de drogas. Nervoso, um dos traficantes disparou sua metralhadora para o alto, o que chamou a atenção dos militares que estavam de prontidão na Linha Vermelha. Os soldados, ao ver o traficante armado, atiraram em sua direção, o que causou o revide dos traficantes. Um dos tiros de fuzil automático leve atingiu uma pilistra de concreto que sustentava um viaduto da Rede Ferroviária.

Através dos rádios, os militares acionaram outros soldados do Exército, que em poucos mi-



Depois do tiroteio na pista da Linha Vermelha, soldados do Exército percorreram a favela Parque Boa Esperança

nutos chegaram ao campo de futebol. Um helicóptero do Exército também foi acionado e ficou sobrevoando a região por alguns minutos. Depois de procurar na favela os autores dos disparos, os militares retornaram ao campo de futebol, onde alguns moradores estavam reunidos. Nervoso, um coronel se dirigiu ao grupo e fez várias ameaças.

— É a terceira vez que esta

favela está dando problema. Se vocês continuarem a dar problemas, o negócio vai esquentar. Avise ao pessoal que não quero mais confusão aqui — disse o militar, que se retirou rapidamente do local, seguido por seus subordinados.

Além dos militares, 15 policiais do 4º BPM (São Cristóvão) fizeram uma rápida incursão na favela, com o objetivo de identi-

ficar o grupo que teria atirado em direção aos soldados que estavam na Linha Vermelha. Além dos PMs, os delegados federais Cláudio Barrouin de Melo, chefe do escritório da Interpol no Rio, e Carlos Mandin de Oliveira, chefe do Setor de Operações da Polícia Marítima, também fizeram uma busca na favela Parque Boa Esperança, acompanhados de três agentes.

Por uma frase

O MINISTRO José Goldemberg não acredita na eficácia dos acordos a serem assinados na Rio-92: acha que são apenas declarações de princípios. Equivalem a "combater o aumento da população pregando a virgindade".

POR uma frase inteligente há quem perca amizades. Já o ministro Goldemberg abre mão do senso político. Prever o malogro da Rio-92, neste momento preciso, é papel reservado aos países que se opõem a ações

positivas em defesa do meio ambiente.

É o papel dos Estados Unidos e da Malásia, por exemplo; nunca o de um país como o Brasil, que pretende ser respeitado entre aqueles de mais aguda consciência ecológica.

“EM boca fechada não entra mosca” é um ditado que não tem um décimo do espírito da frase de Goldemberg. É muito velho, talvez secular — mas continua valendo.

Menina de dez meses morre jogada ao mar

Policiais da 1ª DP (Praça Mauá) procuram desde ontem um homem negro, de 30 anos presumíveis, acusado de ter atirado na Baía da Guanabara, próximo às docas do Lloyd Brasileiro, na Praça Mauá, uma menina morena aparentando dez meses.

O corpo do bebê foi descoberto boiando por um fuzileiro naval que passava pelas docas, às 23h00 de ontem, e foi retirado do mar por soldados do 5º BPM (Praça da Harmonia) e por bombeiros do quartel central. Aparentemente, a menina não sofreu outras violências e teria morrido afogada.

A polícia chegou ao suspeito pelo depoimento de um cabo, lotado no 5º BPM, que estava de plantão na cabine da Praça Quinze. Ele contou que chegou a ver a menina, por volta das 22h30m de quarta-feira, no colo do tal homem, ainda viva.

Um senhor me avisou sobre um homem com um bebê no colo, andando de um lado para o outro, próximo ao Lloyd Brasileiro. Fui até lá, mas ele disse que estava esperando a mulher. Como estava bem vestido, falava com clareza e estava tranquilo, não suspeitei de nada.

Revoltado, o cabo chamou o homem de maníaco e disse que pode reconhecer.

— A criança era muito bonita. Cheguei até a brincar com ela. Quando soube da morte, fui até o cais e ajudei a retirá-la do mar — disse.

O corpo, que fora removido para o Instituto Médico-Legal, até ontem à noite não tinha sido identificado. Os policiais da 1ª DP esperam que alguém veja o corpo, para tentar localizar o homem. Eles não descartam a possibilidade — remota — de o desconhecido ter pulado no mar.

Família de atropelado processará o Estado

O advogado Jorge Paixão, contratado pela família de Nilton dos Santos Oliveira, morto por atropelamento há quase dois anos e sepultado como indigente devido a um erro de um policial da 53ª DP (Mesquita) no preenchimento da guia de remoção do corpo, disse ontem que vai mover na Justiça uma ação de perdas e danos contra o Estado. Um policial trocou o nome do rapaz pelo do policial militar Milton Antônio Borges Filho, do 20º BPM (Mesquita), que tinha feito o registro do caso na delegacia.

Paixão disse ainda que aguardará a conclusão do inquérito administrativo movido contra os responsáveis pelo erro para, junto com a família da vítima, fazer uma avaliação do caso e decidir se move uma ação penal contra o governo.

Os pais de Nilton, Creusa Guilherme dos Santos e José Firmino de Oliveira, querem encontrar o corpo o mais rapidamente possível e pretendem cobrar do Governo do Estado a exumação e o traslado dos restos do rapaz para o Cemitério Jardim da Saudade, em Sulacap, onde a família

tem jazigo perpétuo. O advogado quer saber se a troca dos nomes foi feita por negligência ou imprudência dos policiais Cleber e Marcelo, lotados na época na 53ª DP, que participaram do registro do atropelamento. Segundo Paixão, a família ainda não sabe exatamente onde está o corpo de Nilton. Ele estaria enterrado como indigente numa cova rasa do Cemitério de Marapicuri, em Nova Iguaçu, conforme consta no Registro de Ocorrência 1.184/90 arquivado na delegacia.

Ontem, o advogado criticou as declarações do delegado Rafael de Oliveira, titular da 53ª DP (Mesquita), que disse serem comuns na polícia casos de identificação errada de cadáveres.

— O que aconteceu foi um erro gravíssimo que não podemos tolerar. A começar pelo Instituto Médico-Legal, que não tirou a impressão dactiloscópica da vítima para identificá-la corretamente. E agora vem um delegado afirmar que o caso não é anormal — disse Paixão, indignado.

Ônibus passa por tiroteio e estudante é atingida

A estudante Simone Orgal Pinchinal, de 19 anos, levou um tiro de raspão na cabeça ontem de manhã, quando viajava num ônibus da linha 928 (Marcelo Hermes—Ramos). Ela foi baleada quando o coletivo passava pela Rua Mário de Carvalho, em Vicente de Carvalho, onde policiais civis trocavam tiros com três homens que estavam dentro de um Chevrolet.

Ferida levemente pela bala perdida, Simone foi socorrida pelos passageiros. O motorista do ônibus, João Batista Silva, de 33 anos, levou-a no próprio coletivo ao Hospital Getúlio Vargas, na Penha, onde ela foi medicada e liberada.

Policiais da 22ª DP (Penha) disseram que os policiais civis que perseguiram os três suspeitos não eram daquela delegacia. Mas não souberam informar de qual eram nem se estavam perseguindo os ocupantes do carro em alguma ação ou estavam ali por acaso e desconfiaram de uma atitude suspeita.

Dona Rosane visita hospitais e Bolsa

Roteiro inclui doação de verba para Ministério

A primeira dama, dona Rosane Collor, visitou ontem no Rio dois hospitais públicos especializados no atendimento a portadores do vírus da Aids e outras infecções. No Hospital-Escola São Francisco de Assis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Cidade Nova, ouviu da diretora, Elaci Barreto, explicações sobre o trabalho de orientação e assistência médica a meninos e meninas de rua e conversou com pacientes da Unidade de Internados, que abriga pessoas sem possibilidade de recuperação clínica, entre os quais vários portadores do vírus da Aids.

No Instituto Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz, no Flamengo, dona Rosane foi recepcionada por sete crianças vítimas da Aids. Depois visitou o Banco de Leite do Instituto. Dali, a primeira



Dona Rosane Collor no Banco de Leite do Instituto Fernandes Figueira

dama seguiu para a Bolsa de Valores, onde participou da cerimônia de doação de Cr\$ 400 milhões ao Ministério da Saúde. A verba, doada ao ministro Adib Jatene pelo presidente da

Bolsa, Carlos Alberto Azevedo, é proveniente da taxa de serviço paga pelas corretoras que participaram do leilão de privatização da Companhia Petroquímica do Sul (Copesul).

Fonte: Exército... (1992) disponível no acervo on-line do jornal *O Globo* em 12 de junho de 1992.

Com o fim da Eco-92, o jornal *O Globo* passou a publicar narrativas sobre a diminuição da segurança no Rio de Janeiro, uma vez que o Exército estava se retirando das ruas. Reportagens como *Carioca aprova a Rio-92, mas teme agora o futuro da cidade* (15/06/1992), *Durante doze dias, adeus à insegurança* (15/06/1992) e *Depois da Rio-92, os problemas de sempre* (16/06/1992) revelam que alguns cariocas demonstraram satisfação com a presença do Exército no espaço urbano, o que proporcionava uma sensação maior de segurança. No entanto, esses moradores temiam a finalização do plano militar, pois acreditavam que isso aumentaria a violência urbana.

A reportagem Carioca... (1992), publicada pelo jornal *O Globo* logo após o evento internacional, apresentou uma pesquisa realizada pelo Infoglobo nos dias 11, 12 e 13 de junho de 1992, sobre a opinião da população a respeito da Conferência das Nações Unidas e os possíveis impactos na vida urbana. Pelo uso do termo “a população”, observa-se uma generalização por parte do jornal. A impressão é de que todos os habitantes da cidade, sem discordâncias, teriam aprovado o plano de segurança do evento, mas, ao mesmo tempo, temiam os dias que viriam, sem a presença das tropas.

Foi um sonho que durou 12 dias, mas terminou ontem. *O carioca adorou a Rio-92, especialmente porque a cidade ficou parecida com uma metrópole de Primeiro Mundo. Mas, igual a gato escaldado, ninguém se ilude: com o fim da conferência, os velhos problemas vão voltar.* Pesquisa realizada nos dias 11, 12 e 13 passados pelo Infoglobo — *Informações de Mercado e Opinião* concluiu que a população do Rio aprovou totalmente a realização da reunião da ONU e os melhoramentos que vieram em seu bojo, mas está cética com relação ao futuro. Os ecologistas que estão indo embora darão lugar às mazelas de sempre do cotidiano carioca (CARIOCA..., 1992, p. 7 – grifo nosso).

Apesar de não haver um consenso quanto à atuação dos militares, conforme demonstrado na reportagem sobre o confronto entre soldados e traficantes no Complexo de Favelas do Caju, o jornal realizou essa pesquisa para criar a impressão de que todos aprovaram a realização da Conferência no Rio de Janeiro, bem como seu plano de segurança. Dos 450 entrevistados, a maioria morava na Zona Sul, área que havia recebido grande parte dos programas de segurança, seguida, em menor número, pela Zona Norte e Zona Oeste.

A pesquisa evidenciou as percepções favoráveis à militarização, pois ouviu um grande número de moradores da Zona Sul, em detrimento daqueles que residiam nas zonas Norte e Oeste. Além disso, o número total de entrevistados não era representativo de todos os cariocas, como a narrativa fazia parecer. Assim, tendenciosamente, 80% dos ouvidos consideraram o evento benéfico, ao passo que apenas 19,56% foram contrários. Em sua maioria, os entrevistados admitiram que “vão sentir saudades dos 12 dias ecológicos. Especialmente pela segurança de poder sair às ruas” (CARIOCA..., 1992, p. 7).

Dessa forma, as narrativas retrataram os cariocas como vítimas do medo, aprisionados dentro de suas casas e incapazes de experimentar o ambiente citadino. A presença constante de militares nas ruas foi apresentada como uma oportunidade para redescobrir a cidade — uma parte da reportagem, intitulada *Entrevistados elogiam a ação do Exército*, reforça esses sentidos:

Uma cidade segura, onde se pode andar pela rua sem ter que olhar o tempo todo para os lados. Assim foi o Rio durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, na opinião das pessoas ouvidas pelo Infoglobo. Para

76,44% dos cariocas, a violência tirou férias nos 12 dias do encontro ecológico, visão oposta à de 23,11% dos pesquisados, que não consideraram o Rio mais seguro. *No aparato de segurança, uma vedete: os soldados do Exército. Eles foram, na avaliação de 80,76% dos que acharam o Rio menos violento, os responsáveis pelo aumento da tranquilidade nas ruas [...] os cariocas também são a favor da permanência dos soldados para sempre nas ruas*, opinião de 79,33% dos entrevistados pelo Infoglobo. O maior índice de aprovação foi na Zona Oeste – 89%. Nesse ponto da pesquisa, a Zona Sul foi mais cética e apresenta um dos menores índices de aprovação à presença do Exército nas ruas – 68,06%, contra 31,94% dos moradores que defendem a volta dos soldados para os quartéis (ENTREVISTADOS..., 1992, p. 7 – grifo nosso).

É significativo que o Grupo Globo tenha realizado e divulgado uma pesquisa, com perguntas sobre a atuação do Exército, um dia após o término da Eco-92, quando a medida de Garantia da Lei e da Ordem foi finalizada. As perguntas e respostas pareciam legitimar a militarização da metrópole, como se essa fosse a única forma de garantir a segurança. Sem a presença dos agentes, seria impossível “andar pelas ruas sem olhar para os lados” constantemente, o que aumentaria a ansiedade e o medo, conforme destacado na reportagem Carioca... (1992).

Os dados quantitativos mostraram que os moradores das zonas Sul e Oeste desejavam que os militares permanecessem em seus bairros, mas os referentes à Zona Norte foram ignorados. Com base nisso, pode-se inferir que os entrevistados da Zona Norte foram contrários à militarização ou não perceberam seus benefícios, como foi parcialmente evidenciado pela reportagem de Tosta (1992). O jornal pode ter omitido essas possibilidades de maneira estratégica, pois não se alinhavam com os sentidos de concordância que estavam sendo construídos pela pesquisa.

Na Figura 4, são apresentados os gráficos da pesquisa mencionada. Nela, o jornal conseguiu transmitir de maneira clara e ilustrativa, mesmo para os leitores que não acompanharam toda a reportagem, a perspectiva incerta dos entrevistados em relação ao futuro. A maioria acreditava que as ruas não permaneceriam limpas, que as obras iniciadas durante a Eco-92 não seriam concluídas e que haveria mais perigos. Em termos de segurança, a grande parte dos entrevistados considerava que a metrópole ficou mais segura durante os doze dias do evento, devido ao policiamento constante. Dessa forma, os gráficos reforçam a imagem positiva sobre o evento internacional e a militarização, que foi uma exigência de seus organizadores.

Figura 4 - “Carioca” aprovou a Rio-92, mas temia o futuro da cidade

Segunda-feira, 15 de junho de 1992

O GLOBO

• 7

RIO 92

Carioca aprova a Rio-92, mas teme agora o futuro da cidade

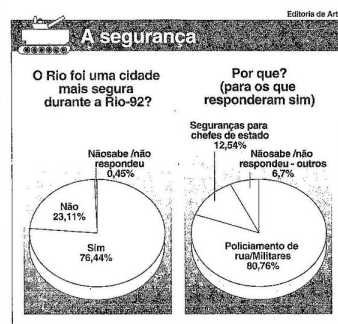
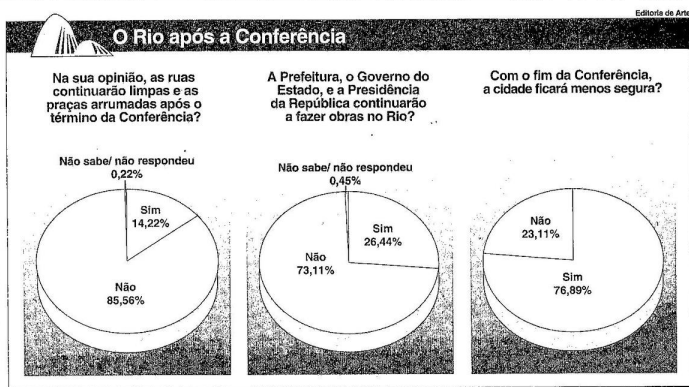
Foi um sonho que durou 12 dias, mas terminou ontem. O carioca adormeceu a Rio-92, especialmente porque a cidade ficou paralisada com uma metrópole do Primeiro Mundo. Mas, igual a gato escaldado que tem medo de água fria, ninguém se ilude: com o fim da conferência, os velhos problemas vão voltar. Pesquisa realizada nos dias 11, 12 e 13 passados pelo INFOGLOBO. Informações de Mercado e Opinião concluiu que a população do Rio aprovou totalmente a realização da reunião da ONU e os melhoramentos que vieram em seu bojo, mas está cética com relação ao futuro. Os ecologistas que estão indo embora darão lugar às mazelas de sempre do cotidiano carioca.

Das 450 pessoas ouvidas pelo INFOGLOBO, 80% disseram que valeu a pena realizar a conferência no Rio de Janeiro e apenas 19,56% acharam o contrário. A Zona Sul da cidade, diretamente atingida pelos melhoramentos da Rio-92, revelou-se apassionada pela realização da conferência na cidade. Nada menos que 84,03% dos moradores ouvidos pela pesquisa aprovaram a festa verde. O sucesso, entretanto, não pára aí. Na Zona Norte, a aprovação à Rio-92 chegou a 77,07% dos moradores ouvidos e na Zona Oeste o número se aproximou do encontrado na região mais nobre da cidade — 80,20% dos moradores disseram que vão sentir saudades dos 12 dias ecológicos. Especialmente pela segurança de poder sair às ruas, foi lembrado por 76,44% dos cariocas que se sentiram mais seguros durante a Rio-92. A pesquisa constatou também

que o descrédito de governantes e administradores é maior até que uma conferência da ONU. Dos cariocas ouvidos, 73,11% acreditam que as obras de melhoramentos da cidade não vão continuar depois do término da Rio-92. Os esperançosos são em número bem menor — 26,44% —, credulos de que obras como a Linha Vermelha vão continuar sendo feitas pela cidade. Mais uma vez, a Zona Sul mostra que sentirá o golpe com mais intensidade — 79,86% de seus moradores ouvidos na pesquisa disseram não acreditar na continuação das obras.

Apesar do retumbante sucesso da Rio-92, o carioca vestiu o traje de pessimista e não deixou escapar nem mesmo a maquiagem que deixou as ruas da cidade um brinco. Dos moradores ouvidos pelo INFOGLOBO, 85,56% não acreditam que as ruas continuarão limpas após o término da conferência. Na Zona Sul, o número é ainda maior — 91,67% acham que os buracos e o descaso voltarão, contra apenas 7,84% que acreditam na eficiência de seus governantes. Na Zona Norte, 84,39% consideram certo o fim do zelo com as ruas; na Zona Oeste, o número de descrentes é de 75,21%.

● METODOLOGIA — Foram entrevistados 450 pessoas para a realização da pesquisa, de acordo com a distribuição da população nas áreas abrangidas. Na Zona Norte, foram ouvidas 205 pessoas (45,24% do total de entrevistados); na Zona Sul, 144 pessoas (32,2%); e, na Zona Oeste, 101 pessoas (22,56%).



Entrevistados elogiam ação do Exército

Uma cidade segura, onde se pode andar pela rua sem ter que olhar o tempo todo para os lados. Assim foi o Rio durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, na opinião das pessoas ouvidas pelo INFOGLOBO. Para 76,44% dos cariocas, a violência tirou férias nos 12 dias do encontro ecológico, visível oposta à de 23,11% dos pesquisados, que não consideraram o Rio mais seguro. No aparato de segurança, uma vedete: os soldados do Exército. Eles foram, na avaliação de 80,76% dos que acharam o Rio menos violento, os responsáveis pelo aumento da tranquilidade nas ruas.

Foi uma surra. Na lista de fatores responsáveis pelo aumento da segurança, o segundo lugar ficou com a segurança para os chefes de estado, com 12,54% — quase sete vezes menos do que o

primeiro item da lista. Os cariocas também são a favor da permanência dos soldados para sempre nas ruas, opinião de 79,33% dos entrevistados pelo INFOGLOBO. O maior índice de aprovação aos soldados foi na Zona Oeste — 89,11%. Nesse ponto da pesquisa, a Zona Sul é mais cética e apresenta um dos menores índices de aprovação à presença do Exército nas ruas — 68,06%, contra 31,94% de moradores que defendem a volta dos soldados para os quartéis.

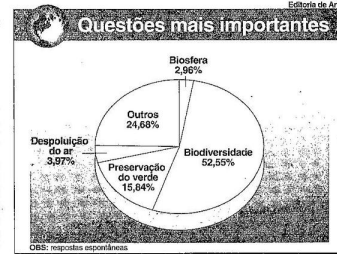
Uma outra pergunta dessa parte da pesquisa mostra que o ceticismo sobre o futuro é forte. Nada menos que 76,89% dos entrevistados acreditam que a cidade ficará menos segura com o fim da Rio-92. Pensam o contrário 23,11% das pessoas pesquisadas. Eles acreditam que tudo continuará igual aos 12 dias de sonho da Rio-92.



Biodiversidade, a questão mais lembrada

A biodiversidade caiu na boca do povo. Na única pergunta de resposta espontânea — onde não há opções para resposta —, a pesquisa do INFOGLOBO mostrou que o principal tema de discussão da Rio-92 recebeu a atenção das pessoas. A pergunta “Quais os temas mais importantes na sua opinião?”, 52,55% dos entrevistados responderam biodiversidade, um índice diluído igualmente pela cidade — 49,35% na Zona Sul, 57,13% na Zona Norte, 51,29% na Zona Oeste.

Em segundo lugar, vem um tema mais amplo e romântico — a “contribuição para preservar a natureza”, citado por 15,84% dos



Fonte: Reportagem Carioca... (1992) disponível no acervo on-line do jornal O Globo em 15 de junho de 1992.

A reportagem Depois... (1992) especificou as dificuldades do cotidiano carioca, que retornariam dois dias após a Conferência da ONU: “mendigos”, “meninos de rua” e camelôs voltariam a circular pelo espaço urbano. No trecho “cariocas voltariam a enfrentar os mesmos problemas de antes” (DEPOIS..., 1992, p. 16), o uso do verbo retornar teve o seguinte significado: esses problemas cessaram devido à Garantia da Lei e da Ordem, mas, com a saída do Exército da cidade, voltariam a surgir; retornariam. A significação construída negligenciou a “limpeza” realizada pelas forças policiais antes da Eco-92, que, por meio de diversos atos de violência, afastou esses grupos de onde circulavam as figuras públicas. Os “problemas” — chamados de “mendigos”, camelôs e “meninos de rua” — não deixaram de existir, mas foram simplesmente ocultados dos visitantes e dos moradores da Zona Sul.

Para Pereira (2019), além do afastamento forçado desses sujeitos das localidades turísticas e valorizadas pelo mercado imobiliário, outras violências são comuns a eles, tais como: chacinas e extermínios, espancamentos, apreensão de pertences pessoais, jatos d'água, coações, agressões verbais, detenções, falta de acesso a serviços e espaços públicos, proibição de doações, impedimento de entrada em cidades, cadastramento e abrigamento obrigatórios, e recusa de atendimento nos serviços públicos de saúde.

Depois... (1992) está em consonância com a narrativa publicada anteriormente, Carioca... (1992), produzindo e reforçando sentidos de pessimismo e medo diante de uma região não militarizada, sem a presença constante de homens do Exército nos espaços públicos, portando suas armas, fardas e veículos de guerra.

Com o fim da Rio-92, começaram a se confirmar os temores dos cariocas de que a trégua na batalha com os problemas da cidade acabaria também. Os camelôs venceram mais um round na briga com a Prefeitura e voltaram a ocupar as proximidades da Praça Saens Peña. Na Zona Sul, reapareceram os meninos de rua e os mendigos na orla marítima, fazendo os moradores sentirem saudade do esquema especial de policiamento que, segundo a Polícia Civil, diminuiu entre 30% e 40% a média diária de crimes. O medo de que, com o fim da Conferência, os cariocas voltariam a enfrentar os mesmos problemas de antes foi constatado pela pesquisa do Infoglobo — Informações de Mercado e Opinião, publicada pelo GLOBO (DEPOIS..., 1992, p. 16 – grifo nosso).

É interessante notar que alguns termos do trecho em questão fazem referência ao combate: batalha, round, briga e enfrentamento. Esses termos criam a ideia de que o Exército, com sua experiência de guerra, juntamente às classes mais abastadas, à prefeitura e ao governo do estado, está lutando contra o mal. O “mal”, nesse contexto, seriam os pobres, especialmente grupos como pessoas em situação de rua, crianças e trabalhadores informais, também conhecidos como camelôs.

Tanto que uma moradora ouvida pela reportagem reforça essa disputa pelo espaço público: “sabia que essa tranquilidade ia durar pouco. Desde que a fiscalização havia conseguido tirar os camelôs, as calçadas voltaram a ser dos pedestres. Só que agora a fiscalização afrouxou e tudo voltou a ser como antes” (DEPOIS..., 1992, p. 16). O narrador sugere o endurecimento das penas, das leis, da fiscalização e da militarização do território ao empregar o termo “afrouxou”. A fiscalização, que já era violenta para grupos específicos, não deveria ter sido afrouxada, segundo a moradora.

“Existe uma contradição no modo como o Estado, a sociedade e a opinião pública se comportam frente à população em situação de rua: em alguns momentos com compaixão e assistencialismo, e em outros com indiferença e preconceito” (ROQUE, 2020, p. 37), é o que revela a opinião emitida pela entrevistada ao jornal. Dado que o preconceito e a indiferença se

espalham rapidamente na sociedade, inclusive estando presentes em grandes veículos de comunicação, o poder público tem se dedicado mais a essa população por meio da segurança, em detrimento da assistência social e da saúde pública, esclarece Roque (2020). Isso pode significar repressão e punição, e não tratamento humano e proteção de direitos sociais.

Apesar de ter revelado o sentimento saudosista das classes média e alta em relação à militarização, a narrativa também deixou claro que crianças e adolescentes pobres receberam ameaças e sentiram medo dos soldados. Esses grupos não foram ouvidos em outras matérias sobre a militarização urbana para a Eco-92, mas a reportagem *Depois...* (1992) concedeu um espaço, ainda raro, para que eles expressassem suas opiniões contrárias à ocupação militar. Em diferentes narrativas de *O Globo*, essas pessoas eram ignoradas, como se seus pontos de vista não importassem. Contudo, agora tiveram a oportunidade de expressar seus sentimentos e pensamentos.

Pela descrição de suas emoções, comuns a todos os seres humanos, as crianças e adolescentes, antes ignorados, foram humanizados pela narrativa:

Na tarde de ontem, sete meninos de rua aproveitaram o sol fraco para jogar futebol em frente à Praça do Lido. A bola era uma cabeça de boneca. *Os garotos, com idades entre 7 e 14 anos, disseram que, durante a Rio-92, ficaram escondidos, com medo dos policiais do Exército. Segundo um deles, de 14 anos, os soldados ameaçavam “passar o rodo” (matar) caso eles aparecessem na praia.* — Só consegui faturar dois dólares, que gastei logo em comida. Os gringos fotografavam a gente, mas não davam nada. Nem sempre podíamos ficar aqui, porque os soldados diziam que iam matar a gente — disse o menor. Alguns meninos se refugiaram no Morro do Cantagalo e, de vez em quando, driblavam a segurança para abordar os turistas, em especial os estrangeiros, no calçadão. Outros corriam para as ruas internas de Copacabana ao menor sinal de que seriam retirados. Apenas P., de 14 anos, voltou para sua casa, em Morro Agudo, Nova Iguaçu, com medo das ameaças (DEPOIS..., 1992, p. 16 – grifo nosso).

Quando se trata de crianças e adolescentes, há um esforço por parte da reportagem em humanizá-los, razão pela qual suas brincadeiras são narradas nos mínimos detalhes, incluindo o uso de uma cabeça de boneca velha como bola de futebol. Há também uma valorização do ato de brincar e do aproveitamento do lixo — o que seria considerado descartável por aqueles que possuem muito se transforma em brinquedo para aqueles que não possuem nada. Na Figura 5, por exemplo, é possível observar a imagem de crianças brincando, com a seguinte legenda: “sete meninos de rua aproveitam o sol fraco para brincar de ‘bola’ em frente ao Lido. Com uma cabeça de boneca” (DEPOIS..., 1992, p. 16).

A brincadeira é indispensável para o desenvolvimento infantil, tendo um impacto positivo nas áreas cognitiva, social, emocional, física e linguística, conforme Santos (2004). Apesar da extrema pobreza, as crianças em situação de rua continuam a brincar, criando histórias fantasiosas, estabelecendo regras próprias e demonstrando liderança em seus grupos

de amigos. Elas estão envolvidas em atividades como o pega-pega, competições de natação ou corrida. Transformam objetos que normalmente pertencem ao universo dos adultos, como vidros, garrafas, pedaços de pano, tampinhas e pedras, em brinquedos. Também reciclam produtos descartados, como carrinhos e bonecas, ou utilizam objetos da natureza, como galhos, latas, papéis de embrulho, sacos plásticos, madeiras e sementes (SANTOS, 2004). Isso demonstra que, apesar das dificuldades advindas da situação de rua, elas ainda são crianças e, de maneira peculiar, exploram e desfrutam dessa infância.

Figura 5 - Depois da Rio-92, os problemas de sempre

16 • GRANDE RIO

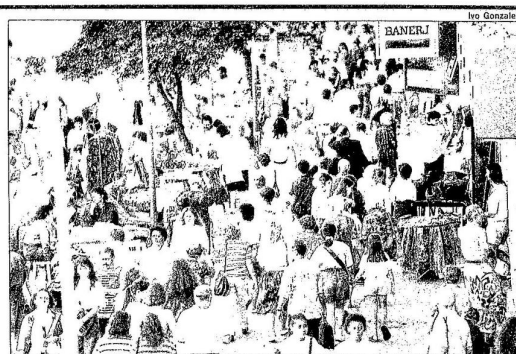
O GLOBO

Terça-feira, 16 de junho de 1992

RIO 92



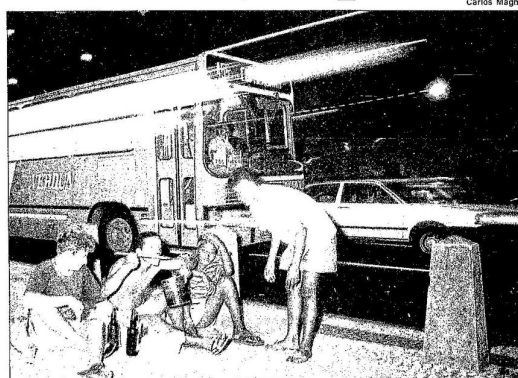
Seis meninos de rua aproveitam o sol fraco para brincar de 'bola' em frente ao Lido. Com uma cabeça de boneca



Camelôs voltaram a ocupar, sem serem incomodados, a Praça Saens Peña, principal área comercial da Tijuca

Depois da Rio-92, os problemas de sempre

Com o fim da Rio-92, começam a se confirmar os temores das cariocas de que a trégua na batalha com os problemas da cidade acabaria também. Os camelôs venceram mais um round na briga com a Prefeitura e voltaram a ocupar as proximidades da Praça Saens Peña. Na Zona Sul, reapareceram os meninos de rua e os mendigos na orla marítima, fazendo os moradores sentirem saudade do esquema especial de policiamento que, segundo a Polícia Civil, diminuiu entre 30% e 40% a média diária de crimes. O medo de que, com o fim da Conferência, os cariocas voltariam a enfrentar os mesmos problemas de antes foi constatado por pesquisa do INFOGLOBO — Informações de Mercado e Opinião, publicada ontem pelo GLOBO e cujos resultados não surpreenderam o prefeito Marcelo Alencar. Ele disse ser natural que a população tenha essa reação ao viver uma situação extraordinária durante 12 dias.



No Túnel do Psimado, em Botafogo, os mendigos também voltaram a ocupar as ruas depois do fim da Rio-92

Mendigos e meninos de rua reaparecem

Depois de 14 dias como a capital do mundo, o Rio voltou a ficar português e a encontrar meninos de rua e mendigos dormindo sob as árvores da orla marítima. O policiamento com soldados do Exército deixou saudades, ainda mais porque, sem eles, os bandidos se sentem desprotegidos. Parece que até a promessa de verão em pleno inverno resolveu dar bye-bye ao carioca. Em contraste com os 38 graus que os termômetros marcaram na última semana da Rio-92, ontem a temperatura não ultrapassou 25 graus.

Na tarde de ontem, sete meninos de rua aproveitaram o sol fraco para jogar futebol em frente à Praça do Lido. A bola era uma cabeça de boneca. Os garotos, com idades entre 7 e 14 anos, disseram que, durante a Rio-92, ficaram escondidos, com medo dos policiais do Exército. Segundo um deles, de 14 anos, os soldados ameaçavam "passar o rodo" (matar) caso eles aparecessem na praia.

— Já consegui faturar dois dólares, que gastei logo em comida.

Os gringos fotografavam a gente, mas não davam nada. Nem sempre podíamos ficar aqui, porque os soldados diziam que iriam matar a gente — disse o menor.

Alguns meninos se refugiaram no Morro do Cantagalo e, de vez em quando, driblavam a segurança para abordar os turistas, em especial os estrangeiros, no calçadão. Outros corriam para as ruas internas de Copacabana ao menor sinal de que seriam retirados. Apenas F., de 14 anos, voltou para sua casa, em Morro Agudo, Nova Iguaçu, com medo das ameaças.

No Leme, ontem, o aposentado Raul Bernardo chegou a parar a caminhada para observar um mendigo que dormia sob uma árvore, protegido por caixas de papelão. Raul lamentou o fim do esquema de segurança do Exército.

— Foram 14 dias de tranquilidade, mas infelizmente acabou. A presença dos mendigos não estragou apenas a paisagem: é muito triste ver um ser humano jogado deste jeito — disse ele.

Camelôs voltam a ocupar a Praça Saens Peña

Os camelôs venceram mais um round na briga com a Prefeitura. Barracas de todos os tamanhos voltaram a ocupar as proximidades da Praça Saens Peña, principal área comercial da Tijuca. As equipes da Secretaria Municipal de Fomento, que nos últimos três meses fiscalizavam permanentemente a praça, não impediram a retomada dos pontos. Sem policiamento de apoio aos fiscais, o calçadão da praça, entre as Ruas Major Ávila e General Roca, onde ficam os pontos de ônibus, também já começa a ser ocupado.

Dzênas de barracas estão novamente alinhadas ao longo das Ruas Conde de Bonfim e Major Ávila, trecho em que a permanência dos camelôs havia sido

proibida pela fiscalização. Voltou a se vender de tudo: artigos contrabandeados, roupas, brinquedos, alimentos, entre outras mercadorias. Os moradores, incomodados com a perda de espaço livre, reclamam da vitória dos camelôs.

— Sabia que essa tranquilidade ia durar pouco. Desde que a fiscalização havia conseguido tirar os camelôs, as calçadas voltaram a ser dos pedestres. Só que agora a fiscalização afrouxou e tudo voltou a ser como antes — protestou a moradora Lígia Maria Pinheiro de Lima.

Mas não foi apenas na Tijuca que os camelôs deram uma demonstração de força. Mesmo com as ameaças da Prefeitura de fazer novas blitzes no Centro, cen-

tenas de barracas voltaram a ser armadas nas principais vias, como as Ruas Sete de Setembro, Uruguai, São José e do Ovídio. Apenas no trecho de Sete de Setembro entre a Avenida Rio Branco e a Praça Quinze há cerca de 200 barracas.

Em Copacabana, onde as equipes da Secretaria não chegaram a reprimir a atividade, as barracas estão em todas as áreas. A Avenida Nossa Senhora de Copacabana é a mais visada. Caminhar no trecho entre as Ruas Raimundo Correia e Santa Clara é como disputar uma prova de obstáculos. Instaladas umas ao lado das outras, as barracas impedem que os pedestres cheguem ao meio-fio.

O prefeito Marcelo Alencar

garantiu, durante debate no programa "Encontro com a Imprensa", da Rádio Jornal do Brasil, que a Prefeitura retomará imediatamente a fiscalização contra o comércio ilegal nas ruas, com o apoio da Polícia Militar. O prefeito, no entanto, não fixou preços, como já fizera antes. Ele lembrou que dispõe de menos de 200 fiscais de atividades econômicas.

Marcello reafirmou que houve retrocesso na ação da Prefeitura. Ele não pretende criar clima de confronto e disse que a presença da PM visa a permitir aos fiscais o exercício de suas funções. O prefeito garantiu que nos seis meses de governo que lhe restam implementará seu plano de reordenamento dos camelôs.

Brizola não quer o Exército nas ruas

O governador Leonel Brizola afirmou ontem que não houve praticamente redução nos índices de criminalidade durante os dias da realização da conferência. Segundo contou, dados enviados pelo vice-governador Nilo Batista indicam, no período, aumento da violência em áreas como Tijuca e Avenida Nossa Senhora de Copacabana.

Apesar de reconhecer que o policiamento ostensivo realmente inibe a criminalidade, o governador acha impossível manter mais de 45 mil homens neste serviço e negou que pretendesse pedir a permanência do Exército nas ruas.

Para o governador Leonel Brizola, todos os cariocas contribuíram para o sucesso da Rio-92.

Entre os que colaboraram, ele aponta os mendigos e meninos de rua, que abandonaram os locais onde haveria maior circulação das delegações estrangeiras.

●DELEGADO — O presidente da Comissão de Segurança da Polícia Civil para a Rio-92, delegado José Petra de Melo, estimou ontem entre 30% e 40% a queda na média diária de ocorrências policiais na cidade entre 31 de maio e 14 de junho — período de vigência do esquema especial de segurança para a Conferência da ONU. Segundo Petra de Melo, a maior queda foi registrada no número de roubos e furtos diversos, excluídos os de veículos, que se mantiveram nos níveis usuais.

Fonte: Reportagem Depois... (1992) disponível no acervo on-line do jornal O Globo em 16 de junho de 1992.

Pelo menos em Depois... (1992), as crianças são tratadas com mais humanidade e não são responsabilizadas pela situação em que vivem. A culpa, nesse contexto, é transferida para os seus pais, que o jornal considera desocupados, preguiçosos e irresponsáveis por exporem os filhos a uma vida tão precária. Essa ideia é reforçada indiretamente pela fotografia de Carlos Magno, apresentada na Figura 5, na qual quatro homens estão sentados com garrafas entre as pernas, dividindo uma comida que aparentemente estava em uma lata de tinta. Por estarem sentados e não trabalhando, podem ser entendidos como preguiçosos; a disposição das garrafas entre as pernas sugere que são viciados, enquanto a cena de dividir comida evidencia a situação de pobreza em que vivem. Segundo a lógica construída pela narrativa do jornal, os três atos captados na fotografia (ficar sentado, consumir bebidas e dividir comida) não contribuem para o desenvolvimento das crianças (SANTOS, 2004), sugerindo que, a partir desse momento registrado, esses pais não se preocupavam com o bem-estar de seus filhos.

No final da reportagem Depois... (1992), Raul Bernardo, morador do Leme, explicou que estava caminhando por seu bairro e parou para observar um homem em situação de rua que dormia sob uma árvore, protegendo-se do vento gelado com restos de papelão. Segundo ele, que já está aposentado, a presença dessas pessoas dormindo na via prejudicaria a paisagem, além de causar uma enorme tristeza em quem as vê. Isso corrobora a afirmação de Roque (2020), segundo a qual as pessoas que têm casas possuem sentimentos diferentes em relação àquelas que vivem nas ruas: em alguns momentos, desejam que sejam retiradas à força e com violência de seus bairros ou cidades; em outros, observam a situação com tristeza, acreditando que elas devem ser atendidas e ter seus direitos assegurados.

Bernardo expressou um sentimento contraditório (ROQUE, 2020) em relação ao homem em situação de rua. Ele se sentia desconfortável por dividir seu bairro com uma pessoa desafortunada, acreditando que isso poluía a paisagem, mas também se sentia triste ao constatar o problema social. Diante do desconforto, o indivíduo tendia a exigir mais militarização por parte do Estado, em detrimento dos direitos e da dignidade daqueles que viviam em extrema pobreza. Ele acreditava que a repressão poderia resolver problemas que, na realidade, eram de saúde pública e assistência social, conforme já foi explicado por Roque (2020).

No Leme, ontem, o aposentado Raul Bernardo chegou a parar a caminhada para observar um mendigo que dormia sob uma árvore, protegido por caixas de papelão. *Raul lamentou o fim do esquema de segurança do Exército. — Foram 14 dias de tranquilidade, mas infelizmente acabou. A presença dos mendigos não estraga apenas a paisagem: é muito triste ver um ser humano jogado deste jeito* — disse ele (DEPOIS..., 1992, p. 16 – grifo nosso).

Também é possível compreender que o aposentado, como muitos, não queria ver os pobres próximos ao seu condomínio caro, poluindo as belas paisagens da Zona Sul do Rio de Janeiro e atrapalhando o seu passeio no final da tarde. No fundo, desejava que as Forças Armadas ocultassem o motivo de seu embaraço e tristeza, afastando-os para bairros ou municípios distantes da Zona Sul, como é habitual, de acordo com Roque (2020). Não queria que essa questão social fosse solucionada por meio da garantia de direitos, como moradia digna, alimentação, saúde e educação de qualidade, caso contrário, teria defendido essa ideia. Ele simplesmente não desejava ter que olhar para uma pessoa pobre deitada sob a árvore, usando papelão como cobertor. Não vendo mais o “ser humano jogado deste jeito” em seu território, se enganaria, acreditando que o problema não existiria mais.

De algum modo, a reportagem Depois... (1992), de *O Globo*, levantava o seguinte questionamento: quem tem direito à cidade, o homem em situação de rua, talvez negro, ou o aposentado que mora no Leme, provavelmente branco? Silva e Junior (2020) salientam que todos têm o direito a ela, independentemente de possuírem uma residência fixa ou transitória, sem sofrerem nenhum tipo de discriminação. Contudo, ocupar o espaço urbano requer mais do que o simples direito de estar ali, uma vez que é de suma importância que isso seja feito com dignidade. Assim, o Estado tem a responsabilidade de assegurar um ambiente seguro, humano e justo. Isso significa garantir outros direitos fundamentais, tais como segurança, saúde e acessibilidade, tanto física quanto financeira, para que as pessoas em situação de rua também possam usufruir do território de forma digna e humana, como ressaltam Silva e Junior (2020).

Portanto, as pessoas em situação de rua, por viverem em condições de vulnerabilidade, não devem ser privadas do direito à cidade, como sugere a reportagem Depois... (1992). Como os membros das classes média e alta, elas precisam ter a liberdade de experienciar as áreas urbanizadas, mesmo enfrentando dificuldades momentâneas. No entanto, não basta vivenciar o meio urbano de forma precária, em assentamentos humanos improvisados e inseguros, que não garantem o bem-estar e a qualidade de vida. O direito à cidade deve ser complementado por outras garantias do Estado, para que essas pessoas tenham as oportunidades e os recursos necessários para modificar suas vidas, caso desejem, e usufruir da melhor maneira possível do contexto citadino (SILVA; JUNIOR, 2020).

Como a fala de Bernardo estava no final do texto, o jornal não realizou nenhum tensionamento da opinião do residente do Leme. Por essa razão, devido à falta de problematização, *O Globo* acabou reverberando os mesmos sentidos construídos pelo aposentado: os sujeitos que fazem do espaço público seu lar precisam de controle militar, e não de direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado, tais como: casas de acolhimento, serviços

de saúde e assistência social, programas de reintegração social e capacitação profissional, projetos de distribuição de alimentos, atendimento psicológico e psiquiátrico, programas para o tratamento da dependência química e atendimento jurídico (PEREIRA, 2019).

As análises das reportagens sobre a Garantia da Lei e da Ordem na Eco-92 revelaram que os moradores da Zona Sul, que tiveram seus bairros mais controlados, se sentiram mais seguros. Enquanto isso, os residentes de favelas e subúrbios continuavam a viver com medo, seja pela persistência de crimes ou pelas ameaças dos soldados do Exército. Nesses relatos, os medos das classes mais abastadas foram amplamente explorados: para elas, os perigos não eram apenas os traficantes, mas vendedores ambulantes, crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, bem como meninos pobres brincando nos espaços públicos.

3.3 A militarização urbana como o motor da vida política: a articulação das narrativas de políticos em *O Globo*

A Garantia da Lei e da Ordem para a Eco-92 não tinha o objetivo explícito de melhorar a imagem dos governantes em diferentes níveis de poder, embora, indiretamente, pudesse alcançar esse resultado. Digo indiretamente porque, se a organização do evento fosse bem lembrada pelas pessoas, tanto no Rio de Janeiro quanto no Brasil, os políticos envolvidos também teriam uma certa visibilidade positiva. Mas a atuação do Exército naquele momento foi uma exigência da Organização das Nações Unidas (BRASIL..., 1991), e não de políticos brasileiros.

Conforme as narrativas de *O Globo*, somente depois da Conferência, ao perceberem que as classes médias e altas haviam aprovado a militarização do espaço urbano, políticos do Rio começaram a discursar sobre a necessidade de recorrer às Forças Armadas com maior frequência a fim de manter a metrópole em paz.

O primeiro político que tentou usar a militarização urbana para se promover foi o governador Leonel Brizola. Ele contou à reportagem *Brizola admite pedir ajuda das Forças Armadas* (14/07/1992) que considerava manter os soldados no estado do Rio de Janeiro permanentemente. Sua intenção era dialogar com as classes mais abastadas do Rio de Janeiro, um possível eleitorado, que também desejava a permanência do Exército nas ruas, como revelou a reportagem *Carioca...* (1992): “Foi um sonho que durou 12 dias, mas terminou ontem. O carioca adorou a Eco-92, especialmente porque a cidade ficou parecida com uma metrópole do Primeiro Mundo” (CARIOCA..., 1992, p. 7).

Após a publicação da narrativa *Depois...* (1992), Brizola retrocedeu, dizendo que cometeu um erro; não queria mais a perpetuidade da vigilância militar. Ele alterou sua posição após uma reunião com a aliada política, Cidinha Campos (PDT), candidata à prefeitura do Rio de Janeiro. Antes dessa reunião, o governador havia declarado à *Rádio Jornal do Brasil*: “Vamos procurar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Vamos mobilizar todas as possibilidades para vencer a violência e a criminalidade” (BRIZOLA..., 1992, p. 14). No entanto, sua ideia foi revista, como pode ser lido no trecho abaixo, logo após o encontro com Campos.

A narrativa *Brizola...* (1992) sugere que o governador queria dialogar com eleitores preocupados com a insegurança, mais entusiasmados com o policiamento ostensivo observado

durante a Eco-92. Reconhecendo esse público, Brizola buscava apoio para a candidatura de sua aliada, embora ela não quisesse se associar a essa pauta.

Após o encontro, porém, Brizola negou que estivesse pensando em fazer um pedido formal de apoio das Forças Armadas. Ao ser procurado por assessores do Palácio Guanabara para que esclarecesse suas declarações, o governador argumentou que procurava apenas transmitir o ambiente de cooperação existente entre os governos estadual e federal. Brizola justificou que, na verdade, dera uma “resposta jocosa” à repórter da Rádio Jornal do Brasil, que insistia em saber se o Governo recorreria às Forças Armadas — Vamos recorrer a todos. Estamos recorrendo permanentemente, mas não há nada de especial. Eu quis me referir ao ambiente de cooperação que existe entre o Governo do estado e todas as áreas de segurança do Governo federal (BRIZOLA..., 1992, p. 14).

Se Brizola tinha o intuito de manter as Forças Armadas no Rio, após se encontrar com a candidata à prefeitura e parceira política, sua percepção sobre a situação da cidade mudou completamente. Por não atender aos interesses de Cidinha Campos, o governador passou a tratar como absurda a possibilidade de permanência dos militares na metrópole. Então, buscando desviar a atenção do que havia dito anteriormente, lembrou que, no governo de Moreira Franco (1975–1999), do MDB, houve mais mortes e roubos a supermercados — números que diminuíram durante sua gestão. De fato, os proprietários de estabelecimentos comerciais, especialmente donos de supermercados, desejavam manter os soldados nas portas de seus estabelecimentos, mas Brizola aproveitou o momento para expressar seu desacordo à consideração dessa possibilidade.

Em outras palavras, ele trouxe uma série de informações à discussão — algumas, inclusive, sem ligação — com o propósito de desviar a atenção de sua opinião anterior, na esperança de que, eventualmente, fosse esquecida.

Brizola acrescenta que, apesar de a violência no Rio gerar preocupação no Governo, está em níveis inferiores aos registrados durante o Governo Moreira Franco, quando, segundo ele, cerca de 70 pessoas eram mortas a cada fim de semana. Há três meses, durante uma onda de saques, o governador rechaçou sugestões dos donos de supermercados para que pedissem socorro às Forças Armadas (BRIZOLA..., 1992, p. 14).

As discussões sobre a militarização do espaço urbano persistiram nas esferas políticas da época, especialmente porque, em 1992, ocorreram as eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro, centradas principalmente em César Maia (PMDB) e Benedita da Silva (PT), com Cidinha Campos ocupando a terceira posição nas preferências eleitorais. Marcelo Alencar, prefeito na época, já havia cumprido dois mandatos, não podendo se candidatar novamente.

Em debates eleitorais, os militares eram frequentemente apresentados como a esperança para os cariocas, uma das poucas soluções eficazes para o caos que se abateu sobre a cidade em

18 de outubro de 1992, véspera da eleição, com um grande arrastão nas praias do Leblon e de Ipanema. Esse evento gerou uma crise significativa, levando a um apelo crescente por uma maior presença das Forças Armadas nos bairros, em especial da Zona Sul. Em meio ao tumulto e à sensação de desamparo, muitos passaram a ver os militares como a única solução capaz de devolver a tranquilidade e a ordem à cidade — ou melhor, devolver a ordem e a tranquilidade às zonas mais desenvolvidas e turísticas.

Embora arrastões ocorram no Rio de Janeiro desde 1980, este, em particular, foi mais expressivo por acontecer nas vésperas da eleição, deixando parte da população com medo de ir às praias, como esclarece Bragança (2017).

Os arrastões são amplamente temidos no Rio de Janeiro e constantemente lembrados de forma negativa por aqueles que não moram no município ou no estado. Existem diversas interpretações sobre esse evento, comum nas praias cariocas, mas seguimos a visão de Bragança (2017) a respeito dele:

O termo arrastão faz referência a grandes grupos de pessoas que promovem assaltos e/ou furtam objetos de valor (joias, relógios, dinheiro, óculos, carteiras etc.) em espaços densamente ocupados como, por exemplo, praias, ruas muito movimentadas ou avenidas congestionadas. No entanto, o arrastão que teve intensa repercussão, tanto na mídia nacional quanto na mídia internacional, foi o ocorrido em 18 de outubro de 1992 (BRAGANÇA, 2017, p. 58).

Os dois principais candidatos à prefeitura do Rio de Janeiro tinham opiniões divergentes sobre os arrastões e as soluções para enfrentá-los. César Maia, candidato do PMDB, defendia a militarização das praias, sugerindo que a entrada dos mais pobres fosse controlada por policiais e soldados. Benedita da Silva, candidata do PT, se opôs a essa ideia, argumentando que os moradores de favelas e subúrbios também tinham o direito de frequentar a orla sem serem tratados como criminosos. Ela considerou a medida excludente e segregadora, uma vez que os maiores prejudicados seriam os negros e os pobres, já afetados por discriminações raciais e sociais.

As perspectivas desses dois políticos (Benedita e César) sobre esse tema foram narradas pela reportagem *César quer ajuda federal contra arrastão*, publicada pelo *O Globo* em 20 de outubro de 1992: “César garantiu que solicitará tropas federais, caso o governo do estado seja omissivo na questão da segurança. Benedita acredita que o problema só será resolvido com investimentos da prefeitura em programas sociais” (CÉSAR..., 1992, p. 7).

Em César... (1992), durante o debate entre os dois candidatos na *Rádio Nacional*, em 19 de outubro de 1992, Maia defendeu a militarização, além de um endurecimento das penas, das leis e do encarceramento de criminosos que perturbavam a paz de moradores e turistas dos

bairros nobres do Rio de Janeiro. Adicionalmente, ele acusou sua rival política de estar envolvida com o tráfico de drogas, sugerindo que ela estava defendendo criminosos ao afirmar que as favelas e periferias necessitam de políticas sociais mais eficazes; não de controle.

Esses ataques foram feitos por grupos de vândalos que precisam ser duramente reprimidos pelo poder público. O prefeito não tem o controle das polícias, mas tem responsabilidade na segurança pública. Ele pode, inclusive, requisitar tropas da Polícia Militar. Se houver negativa do governador, requisito tropas do Exército — disse César, acrescentando que já consultou o Comando Militar do Leste sobre o problema (CÉSAR..., 1992, p. 7).

Benedita da Silva se defendeu, afirmando que seu partido não é conivente com o crime e que alguns moradores das favelas descem ao asfalto para roubar por falta de oportunidades de trabalho e estudo (CÉSAR..., 1992). A candidata lembrou, inclusive, que o crime organizado se concentrava tanto nas favelas quanto nos bairros nobres. Não é um negócio exclusivo dos pobres; pessoas que tiveram grandes oportunidades, ocupam cargos importantes e possuem altos níveis educacionais também se envolvem com o crime. Pela fala de Benedita, o jornal produzia sentidos que indicavam a cidade inteira e todos os seus habitantes como potencialmente perigosos e violentos, não apenas as comunidades urbanas. “Não há conivência alguma do PT com o crime organizado nas favelas ou no asfalto. O morro desce porque o poder público não atua. As crianças que deveriam estar na escola, estão nas ruas, armadas — disse Benedita” (CÉSAR..., 1992, p. 7).

Há uma generalização em César (1992), pautada pelo racismo a respeito das pessoas que vivem em favelas e subúrbios, normalmente negras e pobres: elas são consideradas perigosas ou criminosas. Isso se manifestou quando César Maia afirmou que sua adversária estava envolvida com atividades delituosas, ou quando apontou que os moradores das favelas eram criminosos que impunham medo ao asfalto. Nessa narrativa jornalística, é reproduzido o mito das “classes perigosas”, que teve origem durante o período da escravidão e persiste até a contemporaneidade. Segundo Coimbra (2001), tanto no passado, durante a escravidão, quanto no presente, com as políticas de segurança seletivas e repressivas, a suposta natureza perigosa, negligente e preguiçosa dos negros é amplamente reforçada e combatida em vários meios sociais. Esses adjetivos — “vagabundo”, “relaxado” e “vadio” — foram usados, inclusive, para justificar o tratamento desumano que esses grupos receberam nos diversos períodos históricos, tanto no passado quanto no presente. Por supostamente não pertencerem ao mundo do trabalho, uma virtude valorizada pelo capitalismo, eram considerados vadios e viciosos, como se só vivessem do ócio e da delinquência: “representam um ‘perigo social’ que deve ser erradicado;

justificam-se, assim, as medidas coercitivas, já que são criminosos em potencial” (COIMBRA, 2001, p. 91).

No dia seguinte, em 21 de outubro de 1992, o jornal *O Globo* publicou a reportagem *Benedita é contra Exército nas praias*. Por um lado, essa narrativa foi favorável à candidata, pois lhe deu mais visibilidade, possibilitando a divulgação de suas pautas. Por outro lado, aumentava a rejeição dos eleitores favoráveis à militarização. Embora ela tenha razão em se posicionar contra um tema com o qual não concorda, uma narrativa como Benedita... (1992) poderia levar à seguinte interpretação, considerando que alguns cariocas estavam apreensivos com os arrastões: a candidata do PT estava impedindo que a cidade vivesse em segurança, algo que, segundo o senso comum, só o Exército poderia proporcionar.

Rejeitamos a intervenção do Exército em episódios como esse por entendermos que os militares não estão preparados profissionalmente para essa tarefa. Além disso, a função constitucional das Forças Armadas não é essa — afirmou a candidata. Embora tenha considerado os arrastões ocorridos no final de semana “demasiadamente organizados”, Benedita não quis acusar César Maia, mas defendeu as apurações da polícia para descobrir a origem desses incidentes: — Recebemos com estranheza o nível de organização dos arrastões e achamos que a Polícia deve investigar os possíveis interesses escusos que possam estar por trás de tais incidentes. Não fazemos qualquer acusação, mas achamos que pode existir algo mais no ar (BENEDITA..., 1992, p. 11).

Quando a candidata afirmou que o Exército não estava preparado para o patrulhamento urbano, a reportagem Benedita... (1992) deveria ter explicado melhor essa opinião, com base na Lei nº 6.880, de dezembro de 1980, que limita a atuação dos soldados às seguintes funções: proteger fronteiras, impedir invasões estrangeiras e garantir as normas e os poderes constitucionais (BRASIL, 1980). A Constituição Federal estabelece que a Polícia Militar deve ser responsável pelo patrulhamento, uma vez que, teoricamente, estaria mais preparada para lidar com os cidadãos, assegurando sua segurança, registrando e investigando crimes (BRASIL, 1988). A candidata do PT aprovava o policiamento na orla, especialmente nos finais de semana, devido à grande movimentação de pessoas; contudo, essa atividade deveria ser realizada pela polícia, e não pelo Exército.

De certa forma, algumas pessoas tendem a pensar que a proposta de Benedita é inferior, apesar de estar fundamentada na lei, uma vez que o Exército possui uma capacidade ofensiva superior à da polícia, além de ser mais bem treinado para a guerra. Nesse caso, as pessoas temerosas preferem a opção mais dura, como a oferecida por César Maia, que exige o endurecimento de penas e leis, a repressão e o controle.

Há diversas maneiras de explicar o que Benedita disse, mas o jornal não o fez. Dessa forma, tendeu-se a enfatizar as qualidades e propostas de César Maia, um candidato branco,

engenheiro e pertencente à classe média. Parecia que, por ser negra e oriunda da favela, Benedita era vista como parte da “classe perigosa” que, em vez de contribuir para o progresso e a segurança do Rio de Janeiro, seria um obstáculo a ser enfrentado por Maia. A ideia era de que sua origem e características a impediam de elaborar um plano militar eficiente para a cidade, sendo, erroneamente, identificada como conivente com o crime, negligente e preguiçosa — características históricas e racistas atribuídas a sujeitos negros, segundo Coimbra (2001).

Figura 6 - Benedita é contra a militarização urbana

Quarta-feira, 21 de outubro de 1992 22: OLICHE O País • 11

“É uma ironia perversa do governador Brizola falar em construir piscinas em Ciep. É caso de insanidade mental.”

SERVIÇO

O eleitor que viajou e não votou no primeiro turno das eleições municipais, vai poder participar das eleições, votando no segundo turno, se retornar ao seu domicílio eleitoral antes do 15 de novembro. Para isso, basta que tenha justificado sua ausência durante a viagem.

Rejeitamos a intervenção do Exército nos arrastões. A função constitucional das Forças Armadas não é essa

Benedita é contra Exército nas praias

A candidata do PT à prefeitura do Rio, Benedita da Silva, condenou ontem a proposta de seu adversário do PMDB, César Maia, de convocar o Exército para reprimir os arrastões nas praias do Rio. Benedita evitou comentar a suspeita cogitada pelo secretário de Polícia Civil, Nilo Batista, de que César Maia poderia ter organizado os arrastões para prejudicar sua campanha.

Rejeitamos a intervenção do Exército em episódios como esse por entendermos que os militares não estão preparados profissionalmente para essa tarefa. Além disso, a função constitucional das Forças Armadas não é essa — afirmou a candidata.

Embora tenha considerado os arrastões ocorridos no final de semana “demasiadamente organizados”, Benedita não quis acusar César Maia, mas defendeu as apurações da polícia para descobrir a origem desses incidentes.

— Recebemos com estranheza o nível de organização dos arrastões e achamos que a Polícia deve investigar os possíveis interesses escusos que possam estar por trás de tais incidentes. Não fazemos qualquer acusação, mas achamos que pode existir algo mais no ar.

Para Benedita, a Prefeitura precisa cobrar do Governo do Estado providências para garantir a segurança dos cidadãos. A candidata do PT defendeu ontem um policiamento ostensivo nas praias do Rio no verão. Mas discordou de medidas que visam a restringir o acesso da população do subúrbio às praias da Zona Sul.

— Não aceitamos qualquer medida discriminatória contra a população da periferia, que deve ter seu direito de ir e vir assegurado pelas linhas dos ônibus. Os moradores dos subúrbios têm todo o direito de frequentar as praias.

O secretário-geral do PT, José Luiz Fervereto, considerou suspeitos os indícios de que os participantes dos arrastões teriam chegado às praias em caminhonetes e ônibus fretados.

— Há 20 dias da eleição, isso pode não ser uma coincidência. Mas não acusamos César Maia porque não temos provas — disse.

Quem foi rainha, nunca perde a majestade. A religião pode ter tirado Benedita da Silva dos concursos de Miss Samba — título que ganhou na década de 50 — mas não impediu a candidata do PT de ser elusivamente cumprimentada pelas cerca de cinco mil pessoas que lotaram ontem a quadra do Estádio de São, para a escolha do samba-enredo da escola. Convidada para assistir à finalíssima, Bené aproveitou para “dar uma força” a sua sobrinha Regina Célia, a “Eca”, que toca chocalho na ala feminina da bateria da escola.

Em nome da unidade familiar, a candidata também compareceu, no sábado, às finais dos sambas-enredo da Mangueira e da Vila Isabel, agremiações que contam com parentes de Bené em suas alas. Diplomáticamente, ela disse que torce por todas as escolas. A candidata disse aproveitar estas oportunidades para garantir uns votinhos para o segundo turno.

Na Estácio de Sá, acompanhada de sua filha Niléia, frequentadora assídua da escola, Bené ficou no camarote do carnavalesco Chico Spínosa, tomando água mineral e fazendo o “V” da vitória para a multidão. Um sucesso só comparável ao da rainha da bateria, Monique Evans, que também estava presente.

— Foi convidada pela Estácio e não poderia deixar de vir, mesmo que seja pra ficar só um pouquinho. Só lamento não ter ido ao Salgueiro, onde também tenho parentes e amigos — declarou a ex-Miss Samba, que deixou a quadra antes de ser divulgado o resultado final.

Se isso é verdade, recomendo que se encaminhe o governador a um psicanalista. Isso se trata de um distúrbio mental que pode ser grave — disse.

AGENDA

Benedita

18h: Participa de plenária com 1.500 militantes do partido, na Uerj, para discutir a formação de comitês eleitorais.

César Maia

8h: Entrevista na Rádio CBN.

9h30m: Entrevista na Rádio Tupi.

12h: Almoço na Associação Comercial de Madureira.

16h30m: Reunião com o PSC, na sede do PMDB.

17h: Reunião com o PPR.

César acusa Brizola de insanidade

César Maia, da coligação Pen-sa Rio (PMDB-PL), não poupou ontem críticas ao governador Leonel Brizola, depois de conhecer suas opiniões sobre o “arrastão” ocorrido domingo nas praias da Zona Sul. Brizola disse que a construção de piscinas nos Cieps teria evitado os “arrastões”, o que provocou o comentário irônico de César.

— O governador ficou no com esse episódio. Mas dizer que a construção de piscinas nos Cieps evitaria os “arrastões” é uma ironia perversa. É caso de insanidade mental — afirmou.

O candidato recebeu também a informação de que Brizola o teria acusado de organizar os “arrastões” para prejudicar a candidatura de Benedita da Silva. E reagiu irritado.

Se isso é verdade, recomendo que se encaminhe o governador a um psicanalista. Isso se trata de um distúrbio mental que pode ser grave — disse.

Página 15, “Lutadores da Zona Sul formam milícia contra os ‘arrastões’”

Fonte: Benedita... (1992) disponível no acervo on-line do jornal *O Globo* em 21 de outubro de 1992.

Benedita tinha consciência de que os agentes nas praias seriam mais severos com as pessoas de baixa renda, de origem negra e moradoras de favelas e subúrbios, conforme demonstrado na Figura 6. Para ela, a revista de ônibus servia para responsabilizar os pobres pelo caos e pela desordem nos bairros nobres, além de afetar diretamente o direito de ir e vir de grupos específicos, sejam socioeconômicos, raciais e regionais.

Para Benedita, a Prefeitura precisa cobrar do Governo do Estado providências para garantir a segurança dos cidadãos. A candidata do PT defendeu ontem um policiamento ostensivo nas praias do Rio no verão. Mas discordou de medidas que

visem a restringir o acesso da população do subúrbio às praias da Zona Sul. — Não aceitamos qualquer medida discriminatória contra a população de periferia, que deve ter seu direito de ir e vir assegurado pelas linhas de ônibus. Os moradores do subúrbio têm o direito de frequentar as praias (BENEDITA..., 1992, p. 11).

Reforçando o racismo por parte de *O Globo* na construção da narrativa Benedita... (1992), no quadro chamado *Agenda*, que pode ser visto na Figura 6, Benedita, ao contrário de César Maia, é representada por uma caricatura. Gorberg (2022) explica que as caricaturas são produtos da cultura de massa que visam fazer rir e, por muito tempo, devido ao racismo, os negros foram representados por elas a fim de gerar riso. No período pós-abolição, eram frequentemente retratados como pessoas em situação de rua, malandros, favelados ou pedintes, normalmente associados à violência e à ignorância. Quando ascendem socialmente, são diferenciados das pessoas brancas, em igual posição de poder, pela superampliação de seus narizes, lábios, orelhas e cabeças, ou pelo posicionamento de seus corpos tortos, desajeitados e desproporcionais. Para Gorberg (2022), a caricatura, apesar de algumas exceções, sempre serviu para inferiorizar os negros e desacreditar sua cultura, ao mesmo tempo em que valorizava os brancos e validava seus hábitos culturais. Como uma herança do período pós-abolição, a caricatura em *O Globo* ainda inferioriza uma mulher negra, Benedita da Silva, para valorizar e diferenciar um homem branco, César Maia.

A discussão frequente desses e de outros tópicos em espaços públicos e midiáticos, juntamente com a influência de jornais como *O Globo*, pode ter ajudado César Maia a conquistar a confiança da maioria dos habitantes da cidade, especialmente devido às suas propostas de militarização urbana. Isso é algo que não se pode afirmar com certeza, considerando que a eleição foi acirrada⁴⁷. No primeiro turno, Benedita (32,94%) esteve à frente de César Maia (21,79%). No entanto, no segundo turno, o candidato do PMDB venceu com 51,89% dos votos, enquanto a do PT obteve 100 mil votos a menos, com 48,11%. Dado o contexto do Rio de Janeiro e o medo amplificado pelo jornal, é possível que César Maia tenha conquistado a confiança da maioria dos eleitores. É provável que sua vitória tenha sido resultado da postura favorável à presença do Exército nas ruas, o que o levou a assumir a administração do município entre 1993 e 1997. No segundo turno, César Maia conseguiu, provavelmente, dialogar melhor com os temores da população. Isso se deve, em parte, ao fato de que, durante a campanha eleitoral, o jornal *O Globo* publicou diversas narrativas sobre os

⁴⁷ JULIÃO, L. G. Disputas acirradas, reviravoltas e vitórias fáceis marcam eleições de prefeito no Rio. *O Globo*, [s.l.], 28 out. 2016. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/disputas-acirradas-reviravoltas-vitorias-faceis-marcam-eleicoes-de-prefeito-do-rio-20375785>. Acesso em: 7 nov. 2024.

arrastões nas praias dos bairros nobres do Rio de Janeiro, o que não apenas aumentou o medo, mas apresentou a política de segurança de Maia como a mais eficaz.

A reportagem *PM quer sufocar arrastões na origem*, publicada em 20 de outubro de 1992, foi a primeira de uma série de narrativas sobre o tópico que defendiam os planos de César Maia. Nela, o jornal esclareceu que, após o arrastão que causou pânico, soldados da Polícia Militar passaram a vigiar as praias durante o final de semana, quando havia um maior movimento de banhistas. Além do controle da orla, os policiais fiscalizaram os ônibus provenientes do subúrbio, buscando pessoas armadas. Esse plano de policiamento, que contou com o apoio de César Maia, foi elaborado por comandantes de batalhões da Zona Sul e pelo comandante de Policiamento da Capital, Caio Figueiredo Nogueira.

O objetivo é disciplinar o movimento de passageiros nos pontos finais das linhas, ainda no subúrbio, para que os ônibus não cheguem superlotados às praias. Esse policiamento será feito pelos batalhões dessas áreas. Pediremos ainda à Federação das Empresas de Transporte que coloque um número maior de ônibus nos pontos finais da Zona Sul, para evitar tumultos na hora em que as pessoas deixam as praias. As revistas aos passageiros ocorrerão em vários pontos do trajeto. Reforçando ainda a segurança na areia, creio que a população não terá com o que se preocupar — disse o coronel Adilson Fernandes (PM QUER..., 1992, p. 12).

Tal como César Maia, as narrativas jornalísticas da época, não só em *O Globo*, reforçaram representações negativas dos jovens pertencentes às classes populares. “Diversas imagens de correrias, brigas, confusões foram incansavelmente veiculadas pela mídia, o que aumentou a sensação de medo no imaginário coletivo”, esclarece Bragança (2017, p. 58). Em todas essas representações e sentidos produzidos pelo jornalismo, os atos violentos dos arrastões eram associados a “pivetes”, “bandidos” pobres e suburbanos — palavras que eram usadas como sinônimos, segundo Bragança (2017).

Os agentes de segurança também acreditavam que os crimes e os perigos provinham do subúrbio, e não da Zona Sul, uma ideia que foi constantemente divulgada por *O Globo*. Assim, passou-se a controlar linhas de ônibus específicas que partiam das zonas Norte e Oeste, e não aquelas que circulavam apenas entre as áreas nobres. Bragança (2017, p. 58) afirma que “a ação policial preventiva, posta a cabo através da vigilância rigorosa nos ônibus, revela que aqueles que chegavam às praias de ônibus eram os principais suspeitos de promover arrastões”. Com isso, todos os pobres eram entendidos, por jornalistas, políticos e parte da população, como aqueles que frequentavam as praias não para se divertir, mas para roubar e promover a desordem, como explica Bragança (2017).

A ideia de que os pobres seriam os causadores de arrastões foi reforçada no quadro *Comportamento idêntico ao da saída de um baile funk*, presente na reportagem *PM quer...*

(1992). Os jovens negros e pobres, moradores de favelas e periferias, eram os principais alvos do plano de segurança da Polícia Militar e inimigos declarados daqueles que frequentavam as praias ou residiam em suas proximidades.

A descrição do potencial criminoso, aquele que deve ser temido, é apresentada no trecho a seguir:

Os comandantes do 19º e 23º BPMs são taxativos: os arrastões ocorridos anteontem, nas praias da Zona Sul, não tiveram o propósito de roubar os banhistas. *Segundo eles, os participantes fazem parte dos mesmos grupos que frequentam os bailes funk do subúrbio e da Zona Oeste. O encontro de turmas rivais na areia provocou o tumulto e pânico entre os banhistas. Os incidentes ocorridos na saída da praia, explicam os oficiais, aconteceram devido ao número insuficiente de ônibus nos pontos finais. — Acontece à luz do dia o que costuma ocorrer na saída dos bailes funk. Essas pessoas, que andam em grupos, têm um comportamento antissocial e vão fazendo baderna por onde passam. Houve o encontro na praia de turmas rivais.* O corre-corre assustou os banhistas, que também passaram a correr. Não houve registro de roubos durante os tumultos. Isso indica que o propósito não era o roubo — garante o comandante do 19º BPM, Adilson Fernandes (PM QUER..., 1992, p. 12 – grifo nosso).

Com a certeza de que os arrastões eram provocados por jovens negros e de baixa renda, conhecidos como “ratos de praia”, moradores do Rio de Janeiro e visitantes defendiam a fiscalização, a revista e a proibição de sua presença na orla. De acordo com Bragança (2017), “ratos de praia” é uma metáfora racista que destaca a velocidade e a astúcia dos criminosos durante os roubos. A escolha da palavra “rato” remete à forma discreta e furtiva com que esses criminosos agem, semelhante à maneira como ratos invadem lugares onde não são bem-vindos. Dessa forma, ao usar essa expressão, ligando ratos à praia, os jornais cariocas não apenas associavam os jovens aos furtos — mesmo sem provas concretas — como também sugeriam que a praia não era um lugar adequado para eles. Como consequência, o “combate aos ‘ratos de praia’ levou à utilização de detectores de metal por parte da polícia, com o fim de inibir os arrastões nas praias” (BRAGANÇA, 2017, p. 58).

Para Oliveira e Rego (2023), os frequentadores das praias reagiram de forma violenta e opressora porque não tinham contato com a cultura dos jovens das favelas e das periferias. Era a primeira vez que as classes mais ricas tinham contato tão próximo com os hábitos culturais e o comportamento dos jovens de baixa renda. Todavia, como observa Bragança (2017), percebemos que os preconceitos raciais e sociais foram os responsáveis pelo medo, o que ficou claro quando os adjetivos “negro”, “pobre” e “favelado” passaram a ser tratados, na mídia e na sociedade em geral, como sinônimos de “bandido”, “traficante” e “sujeito perigoso”. Por conseguinte, o medo não surgia da falta de acesso às culturas juvenis e às classes populares, mas sim do racismo e do classismo que sempre permearam a sociedade brasileira.

A reportagem PM quer... (1992) produz sentidos sobre a periculosidade dos jovens pobres, sejam eles das favelas da Zona Sul ou não, como se fossem antissociais e destruidores. De acordo com Bragança (2017), as declarações dos comandantes da Polícia Militar do Rio de Janeiro apontaram os moradores de favelas e periferias como os principais responsáveis pelo arrastão, acreditando, naquele momento, que o perigo vinha de fora da Zona Sul. Afinal, “os meninos moradores de favelas próximas (Morro do Cantagalo e Morro do Pavão, por exemplo) não poderiam chamar a atenção da polícia para o local. Fica implícito que a ‘ordem’ de ‘não sujar a área’ partia dos comandos que dominavam as favelas” (BRAGANÇA, 2017, p. 59).

Em PM quer... (1992), os comandantes tinham a convicção de que os arrastões eram orquestrados por pessoas de baixa renda, que, nesse caso, não estavam localizadas na Zona Sul. A ideia de que os moradores do Cantagalo e do Pavão poderiam ter provocado o tumulto também foi considerada, mas logo descartada, pois não poderiam chamar a atenção para suas comunidades, o que desagradaria o tráfico local. Em outras palavras, o pobre é sempre visto como uma ameaça, enquanto os membros das classes média e alta, que vivem no asfalto, são desconsiderados e, simbolicamente, classificados como isentos de risco.

Em outra parte da página, no entanto, o jornal revelou que o arrastão poderia ter tido uma motivação política. Uma seção de PM quer... (1992), intitulada *Nilo investiga suposta motivação política*, mencionou que o secretário da Polícia Civil, Nilo Batista, considerava a hipótese de os arrastões terem sido planejados por César Maia, candidato à prefeitura do Rio. Embora não estivesse comprovada, essa atitude seria uma estratégia política eficaz. Ela causaria apreensão e medo nas classes média e alta, que apoiavam a militarização e se opunham à candidata do PT por rejeitar o uso de militares na gestão urbana. Isso poderia motivar as pessoas dessas classes a escolherem o candidato que melhor atendesse às suas necessidades, estando mais alinhado aos seus ideais repressores.

Considerando a acusação absurda, César Maia foi ouvido pela reportagem Nilo... (1992) e, ainda, defendeu a repressão e o controle sobre alguns frequentadores das praias. Segundo ele, era isso que estava faltando para que os cariocas pudessem, de fato, viver em paz:

Não sabemos se houve realmente orquestração ou de quem ela partiu, mas não podemos desprezar qualquer hipótese. Em entrevista, o deputado Dronelles contou ter visto várias caminhonetes deixando esses grupos por toda a orla. Está claro que isso não foi uma atividade criminal de ganho. A única carteira roubada foi encontrada. A ação visou a produzir pânico — disse Nilo Batista (NILO..., 1992, p. 12).

Figura 7 - PM quer sufocar os "arrastões"

12 • Grande Rio 2º CLICHÉ

O GLOBO

Terça-feira, 20 de outubro de 1992

PM quer sufocar 'arrastões' na origem

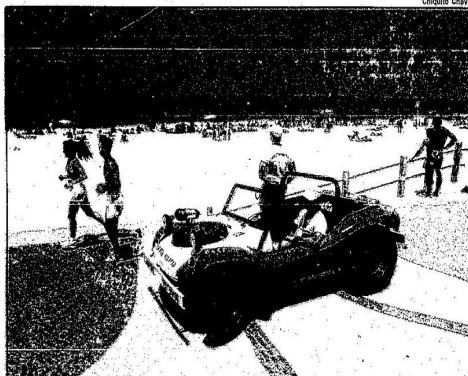
A partir do próximo fim de semana, soldados de vários batalhões da Polícia Militar manterão plantão nos pontos finais das linhas que saem do subúrbio em direção às praias da Zona Sul, para impedir que os ônibus cheguem à orla com excesso de passageiros. Com capacidade para 80 pessoas, os ônibus muitas vezes trafegam com até 120 passageiros. Serão realçados ainda "batidas" policiais durante as viagens, do modo a evitar que alguém chegue à praia armado. Essas medidas, anunciadas ontem pelo comandante do 19º BPM (Copacabana), coronel Adilson Fernandes, fazem parte do esquema montado pela PM para inibir novos arrastões nas praias da Zona Sul durante o verão.

O esquema será concluído nesta semana, em reunião entre os comandantes dos batalhões da Zona Sul e o comandante de Policiamento da Capital, Celso Figueiredo Nogueira. Além da atenção especial às linhas de ônibus procedentes dos subúrbios, a Polícia Militar reforçará o policiamento na areia, princi-

palmente aos domingos. O trabalho conjunto terá participação de policiais militares de diversos batalhões.

— O objetivo é disciplinar o movimento de passageiros nos pontos finais das linhas, ainda no subúrbio, para que os ônibus não cheguem superlotados às praias. Esse policiamento será feito pelos batalhões dessas áreas. Pediremos ainda à Federação das Empresas de Transporte que coloque um número maior de ônibus nos pontos finais na Zona Sul, para evitar tumultos na hora em que as pessoas deixam a praia. As revistas aos passageiros ocorrerão em vários pontos do trajeto. Reforçando ainda a segurança na areia, creio que a população não terá com o que se preocupar — disse o coronel Adilson Fernandes.

Embora o número do efetivo ainda não esteja definido, o 19º BPM deverá manter cerca de 110 homens entre o Leme e o Posto Seis. O 29º BPM (Leblon) manterá outros 120, na faixa entre Ipanema e São Conrado.



Um dia depois dos 'arrastões', PMs do grupo de patrulhamento das praias vigiam o movimento no Arpoador

Rodoviários viveram uma tarde de terror

Há dois anos como motorista da linha 456 (Copacabana-Méier), Claudionor Soares não gostou quando, no início da tarde de domingo, um rapaz moreno, que viajava na parte de trás do ônibus que dirigia, orientou-o, aos barros, que abrisse a porta traseira do veículo, naquela altura passando pela Praça XV.

— O jovem queria descer sem pagar o passageiro — e cheguei a responder com um "não". Mas logo abriu a porta; ameaçadora-

mente, o desconhecido levou uma das mãos à cintura, como se fosse sacar uma arma. Temos que fazer o que eles querem, eles nos conduzem. Para o despachante Eli da Silva, da 456, porém, na tarde de domingo o ponto final da linha na Zona Sul, na rua Paul Pompeia, estava tranquilo, apesar da multidão e dos tumultos ocorridos na Zona Sul registrados pelos jornais. Com um senão: a confusão que ocorreu quando um grupo tentou entrar em um coletivo pelas janelas sem pagar a passagem, foi contido por seguranças, ameaçou assaltar o ônibus durante a viagem e acabou preso por PMs.

O despachante da linha 119 (Copacabana—Praça XV) cujo ponto final fica na esquina das ruas Joaquim Nabuco e Bulhões de Carvalho — e que não quis se identificar — informou que quatro coletivos da linha acabaram o domingo com luminárias e vidros quebrados, cordões de campainha arrancados e até portas de emergência abertas. Para trabalhar com tranquilidade, segundo disse, ele teve que fechar sua cabine e praticamente se esconder dos passageiros, perto da parada dos coletivos. O despachante assegurou que, na 119, o número de passageiros que não pagou foi altíssimo.

— Muitos ônibus saíram daqui com mais de cem passageiros, com as rotas registraram apenas 20 ou 30 pagantes.

Comportamento idêntico ao da saída de um baile 'funk'

Os comandantes do 19º e 29º BPMs são taxativos: os arrastões ocorridos, antontem, nas praias da Zona Sul, não tiveram o propósito de roubar os banhistas. Segundo eles, os participantes fazem parte dos próprios grupos que frequentam os bailes funk do subúrbio e da Zona Oeste. O encontro de turmas rivais na areia provocou o tumulto e pânico entre os banhistas. Os incidentes ocorreram na saída da praia, explicou os oficiais, aconteceram devido ao número insuficiente de ônibus nos pontos finais.

— Aconteceu à luz do dia e

que costuma ocorrer na saída dos bailes funk. Essas pessoas, que andam em grupos, têm um comportamento antisocial e vão fazendo baderna por onde passam. Houve o encontro na praia de turmas rivais. O corre-corre assistido os banhistas, que também passaram a correr. Não houve registros de roubos durante os tumultos. Isso indicia que o propósito não era o roubo — garante o comandante do 19º BPM, Adilson Fernandes. O comandante do 29º BPM, coronel Carlos Cesar Machado, também afirma que não houve registros de roubos na sua área de atuação.

Nilo investiga suposta motivação política

A secretária de Polícia Civil já está investigando a possibilidade de ter havido indução para que os grupos de arrastão tomassem a orla marítima antontem, do Leme ao Leblon, segundo o secretário Nilo Batista, que não exclui a hipótese de a orquestração ter sido política. Nilo disse que pelo menos duas pessoas, o deputado Francisco Dornelles (PFL) e Heleninha Bocayva, filha do deputado Bocayva Cunha (PDT), deram depoimentos nessa semana. Em carta enviada ao secretário, Heleninha Bocayva levanta a possibilidade de a ação dos grupos ter sido induzida pelo candidato à Prefeitura do Rio pelo PMDB, César Maia, para criar antipatias na classe média contra a candidatura de Benedita da Silva, do PT.

César Maia considerou absurda a hipótese de que o arrastão tivesse origem política. Ele disse que a decisão de Nilo Batista de iniciar uma investigação política no caso é apenas uma desforra do governador Leonel Brizola, tentando influir no quadro eleitoral do segundo turno.

— O arrastão aconteceu porque a Polícia Militar desmobilizou esse problema. Como Brizola está ressentido porque perdeu a eleição, tenta atingir os outros. Segundo o secretário Nilo Batista, o fato de as empresas de ônibus trabalharem com carros extras para despejar os banhistas nas praias, sem dispor do mesmo esquema para fazer o escomento, contribuiu amplamente para o tumulto registrado

na Avenida Nossa Senhora de Copacabana.

— Não sabemos se houve realmente orquestração ou de quem ela partiu, mas não podemos desprezar qualquer hipótese. Em entrevista, o deputado Dornelles contou ter visto várias caminhonetes deixando esses grupos por toda a orla. Está claro que isso não foi uma atividade criminal de ganho. A única carteira roubada foi encontrada. A ação visou a produzir pânico — disse Nilo Batista.

Nilo Batista conversou ontem com o governador e com o prefeito Marcello Alencar e já está havendo reuniões entre representantes das empresas de ônibus e as autoridades, para buscar soluções.

Prefeitura pretende controlar acessos

Como forma de coibir os arrastões, o prefeito Marcello Alencar pretende controlar o fluxo de pessoas para a orla marítima da Zona Sul nos fins de semana e feriados, através da fiscalização da Prefeitura nos ônibus, que estão viajando com excesso de passageiros. Ele informou ainda que, a partir de dezembro, a Guarda Municipal ajudará a patrulhar as praias da Zona Sul.

Marcello conversou ontem com os secretários estaduais de Polícia Civil, Nilo Batista, e de Polícia Militar, coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Ele propôs a elaboração de um plano conjunto envolvendo a ação da Superintendência Municipal de Transportes Urbanos (SMTU) e da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET-Rio).

— Não me entender, o que houve foi mais terrorismo, mais medo de confundir a população. É lamentável que as pessoas não tivessem feito suas reclamações à polícia. Mas, na verdade, não me conformo de não termos pelo menos um controle, evitando que o povo passe a aspirar soluções mais radicais — afirmou o prefeito.

O secretário municipal de Transportes, Túlio Passos de Andrade, se reunirá hoje com o presidente da SMTU, José Carlos Viana, para discutir formas de intensificar a fiscalização nos ônibus.

Brizola garante policiamento na orla

O governador Leonel Brizola garantiu ontem que o carioca poderá ir sossegado à praia no próximo domingo. Ele admitiu que a Polícia Militar não estava preparada para combater os arrastões, mas negou que vá pedir auxílio ao Exército para garantir a segurança da cidade.

Segundo Brizola, no fim de semana as praias do Rio contarão com "forças estativas de policiamento". O governador acrescentou que pretende disciplinar o transporte coletivo na Zona Sul.

— Posso dizer ao carioca: vá tranquilo para o seu lazer. Além de reforçar o policiamento, vamos exigir que as empresas de transporte coloquem ônibus suficientes para a volta. Não faz sentido retirar os ônibus das ruas justamente quando as pessoas estão deixando a praia — disse o governador.

Brizola acrescentou que mandou investigar a hipótese de os arrastões terem sido orquestrados por "grupos que desejam agitar jovens das comunidades pobres das praias da Zona Sul".

O governador, porém, não quis indicar que grupos seriam assés. Ele também voltou a anunciar — como fez logo depois de sua posse — que vai construir piscinas nos Ciepjs, para evitar que as pessoas tenham que andar quilômetros em busca de lazer.

'Day after' com vigilância reduzida

Do Leme até São Conrado, só 80 policiais

LAURA ANTUNES

Se as mesmas turmas que participaram dos arrastões de antontem resolvessem agir novamente ontem nas praias da Zona Sul — que registraram grande movimento de banhistas — não encontrariam dificuldade: o policiamento estava reduzido em toda a orla. Entre o Leme e Posto Seis, um total de 55 PMs estava de plantão. De Ipanema a São Conrado, havia 25 soldados fazendo o policiamento. Na Praia do Arpoador, um grupo de 15 menores, moradores da Cruzada de São Sebastião, passou a manhã à espera de uma turma civil, do Morro do Cantagalo, para um confronto, mas o grupo inimigo não apareceu.

O recito de que ocorresse um novo arrastão fez com que muitos banhistas mudassem de hábitos. Antes de levar a filha de 4 anos ao Posto Oito, o industrial Paulo César de Andrade, que mora na Rua Joaquim Nabuco, circulou pelo calçadão para se certificar de



Paulo de Andrade: 'Não frequento mais a praia nos fins de semana'

que não havia perigo.

— A partir de agora, não frequento mais a praia nos fins de semana. Foi uma loucura o que aconteceu no domingo e não vou colocar em risco a vida da minha filha — disse ele.

Além assustado, o aposentado Plauto do Nascimento, morador da Rua Domingos Ferreira, preferiu agir. Foi pessoalmente ao 19º BPM para pedir que o comando passe a fazer o policiamento nos pontos finais das linhas de ônibus que vêm dos subúrbios.

— Os soldados devem impedir os tumultos que ocorrem quando essas pessoas deixam a praia. É preciso disciplinar o movimento de passageiros nos pontos finais — reclamou ele. O estudante Glaucio Teixeira, de 19 anos, garante que a partir de agora só irá para a praia com barraca de sol. O banhistas explica que ela servirá de abrigo, caso a praia seja invadida por vândalos.

— Pego o pau da barraca e acerto o primeiro que tentar se aproximar.

Hoteleiros cariocas temem prejuízos

As imagens do arrastão de antontem nas praias, veiculadas pela televisão, assustaram Philly Caruthers, presidente da Associação de Hotéis de Turismo (AHT) e diretor-geral do Copacabana Palace. Para ele, duas medidas fundamentais precisam ser tomadas para evitar prejuízos ainda maiores para a imagem da cidade e para a indústria do turismo: primeiro, a implantação imediata do Serviço de Proteção e Atendimento ao Turista (SPAT), um plano criado em conjunto por empresários do setor e pelas autoridades de segurança; depois, a criação de áreas de lazer nos subúrbios.

Precisamos evitar que as praias sejam tomadas pelas populações dos subúrbios. Temos que criar outros ciclos de lazer para eles. A população cresceu muito e não tem para onde ir. Isso os força a procurar as praias da Zona Sul — disse Caruthers.

Segundo ele, o SPAT já está pronto para entrar em operação, mas falta a decisão do governador Leonel Brizola para que comence a funcionar. O plano prevê a instalação de 25 cabines policiais em áreas de interesse turístico. Nas praias seriam instaladas barracas para policiamento ostensivo, com apoio também da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. Para esse trabalho, 1.200 policiais civis e militares já foram treinados.

Fonte: PM quer... (1992) disponível no acervo on-line do jornal O Globo em 20 de outubro de 1992.

Para dialogar com o medo dos leitores, a reportagem PM quer... (1992) mencionou o caso de um motorista de ônibus que circulava entre as zonas Sul e Norte e temia as confusões causadas pelos passageiros. De acordo com o relato, muitos tentavam entrar no ônibus sem pagar e, ao impedir, o motorista era ameaçado de morte e espancamento.

O medo com o qual o jornal procurava dialogar, por meio do relato do motorista, era perceptível no universo social. Isso porque as pessoas que moravam perto da orla afirmaram que não iam mais à praia nos fins de semana, apenas em dias menos movimentados, longe da aglomeração de moradores de bairros periféricos e favelas, ou frequentavam espaços privados, como clubes e condomínios (PM QUER..., 1992).

Nos trechos a seguir, é possível observar como as opiniões de políticos, moradores da Zona Sul e agentes de segurança sobre a militarização e o medo se entrelaçam na página do jornal, quase de forma consensual:

O governador Leonel Brizola garantiu ontem que o carioca poderá ir sossegado à praia no próximo domingo. Ele admitiu que a Polícia Militar não estava preparada para combater os arrastões, mas negou que vá pedir auxílio ao Exército para garantir a segurança da cidade. Segundo Brizola, no fim de semana as praias do Rio contarão com ‘forças ostensivas de policiamento’. O governador acrescentou que pretende disciplinar o transporte coletivo na Zona Sul (PM QUER..., 1992, p. 12).

Os comandantes do 19º e 23º BPMs são taxativos: os arrastões ocorridos, anteontem, nas praias da Zona Sul, não tiveram o propósito de roubar os banhistas. Segundo eles, os participantes fazem parte dos mesmos grupos que frequentam os bailes funk do subúrbio e da Zona Oeste. O encontro de turmas rivais na areia provocou o tumulto e pânico entre os banhistas. Os incidentes ocorridos na saída da praia, explicam os oficiais, aconteceram devido ao número insuficiente de ônibus nos pontos finais. — Aconteceu à luz do dia o que costuma ocorrer na saída dos bailes funk. Essas pessoas, que andam em grupos, têm um comportamento antissocial e vão fazendo baderna por onde passam (PM QUER..., 1992, p. 12).

O receio de que ocorresse um novo arrastão fez com que muitos banhistas mudassem de hábitos. Antes de levar a filha de 4 anos ao Posto Oito, o industrial Paulo César de Andrade, que mora na Rua Joaquim Nabuco, circulou pelo calçadão para se certificar de que não havia perigo. — A partir de agora, não frequento mais a praia nos fins de semana. Foi uma loucura o que aconteceu no domingo e não vou colocar em risco a vida da minha filha — disse ele. Ainda assustado, o aposentado Plauto do Nascimento, morador da Rua Domingos Ferreira, preferiu agir. Foi pessoalmente ao 19º PBM para pedir que o comando passe a fazer o policiamento dos pontos finais das linhas de ônibus que vêm dos subúrbios. — Os soldados devem impedir os tumultos que ocorrem quando essas pessoas deixam a praia. É preciso disciplinar o movimento de passageiros nos pontos finais — reclamou ele. O estudante Glauco Teixeira, de 19 anos, garante que a partir de agora só irá para a praia com barraca de sol. O banhista explica que ela servirá de arma, caso a praia seja invadida por vândalos: — Pego o pau da barraca e acerto o primeiro que tentar se aproximar (ANTUNES, 1992, p. 12).

As opiniões presentes nas narrativas jornalísticas geraram discussões sobre o “lugar do pobre” na cidade. Ao proibir a circulação das linhas de ônibus que ligavam o subúrbio à Zona Sul, com o intuito de diminuir os arrastões, as autoridades do Rio de Janeiro colocaram em risco os direitos ao lazer e à livre circulação dos desfavorecidos (BRAGANÇA, 2017). Os moradores das regiões nobres, por sua vez, se autoexcluíram e deixaram de desfrutar das opções de lazer oferecidas nas proximidades de suas residências, o que corroborava a ideia de que certas localidades pertenciam a uma elite, enquanto os moradores das favelas e subúrbios deveriam

permanecer confinados em seus locais de origem. Dado que, geralmente, não havia opções de lazer nas áreas mais humildes, os pobres recorriam, então, às praias da Zona Sul, como apontou Bragança (2017). Como consequência, o jornal passou a estabelecer uma divisão simplista entre os banhistas e os moradores da Zona Sul, que precisavam ser protegidos dos arrastões, e os baderneiros, jovens pobres que migravam dos territórios menos favorecidos para as praias e necessitavam de controle. O maniqueísmo presente em *O Globo* segue a lógica da exclusão dos jovens das classes populares das regiões mais ricas, além de reforçar a negação do direito ao lazer e à plena cidadania.

Bragança (2017), ao analisar as narrativas de jornais cariocas sobre os arrastões, incluindo *O Globo*, esclareceu que muito se discutiu sobre o fato de Ipanema, como outros bairros da Zona Sul, perder sua identidade. “Os novos frequentadores não tinham mais ‘a cara de Ipanema’”, diziam as matérias analisadas por Bragança (2017). Mas, afinal, o que significava ter “a aparência de Ipanema”? Bragança (2017) explica que isso envolvia não apenas o uso de roupas e acessórios de marcas caras, acessíveis a um grupo seletivo, mas a presença de características associadas às classes mais abastadas, como a branquitude e um comportamento alinhado à educação burguesa. É possível notar que “se a pobreza é ‘racializada’, a riqueza também o é: se a maioria das pessoas pobres é negra, logicamente, a maioria das pessoas ricas é branca, reiterando o pressuposto racista de que todo indivíduo negro é pobre e todo indivíduo branco é rico” (BRAGANÇA, 2017, p. 60). Dito de outra forma, quando os jornais ou os entrevistados afirmavam que alguém não “tinha a cara de Ipanema”, estavam, de forma implícita, sugerindo que essa pessoa não era branca nem bem-vinda a esse bairro.

Para resolver a disputa entre os moradores das áreas mais ricas e os menos favorecidos que frequentavam as praias, o governador Leonel Brizola sugeriu a construção de piscinas olímpicas nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs). A narrativa intitulada *Brizola: piscinas nos CIEPs são essenciais*, publicada em 21 de outubro de 1992 pelo jornal *O Globo*, apresentou os planos para prevenir a baderna nas praias, a necessidade de construir piscinas em escolas públicas e o valor a ser investido pelo estado do Rio de Janeiro.

Figura 8 - Piscinas em Cieps para afastar os pobres da Zona Sul

Brizola: piscinas nos Cieps são essenciais

O governador Leonel Brizola disse ontem que a construção de piscinas olímpicas nos Cieps é um programa essencial no combate aos arrastões. A afirmação foi feita durante o programa "Com a palavra, o governador", da Rádio Jornal do Brasil. Segundo ele, as piscinas poderiam ser usadas pelos alunos durante a semana e pela comunidade nos fins de semana e feriados.

Brizola afirmou também que pretende, em conjunto com a Prefeitura do Rio, organizar o acesso às praias nos fins de semana, de modo a impedir a aglomeração num mesmo local. Ele disse que tentará disciplinar o sistema de transportes, providenciando ônibus para as praias mais distantes, a fim de reduzir a concentração em Copacabana e Ipanema.

— Vamos tentar distribuir melhor a população pela orla, pro-

videnciando transporte especial para a Barra e outras praias mais distantes.

O governador prometeu também que vai intensificar o policiamento na orla. Ele criticou a idéia de criação de uma guarda municipal armada e considerou uma insensatez a proposta do candidato a prefeito César Maia (PMDB) de pedir ajuda ao Exército.

— O Exército tem outras finalidades.

Embora o arrastão tivesse sido o tema da maioria das perguntas de ouvintes, o governador tentou minimizar o problema. Ele disse que em Londres, na Inglaterra, e em Los Angeles, nos Estados Unidos, também existem arrastões.

— Não vamos fazer disso uma exploração. Afinal, quem ficou de cabeça quebrada?

Proposta do governador poderia custar 6 bilhões

A construção, em cada Ciep, de um parque aquático, com uma piscina para adultos e duas para crianças custaria hoje Cr\$ 6,255 bilhões, de acordo com os cálculos do engenheiro Claudio Werneck de Carvalho Vianna, de 68 anos, proprietário da firma Piscinas Miami. O valor é quase metade do que se precisa em média para construir um Ciep: US\$ 1,7 milhão (cerca de Cr\$ 13,2 bilhões).

Os cálculos de Claudio Werneck de Carvalho Vianna foram feitos a pedido do GLQ-BO. Especialista no ramo de

piscinas há 24 anos, ele explicou que, para atender às populações carentes, o que deve ser construído não é uma piscina olímpica (específica para a prática de esportes), e sim um parque aquático.

— O parque aquático se assemelha mais à praia do que uma piscina esportiva.

O preço do projeto subiria mais ainda com a manutenção, englobando guarda-vidas, operadores de equipamento, pessoal de limpeza e produtos químicos. Tudo isso deve implicar uma despesa de Cr\$ 25 milhões por mês.

Fonte: Brizola... (1992) disponível no acervo on-line do jornal *O Globo* em 21 de outubro de 1992.

Conforme a narrativa de *O Globo*, o projeto custaria Cr\$ 6,255 bilhões (algo entre R\$ 15,95 milhões e R\$ 18,23 milhões) ao estado. No entanto, atualmente, ele não se consolidou como legado para o Rio de Janeiro: nem todas as escolas públicas receberam piscinas e, as que foram contempladas pelo projeto, estão abandonadas (CHAGAS, 2011). Além disso, Brizola sugeriu a criação de linhas de ônibus para as praias mais distantes, a fim de evitar que os frequentadores se aglomerassem em Ipanema e Copacabana. O policiamento seria intenso, mas realizado por policiais militares. Brizola não utilizaria a guarda municipal armada, como sugeriu o candidato César Maia, nem o Exército, que, segundo ele, tem outras atribuições (Figura 8).

Observa-se, portanto, que Brizola promoveu a criação de espaços de lazer e convivência em comunidades faveladas e periféricas como um benefício comunitário e parte de seu plano de educação integral (CHAGAS, 2011). Contudo, o surgimento dessa ideia, considerando o contexto específico, parece indicar que o governador atendia aos interesses de segregação social das classes mais abastadas. A proposta parecia visar o isolamento dos pobres em áreas distantes, com o intuito de manter essas comunidades afastadas das residências e dos espaços de lazer da Zona Sul, longe dos olhos de quem vive nos bairros mais caros do Rio de Janeiro.

De acordo com Colpo, Azevedo e Abreu (2009), ao construir piscinas, como Brizola sugeriu, as classes médias e altas estariam protegidas dos desordeiros, das “classes perigosas” ou dos “farofeiros” que sujavam suas areias. Nos piscinões, localizados no subúrbio ou na favela, os pobres estariam liberando os espaços da Zona Sul para os seus “verdadeiros donos”.

Com isso, criava-se “um espaço mais valorizado, mais disputado pelo setor turístico e esvaziado das camadas menos favorecidas, que poderiam causar um certo mal-estar ao usufruírem do mesmo espaço que é ocupado pelos mais favorecidos” (COLPO; AZEVEDO; ABREU, 2009, p. 9).

De fato, para Sennett (2018), o plano de Brizola pode ser caracterizado como excludente, uma vez que, para o autor, existem duas formas de excluir o outro: afastando-se dele ou isolando-o. Ambas as formas foram empregadas, se pensarmos nos desejos de moradores da Zona Sul. O distanciamento ocorria quando se trancavam em seus apartamentos ou frequentavam as piscinas de clubes e condomínios, evitando as praias como uma maneira de se afastar do “outro” (o pobre). Já o isolamento se manifestava quando pediam para controlar as linhas de ônibus, policiar a orla e criar piscinões em territórios populares, afastando aquele que era considerado diferente. Seja por isolamento ou distanciamento, houve uma perda da sociabilidade, essencial para a formação e manutenção de relações humanas, bem como para a preservação de uma sociedade coesa, com forte senso de unidade e solidariedade (SENNETT, 2018).

Em suma, ao analisar as reportagens de *O Globo*, ficou claro que, em 1992, a militarização foi utilizada como uma estratégia política para atrair eleitores preocupados com a violência urbana. A proposta era aliviar o medo das pessoas colocando soldados do Exército nas ruas para combater inimigos internos, como os pobres, negros, moradores de favelas e periféricos. Embora as tropas não fossem oficialmente responsáveis pelo patrulhamento ostensivo, sua presença gerava uma sensação de maior segurança, especialmente entre os moradores de bairros mais ricos, como demonstrado pelas reportagens do jornal. Candidatos, como César Maia, exploraram esse medo em suas narrativas políticas, criando pânico e, logo depois, oferecendo planos de segurança rigorosos para acalmar um sentimento que eles mesmos ajudaram a fomentar.

4 ENTRE NECROPOLÍTICAS E SILENCIAMENTOS: MILITARIZAÇÃO DA VIDA E DOS TERRITÓRIOS

“Olha a voz que me resta
Olha a veia que salta
Olha a gota que falta
Pro desfecho da festa
Por favor”

Gota d'água — Chico Buarque

Neste capítulo, o intuito é identificar e analisar as reportagens jornalísticas de *O Globo* sobre a militarização da vida e dos territórios do Rio de Janeiro, em 2018. Durante o estudo das narrativas publicadas nesse período, observamos o que Mbembe (2018) chama de necropolítica e o que Agamben (2004) descreve como “vida nua”, conceitos que se referem à existência desprovida de direitos básicos e a um maior contato com a morte, como já foi explicado anteriormente.

Esses conceitos referem-se a uma política que define quem vive e quem perece, quem tem direitos e quem é privado deles. Nesse sentido, a morte é vista pelo poder soberano como uma ferramenta de controle, sendo incorporada a diversos contextos tanto sociais quanto políticos. Isso significa que os poderosos não apenas determinam como as pessoas devem viver (biopolítica), como definem quem deve morrer (necropolítica). De acordo com Lima (2018), no Brasil contemporâneo, o Estado não só decide quem vive e como, também cria áreas onde a morte se torna uma constante possibilidade. Esse fenômeno explica, entre outras questões abordadas por Lima (2018), o extermínio da população negra, especialmente nas favelas e periferias, que constitui um dos focos desta tese.

Além da morte provocada pelo poderio bélico e violento em territórios específicos, as pessoas enfrentam uma precariedade extrema que compromete suas garantias de sobrevivência. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e saneamento, a violência constante e a ausência de oportunidades de emprego e desenvolvimento são apenas algumas das condições que essas comunidades enfrentam diariamente. Esses aspectos se inserem no conceito de necropolítica, conforme Mbembe (2018), e de “vida nua”, segundo Agamben (2004). Essas áreas são negligenciadas pelo Estado, deixando seus moradores à mercê de uma política que, estruturalmente, impõe a morte em vários níveis da existência.

Consideramos, ainda, a necessidade de identificar nas narrativas de *O Globo* os significados do silêncio em relação aos crimes cometidos por militares em 2018, tanto em serviço quanto fora dele. Afinal, segundo Le Breton (2006), considerar o silenciamento nas

análises auxilia na identificação do favorecimento de certas figuras políticas, na definição de parte dos contextos históricos e na modulação das representações de grupos sociais e localidades. Para Le Breton (2006), embora seja impossível traduzir o silêncio em palavras, é essencial compreender os processos significativos por trás dos temas e pontos de vista que são silenciados; e entender a que posições no jogo de poder essa supressão de vozes aponta.

Como afirmado no interior do capítulo, mas reforçado aqui na introdução, entendemos que o silêncio é frequentemente utilizado como um operador analítico na análise do discurso, conforme já estudado por Orlandi (2007) e Mendonça (2018). No entanto, acreditamos que os processos de silenciamento não se restringem a esse método, podendo ser usados na análise de narrativas. Afinal, de acordo com Ferreira (2015), as narrativas possuem políticas de silêncio (onde, ao se dizer algo, outras interpretações são suprimidas) e práticas de silenciamento (especialmente em contextos repressivos). Essas ações e políticas não só criam significados, mas também revelam perspectivas pessoais e definem como momentos históricos e grupos sociais são percebidos.

Até Le Breton (2006) esclarece que não é possível elaborar uma narrativa, seja falada ou escrita, sem o silêncio. Pois, entre cada palavra, existe um silêncio que permite a compreensão, a produção de sentidos e a reverberação do que foi lido ou ouvido, segundo as próprias convicções do leitor ou ouvinte. Inclusive, tanto para Le Breton (2006) quanto para Borges (2006), o silêncio é necessário para a compreensão das narrativas, visto que, em um mundo repleto de informações e ruídos, não há possibilidade de reflexão, concordância ou discordância, bem como de apropriação dos conhecimentos presentes na narrativa.

Então, considerando todas as provocações, essa parte da tese visa responder à seguinte questão: quais os sentidos produzidos pela cobertura jornalística de *O Globo* sobre a Intervenção militar (2018) a respeito do controle social dos pobres e do sentimento de insegurança? As representações criadas pelo jornal, de fato, podem moldar opiniões e políticas públicas a respeito tanto da sensação de insegurança quanto do controle social? De tal modo, tivemos como objetivos: identificar e analisar qualitativamente as narrativas jornalísticas de *O Globo*, apontando estratégias comunicativas, temas recorrentes e produções de sentido sobre controle e violências; avaliar o impacto e a influência dessas narrativas na construção de conhecimento sobre grupos, espaços urbanos e problemas sociais.

Na primeira parte do capítulo, intitulada *Cidade sitiada, acessos controlados: a Intervenção Federal (e militar) em 2018*, exploramos as reportagens de *O Globo* sobre o início do plano de Michel Temer, que militarizou o Rio de Janeiro em 2018, com o intuito de compreender quais opiniões e visões de mundo estavam impressas nas páginas do jornal.

Constatamos que, no começo do ano, não havia consenso sobre a necessidade da intervenção nas narrativas elaboradas pelo periódico. As opiniões eram variadas, refletindo as diferentes perspectivas dos entrevistados, da sociedade e do próprio veículo jornalístico. De fato, pelo menos na fase inicial, *O Globo* serviu como um espaço de debate, apresentando e discutindo múltiplas opiniões sobre o plano militar do poder presidencial.

Na segunda parte (*Favela como laboratório: a militarização da vida e do espaço urbano através do olhar jornalístico em 2018*), enfatizamos que residentes das áreas mais privilegiadas viam a Intervenção militar como uma promessa de maior segurança e ordem para seus bairros. Em contraste, moradores das favelas não compartilhavam desse entusiasmo. Para quem vivia em comunidades, a intervenção representava apenas mais um capítulo na longa trajetória de militarização de suas vidas. Essa divergência entre a expectativa positiva de alguns e a preocupação de outros foi claramente evidenciada nas reportagens de *O Globo*. O jornal destacou essas perspectivas opostas, especialmente por meio de suas fotografias. As imagens capturavam tanto a tensão e a sensação de opressão de alguns moradores quanto a esperança e a gratidão de outros, refletindo a complexidade das emoções e as diferentes formas de interpretar o mesmo plano de segurança.

Na terceira e última parte, intitulada *O silêncio como estratégia significativa: o que O Globo deixou de dizer sobre a Intervenção militar de 2018?*, destacamos que o jornal omitiu os crimes cometidos por soldados do Exército em serviço. No início, *O Globo* cobria a intervenção com frequência e em detalhes, mas, entre junho e dezembro de 2018, a cobertura se tornou mais esparsa, mencionando apenas que a frequência de alguns crimes havia diminuído e que o Comando Militar do Leste não utilizou toda a verba federal destinada ao estado do Rio. Para preencher as lacunas — ou melhor, os silêncios deixados pelo jornal — recorremos ao *Circuito de Favelas por Direitos* (2018). Embora não tenhamos analisado esse relatório a fundo, utilizamos suas informações para confirmar a ocorrência de crimes, como invasões ilegais de residências, abordagens inadequadas, abusos de autoridade, aumento da letalidade das forças policiais e militares, entre outras atividades e atitudes criminosas.

4. 1 Cidade sitiada, acessos controlados: a Intervenção Federal (e militar) em 2018

Em 2018, o Rio de Janeiro esteve sob uma Intervenção Federal na área de segurança pública. Esse foi um plano do então presidente Michel Temer (MDB), com o apoio do governador Luiz Fernando de Souza (MDB), da Câmara e do Senado. Comandada pelo general Walter Souza Braga Netto, responsável pelo Comando Militar do Leste, essa medida intervencionista foi implementada por um período determinado, conforme prevê a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988): iniciou-se em 16 de fevereiro e terminou em 31 de dezembro. Com esse projeto em andamento, o ex-secretário de segurança pública, Roberto Sá, foi exonerado em 19 de fevereiro, e o general Braga Netto passou a gerenciar as polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros e o sistema prisional. O interventor respondia exclusivamente às ordens de Temer, não tendo a obrigação de atender às autoridades do Rio (BRASIL, 1988).

Para compreender os interesses de Temer e Souza na militarização da cidade, é necessário relatar brevemente a trajetória tanto do presidente quanto do governador.

Michel Temer assumiu a presidência após o golpe (também chamado de *impeachment*) que resultou no afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff, o que aumentou sua impopularidade em certos grupos. Algumas pessoas não o aceitaram como presidente, pois ele não foi eleito para esse cargo⁴⁸. Todavia, por lei, em caso de afastamento do presidente em exercício, quem assume é o vice (BRASIL, 1962). Logo no início de sua trajetória no cargo presidencial, ele foi amplamente criticado por não convidar mulheres e negros — maioria da população brasileira — para compor seus ministérios, que foram formados apenas por homens brancos⁴⁹. Inclusive, a maioria desses ministros, tal como o próprio presidente, estava sendo investigada por corrupção⁵⁰. Grande parte dos brasileiros discordou veementemente tanto da

⁴⁸ SCHMITT, G. Manifestantes fecham Avenida Paulista em protesto contra Temer. **O Globo**, São Paulo, 18 mai. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/manifestantes-fecham-avenida-paulista-em-protesto-contra-temer-21360955>. Acesso em: 3 jul. 2024.

⁴⁹ MACEDO, A.; ROXO, S. Falta de mulheres e de negros em Ministério de Temer é criticada. **O Globo**, Rio de Janeiro e Brasília, 12 mai. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/falta-de-mulheres-de-negros-em-ministerio-de-temer-criticada-19293761>. Acesso em: 3 jul. 2024.

⁵⁰ OS MINISTROS de Temer com problemas na Justiça; entenda. **BBC News Brasil**, 20 jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36576500>. Acesso em: 3 jul. 2024.

reforma trabalhista⁵¹ quanto da reforma previdenciária⁵², ambas consideradas imprescindíveis pelo governo. A reforma trabalhista foi entendida como uma forma de beneficiar os patrões em detrimento dos trabalhadores, que perderam muitos de seus direitos. A reforma da previdência, tão impopular quanto a trabalhista, visava aumentar o tempo de contribuição, o que diminuía a aposentadoria de todos, especialmente dos mais pobres, já submetidos a trabalhos e salários precários.

O movimento liderado por diversos políticos de direita, que visava afastar ilegitimamente Dilma Rousseff para que Michel Temer assumisse a presidência, foi considerado um golpe de governo e ainda impacta a democracia brasileira. Jinkings (2016) explica com mais detalhes como se deu o processo e justifica o uso do termo “golpe”, fazendo uma comparação entre os golpes dos anos 1960–1970 e o que ocorreu em 2016:

O Brasil vive um golpe de Estado. [...] Trata-se de uma ruptura de novo tipo, distinta das observadas nos países sul-americanos entre os anos 1960–1980. Naqueles tempos, aparecia um roteiro que se tornou clássico: as Forças Armadas se dividiam, um setor se aliava com o grande capital, com os monopólios da mídia e com a embaixada estadunidense. O enredo era previsível: o palácio de governo era sitiado, o mandatário eleito era encarcerado ou expulso do país — quando não assassinado — e tritura-se a institucionalidade vigente. [...] Juristas inescrupulosos eram chamados para dar tinturas de normalidade constitucional à ditadura estabelecida e, ato contínuo, sufocavam-se com truculência usual as vozes dissonantes. No Brasil de 1964, o engodo foi denominado de “revolução”. Nenhum golpista admite que se denomine sua ação em português claro: golpe de Estado. Em 2016 isso se repete no país. A presidente legitimamente eleita foi derrubada por um processo político baseado em leituras elásticas da Constituição e artimanhas jurídicas de diversos matizes, que tentam mostrar como lícito o conluio do judiciário com um Parlamento em sua maior parte corrupto e uma mídia corporativa a serviço das elites financeiras. As origens da crise mostram, entretanto, um quadro muito mais complexo, que começou quando o governo — assim que fechadas as urnas da reeleição, em 27 de outubro de 2014 — abandonou suas promessas de campanha e adotou o programa de seu oponente, Aécio Neves, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Aos poucos, a base social tradicional do Partido dos Trabalhadores (PT) que garantira a vitória da candidata Dilma Rousseff se afastou do governo, abrindo caminho para uma ofensiva crescente da direita. O agravamento repentino do quadro econômico e uma recessão planejada, que derrubou o PIB, criaram uma situação de extrema vulnerabilidade. O golpe propriamente dito remonta a 29 de outubro de 2015, quando foi lançado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), copartícipe do governo e sigla do vice-presidente Michel Temer, o plano Uma ponte para o futuro; em 2 de dezembro o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (um dos chefes do ardil, atualmente afastado do cargo e em vias de ter seu mandato cassado por corrupção) abriu o processo de impeachment contra a presidente, alegando crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa as decantadas “pedaladas

⁵¹ OLIVEIRA, de. I. 4 anos depois, reforma trabalhista não gerou ‘boom’ de empregos prometidos. **UOL**, São Paulo, 7 out. 2021. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/10/07/reforma-trabalhista-michel-temer-empregos-4-anos.htm>. Acesso em: 3 jul. 2024.

⁵² MARTÍN, M. Milhares protestam contra as reformas do Governo Temer. **El País**, Rio de Janeiro e São Paulo, 1 abr. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/01/politica/1491007616_060512.html. Acesso em: 3 jul. 2024.

fiscais”; em 29 de março de 2016 o PMDB se retirou do governo; no dia 17 de abril o plenário da Câmara aprovou o relatório favorável ao impedimento da presidente, numa sessão em que parlamentares indiciados por corrupção e réus em processos diversos dedicaram seu voto a Deus e à família, numa espetacularização execrável da política; em 12 de maio, o Senado Federal também aprovou a abertura do processo que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência, até que seja concluído. [...] Não temos apenas um governo ilegítimo e composto pelo que há de mais nefasto na vida política brasileira. Há senhores e senhoras elegantes, cultos e viajados a cuidar do que importa. “Gente do mercado”, como se diz com orgulho, para concretizar um processo de concentração de renda e retirada de direitos duramente conquistados pelas camadas mais pobres do país ao longo de anos de luta (JINKINGS, 2016, p. 11–13).

A impopularidade de Luiz Fernando de Souza⁵³ foi influenciada pela crise financeira no estado do Rio de Janeiro. Ela perdurou durante quase toda a gestão do governador (2014–2019), mas se intensificou em 2016, quando foi reconhecida a situação de calamidade pública no estado⁵⁴. Nesse contexto, o governo federal precisou investir de forma mais intensiva no Rio de Janeiro, seja destinando verbas às áreas mais precárias ou enviando profissionais qualificados para a gestão do estado⁵⁵. A calamidade pública afetou principalmente setores como saúde, educação e segurança. A gestão do então governador não foi capaz de lidar com uma economia em péssimas condições e, como consequência, tomou decisões que impactaram direta e drasticamente a vida da população fluminense. Por exemplo, profissionais da saúde e da educação ficaram sem receber seus salários por meses⁵⁶, o que prejudicou o funcionamento de escolas, universidades e hospitais — serviços essenciais e indispensáveis. A verba destinada à segurança também foi reduzida, impossibilitando a aquisição de novos equipamentos (ou a manutenção dos antigos) necessários ao bom funcionamento da área, como veículos, computadores e aparelhos de telecomunicações⁵⁷. Sem receber seus salários, os policiais

⁵³ Em 2021, Luiz Fernando Pezão, ex-governador do estado do Rio de Janeiro, foi condenado a 98 anos de prisão no âmbito da Operação Boca de Lobo, uma das fases da Operação Lava Jato. Segundo o Ministério Público, ele teria gerido uma rede de negócios ilegais entre o governo do Rio e empresas privadas, montada por seu antecessor, Sérgio Cabral. Nesse processo, Cabral também foi condenado por mais esse crime, além de outros pelos quais já se encontrava preso. Pezão foi acusado, tanto por delatores quanto por Sérgio Cabral, de ter recebido grandes quantias em propinas.

MARTINI, P.; DURAN, P. Ex-governador do Rio Luiz Fernando Pezão é condenado a quase 99 anos de prisão. **CNN Brasil**, Rio de Janeiro, 4 jun. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ex-governador-do-rio-luiz-fernando-pezo-e-condenado-a-quase-99-anos-de-prisao/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

⁵⁴ BARREIRA, G. RJ tenta prorrogar decreto de estado de calamidade pública até o fim de 2018. **G1**, Rio de Janeiro, 15 mai. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/rj-tenta-prorrogar-estado-de-calamidade-publica-ate-o-fim-de-2018.ghtml>. Acesso em: 5 jul. 2024.

⁵⁵ NETO, N. Pezão vai tratar da situação de calamidade pública do Estado do Rio com sucessor. **Extra**, [s.l.], 7 out. 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/servidor-publico/pezo-vai-tratar-da-situacao-de-calamidade-publica-do-estado-do-rio-com-sucessor-23132369.html>. Acesso em: 5 jul. 2024.

⁵⁶ PLATONOW, V. Pezão pede desculpas a servidores e garante salários regulares em 2018. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2017. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-12/pezo-pede-desculpas-aos-servidores-e-garante-salarios-regulares-em-2018>. Acesso em: 5 jul. 2024.

⁵⁷ BRITO, C. Em estado de calamidade, RJ entrará em 2017 com rombo de R\$ 17 bilhões. **G1**, Rio de Janeiro, 11 nov. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/11/em-estado-de-calamidade-rj-entrara-em-2017-com-rombo-de-r-17-milhoes.html>. Acesso em: 5 jul. 2024.

diminuíram o patrulhamento, o que pode ter intensificado um sentimento de insegurança⁵⁸.

Em 16 de fevereiro de 2018, no Palácio do Planalto, em Brasília, foi assinado o Decreto n.º 9.288, com o objetivo de iniciar a Intervenção militar no estado do Rio de Janeiro. Michel Temer (presidente), Torquato Jardim (ministro da Justiça), Raul Jungmann (ministro da Defesa), Sergio Etchegoyen (chefe do Gabinete de Segurança Institucional) e Carlos Marun (ministro da Secretaria de Governo) assinaram o documento, cujo objetivo era “pôr fim ao grave comprometimento da ordem pública” (BRASIL, 2018).

No dia seguinte, em 17 de fevereiro de 2018, o jornal *O Globo* publicou a reportagem *Controle militar: com intervenção, tropas irão para as ruas e presídios*. A narrativa jornalística apresentou a opinião de Temer sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro e destacou a comemoração de Jungmann com a presença dos soldados nas ruas, com seus tanques de guerra, bloqueando vias e atuando nos presídios para controlar crimes e criminosos. Também mencionou a posição de Etchegoyen, que assegurou que a decisão de intervir militarmente não ameaçava a democracia, como diziam os críticos da decisão.

Controle... (2018) não questionava o uso de militares para resolver os crimes no meio urbano ou nos presídios, nem a falta de planos concretos para diminuir a “desordem” que supostamente se espalhava pelo país. Melhor dizendo, a “metástase” que se espalhava pelo Brasil. O presidente comparava o crime a uma metástase, quando células cancerígenas se espalham do tumor original para outras partes do corpo. De forma metafórica, ele afirmava que a violência urbana era a célula cancerígena do “tumor” do Rio de Janeiro e, se não tratada, poderia se espalhar para outras regiões brasileiras. Ele estava se posicionando simbolicamente como aquele que trataria e livraria o estado dessa doença. O jornal, ao não tensionar a fala de Temer, acaba reforçando a ideia de que a intervenção era uma medida “extrema”, mas, de algum modo, necessária para “restaurar a ordem”.

Durante a cerimônia de assinatura do decreto, o presidente Michel Temer admitiu que a medida é “extrema”, porém afirmou ser necessária para restaurar a ordem no país: — Os senhores sabem que o crime organizado quase tomou conta do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e que ameaça a tranquilidade do nosso povo. Tomo essa medida extrema porque as circunstâncias assim exigem. O governo dará respostas duras, firmes, e adotará todas as providências necessárias para enfrentar e derrotar o crime organizado (CONTROLE..., 2018, p. 8).

⁵⁸ ADORNO, L. Falta de planejamento, facções e crise: como a segurança do Rio chegou ao ponto da intervenção. *UOL*, São Paulo, 17 fev. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/17/falta-de-planejamento-faccoes-e-crise-como-a-seguranca-do-rio-chegou-ao-ponto-da-intervencao.htm>. Acesso em: 5 jul. 2024.

Embora a reportagem tenha deixado claro que o presidente Temer não tinha a intenção de agir exclusivamente no Rio de Janeiro, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afastado de seu cargo, garantiu que não havia possibilidade de ampliar a intervenção para outros entes da federação, como esclarece Controle... (2018).

Jungmann comemorou a presença dos militares nas ruas do Rio de Janeiro, seja realizando o patrulhamento ostensivo ou bloqueando as vias com tanques, e nos presídios, controlando os presos. Ele, de forma indireta, reconheceu que as ações, devido ao pouco tempo entre a decisão de intervir e a assinatura do decreto, não foram adequadamente elaboradas nem foram certas: “A tendência, destacou, é fazer ações planejadas e ‘cirúrgicas’, com base no serviço de inteligência das Forças Armadas” (CONTROLE..., 2018, p. 8).

Etchegoyen ainda garantiu que a Intervenção militar não representa uma ameaça à democracia. Para ele, o risco ao sistema democrático é: “a incapacidade das estruturas policiais, que são competências dos estados, de cumprir suas tarefas. Em vez de nos perguntarmos por que as Forças Armadas estão, perguntemos por que as polícias não conseguem (combater o crime)” (CONTROLE..., 2018, p. 8).

A intervenção no estado estava sendo considerada pelo governo federal há algum tempo, mas a decisão só foi tomada porque o governo entendeu que as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como inicialmente desejava o governador, não seriam suficientes, explica a Controle... (2018). Temer deixou claro que o governo federal só ofereceria ajuda se pudesse realizar mudanças mais profundas na estrutura de segurança do estado, o que exigiria poderes de intervenção. Então, o governador Luiz Fernando afirmou que, por ele, as Forças Armadas não sairiam mais do Rio: “a violência não vai cessar. A violência hoje é um mal do país inteiro. [...] A gente está fazendo um grande laboratório” (CONTROLE..., 2018, p. 8).

No entanto, na reportagem *Para interventor, a situação do Rio não está muito ruim*, de Castro e Nascimento (2018), publicada em 17/02/2018 pelo *O Globo*, foi garantido que Walter Braga Netto via o uso das tropas militares em conflitos internos com desconfiança. Para o interventor, os militares não estavam preparados para essa função. Além disso, Netto disse que, embora a situação do estado do Rio de Janeiro estivesse em condição de calamidade pública, era mais tranquila em relação a outras partes do país; a diferença era que havia “muita mídia” em torno da decisão presidencial. Ou seja, Netto sugeriu que o presidente era excessivamente influenciado pelos conteúdos midiáticos. Mesmo fazendo essa crítica, Braga Netto assegurou que os militares, sob seu comando, estavam prontos para a missão a eles destinada.

Na visão de Braga Netto, *operações militares têm alto custo financeiro, social, de imagem e até psicológico*. [...] O general frisou que o uso das Forças Armadas não seria necessário se os estados tivessem políticas de Segurança Pública e sociais mais eficientes. Ele apresentou estatísticas dos órgãos de segurança estaduais que sustentavam — na análise de ações federais e conjuntas — resultados considerados bons em prisões de suspeitos, apreensões de armas e queda da criminalidade a médio prazo (CASTRO; NASCIMENTO, 2018, p. 10 – grifo nosso).

O custo da imagem do Brasil e do Rio de Janeiro no exterior foi mencionado na reportagem de Castro e Nascimento (2018), por meio da edição da fala do interventor. Contudo, a narrativa *Até no exterior: jornais estrangeiros falam em ação extrema*, publicada pelo *O Globo* em 17/02/2018, aborda esse tema de maneira mais detalhada. A Intervenção Federal no Rio de Janeiro não passou despercebida fora do Brasil. Essa medida chamou a atenção da imprensa internacional, que apresentou diferentes visões sobre os impactos dessa decisão (ATÉ NO EXTERIOR..., 2018)

O jornal espanhol *El País* deu grande destaque à notícia em seu portal, afirmando: “Brasil confere ao Exército o controle do Rio para enfrentar a crise de violência” (ATÉ NO EXTERIOR..., 2018, p. 16). Segundo o jornal, o presidente Michel Temer tomou “a medida mais extrema à sua disposição” (ATÉ NO EXTERIOR..., 2018, p. 16) para lidar com o aumento descontrolado da violência. A reportagem apontou que muitos brasileiros ainda apoiam a ditadura militar, acreditando que, em um país violento como o Brasil, a política tradicional não tem espaço. O *The Guardian*, do Reino Unido, também noticiou a intervenção: “Exército brasileiro assume o controle da segurança no Rio no momento em que a violência aumenta” (ATÉ NO EXTERIOR..., 2018, p. 16). O jornal destacou que a violência durante o carnaval, incluindo roubos e tiroteios em massa, seguidos por uma tempestade que causou mortes e caos, contribuiu para a percepção de que a cidade estava fora de controle. Nos Estados Unidos, o *The New York Times* comentou sobre a situação, atribuindo a intervenção à “epidemia de violência” (ATÉ NO EXTERIOR..., 2018, p. 16) e à “corrupção generalizada” (ATÉ NO EXTERIOR..., 2018, p. 16) no Brasil. Segundo o jornal estadunidense, esses fatores foram responsáveis pela recessão do estado do Rio de Janeiro. Essas diversas perspectivas da imprensa internacional refletem a complexidade da situação no Rio de Janeiro naquele momento, além de mostrar como a imagem do Brasil está sendo moldada globalmente em tempos de crise na área de segurança pública.

Na reportagem *Controle Militar: com intervenção, tropas irão para as ruas e os presídios*, *O Globo* explicou que Michel Temer decidiu intervir na área de segurança após assistir a imagens de crimes sendo cometidos no Rio. Essa narrativa revelou que os planos do governo federal foram influenciados pela crise econômica, pelo “caos urbano” e,

principalmente, pelo jornalismo. Ao reproduzir essa ideia sem a crítica necessária, o jornal se posicionou como um ator principal nessa tomada de decisão, acreditando em sua capacidade de influenciar as determinações políticas, como mostra o seguinte trecho:

A ideia [da Intervenção militar] começou a ganhar forma na terça-feira de carnaval, quando o presidente Michel Temer viu, pela televisão, imagens de bandidos aterrorizando as ruas cariocas durante a festa, que é vitrine do país para o mundo. Além disso, ele recebeu de conselheiros descrições da grave situação da capital fluminense. Um dos relatos foi feito pelo ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Moreira Franco. Uma entrevista do governador Luiz Fernando Pezão, em que admitiu que a situação estava fora de controle, também impressionou e acelerou as movimentações. Temer somou a crise aguda dos dias de folia aos problemas crônicos da segurança do Rio e começou a gerar os planos de oferecer ajuda contundente ao governo fluminense (CONTROLE..., 2018, p. 8 – grifo nosso).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a reportagem *Em chammas: crimes chocantes pavimentaram medida inédita* (17/02/2018), de Briso (2018), apresenta alguns eventos que justificaram a Intervenção militar. Entre eles, estão assassinatos de jovens e crianças, confrontos entre traficantes e policiais, tiroteios nas principais vias da cidade, chacinas e mortes de agentes.

Outra publicação com o mesmo conteúdo e autoria, mas com subtítulo diferente, está presente no acervo de *O Globo*. Também é possível encontrá-la com o título *Em chammas: ruas tomadas pela violência e pela dor*. Os próprios subtítulos (“crimes chocantes pavimentaram medida inédita” ou “ruas tomadas pela violência e pela dor”) sugerem que os crimes mencionados por Briso (2018) influenciaram a decisão de Temer.

Esses crimes chocantes, embora tenham ocorrido isoladamente, geraram muita preocupação, medo e indignação na população, tanto no passado, quando ocorreram, quanto no presente, ao serem lembrados. Esses sentimentos coletivos, reacendidos pelo jornal, podem ter sido utilizados estrategicamente pelas autoridades políticas para justificar a decisão presidencial. Assim, a narrativa do jornal, além de tentar persuadir a opinião pública, nos mostra que eventos perturbadores do passado ainda podem explicar ou influenciar deliberações políticas no presente, mesmo sem estarem diretamente conectados.

de melhoras antes de a política de pacificação naufragar, não é desta folia. *O GLOBO* frisou dez episódios marcantes mais recentes, que trouxeram dor e desalento para a população (BRISO, 2018, p. 11 – grifo nosso).

Procurando dar espaço a vozes discordantes sobre a Intervenção militar, *O Globo* publicou em duas páginas as opiniões de diversos jornalistas, como Paulo Celso Pereira (editor executivo), Thiago Prado (editor de política), Flávia Oliveira (colunista), Carla Rocha (editora adjunta), Zuenir Ventura (jornalista), Ascânio Seleme (colunista de política) e Bernardo Mello Franco (colunista). Além deles, diretores de institutos de pesquisa, como Renato Sérgio de Lima (diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública), Lenin Pires (líder do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos) e Eurico de Lima Figueiredo (diretor do Instituto de Estudos Estratégicos), também contribuíram com suas perspectivas. Pessoas relevantes em favelas cariocas, como Eduardo Carvalho (repórter do portal *Favela da Rocinha*) e Eliana Souza Silva (diretora da ONG Redes da Maré), foram ouvidas. O que predomina é a visão de pessoas ligadas ao jornal, mas o conjunto dessas opiniões, nas páginas de *A intervenção de Temer e suas múltiplas leituras*, trouxe visões mais críticas a respeito do plano de segurança.

Para os jornalistas de *O Globo*, a medida foi uma tentativa de resolver a crise de segurança pública que assolava o estado, marcada por altos índices de criminalidade e pela incapacidade do governo estadual de controlar a situação por conta própria (A INTERVENÇÃO..., 2018). Eles enfatizavam que a instabilidade na segurança no Rio não era recente, mas que a intervenção foi uma medida extrema e necessária, diante da inaptidão que Luiz Fernando vinha demonstrando em sua gestão. Para reforçar esse argumento, destacavam que o governador tinha um histórico de pedir ajuda federal para resolver problemas locais. Desde o início de seu mandato, ele frequentemente recorreu a Brasília para obter recursos e apoio, repetindo um padrão de “terceirização das adversidades”, conforme esclarece a reportagem.

A intervenção também foi vista como uma jogada estratégica para melhorar a imagem pública de Michel Temer, desviando a atenção do fracasso na aprovação da reforma da Previdência — uma pauta defendida com frequência por seu governo, que não conseguiu os votos necessários no Congresso para ser aprovada (A INTERVENÇÃO..., 2018). Ao focar no tema da segurança pública, Temer buscava reconquistar apoio político, especialmente considerando que 2018 foi um ano eleitoral e esse tema foi central nas discussões. Houve, portanto, um consenso entre os jornalistas de que a intervenção tinha fortes motivações políticas e eleitorais, sendo vista como uma “cortina de fumaça” para desviar a atenção dos

problemas do governo federal e uma tentativa de ganhar apoio político (A INTERVENÇÃO..., 2018).

Os colunistas, repórteres e editores de *O Globo* mencionaram que a decisão era incerta, principalmente devido à falta de planejamento prévio. Eles expressaram suas preocupações com as possíveis violações de direitos humanos, especialmente durante as operações militares em favelas. Intervenções anteriores, como a ocupação da Maré pelo Exército, não trouxeram os resultados esperados, mas geraram diversas violações aos direitos humanos, lembraram. Mesmo que Temer conseguisse algum ganho político imediato, havia dúvidas significativas sobre a capacidade da medida de melhorar a segurança no Rio de Janeiro de forma definitiva. Ainda, em A intervenção... (2018), os jornalistas estavam céticos quanto à cooperação dos policiais — sejam civis ou militares do estado, agora sob o comando do general Braga Netto — e à eficácia das investigações que deveriam ser realizadas internamente nessas corporações, porque, segundo eles, existia uma “banda podre e corrupta”.

Como analisado em A intervenção... (2018), os diretores de institutos de pesquisa sobre segurança concordaram que a presença dos militares no Rio de Janeiro, promovida por Temer, era uma medida politicamente motivada e de eficácia duvidosa. Eles afirmaram que esse plano intervencionista tinha potencial para aprofundar as desigualdades sociais e perpetuar as violências históricas, em vez de resolvê-las. Argumentaram que a intervenção era uma ação paliativa, que não abordava as causas profundas das violências urbanas, pois não visava ao desenvolvimento social e poderia ter impactos negativos na população mais vulnerável. Para uma solução duradoura, seria necessário organizar de forma eficiente o sistema de segurança e a governança, o que não foi feito (A INTERVENÇÃO..., 2018).

Embora, inicialmente, a Intervenção militar não tenha apresentado benefícios à vida da população, ela serviu para desviar a atenção das crises políticas e econômicas do Rio de Janeiro e possibilitou que Temer ganhasse tempo para articular melhor suas medidas impopulares, visando uma maior mobilização no Congresso para sua aprovação, esclarece A intervenção... (2018). Reconheceram ainda que, embora a intervenção pudesse parecer necessária devido à crise de segurança, na prática, ela não teria sucesso, pois repetia os mesmos erros dos planos do passado. Como em outros projetos, esse não mantinha um diálogo com a população, as ações careciam de integração, os serviços de inteligência e análise de dados eram inadequados; ou seja, não possuía a seriedade necessária para uma medida tão extrema.

Em A intervenção... (2018), o repórter e a diretora da organização não governamental de favelas falaram criticamente sobre a presença do Exército na comunidade da Maré, no Rio de Janeiro, antes da medida intervencionista. Segundo eles, a presença do Exército não trouxe

a segurança e a tranquilidade esperadas. Pelo contrário, as ações militares acabaram por normalizar as violências, tornando-as parte do dia a dia dos habitantes. Durante os meses de intervenção na Maré, os moradores, já desanimados e desconfiados, afirmaram que as violências continuaram acontecendo, mesmo com as tropas nas suas ruas. Nas falas do repórter e da diretora, havia um consenso de que a Intervenção militar de Temer era uma repetição do que já havia sido feito no passado e, mais uma vez, não resolveria o problema a longo prazo, justamente porque não existia uma estratégia clara e inteligente (A INTERVENÇÃO..., 2018).

Em adição, tanto o repórter quanto a diretora da organização não governamental, que atuam em favelas, criticaram a falta de uma abordagem social no plano presidencial (A INTERVENÇÃO..., 2018). Em vez de apenas medidas coercitivas, sugeriram mais investimentos em educação, empregos e oportunidades para os jovens das comunidades. “Se é para fazer uma intervenção nas favelas, que seja social, não militar”, reforçaram. Ambos reconheceram que, embora alguns grupos sociais vissem utilidade na Intervenção militar, os moradores das favelas preferiam que os planos do governo federal focassem no desenvolvimento econômico e social, e não apenas na repressão. Para eles, sem uma intervenção social eficaz, o que restava à população, especialmente à mais pobre, era a perpetuação de um ciclo de violências (A INTERVENÇÃO..., 2018).

Outro ponto relevante abordado pelo jornal *O Globo* foi que investigações envolvendo militares e violações de direitos em antigos planos de segurança não estavam sendo conduzidas adequadamente. Na reportagem *Blindados: investigação que envolve militares do Exército não anda no estado* de Otávio (2018), publicada em 18 de fevereiro de 2018, foi lembrado que as Forças Armadas não são julgadas pela Justiça comum, mas pela Justiça Militar.

As tropas federais chegam às ruas do Rio munidas da certeza de que, se produzirem baixas no confronto com o inimigo, não serão submetidas à Justiça comum. Promulgada em outubro do ano passado [2017] pelo presidente Michel Temer, a Lei 13.491 assegura que os delitos “dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil serão da competência da Justiça Militar da União” quando praticados em contexto de atividade de operação de paz de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como é o caso da intervenção no estado (OTÁVIO, 2018, p. 13).

Segundo Otávio (2018), existe o receio de que essa nova lei repita os problemas burocráticos e a falta de transparência que marcaram a investigação da chacina no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo. Naquela tragédia, sete pessoas foram mortas supostamente por soldados do Exército durante uma operação na comunidade. O Ministério Público do Rio de Janeiro pediu para ouvir esses soldados, mas o Comando Militar do Leste não respondeu, argumentando que já havia um inquérito em curso. Otávio (2018) explica que, diante da

difficuldade do Ministério Público Militar em divulgar os depoimentos dos soldados, o Ministério Público comum considerou apelar ao general Braga Netto, comandante na época. Outra possibilidade seria buscar intervenção judicial em outras instâncias para garantir o acesso necessário e prosseguir com as investigações.

A Delegacia de Homicídios e o Ministério Público estadual dependem das informações do Exército para decidir como proceder: se continuam as investigações atrás de autores civis, ou se declinam a competência para a Justiça Militar, uma vez comprovado o envolvimento dos soldados. O problema é que o caso está em aberto. Por força da nova lei, outras ações que corriam na Justiça comum já estão sendo encaminhadas para a Justiça Militar. A falta de informações sobre o plano de segurança a ser executado pelas forças federais durante a intervenção no Rio também preocupa os promotores. Se existe, não foi compartilhado pelo governo fluminense com os demais representantes das instituições que fazem parte do Comitê Especial de Segurança Integrada (Cesi). Na última reunião do colegiado, no dia 7, no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), o máximo que se tinha era a minuta de um plano apresentada pelo general Carlos Alberto dos Santos Cruz, da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), revelou uma das autoridades presentes. Na proposta, Santos Cruz apontava alguns pontos prioritários, como o enfrentamento da corrupção, do roubo de cargas, do tráfico de armas e das falhas no sistema prisional fluminense. Na reunião do comitê, ficou acertado que cada instituição presente, como as polícias Federal e Rodoviária Federal, além dos Ministérios Públicos e outras instituições, prepararia um anexo com as suas propostas, mas a Intervenção Federal foi decretada antes que isso acontecesse (OTÁVIO, 2018, p. 13).

Com isso, percebe-se que as Forças Armadas, de fato, constituem um universo relativamente fechado e paralelo à vida pública, uma vez que não respondem por seus crimes à Justiça comum, nem são investigadas pelo Ministério Público (BRODEUR, 2004). Quando membros das Forças Armadas cometem crimes, eles respondem à Justiça Militar, sendo julgados por seus pares. Por outro lado, caso policiais militares cometam crimes, eles prestam contas a instâncias superiores, como a Defensoria Pública, promotores, imprensa e autoridades políticas, por meio de tribunais, reuniões ou entrevistas, esclarece Brodeur (2004). Embora pareça, os policiais militares não são mais punidos do que os membros das Forças Armadas, nem respondem mais por seus crimes, segundo Misse, Grillo e Neri (2015). Normalmente, os policiais matam e, quando são julgados, alegam legítima defesa ou resistência à prisão. Por essa razão, a ocorrência é registrada como auto de resistência, e as únicas testemunhas são os próprios agentes envolvidos no crime, que raramente será investigado com a seriedade necessária (MISSE; GRILLO; NERI, 2015).

Diante de tantas dificuldades para apurar a dinâmica do fato nos autos de resistência com base em testemunhas e peças técnicas, o elemento que se torna mais relevante para refutar ou corroborar o relato dos policiais é a construção de narrativas sobre a pessoa moral do morto. A vida pregressa da vítima pode transformar-se em argumento legal que influencia a punição ou não dos responsáveis pela sua morte, pois a sua caracterização enquanto “criminoso” incide sobre as decisões que determinarão a licitude ou não do homicídio, ou seja, se o policial agiu, de fato, em legítima defesa. O elementocrucial para a atribuição de culpabilidade ao morto por seu próprio óbito é a apresentação de uma arma, por parte dos policiais autores do homicídio, supostamente apreendida em posse da vítima. A presença desse objeto é indispensável para a legitimação da morte, pois o porte pelo indivíduo morto é a condição mínima para que ele estivesse realmente oferecendo resistência à ação policial. Esse objeto por si só guarda a capacidade de sintetizar a existência de pessoas, sendo considerado “prova” de seu envolvimento como crime e, sobretudo, “prova” de um comportamento que justificasse o homicídio. Observou-se que, em muitos casos, a arma apreendida é o único elemento probatório que dá suporte ao depoimento dos policiais nos inquéritos, ainda que ela tenha sido apresentada por eles próprios (MISSE; GRILLO; NERI, 2015, p. 67–68).

Nota-se que as narrativas jornalísticas a respeito da Intervenção militar nesse momento inicial são elaboradas por meio da controvérsia ou do desvio, não apenas do consenso. Sponholz (2010) esclarece que o jornalista visa defender certas ideias na tentativa de preservar valores e pontos de vista no consenso. Como estratégia para construir essa concordância, ele desenvolve uma série de narrativas jornalísticas sobre o mesmo tema, com as mesmas visões e soluções. Se algum ponto de vista contrariar o consensual, será classificado como desviante; por isso, a controvérsia está ligada ao desvio. Para Sponholz (2010), não há como se opor ao consenso sem contradizê-lo, indo contra a norma estabelecida pelo jornal. Nesse cenário, mesmo que o jornalista adote uma postura mais crítica — o que é crucial para fomentar debates diversos e refletir as diferentes visões que circulam na sociedade —, opiniões discordantes são geralmente rejeitadas pelos superiores, que almejam esse consenso e os defendem como parte da linha editorial. Fontes desviantes só são ouvidas com o intuito de serem criticadas, quando têm espaço para falar.

No entanto, um dia após o decreto que iniciou a Intervenção militar, o jornal buscou mostrar diferentes visões sobre o assunto, sem a intenção de alcançar o consenso. Ouviu jornalistas, diretores de institutos de pesquisa sobre segurança e trabalhadores das favelas que desenvolviam projetos significativos em suas comunidades. O objetivo era mostrar ao público do jornal que existiam tanto opiniões favoráveis quanto desfavoráveis ao plano de segurança do então presidente Michel Temer.

Alguns entrevistados eram totalmente contrários à decisão intervencionista porque conheciam de perto seu impacto negativo em favelas e periferias. Eles acreditavam que, em vez de uma Intervenção militar, era necessária uma intervenção social, focada em educação, saúde e oportunidades de emprego. Para essas pessoas, a solução para os problemas de

segurança pública passava por melhorias nas condições de vida da população dessas áreas.

Outros entrevistados, apesar de não viverem em favelas ou periferias, também reconheciam o impacto negativo da militarização nesses territórios, fundamentados principalmente em planos de segurança anteriores. Eles argumentavam que tal medida seria ineficiente para resolver o problema da insegurança, e que sua implementação atendia mais aos interesses políticos de certos grupos do que às necessidades reais da população. Por outro lado, havia aqueles que eram totalmente favoráveis à Intervenção militar. Eles viam a situação do Rio de Janeiro como uma calamidade pública, na qual o governador não conseguia gerir a segurança com seriedade. Para essas pessoas, a militarização era vista como uma ação extrema, porém necessária, para restaurar a ordem e proteger os cidadãos.

Com isso, podemos observar que, pelo menos inicialmente, não havia consenso sobre a necessidade da Intervenção militar no Rio de Janeiro. As opiniões variavam consideravelmente, refletindo as diferentes experiências e pensamentos tanto dos entrevistados quanto do meio social, e até do próprio jornal.

Nesse caso, o jornal *O Globo* se posicionou como uma “esfera da controvérsia legítima” (SPONHOLZ, 2010, p. 170), ao abrigar diversas discussões e ideias sobre o tema. Pelo menos um dia após a assinatura do decreto que iniciava o plano de segurança, seu propósito não era reforçar as regras sociais, mas sim funcionar como um “mercado de opiniões”, um espaço onde diversas posições políticas seriam apresentadas e discutidas, como sugere Sponholz (2010). Nesse contexto, o jornalista se entende como mediador, não como crítico ou defensor, e “a regra de objetividade (entendida aqui como adequação à realidade), bem como os princípios de *fairness* (‘ouvir os dois lados’) e de equilíbrio, só valem para as atitudes e ações que forem colocadas na esfera da controvérsia legítima” (SPONHOLZ, 2010, p. 170).

O governo de Michel Temer também se constituiu a partir da construção de um consenso, que possuía características midiáticas, além de patriarcais e sexistas. Como esclarecem Cardoso e Souza (2016), Temer e seus aliados foram consensuais, como várias partes da sociedade, incluindo alguns veículos de comunicação: a presidente em exercício, Dilma Rousseff, não tinha habilidade para desempenhar funções geralmente vistas como masculinas, isso era consensual (CARDOSO; SOUZA, 2016). Por isso, ela cometeu erros e não foi firme ao defender seus ideais. Por ser mulher, muitas vezes foi obrigada a renunciar a posicionamentos importantes ou a fazer ajustes para ganhar aliados, até mesmo entre seus adversários, lembram Cardoso e Souza (2016). Já para Souza e Soares (2019), não apenas o golpe contra a presidente foi motivado por um consenso, como ele se manteve na base política formada por Michel Temer, que sempre buscou a concordância e a harmonia em tudo o que seu

governo propunha. Todas as reformas propostas, seja a trabalhista, a previdenciária ou a educacional⁵⁹, criavam a ideia consensual de que eram as melhores para os trabalhadores e os estudantes pobres, por exemplo. Isto é, de fato, a gestão de Michel Temer buscou, desde o início, um consenso para suas propostas políticas, como as reformas e a intervenção.

Embora o jornal *O Globo* não apresentasse um consenso em si, trazendo diversas opiniões em suas páginas, ele indicava uma concordância entre o presidente e a base governista. A maioria das figuras políticas que apoiaram a decisão foi escolhida pelo líder do Estado para compor seu governo, alinhando-se naturalmente com os interesses de quem as nomeou. Apesar das diversas opiniões na sociedade, havia uma coesão predominante no círculo político do presidente. Essa coesão pode ser explicada por dois fatores: em primeiro lugar, os apoiadores do governo não refletiam a diversidade da sociedade brasileira, estando fortemente alinhados com os interesses de Temer; e, em segundo, alguns eram coagidos pela maioria da base governamental, optando por omitir suas opiniões contrárias. Todos os aliados concordaram com a intervenção, mesmo aqueles que não a apoiavam de maneira direta, mas escolheram não se opor publicamente. Na prática, escolher não se opor significava fortalecer a posição daqueles que apoiavam a medida. Discordar e não agir era uma escolha, e bastante conveniente, pois, além de evitar conflitos com aliados políticos, esses indivíduos poderiam se beneficiar politicamente caso a intervenção fosse vista como positiva pela população. Todos, de forma quase consensual, consideravam essa a melhor maneira de lidar com a crise de segurança no Rio de Janeiro. Alguns viam a ação militar no estado como uma oportunidade de recuperar sua imagem política, desgastada pela associação com casos de corrupção no governo, enquanto outros, mesmo discordando e não se opondo, poderiam se beneficiar se a população a percebesse de forma positiva.

O consenso sobre a Intervenção militar foi abalado quando o interventor Walter Braga Netto, escolhido por Michel Temer, afirmou que a situação do Rio de Janeiro estava tranquila e que havia “muita mídia” em torno do assunto. Com essa declaração, é possível inferir que a grande mídia era aliada de Temer e estava comprometida em melhorar sua imagem, ao destacar seus esforços para resolver a crise fluminense. Também é plausível considerar que a situação caótica do estado poderia, em parte, ser uma criação da mídia, já que tudo parecia estar tranquilo, apesar da crise e do despreparo do governador para lidar com o cenário. A ausência de uma explicação mais clara por parte de Braga Netto e a falta de uma análise mais profunda

⁵⁹ AMARAL, L.; GARCIA, G. Temer sanciona a lei que estabelece a reforma do ensino médio. **G1**, Brasília, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/temer-sanciona-a-medida-provisoria-da-reforma-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 9 jul. 2024.

por parte do jornal deixaram lacunas significativas sobre o tema. Nem o general, nem o jornal, falaram sobre a verdadeira situação do Rio de Janeiro naquela época, nem sobre a probabilidade de eficácia da intervenção proposta.

O general Braga Netto deu a entender que o jornalismo não apenas molda a percepção do público, aumentando a sensação de insegurança nas cidades, como exerce influência nas políticas públicas, seja em nível nacional, estadual ou municipal. “Muita mídia” sobre a insegurança no meio urbano faz com que a população passe a acreditar que a intervenção é realmente necessária. “Muita mídia” sobre violência urbana foi, portanto, o motivo pelo qual o presidente optou pela Intervenção militar. Essas e outras interpretações são possíveis porque nem o interventor, nem o jornal, conseguiram explicar adequadamente a frase. Segundo Zart (2016), as reportagens são veiculadas com intenções sociais, econômicas ou políticas. No entanto, os jornais não criam a realidade, como sugere a fala de Braga Netto; eles reportam uma parte dela. Um texto, por maior que seja, não pode abarcar a imensidão do real. As narrativas jornalísticas são imperfeitas e incompletas, pois os jornalistas selecionam, organizam e simplificam os acontecimentos da vida cotidiana, fazendo um grande período caber em uma única página, esclarece Zart (2016).

Segundo Zart (2016), a forma como as narrativas jornalísticas são construídas pode impactar a visão das pessoas, influenciar comportamentos e opiniões, ao mesmo tempo em que informa o público sobre eventos e situações rotineiras. Por exemplo, que notícias publicadas em notas tendem a ser consideradas menos relevantes pelos leitores, ocupando menos espaço nas discussões do dia a dia, esclarece Zart (2016). Além disso, como já foi apontado anteriormente, com base em Fortuna (2017), uma cobertura extensiva sobre crimes pode levar os leitores a acreditar que a insegurança está aumentando, mesmo quando os dados reais não indicam uma piora significativa, como ocorreu no caso da Intervenção militar⁶⁰.

Essa influência nas opiniões e comportamentos ocorre quando os jornais escolhem destacar certos aspectos de uma história e omitir outros, dando maior ênfase a determinados temas e menos a outros (ZART, 2016). Isso não significa que os jornais criem fatos ou a realidade, mas sim que a maneira como escolhem os temas e elaboram as notícias objetiva guiar a percepção do leitor. A história contada pode, portanto, direcionar a maneira como o público interpreta a situação. Ressalto que o efeito sobre a visão do leitor depende de sua bagagem

⁶⁰ SOARES, R. Aumento das estatísticas de criminalidade motivou mudança de planos das forças de segurança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/aumento-das-estatisticas-de-criminalidade-motivou-mudanca-de-planos-das-forcas-de-seguranca-22533351>. Acesso em: 9 jul. 2024.

cultural e social, o que, por sua vez, interfere no sucesso ou no fracasso do jornal em dominar a leitura do real.

Portanto, embora o jornalismo não crie a realidade, ele tem o intuito de mediar a informação de modo a influenciar a opinião pública, o que não significa que o público concorde totalmente com os argumentos apresentados. As narrativas jornalísticas também desempenham um papel importante na fundamentação das decisões políticas, servindo como uma referência, como aconteceu no caso da intervenção. Afinal, “a forma como o homem e o mundo social, produto dele, se relacionam, é dialética, porque um atua sobre o outro reciprocamente” (ZART, 2016, p. 1).

4.2 Favela como laboratório: a militarização da vida e do espaço urbano através do olhar jornalístico em 2018

Um dia após o governo decretar o plano que militarizaria o Rio de Janeiro, Eduardo Carvalho, repórter de um portal de notícias da Rocinha, afirmou ao *O Globo* que as favelas precisavam de uma intervenção social, e não militar (A INTERVENÇÃO..., 2018). Ele explicou que as comunidades necessitavam, de fato, de empregos, moradias, educação, saúde, saneamento básico, lazer, cultura, entre outros direitos, e não de tanques do Exército, homens armados e mais patrulhamento. Para Eduardo, as pessoas das classes média e alta pediam a presença do Exército nas ruas, especialmente nas favelas e periferias. Em contraste, os moradores desses territórios, por já sofrerem com a violência militar anteriormente, viam essa intervenção com medo e desconfiança.

Daqui, de forma condicionada e coercitiva, todos os moradores aprenderam a naturalizar estas ações que, desculpe o transtorno, não trarão mudanças nem a médio, muito menos a longo prazo. Permito-me corrigir: trará, sim, mas só se vier com um aparato social. Táí. Por que não uma intervenção social em tempos tão precários e em todos os âmbitos? Em vez da sensação que paira no ar e que traz consigo o medo de mais abusos, mais violações dos direitos, mais pânico, mais sofrimento e dor. Vale lembrar a fala do ex-secretário de Segurança José Mariano Beltrame: “segurança pública por si só, e sendo só a polícia” — nesse caso, só a polícia e as Forças Armadas — “não vai resolver o problema”. A Intervenção militar é a “solução de sempre”, e respaldada pelo asfalto. Afinal, como diria um grande hit de Fernanda Abreu, “o Rio é uma cidade de cidades camufladas, com governos misturados, camuflados, paralelos, sorrateiros, ocultando comandos” (A INTERVENÇÃO..., 2018, p. 13).

Considerando a fala de Eduardo, os desejos das classes média e alta foram atendidos logo no início da Intervenção militar, pois um dos primeiros planos do Exército no Rio de Janeiro foi a patrulha da Vila Kennedy, uma favela localizada na Zona Oeste. Essa decisão foi motivada pelo assassinato do sargento Bruno Cazuca durante uma tentativa de assalto em Campo Grande, bairro situado a 16 quilômetros da Vila — supostamente, esse crime teria sido cometido por traficantes da comunidade. A operação militar teve início três dias após o assassinato de Cazuca e visava reforçar o patrulhamento ostensivo, interditar vias e acessos, remover barricadas e cumprir mandados judiciais. Aproximadamente 300 militares foram empregados nessa ação, que ocorria diariamente: durante o dia, as tropas militares realizavam a fiscalização; à noite, a Polícia Militar era responsável pela área.

Em 8 de março de 2018, Soares (2018) publicou em *O Globo* a reportagem *O laboratório da intervenção*, na qual a Vila Kennedy foi apontada como uma espécie de

laboratório para os militares, que já estavam atuando no estado do Rio de Janeiro. A narrativa tinha o objetivo de apresentar as opiniões de especialistas em segurança sobre a operação na comunidade, ressaltando constantemente a importância de um “trabalho de formiguinha”, ou seja, baseado no reconhecimento profundo do território, em ações de inteligência e na sensação de proteção gerada pela presença das tropas.

Para exemplificar esse “trabalho de formiguinha”, Vinícius Cavalcante, diretor da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança, esclareceu ao jornal que, mesmo sem apreensões de armas ou prisões, as atividades do Exército têm um “efeito psicológico”, ao proporcionar tranquilidade para os moradores e preocupar os bandidos. O general Marco Aurélio, diretor de segurança dos Jogos Olímpicos do Rio, também defendeu a operação militar, dizendo que os soldados queriam atuar de uma forma nova, priorizando o trabalho em equipe e o comando único do interventor, lembrando que, nesse tipo de ação, os resultados positivos não aparecem de um dia para o outro.

Nessa matéria, é possível perceber o seguinte ponto de vista: com mais conhecimento e investimento, as Forças Armadas conseguiriam atender à população de forma eficaz e humana. De acordo com Milanez (2014), a polícia e o Exército são mecanismos utilizados para controlar os desvios que impedem a expansão e o progresso do capitalismo. Esses desvios são cometidos por aqueles que não se encaixam ou não sustentam esse modo de produção, como desempregados, pobres e não consumidores. Por exemplo, pessoas em situação de rua frequentemente enfrentam a repressão policial para a “limpeza” das cidades, e movimentos sociais que lutam por direitos básicos, como moradia e trabalho, muitas vezes são reprimidos com violência. Para Milanez (2014), as Forças Armadas podem ser vistas como agências de controle desses desvios, focadas na repressão contínua das classes menos favorecidas para manter o seu *status quo*. Dentro desse sistema, não há espaço para uma atuação mais humanitária que priorize o bem-estar, já que a responsabilidade da polícia e do Exército está alinhada com os interesses do capital, e não com os interesses populares.

A reportagem que representa a Vila Kennedy como um laboratório para a Intervenção militar adota constantemente visões maniqueístas de bem (representado pelo Exército) contra o mal (os traficantes). Essa abordagem simplificada se estende à ação militar, apresentando o bem (o Exército e os que concordam com a intervenção) contra o mal (os traficantes e aqueles que discordam dela), o que pode prejudicar a comunidade de várias maneiras. Primeiro, ao desumanizar os moradores e retratá-los como meros figurantes em uma batalha entre o bem e o mal, que ignora suas necessidades, histórias e vozes, muitas vezes contrárias à presença do Exército em sua localidade. Segundo, essa visão simplifica questões complexas, como

criminalidade e pobreza, oferecendo soluções superficiais baseadas na força militar e desviando a atenção das causas estruturais desses problemas, como desigualdade social e falta de oportunidades. Por fim, a representação da Vila Kennedy como um local dominado pelo mal contribui para o aumento do preconceito e da discriminação contra essa comunidade e seus moradores, dificultando seu acesso a serviços públicos, oportunidades de emprego e participação política.

Figura 10 - Vila Kennedy, o “laboratório da intervenção”

O GLOBO **Rio** Quinta-feira 9.3.2018

Força máxima

O laboratório da intervenção

Tropa faz a 4ª operação na Vila Kennedy. Faltam apreensões, mas especialistas aprovam estratégia

RAFAEL SOARES
rafael.soaress@globo.com

Com a quarta operação realizada pelas Forças Armadas, a Vila Kennedy se consolida como uma espécie de laboratório da intervenção federal na segurança pública do Rio. Iniciada no último dia 16. Segundo o Comando Militar do Leste (CML), cerca de 900 soldados foram ontem à comunidade da Zona Oeste para retirar novamente barricadas montadas pelo tráfico nos acessos à favela. Em nenhuma dessas incursões houve apreensão de armas (na primeira, soldados recolheram 170 sacos de cocaína e três embalgagens com maconha). Mesmo assim, especialistas apoiam a estratégia, que, de acordo com oficiais, será adotada em outras regiões da cidade. Para eles, é necessário um “trabalho de formiguinha”, baseado no reconhecimento do terreno, em ações de inteligência e na sensação de ordenamento urbano gerada pela presença da tropa.

Oficiais utilizaram drones para acompanhar a movimentação de soldados e fazer um mapeamento detalhado da favela. O porta-voz do CML, coronel Roberto Iltis, frisou que as operações na Vila Kennedy vão continuar. O general Walter Braga Netto, nomeado interventor federal, quer, com as incursões, preparar um modelo de atuação militar em áreas urbanas.

— O objetivo é levar não só a parte policial, mas o restante dos serviços que o Estado e o município têm que prestar na Vila Kennedy. Vamos continuar fazendo essas ações até que seja restabelecida a capacidade da Polícia Militar de realizar o patrulhamento ostensivo no local. É importante mostrar para os moradores que o Estado manda ali — explicou Braga Netto durante uma entrevista concedida ontem à Rede Globo.

O desdém da intervenção federal é grande. Em redes sociais, traficantes da Vila Kennedy vêm publicando fotos de pistolas e fuzis, sinalizando que não pretendem abandonar tão cedo a comunidade. E, depois de cada operação, barricadas destruídas por militares são reerguidas.

Apesar disso, Vinícius Cavalcante, diretor da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança, disse que, mesmo sem apreensões de armas ou prisões, ações constantes do Exército numa mesma comunidade têm “um forte efeito psicológico”.

— Se o Estado retira barricadas e o tráfico as recoloca, a mensagem é clara: o crime quer mostrar que quem manda ali é ele, que atacam na favela, continuam destruindo os obstáculos. Na verdade, isso sempre deveria ter sido feito pela polícia. Além de recolher informações de inteligência, esse tipo de operação proporciona uma boa sensação para os moradores e preocupa os bandidos, pois indica que a tropa não vai desistir da comunidade.

O general Marco Aurélio Costa Vieira, que foi diretor de operações dos Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, também defendeu as ações militares na Vila Kennedy, e disse que vai demorar um pouco para que os resultados sejam percebidos pela população.

— Todas as providências tomadas até aqui são coerentes. Os militares querem atuar de uma maneira diferente do que já foi visto no Rio, priorizando a integração, o comando único. Nesse tipo de trabalho, não é de hoje para amanhã que vão aparecer os resultados, até porque, se isso acontecer, não terão durabilidade. As Forças Armadas querem fazer com que o Estado retome seu lugar na comunidade e que, ao final da intervenção federal, a população acredite mais no trabalho das polícias.

QUATRO BANDOS NA COMUNIDADE

Hoje, quatro grupos de criminosos atuam na Vila Kennedy, apesar de todos pertencerem a uma única facção (Comando Vermelho). Eles se dividem por localidades: Metral, Progresso, Rua Congo e Manilha. E, ao contrário do que acontece em outras favelas da região, onde chefes de bando proíbem roubos nos arredores, os da comunidade incentivam a formação de “bandos” que atacam cantinhos cheios de mercadorias e fazem arrastões.

A primeira ação das Forças Armadas na Vila Kennedy aconteceu justamente após a ação de um dos grupos de criminosos da comunidade, no último dia 20. Na ocasião, bandidos que saíram da favela assassinaram o sargento do Exército Bruno Canzian em Campo Grande, durante uma tentativa de assalto.

O dia a dia dos moradores é marcado por regras impostas pelos traficantes. Desde o fim do ano passado, motoristas que trabalham com aplicativos de transporte são proibidos de entrar na Vila Kennedy.

Arte imita a vida

Obra simboliza a ascensão e a decadência do lugar

A Estátua da Liberdade da Vila Kennedy reina absoluta por grades, o que não impedia uma pichação. O mato cresce ao redor, o lixo se acumula e a limpada da tocha está queimada. Simbolicamente, a história do monumento se confunde com a do lugar: a estátua foi espedaçada pelos moradores, que, por sua vez, reclamam que o poder público se esqueceu da Vila Kennedy, mentira dos olhos do governo Carlos Lacerda, criada para receber desapropriados das ilhas do Marumdo, do Esqueleto (onde hoje é o campus da Uerj no Marumdo), da Praia do Franco (na Lagoa) e de Ramos.

Ninguém explica como a estátua — uma das três maquetes usadas por Frederic Auguste Bartholdi para servir de modelo ao monumento doado pela França aos Estados Unidos — chegou ao Brasil. Sabe-se que foi pelo rio do Baixo do Rio Branco e que, a princípio, seguiu para o jardim da casa do comendador José Pereira da Rocha Paranhos, na Urca. Quando o então governador Carlos Lacerda passou pelo local, teve a ideia de levá-la para a Vila Kennedy. Faltou sentido: afinal, o conjunto habitacional teve origem na chamada Aliança Para o Progresso, criada pelo presidente americano John Kennedy para financiar projetos sociais e conter o comunismo na América Latina.

Lacerda chegou a pensar em instalar na Vila Kennedy um busto do ex-presidente americano Abraham Lincoln. Mudou de ideia porque a Estátua da Liberdade não é grega (Gábulas, Goulart e Romen Rodrigues).

Sem conservação. Limpada da tocha não acende

Fonte: Página de *O Globo* retirada do acervo on-line, escrita por Soares (2018, p. 8).

A Figura 10, por meio de uma fotografia, exhibe essa perspectiva dicotômica: o agente militar é simbolicamente coroado por realizar a operação na Vila, livrando-a das amarras do tráfico. É como se esse homem fardado tivesse sido escolhido por seres sagrados para libertar a comunidade dos traficantes e, conseqüentemente, todas as suas atitudes fossem validadas por esse poder divino. Em outras palavras, ao enquadrar a operação militar como uma missão divina, a reportagem não apenas legitima a presença e os procedimentos do Exército na Vila Kennedy, mas cria uma imagem de infalibilidade e heroísmo. Esse tipo de representação pode justificar excessos e abusos cometidos durante as intervenções, além de desqualificar críticas ou resistências da população local. É como se, ao criticar, os moradores estivessem alinhados ao mal, em oposição a essa “instituição abençoada”. De acordo com Rocha e Silva (2023), de fato, os personagens heroicos possuem proeza física, quando trabalham com coragem para salvar a sociedade, e proeza espiritual, se morrem e retornam à terra para mostrar seu nível elevado de espiritualidade. É como se o divino permitisse que eles voltassem ao mundo dos vivos para continuar seu ótimo trabalho, como representantes do céu na terra.

Para Rocha e Silva (2023, p. 155), “o herói é considerado uma das mais marcantes figuras do imaginário coletivo, representando, na dimensão social, as virtudes e ideias da sociedade e, no plano individual, um padrão a ser seguido, que cinde o indivíduo à coletividade”. Em *O laboratório da intervenção*, de Soares (2018), os homens do Exército são representados como heróis que salvam a comunidade das amarras dos criminosos ou das precarizações do Estado, livrando-a tanto da violência quanto da desigualdade; essa é a sua virtude e o benefício que trazem à sociedade. Eles são exemplos a serem seguidos por todos, ao renunciarem às suas próprias vidas pelo bem comum, para livrar a cidade do mal, sempre com coragem, proteção e defesa da ordem. Como os soldados do Exército retratados na reportagem, o herói é um personagem com dons extraordinários, sendo reconhecido pela sociedade da qual faz parte, mas pode ser visto com desdém por alguns, especialmente por aqueles que dialogam com o mal (ROCHA; SILVA, 2023).

O general Walter Braga Netto, nomeado interventor federal, quer, com as incursões, preparar um modelo de atuação militar em áreas urbanas. — *O objetivo é levar não só a parte policial, mas o restante dos serviços que o estado e o município têm que prestar na Vila Kennedy. Vamos continuar fazendo essas ações até que seja reestabelecida a capacidade da Polícia Militar de realizar o patrulhamento ostensivo no local.* É importante mostrar para os moradores que o Estado manda ali — explicou Braga Netto (SOARES, 2018, p. 8 – grifo nosso).

O herói “está diretamente ligado às lutas, já que é um personagem associado à defesa, pronto para lidar com sofrimentos, batalhas e mortes, já que é através dela que se tornará o

protetor de todos”, esclarecem Rocha e Silva (2023, p. 155). Soares (2018) mostra, na reportagem, que os homens do tráfico, representantes do mal, estão dispostos a disputar o espaço com o Exército, representação do bem. No que lhe concerne, os soldados, prontos para lidar com o sofrimento, o duelo e até a morte, tal como os verdadeiros heróis fazem, aceitarão a competição pelo território, o que fica evidente no seguinte trecho:

O desafio do interventor federal é grande. Em redes sociais, traficantes da Vila Kennedy vêm publicando fotos de pistolas e fuzis, sinalizando que não pretendem abandonar tão cedo a comunidade. E, depois de cada operação, barricadas destruídas por militares são reerguidas. Apesar disso, Vinícius Cavalcante, diretor da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança, disse que, mesmo sem apreensões de armas ou prisões, ações constantes do Exército numa mesma comunidade tem ‘um forte efeito psicológico’: — Se o Estado retira barricadas e o tráfico as recoloca, a mensagem é clara: o crime quer mostrar que quem manda ali é ele. Por isso é importante continuar destruindo os obstáculos. Na verdade, isso sempre deveria ter sido feito pela polícia. Além de recolher informações de inteligência, esse tipo de operação proporciona uma boa sensação para os moradores e preocupa os bandidos, pois indica que a tropa não vai desistir da comunidade, disse (SOARES, 2018, p. 8 – grifo nosso).

Em 24 de fevereiro de 2018, os militares já estavam na Vila Kennedy, fotografando as pessoas com seus documentos de identificação, como conta a reportagem *Acessos controlados: moradores de favela são fotografados* (24/02/2018), de Briso (2018), para *O Globo*. O processo era realizado de forma indiscriminada: as pessoas passavam pela rua, eram paradas pelos soldados e obrigadas a se deixar fotografar. As fotos eram tiradas com os celulares dos próprios agentes e enviadas ao banco de dados da Polícia Civil, realizando uma espécie de fichamento dos moradores — um procedimento similar ao efetuado quando uma pessoa é presa. Um militar ouvido por Briso (2018, p. 7) explica: “trata-se de um procedimento feito regularmente, legal, cuja finalidade é agilizar a checagem de dados junto aos bancos da Secretaria de Segurança [...] Uma vez enviada para a Polícia Civil, a foto é deletada”.

Por outro lado, o presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-RJ esclarece que essa ação não tem amparo legal, e que os moradores da Vila não podiam ser fotografados. O coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública também confirmou que a revista indiscriminada não está prevista em lei, contrariando a justificativa dada pelo agente do Exército.

Embora Briso (2018) apresente um confronto de ideias entre comandantes das Forças Armadas e advogados, a caixa de texto *De barricada do tráfico a bueiro entupido*, localizada no fim da página, destaca a importância do Exército para a Vila Kennedy e, por extensão, para o Rio de Janeiro. Como se, mesmo violando os direitos dos moradores, ele fosse indispensável ao bom funcionamento do local, pois realizava serviços básicos ignorados anteriormente pelo

Estado. Essa produção de sentidos, de forma não tão direta, concorda com a fala de Braga Netto na reportagem de Soares (2018), quando ele afirmou que o intuito da intervenção era levar, além da ação policial, todos os outros serviços que o Estado deveria oferecer às comunidades, mas não oferece. O jornal, mais uma vez, exalta os soldados do Exército como verdadeiros heróis. Além de enfrentarem os criminosos, eles também se dedicam a auxiliar a comunidade, realizando melhorias estruturais e oferecendo apoio. Essa abordagem destaca como suas ações vão além do combate direto, contribuindo para enfrentar a falta de recursos e a precariedade do Estado.

A reportagem *Raio de ação ampliado: governo quer mandado coletivo de busca* (20/02/2018), de Alencastro *et al.* (2018), para *O Globo*, revelou que, embora a Vila Kennedy ainda fosse o principal alvo, Braga Netto tinha o interesse de militarizar outras partes da cidade, especialmente as áreas mais pobres. Dessa vez, o interventor queria legalizar os mandados coletivos de busca, permitindo a entrada simultânea em diversas residências para revistá-las, mesmo sem provas de que os moradores estivessem envolvidos com criminosos. Para que essa ação fosse realizada de acordo com a lei, o general precisaria de evidências concretas de que viviam delinquentes nas casas a serem revistadas. De todo modo, de acordo com Alencastro *et al.* (2018), a ministra da Advocacia-Geral da União, Grace Mendonça, disse que se preparava para defender a ideia em todas as instâncias necessárias, uma vez que reconhecia a urgência e a indispensável necessidade da ação.

O ministro da Defesa, Raul Jungmann, também ouvido por Alencastro *et al.* (2018), afirmou que os mandados coletivos seriam eficazes para conter a criminalidade em certas áreas do Rio. Todavia, ele se referia apenas às favelas, já que essas ações não ocorriam nas áreas nobres. A fala de Jungmann está carregada de significado ao retratar as favelas como responsáveis pelos crimes e pelos medos urbanos, ignorando que esses problemas existem em outras partes da cidade. Para justificar o uso dos mandados coletivos, o ministro afirmou: “na realidade urbanística do Rio, você muitas vezes sai com a busca e apreensão numa casa, numa comunidade, e o bandido se desloca. Então, é preciso ter algo como o mandado coletivo, para melhor eficácia do trabalho a ser desenvolvido” (ALENCASTRO *et al.*, 2018, p. 6).

Mais uma vez, os militares envolvidos na Intervenção militar são retratados como heróis, ocupando uma posição exclusiva para aqueles que superaram limitações históricas, pessoais, locais e até territoriais para salvar o próximo, mesmo que isso signifique abandonar suas próprias vontades, como esclarece Pupo (2016). Os soldados heróis são aqueles que se aventuram em mundos distantes, como “a realidade urbanística” das favelas, locais povoados pelo desconhecido e pelo sobrenatural, habitados por pessoas pobres que “deslocam” e se

camuflam. Nesses lugares, eles buscam vitórias e retornam com poder ou conhecimento, necessários para trazer benefícios aos honestos e bons, como eles mesmos, segundo Pupo (2016).

De acordo com Alencastro *et al.* (2018), os mandados coletivos dividem a opinião de especialistas, razão pela qual a reportagem busca apresentar tanto opiniões contrárias quanto favoráveis à conduta do Exército em *O Globo*. No entanto, todos os advogados entrevistados são contrários ao plano, não sendo possível identificar opiniões favoráveis. O professor de Direito Thiago Bottino esclarece que a medida é totalmente ilegal: “Está escrito no Código de Processo Penal, em seu Artigo 243, que, para ser expedido um mandado de busca e apreensão, é preciso indicar, o mais precisamente possível, a casa que será realizada a diligência e o nome do morador” (ALENCASTRO *et al.*, 2018, p. 6).

Especialista em Direito Penal e Constitucional, Abid Abdouni explica que é contra o mandado coletivo, mas que, em um “cenário caótico” como o do Rio de Janeiro, seria necessária uma flexibilização. Ele defende que esse recurso seja utilizado em casos pontuais, mas sempre precedido de investigação — com algumas ressalvas, esta foi a opinião mais próxima do que poderia ser considerada positiva. Como não pôde encontrar um especialista que fosse totalmente favorável à ação, uma caixa de texto chamada *Memória* foi inserida na página, reafirmando os sentidos que o jornal queria produzir desde o início: mesmo sendo inconstitucional, a medida já foi utilizada no passado e teve bons resultados.

O jornal, por meio do texto de opinião de Rocha (2018) intitulado *A varredura que prendeu Elias Maluco*, lembrou a prisão do criminoso para reafirmar a necessidade dos mandados coletivos. Ao mesmo tempo, o texto representou os moradores da favela como criminosos em potencial, como mostra o trecho abaixo:

A fogueira das paixões está acesa. De um lado, o grito de entidades de defesos dos direitos civis e a própria letra fria da lei, que não prevê o recurso excepcional em seus códigos. Do outro, a necessidade de avançar contra o crime organizado em territórios de urbanização precária, se não caótica, dominados por traficantes. Os mandados coletivos de busca e apreensão estão na berlinda agora, em tempos de Intervenção Federal, mas não são exatamente uma coisa nova. E a discussão, queiram ou não os entusiastas do maniqueísmo político, não passam apenas pelo viés ideológico [...] mais de 500 policiais ocuparam o Alemão. A justiça havia deferido o pedido de busca em larga escala. A polícia tinha autorização para entrar em 10 mil moradias. A varredura começou numa segunda-feira, e, se não me engano, só acabou quatro dias depois. No meio da semana, encontraram Elias Maluco, que estava há dias num buraco dentro de casa. Na Operação Sufoco, foram presos outros criminosos. Maluco estendia seu domínio a outras 30 favelas (ROCHA, 2018, p. 06 – grifo nosso).

O trecho acima é significativo porque retrata a lei e as entidades de direitos humanos como inimigas do combate ao crime, sugerindo que elas impedem o bom trabalho do Exército

nas favelas. Embora Rocha (2018) critique o “maniqueísmo político”, seu texto acaba assumindo uma posição no jogo de poder ao defender uma ação contrária às leis brasileiras. Ele também se mostra maniqueísta ao fazer uma divisão simplista entre os que defendem os direitos e os que combatem o crime, sugerindo que um objeto de defesa exclui o outro. Aqueles que defendem o direito dos moradores de favelas de não terem suas casas revistadas sem a devida investigação não são contrários às ações de combate ao crime, como Rocha (2018) sugere. Eles apenas esperam que essas ações sejam realizadas dentro dos limites da lei, respeitando todos os envolvidos no processo.

Ainda que a medida de busca e apreensão coletiva em residências nas favelas não tenha sido aprovada, mesmo com os esforços de pessoas que pensam como Rocha (2018), isso não significa que a invasão de domicílios e comércios por agentes de segurança, sem mandado ou investigação, não seja comum nos bairros populares⁶¹. Esse tipo de abuso de autoridade é frequente nas operações policiais, e há tempos os moradores de favelas vêm denunciando a invasão de suas casas, mesmo quando estão ausentes. Durante essas revistas ilegais, ocorrem agressões, destruição de objetos pessoais, disparos, roubos e xingamentos, afetando crianças, jovens, adultos e idosos⁶². Dito de outra forma, os gestores da Intervenção militar tentaram transformar em legal uma violação de direitos que já era cometida nas comunidades há tempos.

Diante de todos esses ataques aos direitos humanos logo no início da Intervenção militar, seja por meio dos mandados coletivos de busca e apreensão ou do ato de fotografar os moradores, fica claro que esse seria o modo de operação dos militares em favelas e periferias. Tanto que, em 19 de fevereiro de 2018, durante a reunião dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, o general Eduardo Villas Bôas pediu a Michel Temer o direito de atuar livremente. Segundo ele, no futuro, não queria enfrentar uma nova Comissão Nacional da Verdade — instituída pelo governo brasileiro para investigar as violações aos direitos humanos durante o golpe civil-militar de 1964 (RANGEL; SANCHEZ, 2013).

As falas do militar podem ser lidas em *Comandante do Exército fala em evitar nova Comissão da Verdade*, escrita por Gamba e Alencastro (2018) para *O Globo*:

— Os militares precisam ter garantia para não enfrentar daqui a 30 anos uma nova Comissão da Verdade pelo que vamos enfrentar no Rio durante a intervenção — disse, segundo dois dos presentes. Segundo quem estava na reunião Villas Bôas mencionou isso ao destacar o risco de enfrentamento das tropas com as quadrilhas

⁶¹ MACEDO, A.; RIBEIRO, L.; SODRÉ, L. Em operação na Vila Aliança, moradores reclamam de casas invadidas sem mandado e ameaças: 'Precisam separar joio do trigo'. **Extra**, [s.l.], 19 set. 2024. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/em-operacao-na-vila-alianca-moradores-reclamam-de-casas-invadidas-sem-mandado-ameacas-precisam-separar-joio-do-trigo-25204027.html>. Acesso em: 12 jul. 2024.

⁶² DIREITOS individuais nas favelas. **Observatório de Favelas**, Rio de Janeiro, 20 mai. 2013. Disponível em: <https://observatoriodefavelas.org.br/direitos-individuais-nas-favelas/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

armadas da cidade, que pode provocar mortes. O general também solicitou recursos financeiros, equipamentos e até mesmo que o Planalto faça uma campanha publicitária em defesa da ação. O general avaliou que as Forças precisarão do apoio da população em um momento em que as autoridades públicas estão desacreditadas (GAMBA; ALENCASTRO, 2018, p. 6 – grifo nosso).

Nas narrativas de *O Globo*, é possível perceber que as primeiras ações dos militares no Rio de Janeiro tinham as favelas e as periferias como seus principais alvos. Além disso, como mostra o artigo *Elogio e crítica: chegada de militares deixa cidade partida* (17/02/2018), de Bottari (2018) para *O Globo*, as classes média e alta apoiavam a intervenção de Temer. Mesmo com a violação dos direitos dos mais pobres e a militarização do cotidiano das favelas e periferias, havia apoio de parte da população. De acordo com Bottari (2018, p. 14), “a impressão de que a segurança pública do Rio perdeu o controle parece um consenso, mas a Intervenção Federal militar divide opiniões entre autoridades, especialistas e moradores do asfalto e da favela”.

Não existia consenso entre os que viviam no asfalto, visto que, enquanto o presidente da Associação de Moradores de Ipanema, Carlos Monjardim, comemorou a intervenção de Temer, Regina Chiarardia, presidenta da Associação de Moradores de Botafogo, lamentou pela situação daqueles que vivem em territórios pobres. Segundo Monjardim, “a intervenção é importante porque manterá os salários dos policiais e garantirá investimentos na segurança” (BOTTARI, 2018, p. 14). Já Chiarardia disse: “trata-se de um equívoco gigante, que vai acabar gerando mais violência. Queríamos apoio, união. As tropas deveriam vir somar esforços, e não passar por cima das instituições” (BOTTARI, 2018, p. 14).

No caso dos moradores de favelas ouvidos por Bottari (2018), havia um consenso: a Intervenção militar não era eficaz na redução da violência, só aumentava as tensões e os conflitos em suas localidades. Segundo Bottari (2018), para os moradores de favelas, a intervenção não precisava ser militar, uma vez que poderia intensificar a violência, tanto por parte dos agentes quanto dos criminosos. Uma intervenção social teria sido mais eficaz para eles, já que garantiria direitos historicamente negados aos pobres, ofereceria segurança e promoveria soluções duradouras para um problema que afeta a todos.

Betinho Casas Novas, diretor do jornal *Voz da Comunidade*, do Complexo do Alemão, argumenta que a presença dos militares pode intensificar a violência em certos territórios urbanos: “As favelas já sofrem Intervenção militar desde a implementação das UPPs. De 2013 para cá, somente no Complexo do Alemão, houve 81 mortos e 235 baleados em tiroteios” (BOTTARI, 2018, p. 14). Ele acredita que investimentos em áreas como saúde e educação, tão negligenciados pelo poder público, poderiam ter um impacto mais positivo para o Rio de

Janeiro. Carlos Eduardo Prazeres, músico da Orquestra da Maré, compartilha a preocupação de muitos moradores de favelas e periferias quanto ao aumento das violações de direitos e da violência: “Estou orientando a todos que passem a andar com suas identidades e já cheguem informando com delicadeza que carregam apenas instrumentos musicais, que são caros e frágeis” (BOTTARI, 2018, p. 14). Ele teme pela segurança de seus alunos, jovens negros, receando que sejam erroneamente interpretados como criminosos armados pela polícia, que poderia pensar que seus instrumentos musicais são armas, colocando suas vidas em risco.

Alguns moradores das áreas mais abastadas viam a Intervenção militar como uma nova esperança, uma oportunidade de ter mais segurança e ordem em seus bairros. Por outro lado, os moradores das favelas não compartilhavam desse otimismo. Para eles, a intervenção não trazia nada de novo; era apenas mais um capítulo na longa história de militarização de suas vidas e cotidianos. Esse contraste entre a esperança de alguns e a apreensão de outros ficou evidente nas narrativas jornalísticas de *O Globo*. O jornal retratou essas duas visões antagônicas, principalmente através de suas fotografias. As imagens capturavam tanto a tensão e a submissão de alguns quanto a esperança e a gratidão de outros, ilustrando não somente a complexidade das emoções dos fluminenses, mas também as várias formas de enxergar o mesmo plano de segurança pública.

Figura 12 - “Alívio no medo”: mulher agradece a soldados na orla de Ipanema

14 | O GLOBO

Rio

Sábado 17.2.2018

Força máxima

ELOGIO E CRÍTICA

Chegada de militares deixa cidade partida

Para alguns, intervenção aumentará segurança, mas moradores de comunidades temem mais violência

ELENILCE BOTTARI
elenilce@oglobo.com.br

A impressão de que a segurança pública do Rio perdeu o controle parece um consenso, mas a intervenção federal militar divide opiniões entre autoridades, especialistas e moradores do asfalto e da favela.

Presidente da Associação de Moradores de Ipanema, bairro onde foram registrados arrastões no carnaval, Carlos Monjardim aplaudiu a decisão do presidente Michel Temer.

— A intervenção é importante porque manterá os salários dos policiais e garantirá investimentos para a segurança — opina.

Já a presidente da Associação de Moradores de Botafogo, Regina Chiaradia, considera que a intervenção é um retrocesso:

— Trata-se de um equívoco gigante, que vai aca-

bar gerando mais violência. Queríamos apoio, união. As tropas deveriam vir somar esforços, e não passar por cima das instituições.

Um dos diretores do jornal “Voz da Comunidade”, do Complexo do Alemão, Betinho Casas Novas também teme que a intervenção traga mais violência para os moradores das comunidades:

— As favelas já sofrem intervenção militar desde a implementação das UPPs. De 2013 para cá, somente no Complexo do Alemão, houve 81 mortos e 235 baleados em tiroteios — condena Betinho, que reivindica atuação mais incisiva do Estado em outros setores. — Se houvesse intervenções em áreas como saúde e educação, o Rio não estaria assim.

O assunto também fez parte ontem das aulas de música na Orquestra da Maré. Segundo o músico Carlos Eduardo Prazeres, todos temem que a presença militar agrave ainda mais a situ-



Alívio no medo. Uma mulher agradece a fuzileiros navais em patrulhamento na orla de Ipanema em julho passado

ação dos jovens, que, como andam com instrumentos, volta e meia são interpelados pelos policiais como se estivessem armados.

— Estou orientando a todos que passem a andar com suas identidades e já cheguem informando com delicadeza que carregam apenas instrumentos musicais, que são caros e frágeis — explica.

‘MODELO FALIDO DE SEGURANÇA’

Ex-secretário nacional de Segurança, o coronel José Vicente defende a medida. Segundo o consultor, o Rio “fará escola para ver as vantagens e os problemas dessa ação”.

— O Rio perdeu a condição de garantir a segurança. Simplesmente pedia uma ajudinha. É preciso um outro tipo de remédio. No ano passado, a Polícia Federal apreendeu só cem armas no Rio. Em Brasília, mais de mil — com-

para. — Alguma coisa está errada.

O inspetor Marcio Garcia, presidente do Sindicato dos Policiais do Estado do Rio de Janeiro (Sindpol), define a intervenção como “uma insistência em um modelo falido de segurança”.

— Deveríamos focar numa política que privilegie a inteligência, a investigação e a tecnologia, não em mais confrontos armados sem planejamento, enxugando o gelo, visto que o financiamento do crime não está sendo combatido — avalia.

Em nota, a presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Angela Costa, afirmou que a intervenção é uma medida “imprescindível”. Já a diretora da ONG Human Rights Watch no Brasil, Maria Laura Canineu, afirmou em nota que a atuação de militares em operações de policiamento é “problemática”, já que eles seriam treinados para a guerra, e não para o trabalho policial. ●

Fonte: Página de *O Globo* retirada do acervo on-line, escrita por Bottari (2018, p. 14).

Figura 11 - “Soldados nas ruas”: circulando pela Zona Sul com tranquilidade

acontecer no dia 31 de dezembro deste ano.

— Vamos reestruturar as polícias do Rio. Temos que fazer isso agora, ou tudo voltará. Não adianta só colocarmos os militares nas ruas — afirmou um integrante do governo federal.

De acordo com a mesma fonte, o Planalto já tem um diagnóstico da corrupção dentro das polícias Civil e Militar. Relatórios de serviços de inteligência foram elaborados no ano passado.

Como interventor, Braga Netto, responsável pelo Comando Militar do Leste, passou a ter autoridade plena sobre a segurança do estado. O oficial pode mexer em todos os escalões das polícias, do Corpo de Bombeiros e da administração penitenciária. Ele ainda não anunciou mudanças, mas o secretário de Segurança, Roberto Sá, já colocou o cargo à disposição. O general tem ainda autoridade para trocar comandantes de batalhões e delegados.

Ontem, coube ao presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), verbalizar a necessidade dessas mudanças:

— Precisamos começar um processo de recuperação da área (de segurança pública). Temos uma boa oportunidade para reorganizar e requalificar a polícia, de separar aquela parte que não tem atuado de forma correta.



Soldados nas ruas. Não era a tropa da intervenção, mas, sim, esquema de segurança para a visita de Temer ao Rio

lítica de segurança a necessidade de tirar os policiais que cometem abusos. Isso realmente precisa ser uma prioridade. Mas é uma ideia ingênua achar que só o Exército poderá tirar os maus policiais das ruas. Precisamos, sim, de um olhar externo, mas também de uma colaboração ativa das próprias polícias. Uma força-tarefa formada por várias entidades poderia ser a solução. Vale lembrar que vários núcleos do crime organizado do Rio foram desarticulados pela Polícia Federal. Ou seja, o ideal é que haja troca de informações entre diferentes forças.

OBSERVATÓRIO ACOMPANHARÁ AÇÕES MILITARES

As ações dos militares que participarão da intervenção federal serão acompanhadas por um observatório, formado por deputados e técnicos, informou ontem Rodrigo Maia. Segundo o presidente da Câmara, haverá uma constante verificação dos índices de violência nas áreas de atuação das tropas. Ele disse ainda que a deputada Laura Carneiro (PMDB-RJ) será a relatora do decreto presidencial que passa para as Forças Armadas a responsabilidade pela segurança pública do Rio. A votação está marcada para amanhã, às 19h. O texto será enviado ao Congresso Nacional.

Fonte: Reportagem “Limpeza nas polícias: intervenção quer combater a corrupção” retirada do acervo on-line de *O Globo*, escrita por Jungblut, Werneck e Rodrigues (2018, p. 12).

Nas Figuras 11 e 12, vemos pessoas circulando pela Zona Sul do Rio de Janeiro com tranquilidade, transmitindo uma sensação de segurança devido à presença dos militares nas ruas. Na Figura 11, uma mulher aparece com as mãos juntas, fazendo um gesto que parece ser de agradecimento aos agentes, como se a presença deles tivesse amenizado seu medo. Na Figura 12, duas meninas estão andando de bicicleta entre os soldados; elas estão felizes e sem preocupação com a segurança. A primeira fotografia (Figura 11) não foi tirada em 2018, mas

em 2017. A segunda (Figura 12) não representa a Intervenção Militar, mas outra ação do Exército. No entanto, as duas foram publicadas como se fossem imagens recentes e diretamente relacionadas ao plano de Temer, em 2018.

Portanto, acreditamos que o uso de fotografias que não têm relação direta com a Intervenção Militar, mas são apresentadas como se tivessem, serve para criar uma imagem positiva dos militares nas ruas. Isso sugere uma sensação de proteção e gratidão, destacando a intervenção como uma medida positiva. Em outras palavras, a presença dos militares nas fotos tem um impacto significativo na forma como temas ligados à segurança e ao cotidiano dos moradores são interpretados. Essas imagens podem transmitir a ideia de que, apesar da militarização, os moradores do Rio estão vivendo bem, o que pode não condizer com as condições realmente enfrentadas por eles.

Ao passo que os moradores dos bairros mais ricos aparecem expressando suas emoções abertamente, como pessoas ativas e engajadas com o plano de segurança, aqueles que vivem nas favelas e periferias são retratados de maneira bem diferente, como pode ser observado nas Figuras 13 e 14.

Figura 13 - Indiferença com o soldado fazendo pose no ônibus



Fonte: Foto por Fabiano Rocha, disponível no acervo *on-line* e publicada na primeira página do jornal *O Globo* em 3 de março de 2018.

Figura 14 - Sem rosto, nem voz: militares ficham moradores de favela

Militares 'ficham' moradores de favelas durante operação

Fotos eram enviadas à Polícia Civil para checagem. Ação provocou polêmica

Em operação que envolveu 3,2 mil homens em Vila Kennedy, Vila Aliança e Coreia, na Zona Oeste, militares fotografaram moradores e seus documentos. As informações eram enviadas à Polícia Civil, para identificar foragidos da Justiça. Foram presas 27 pessoas. A ação provocou polêmica. Para a OAB-RJ, reter cidadãos é "ilegal, mas é prática comum da polícia." O Comando Militar do Leste disse que "a finalidade era agilizar a checagem de dados", e que depois as fotos foram apagadas. **PÁGINA 7**

FERNANDO GABEIRA
CREDIBILIDADE

Governo que fez intervenção é impopular, mas o Exército tem grande credibilidade. **PÁGINA 2**



Confere. Militar fotografa morador e documento na Vila Kennedy. Imagens foram usadas para identificar foragidos

Fonte: Militares... (2018) está disponível no acervo *on-line* sendo publicada na primeira página do jornal *O Globo* em 24 de fevereiro de 2018.

Nas fotos em que estão com os soldados, muitas vezes seus rostos estão escondidos ou exibem expressões de indiferença. Essa distinção nas fotografias evidencia como pessoas de diferentes grupos vivenciam a militarização urbana. Os mais abastados podem se expressar livremente sobre questões de segurança; por isso, são retratados como participantes ativos. Já os moradores das favelas, por falta de espaço ou medo de represálias, não têm a mesma liberdade para expressar o que realmente pensam, sendo retratados como passivos, embora não o sejam.

Analisando as imagens dos soldados no Rio de Janeiro em *O Globo*, tanto nas favelas quanto no asfalto, fica claro que eles são vistos como heróis por alguns e vilões por outros. Nas fotografias presentes nas páginas do jornal, de forma simbólica, as pessoas no asfalto enxergam nobres intenções nos homens armados nas ruas, como se eles estivessem ali para salvar o mundo delas. Por outro lado, no caso das pessoas das favelas, geralmente negras e pobres, os soldados aparecem em posição de superioridade, prontos para dominar o território, enquanto essas pessoas não expressam sentimentos nem opiniões de contentamento ou descontentamento; elas estão sem rosto e sem voz.

Segundo Machado e Villa (2020), nas narrativas contemporâneas, como as de *O Globo*, os papéis de heróis e vilões não são tão fixos. Muitas vezes, vilões se transformam em heróis, e vice-versa. Afinal, quando um herói busca justiça, ele pode acabar criando o caos. Da mesma forma, apesar das destruições causadas, vilões podem buscar justiça de um modo muito particular.

As narrativas fotográficas com os homens do Exército e os moradores das favelas começaram a mudar em 28 de março de 2018. Na primeira página da edição impressa, há uma foto de um soldado jogando bola com um menino (Figura 15). O soldado está com o rosto coberto, mas o menino sorri, revelando que se sente seguro ali. O vilão, que antes aparecia próximo a pessoas assustadas e que não expressavam reações, começa a revelar seu lado mais humano no jornal. Agora, ele está ao lado de um garoto sorridente, como se fossem próximos (VIOLÊNCIA..., 2018).

Figura 15 - Soldado brincando com o menino no Complexo do Lins



Fonte: Foto por Gabriel de Paiva em *Violência...* (2018), disponível no acervo *on-line* e publicada na primeira página do jornal *O Globo* em 28 de março de 2018.

À primeira vista, a fotografia na Figura 15 pode parecer positiva, como se o Exército estivesse mais próximo da população. No entanto, o título e o subtítulo ao lado revelam a atitude como uma possível perda de tempo: “Violência piora após intervenção e leva tropa às ruas: roubos de veículos e cargas subiram mais de 12%” (VIOLENCIA..., 2018, p. 1). A legenda da foto reforça essa ideia: “Um militar bate bola com um menino durante a operação do Exército que prendeu 24 pessoas e recolheu armas e drogas no Complexo do Lins” (VIOLENCIA..., 2018, p. 1). Especialmente a parte “durante a operação” sugere que o soldado não estava trabalhando, ao mesmo tempo que seus colegas combatiam o crime. Também é possível interpretar que a tropa estava fazendo um bom trabalho na comunidade, pois o soldado ainda tinha tempo para brincar com a criança. Uma interpretação aponta para a possível inutilidade da tropa nas ruas, ao passo que outra destaca a efetividade das ações em áreas pobres do Rio de Janeiro.

Figura 16 - Exército distribui rosas na favela, mesmo assim acontecem crimes

| Rio | o GLOBO | 11

Força máxima

Bandido invade igreja na Vila Kennedy e assalta padre e fiéis

Crime aconteceu três horas após o Exército distribuir rosas na favela

RUNAN RODRIGUES
runan.rodrigues@oglobo.com.br
BRUNO ALFANO
bruno.alfano@extra.inf.br

Três horas após 1.400 militares deixarem a Vila Kennedy, um bandido encapuzado e armado invadiu, na noite de ontem, a Igreja Cristo Operário e Santo Cura D'Arce, que fica numa das principais vias da favela. Ele assaltou cerca de 15 fiéis e um padre que participavam de um mutirão de confissão para a Páscoa. Foram roubados dinheiro, celulares e alianças. Dois criminosos ficaram do lado de fora da igreja.

— Ele colocou todos dentro da Capela do Santíssimo e levou tudo. Todo mundo ficou em pânico — contou uma das vítimas.

Moradores informaram que as Forças Armadas deixaram a favela por volta das 17h.

— Mais cedo teve militar na porta da igreja; à noite, acontece isso. As pessoas saíram muito apreensivas, lamentando demais o que aconteceu — lamentou uma mulher.

ARMA APONTADA PARA A CABEÇA
Uma das vítimas teve a aliança de casamento roubada. Ele disse que o bandido escondia o rosto com uma camisa e usava um revólver.

— Ele apontou a arma para a cabeça de cada uma das pessoas e disse que as mataria se não entregassem celulares e joias.

Pela manhã, militares do Exército estiveram na Vila Kennedy para fazer a quinta operação em duas semanas. Os soldados adotaram uma estratégia de aproximação com a comunidade: distribuíram rosas em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. Barreiras que o tráfico voltaram a colocar nos acessos à favela foram novamente retiradas. Desde a primeira incursão, no último dia 23, o Exército vem liberando as vias da região, mas os obstáculos são recolocados logo após a saída das tropas.

Ao todo, foram distribuídas mil flores doadas por um empresário que, de acordo com o Comando Militar do Leste (CML), apoia a intervenção federal na segurança do Rio.

— Isso humaniza o nosso ambiente de operações e demonstra acolhimento. Estamos em busca de paz. O confronto gera conflito. Mais de 50% dos lares são chefiados por mulheres, e isso é ainda mais forte nas comunidades. São elas que podem blindar as crianças contra o aliciamento do tráfico de drogas — disse o coronel Carlos Cinelli, porta-voz da operação.

A estratégia de aproximação foi aprovada pelas moradores.

— Amei, sinto-me privilegiada. É muito difícil ver isso hoje em dia, é algo que ajuda nesses dias tão tensos. Todo mundo se sente bem — afirmou a dona de casa Thayane Gomes, de 29 anos.

A diarista Marilisa Oliveira, de 56 anos, concordou: — Ser surpreendida por uma iniciativa assim é sempre bom, independentemente de quem venha. Precisamos ter um lugar ao sol. Seria bom se não fosse só no Dia Internacional da Mulher. A flor é um símbolo, uma ação para termos confiança nos soldados. ●

PABLO JACOB



Estratégia. Passageira sorri ao receber uma flor de um soldado: tropa homenageou as mulheres durante operação

Fonte: Rodrigues e Alfano (2018) com fotografia de Pablo Jacob, disponível no acervo *on-line* e publicada na primeira página do jornal *O Globo* em 9 de março de 2018.

Na reportagem *Bandido invade igreja na Vila Kennedy e assalta padre e fiéis*, de Rodrigues e Alfano (2018), publicada em 9 de março de 2018 pelo jornal *O Globo*, há uma fotografia de Pablo Jacob que mostra uma mulher dentro de um ônibus recebendo uma rosa de um militar. Distribuir rosas vermelhas fazia parte da ação do Exército em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março. A mulher está sorrindo, demonstrando surpresa e felicidade ao receber o presente das mãos do agente, como pode ser visto na Figura 16. A fotografia poderia representar a aproximação das Forças Armadas com a população, mas a narrativa construída pelo jornal sugere que o plano de segurança estava focado em ações desnecessárias, esquecendo seu verdadeiro papel: combater o crime. Assim, por meio dessa narrativa, é possível questionar: se os soldados estivessem patrulhando ostensivamente as ruas da comunidade, em vez de distribuir flores, os fiéis e o padre da igreja local não teriam sido assaltados durante a missa?

Como, supostamente, a ação tinha a intenção de aproximar a tropa das pessoas da favela, especialmente das mulheres, duas moradoras foram ouvidas. Thayane Gomes, uma jovem de 29 anos, afirmou: “Amei, sinto-me privilegiada. É muito difícil ver isso hoje em dia, é algo que ajuda nesses dias tão tensos. Todo mundo se sente bem” (RODRIGUES; ALFANO, 2018, p. 11). Já Marilsa Oliveira, de 56 anos, falou:

Ser surpreendida por uma iniciativa assim é sempre bom, independente de quem venha. Precisamos ter um lugar ao sol. Seria bom se não fosse só no Dia Internacional da Mulher. A flor é símbolo, uma ação para termos confiança nos soldados (RODRIGUES; ALFANO, 2018, p. 11).

A interpretação da fala de Thayane Gomes pode não ser totalmente clara. Em sua fala, não está explícito o que ela considera “difícil de ver hoje em dia”. Ela estaria se referindo à dificuldade de encontrar um soldado amável que distribua flores, ao invés de militarizar o cotidiano das regiões mais pobres da cidade? Segundo a jovem, receber uma flor é reconfortante diante dos dias tensos em sua comunidade. Ainda que ela não explique o motivo da tensão, pode-se inferir que ela se refere a um contexto de violência. Os dias em sua comunidade estariam mais tensos devido aos crimes cometidos por bandidos ou pelas ações (muitas vezes violentas) dos soldados? Indiretamente, Thayane Gomes sugere que a tropa estaria tentando usar as flores para amenizar a tensão que ela mesma ajudaria a criar, seja pelos confrontos locais ou pelas violações de direitos. A jovem pode não ter sido mais explícita por medo, pois se encontra em um ambiente controlado, que não permite críticas à atuação da segurança pública ou às violências causadas por outros grupos.

Por outro lado, Marilsa Oliveira foi mais direta: “Ser surpreendida por uma iniciativa

como essa (receber flores) é sempre bom, não importando quem a ofereça”. A palavra “independente” pode sugerir uma forma de desprezo, como se ela aceitasse a flor, mesmo ciente do mal que os militares causam em seu território. A frase “precisamos ter um lugar ao sol”, neste contexto, pode significar um desejo de visibilidade e reconhecimento, não apenas por meio do recebimento das flores, mas também na busca por respeito à sua vida, comunidade e direitos. O ponto crucial da fala de Marilsa Oliveira está nesta frase: “A flor é um símbolo, uma ação para construir confiança nos soldados”. Aqui, a flor — símbolo de amor e carinho — é utilizada para tentar conquistar a confiança das moradoras em relação à presença das tropas militares na favela. É como se esse gesto isolado, realizado em um único dia, fosse capaz de suavizar as críticas dessas mulheres em relação à atuação contraditória, violenta e opressiva do Exército em seu território.

Em resumo, no início da intervenção no estado do Rio de Janeiro, o jornal *O Globo* passou a produzir sentidos que retratavam os militares como figuras sagradas, enviadas pelo divino para resgatar os fluminenses da insegurança, causada por criminosos, vistos como representantes do mal. No entanto, essa linha de raciocínio não se manteve ao longo do tempo, variando consideravelmente entre diferentes grupos sociais. Enquanto alguns viam os militares como heróis (normalmente as classes média e alta), outros os percebiam como vilões, em geral, os mais pobres. Os gestos simbólicos dos militares, como a distribuição de flores mencionada anteriormente, foram interpretados por alguns como tentativas de humanizar uma presença nas ruas muitas vezes percebida como opressiva. Contudo, outros, como as moradoras de favelas ouvidas pela reportagem, enxergaram esse ato como uma forma de normalizar a militarização do cotidiano nas favelas, por mais que ela não fosse vista de maneira positiva pelos moradores.

4.3 O silêncio como estratégia significativa: o que *O Globo* deixou de dizer sobre a Intervenção militar de 2018?

Nesta subcategoria, identificaremos os silêncios presentes nas narrativas de *O Globo* sobre a Intervenção militar. Apesar de o silêncio ser um recurso comumente utilizado na análise do discurso (ORLANDI, 2007; MENDONÇA, 2018), entendemos que ele não é exclusivo dessa abordagem, podendo também contribuir para investigações de narrativas. Como aponta Ferreira (2015), acreditamos que as narrativas possuem tanto políticas de silêncio (quando se diz algo, outros sentidos são silenciados) quanto de silenciamento (relacionadas a contextos ditatoriais), sendo produtores de significados e reveladores de subjetividades; ao mesmo tempo, cristalizam momentos históricos e visões sobre grupos sociais.

Buscando reforçar que o silêncio permeia todos os processos comunicacionais, Ferreira (2015) afirma que:

Há silêncios na dúvida, na solidão, na angústia, na introspecção, na origem e no fim das coisas, no excesso, no olhar, na repressão, na inefabilidade de Deus, no infinito do universo, nas imposições, na contemplação, na raiva, no embaraço, no assombro, na ameaça, na expectativa, na desilusão, na natureza e em tantos outros locais, sentimentos e demais possibilidades onde existe linguagem (FERREIRA, 2015, p. 66).

Segundo Le Breton (2006), as reflexões sobre o mundo, como aquelas contidas nas narrativas jornalísticas, são elaboradas por meio de palavras, escritas ou faladas, que pontuam o curso da existência humana e os períodos históricos. Nesse sentido, sem a linguagem, é impensável a elaboração de ideias sobre os acontecimentos históricos, por exemplo. Na ausência das palavras (ou da linguagem não-verbal), os indivíduos ficam fechados em si mesmos, enclausurados do mundo, sendo incapazes de transmitir o que sentem e pensam aos outros. Esses pontos de vista não são elaborados no vazio, pois seus criadores sempre recorrem ao universo social, repleto de sentidos e histórias, para formulá-los, necessitando da linguagem como forma de expressão, esclarece Le Breton (2006).

As palavras delineiam o sentido do mundo, criam uma trama que nos permite compreendê-lo e dominá-lo; são ferramentas para comunicar o mundo que sempre avança e desfaz — com sua complexidade e seu claro-escuro — qualquer tentativa que tenta fixá-lo em significados unívocos (LE BRETON, 2006, p. 7).

Ricoeur (2010) nos mostra que o narrador recorre às dimensões simbólicas, estruturais e temporais do universo social, com todos os seus sentidos, contradições e ideias, para elaborar suas narrativas. Para ele, é justamente por meio da formulação de uma ideia em palavras (ou

qualquer outra forma de narrativa) que o narrador transmite seus sentidos ao mundo, os quais podem ser apropriados ou reapropriados pelos leitores. Quando concordam com esses sentidos, os leitores os reverberam; quando discordam, produzem novos significados que retornam ao universo simbólico do meio social.

Para Le Breton (2006), não existe fala ou escrita sem silêncio porque as palavras, em suas mais diferentes formas, são sempre entremeadas por ele. Algumas vezes, as palavras se sobressaem na comunicação; em outras, é o silêncio que se destaca. Por conseguinte, Le Breton (2006) esclarece que falar e não falar não são opostos, bem como escrever e não escrever, uma vez que ambas as ações são ativas e significativas. Sem a união delas, a comunicação não se concretiza. O silêncio, portanto, não é resquício, nem mal a ser combatido ou vazio a ser preenchido, ainda que, na contemporaneidade, em seu desejo de plenitude, busque manter um continuum sonoro e narrativo definitivo, esclarece Le Breton (2006).

Considerando-o um mal a ser combatido e um vazio a ser preenchido, a sociedade contemporânea demanda frequentemente a ocupação de todos os silêncios com narrativas, como se estas pudessem representar a totalidade da realidade. Existe uma ilusão de que tudo pode ser dito, como se a narrativa fosse a própria realidade e não uma interpretação dela. No entanto, conforme argumenta Le Breton (2006), as narrativas são construídas por meio da seleção de fatos, histórias, sentidos e vozes, relegando outros aspectos da realidade à obscuridade. Semelhantemente, Ricoeur (2010) esclarece que o narrador escolhe certos conhecimentos que circulam no mundo para conferir sentido à narrativa, de modo a torná-la inteligível ao leitor. Com uma perspectiva semelhante à de Ricoeur (2010), Le Breton (2006, p. 6) considera a importância dos leitores no processo narrativo, ao afirmar: “falar não basta, nunca basta, se o outro não tiver tempo de ouvir, assimilar e responder”.

Inclusive, o silêncio é necessário para a própria compreensão da narrativa, visto que, em um mundo repleto de informações, não há espaço para reflexão, esclarece Le Breton (2006). Por exemplo, no conto *Funes, o Memorioso*, Borges (2007) narra a trajetória de Funes, um personagem que pode memorizar todos os detalhes da vida e dos conhecimentos humanos, o que o torna incapaz de generalizar, refletir ou atribuir significados aos eventos cotidianos e históricos. A mente de Funes é repleta de narrativas variadas e de diversos conhecimentos sobre o mundo, o que o impede de formular opiniões compreensíveis e atribuir sentidos às experiências. Borges (2007), então, por meio de seu conto, revela a importância não só do silêncio, mas também da seleção na formulação das narrativas, para possibilitar a compreensão e a formação de sentidos sobre o mundo.

Não é possível traduzir o silêncio em palavras, mas é essencial compreender os processos significativos que envolvem os temas e as opiniões silenciadas. É necessário identificar como os silêncios presentes nas narrativas favorecem figuras políticas, definem contextos históricos e moldam as representações dos grupos sociais, como esclarece Le Breton (2006). A respeito dos significados do silêncio, Le Breton (2006, p. 9) explica que ele varia “em função dos usos culturais da palavra, do estatuto de participação dos presentes, das circunstâncias e do conteúdo da troca, além da história pessoal dos interlocutores”.

Discutir o silêncio implica necessariamente em abordar a questão do poder, uma vez que este dispõe dos meios necessários para reduzir a oposição ao silêncio, seja através da supressão ou da detenção de seus adversários, seja pela censura à imprensa ou aos intelectuais. Para Le Breton (2006), portanto, o poder restringe — ou melhor, silencia — qualquer tentativa de luta e resistência, destruindo qualquer palavra que possa questionar seu consenso. Embora seja um instrumento de poder, o silêncio também serve à resistência: pode manifestar oposição quando é deliberadamente imposto para transmitir rejeição ou objeção contra alguém ou uma situação. No entanto, o silêncio como resistência tende a diminuir quando a sociedade é subjugada e reduzida a algum meio de vigilância, prisão ou exílio, de acordo com Le Breton (2006).

Outro ponto importante levantado por Le Breton (2006) é que o silêncio pode ser uma forma de cumplicidade, manifestando-se como indiferença em relação ao outro, especialmente quando nega sua voz e opinião. Optar por não emitir uma opinião importante, especialmente em defesa do outro, “é uma forma ofensiva de silêncio, que se manifesta na recusa de entrar em uma relação ou na inquietação de quem não encontra seu lugar nela” (LE BRETON, 2006, p. 10).

A respeito daqueles que não encontram um lugar na narrativa dominante, o autor cita o exemplo dos filhos de pais imigrantes, que muitas vezes se silenciam por não estarem em uma posição de privilégio. Esses sujeitos podem sentir que suas vozes não são valorizadas ou que suas experiências são desconsideradas em relação à cultura dominante, priorizando o silêncio como uma forma de proteção.

Considerando essa discussão teórica sobre o silêncio, decidimos analisar a cobertura jornalística de *O Globo*, publicada entre junho e dezembro de 2018, sobre a Intervenção militar no Rio de Janeiro. Por meio de uma abordagem qualitativa, temos a intenção de identificar como o jornal construiu sua trama narrativa, explorando a sequência de eventos, as ações dos envolvidos e os conflitos que surgiram. Em seguida, correlacionaremos as reportagens com o relatório do *Circuito de Favelas por Direitos* (2018) para compreender melhor os sentidos

produzidos pelo jornal, especialmente no que se refere ao silenciamento de opiniões e temas importantes. Nesse período, como dito anteriormente, os principais temas abordados foram: o uso dos recursos federais no plano militar, os crimes registrados entre junho e setembro, bem como a diminuição de alguns tipos de delitos que eram elevados na cidade antes da intervenção.

De junho a dezembro de 2018, a cobertura jornalística do jornal *O Globo* sobre a Intervenção militar no Rio de Janeiro diminuiu perceptivelmente⁶³. No início, as reportagens eram frequentes e detalhadas, mas, ao longo dos meses, tornaram-se cada vez mais raras e breves. Nesse período, as poucas reportagens publicadas focaram em temas específicos, como a gestão dos recursos federais destinados ao Rio de Janeiro devido à intervenção, destacando a demora do general Braga Netto na aplicação desses fundos no estado. Também mencionaram os poucos crimes cometidos, mesmo sob intervenção, a redução de alguns delitos e o assassinato de policiais, tanto em serviço quanto fora dele.

Na reportagem *Dinheiro emperrado*, publicada em 8 de junho de 2018 no jornal *O Globo*, Bacelar, Resende e Goulart (2018) relataram que o plano estratégico elaborado pelos generais responsáveis pela intervenção foi divulgado somente em 29 de maio de 2018, mais de 100 dias após o início da operação militar. Segundo Bacelar, Resende e Goulart (2018), o documento propõe a convocação de militares da reserva para reforçar e aumentar o efetivo do estado do Rio de Janeiro, bem como a implementação de um sistema unificado para coordenar chamadas de emergência e eventos cívicos nos batalhões, esse planejamento previa a aplicação de R\$ 1 bilhão.

Em março de 2018, o estado do Rio de Janeiro recebeu R\$ 1,2 bilhão da União para a Intervenção militar, valor relativamente próximo ao previsto pelo plano estratégico. No entanto, devido a questões burocráticas, os recursos só começaram a ser gastos em junho do mesmo ano. Para qualquer aquisição, era necessário seguir a Lei de Licitações (BRASIL, 2021), que estabelece um processo para garantir que os serviços públicos escolham as opções mais vantajosas e acessíveis para a execução de projetos, a compra de materiais e a alienação de bens patrimoniais (BACELAR; RESENDE; GOULART, 2018).

Na reportagem *Dinheiro emperrado*, Bacelar, Resende e Goulart (2018) discutem as críticas e defesas em torno da aplicação dos recursos federais pelos militares. Manoel Peixinho,

⁶³ Ao pesquisar as palavras-chave “Exército” e “Intervenção” juntas no acervo digital do jornal *O Globo* (<https://oglobo.globo.com/acervo/>), obtive a seguinte quantidade de narrativas jornalísticas digitalizadas: fevereiro (66), março (77), abril (37), maio (34), junho (14), julho (11), agosto (18), setembro (12), outubro (11), novembro (11) e dezembro (12). Do total, foram excluídas 32 narrativas repetidas da contagem. Essa análise foi realizada para evidenciar que a cobertura jornalística sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro, pelo jornal *O Globo*, apresentou uma redução perceptível ao longo do ano.

especialista em Direito Administrativo, aponta que, apesar do atraso na liberação dos recursos da União, os militares poderiam ter se antecipado solicitando uma estimativa do valor a ser recebido, preparando esboços dos editais de licitação e até mesmo agilizando o processo de contratações e aquisições. Peixinho ressalta que, se a situação do estado fosse realmente grave, haveria justificativa jurídica para a realização de compras emergenciais.

Por outro lado, Leonardo Vizeu, especialista em Direito Constitucional e Segurança Pública, argumenta que o atraso no uso dos recursos não pode ser atribuído ao Exército, mas sim à lentidão e à burocracia da legislação brasileira. Vizeu observa que, conforme a legislação, o processo de compra pode levar, no mínimo, seis meses, o que representa mais da metade do período da intervenção. Em sua visão, na administração pública, a pressa e a honestidade frequentemente são incompatíveis, conforme explicado na reportagem de Bacelar, Resende e Goulart (2018).

Rafael Barcia, delegado e presidente do sindicato da Polícia Civil, afirma que a falta de recursos comprometeria o trabalho da instituição (BACELAR; RESENDE; GOULART, 2018). Ele destaca que a intervenção gerou uma percepção positiva entre os membros da Polícia Civil, que estavam esperançosos com os novos investimentos. A expectativa de receber mais recursos incentivou a equipe a se tornar mais proativa, embora ainda não tenha alcançado os níveis de excelência e produção desejados. Assim sendo, a reportagem defende que o investimento no Rio de Janeiro, como parte da intervenção, seria fundamental para assegurar o bom funcionamento da polícia e melhorar as condições para o combate ao crime.

A reportagem *Não recebo R\$ 1,2 bi junto com um talão de cheque e saio fazendo* (15/06/2018), de Gamba (2018), menciona que o dinheiro liberado em março, por meio de uma medida provisória, não pôde ser utilizado devido à Lei de Licitações. Gamba (2018) utiliza as próprias falas de Braga Netto para explicar a situação:

Desde a data em que o presidente prometeu o recurso, ele chegou. Só que eu não recebo R\$ 1,2 bilhão junto com um talão de cheque e saio fazendo. O TCU [Tribunal de Contas da União] está me observando, a mim e às pessoas que trabalham comigo. Já estamos em processo de licitação de aproximadamente 40% dos valores que foram fornecidos, mas tenho que seguir especificando; o mais difícil é especificar o material que será comprado. [...] Nosso planejamento é que aproximadamente em setembro eu tenha concluído ou antecipado as aquisições, e aí começo um processo de transição e legado. Interpretaram como se eu dissesse que em setembro terminaria a intervenção. Até o momento, ela acaba em 31 de dezembro, conforme o decreto presidencial (GAMBA, 2018, p. 10).

Conforme Gamba (2018), o plano estratégico elaborado pelo gabinete da intervenção, liderado por Braga Netto, continha os seguintes objetivos: reduzir os índices de criminalidade,

promover a colaboração entre os entes federativos, fortalecer a natureza institucional das polícias Civil e Militar, e melhorar tanto a gestão quanto a qualidade do sistema prisional.

Segundo o relatório do Observatório da Intervenção (2018), a verba destinada a esse plano de segurança começou a ser utilizada em julho de 2018, um mês após as reportagens de Bacelar, Resende e Goulart (2018) e Gamba (2018). Do total do crédito extraordinário destinado à medida intervencionista de Michel Temer (R\$ 1,2 bilhões), apenas 6% (R\$ 72 milhões) foi utilizado pelo gabinete ao longo de toda a intervenção. As instituições mais beneficiadas pela verba federal foram a Polícia Militar, com 41%, e a Polícia Civil, com 38%. A Secretaria de Segurança Pública foi a que menos recebeu recursos, correspondendo a 5% do valor total, seguida pelo sistema penitenciário (6%) e pela Defesa Civil/Bombeiros (9%).

De acordo com o Observatório da Intervenção (2018), cerca de 200 mil agentes realizaram 711 operações e 221 ações de patrulhamento durante os dez meses da Intervenção militar. Das diversas operações executadas, aproximadamente 220 foram conduzidas de forma conjunta pelas Forças Armadas, a Polícia Militar e a Polícia Civil. Esse plano de segurança foi implementado em 296 localidades do Rio de Janeiro, abrangendo a capital, a Baixada Fluminense, Niterói e cidades do interior (OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO, 2018).

Em 23 de junho de 2018, a ineficiência dos soldados nas ruas foi criticada pelo jornal, especialmente pela reportagem de Werneck, Bacelar e Bottari (2018), intitulada *Muito tiro, pouca eficiência*. Com base em dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), a narrativa jornalística esclarece que “de um lado, houve um aumento das mortes violentas e, de outro, redução nos indicadores ligados à eficiência policial durante o período de vigência da intervenção” (WERNECK; BACELAR; BOTTARI, 2018, p. 9). A reportagem denuncia que os homicídios e as mortes provocadas pelas operações das Forças Armadas e das polícias estaduais aumentaram, enquanto o número de prisões em flagrante, cumprimento de mandados de prisão e apreensões de armas diminuiu no estado.

A reportagem de Werneck, Bacelar e Bottari (2018) revela de forma crítica que, após cinco meses, a intervenção falhou em reduzir certos crimes. Esse resultado contrasta com o plano de gestão estratégica do gabinete da intervenção, apresentado em junho, e com a promessa feita por Michel Temer ao decidir intervir na segurança pública do estado, em fevereiro. Todavia, parece que as mortes e os homicídios — sejam de agentes, traficantes ou pessoas não envolvidas nos confrontos — são tratados como justificáveis, caso venham acompanhados de um aumento nos números de prisões em flagrante, cumprimento de mandados de prisão e apreensões de armas. Silvia Ramos, cientista social e coordenadora do Observatório da Intervenção Federal na Segurança do Rio, aborda indiretamente as mortes causadas por agentes

como atos de vingança, mas, buscando não se comprometer, afirma que essa pode ser a opinião de moradores.

Algumas megaoperações que eles estão fazendo, como na Maré, as da Rocinha e algumas na Cidade de Deus, começaram sem motivo: não estava acontecendo nada, não estavam entrando nas comunidades carregamentos de armas ou de cargas roubadas. *Algumas operações dão a entender aos moradores que o objetivo é mais de vingança.* Nessas horas, a polícia age como se fosse uma facção. Entre com caveirão e helicóptero blindado, que, em vez de proteger os agentes, serve para afastar os moradores (WERNECK; BACELAR; BOTTARI, 2018, p. 9 – grifo nosso).

Guaracy Mingarde, analista criminal do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, também foi ouvido pela reportagem de Werneck, Bacelar e Bottari (2018). Na seleção de sua fala, foi sugerido que, devido aos tiroteios causados por agentes do Estado nas favelas, os moradores tenderiam a apoiar traficantes, reforçando a ideia de que os favelados geralmente escolhem o lado do crime (SILVA, 2018). A opinião de Mingarde apresentada no trecho abaixo cria uma ideia dicotômica e simplista do bem contra o mal (GRAHAM, 2016), como se os moradores só pudessem se posicionar a favor dos agentes de segurança (Forças Armadas, polícias Civil e Militar) ou dos criminosos, além de posicionar as favelas como “redutos dos criminosos”, uma representação comum sobre esse espaço urbano (BRUM, 2024).

As drogas chegam aos morros de alguma forma, os fuzis também. A investigação é o que impede que esses materiais cheguem lá (nos redutos dos criminosos). Entrar para trocar tiros em um local populoso é bobagem, pode-se até fazer isso esporadicamente, mas não sempre. Falta mudar o padrão policial. Usar a cabeça, e não partir para o tiroteio. [...] Você acaba transformando a polícia em um Exército de intervenção. *Cada vez que há um tiroteio como esse da Maré, você leva mais gente a ficar do lado dos traficantes.* Por isso, é preciso trabalhar o cotidiano e não transformar as operações no padrão. A investigação e o trabalho de prevenção têm que ser o padrão (WERNECK; BACELAR; BOTTARI, 2018, p. 9 – grifo nosso).

O debate sobre segurança pública vai além de simplesmente escolher entre agentes e criminosos, e os moradores de favelas compreendem isso. Eles não precisam apoiar nem um lado nem o outro, mas podem exigir planos para reduzir a violência e controlar violações dos direitos humanos, com participação ativa da comunidade e colaboração com o poder público⁶⁴. A reportagem de Werneck, Bacelar e Bottari (2018), ao ouvir apenas autoridades e pesquisadores da área de segurança pública, acaba silenciando as vozes de quem vive na favela, de movimentos sociais e de associações de moradores (MENDONÇA, 2018). Essas pessoas, que vivem a realidade das favelas, possuem perspectivas valiosas e soluções mais complexas,

⁶⁴ DIREITO à segurança pública na Maré 2023. **Redes da Maré**, Rio de Janeiro, [s.d.]. Disponível em: https://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/boletim_dados_2023.pdf. Acesso em: 5 ago. 2024.

muitas vezes baseadas em suas próprias experiências, para enfrentar a insegurança nas comunidades.

Durante a intervenção, poucos crimes foram narrados em *O Globo*. Seleccionamos, então, apenas duas reportagens: *Barbárie diante do cartão-postal* (11/06/2018), de Heringer, Mafrans e Rigel (2018); e *Homem morre em São Carlos durante ação do Exército e da PM* (18/09/2018), escrita por Amorim (2018). Esses crimes tiveram maior destaque na cobertura da Intervenção militar, embora exista uma hierarquia entre eles. O que ocorreu na Zona Sul (HERINGER; MAFRANS; RIGEL, 2018) ganhou meia página, enquanto o outro, que aconteceu na Zona Norte (AMORIM, 2018), ficou em um espaço menor, no final da folha. Essa discrepância no espaço dedicado a essas duas narrativas no jornal impresso revela não apenas a hierarquização da informação (ARAÚJO, 2024), mas também a hierarquização dos crimes que afetam os pobres e os mais abastados (BATISTA, 2003). Devido à forma como as narrativas são apresentadas, é possível identificar processos desumanizantes: as experiências dos pobres são frequentemente minimizadas, enquanto as dos mais privilegiados são ampliadas pelo jornal (ZART, 2016).

A reportagem de Heringer, Mafrans e Rigel (2018) informou que sete corpos foram encontrados na Urca, na Zona Sul do Rio, nas proximidades de um dos maiores cartões postais, o Pão de Açúcar. De acordo com agentes ouvidos, tratava-se de traficantes desaparecidos desde os confrontos entre policiais militares e criminosos nos morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira, ambos localizados na área mais cara da cidade. Membros não identificados das famílias afirmaram que os corpos foram jogados encosta abaixo após terem sido executados por policiais.

Um traficante que conseguiu fugir disse que os policiais do Batalhão de Choque entraram pela mata da Vila Militar, na sexta-feira, por volta das 15h, e surpreenderam os rapazes — relatou uma parente de Ernâni de Souza Francisco, o Boldinho, de 22 anos, um dos encontrados nas pedras. — Houve uma intensa troca de tiros, e eles se renderam. Os PMs botaram todos de joelhos e atiraram (HERINGER; MAFRANS; RIGEL, 2018, p. 5).

Figura 17 - Após confronto, 7 mortos no cartão-postal

Segunda-feira 11.6.2018

Rio

O GLOBO 5

ESCALADA DA VIOLÊNCIA

Barbárie diante do cartão-postal

Após confrontos, sete corpos são
achados em encostas da Urca

CAROLINA HERINGER, PAULO VICTOR
MAFRANS E RICARDO RIGEL
grandorio@oglobo.com.br

O céu estava azul e o mar, cristalino. Mas o ensolarado domingo de outono no Rio foi mais um dia assustador para muitos cariocas e turistas, devido à violência. Seis corpos foram encontrados ontem pela manhã nos arredores do Pão de Açúcar, na área conhecida como Pedra do Anel, na Praia Vermelha, na Urca; e bombeiros recolheram um sétimo perto do Forte Duque de Caxias, no Leme. São, de acordo com a polícia, de traficantes que estavam desaparecidos desde sexta-feira, quando confrontos entre bandidos e PMs nos morros da Babilônia e do Chapéu Mangueira espalharam medo em parte da Zona Sul.

Parentes disseram que os seis mortos encontrados na Pedra do Anel foram jogados encosta abaixo após serem executados por policiais militares que participaram dos confrontos. Os corpos foram identificados por um grupo que saiu a pé do Chapéu Mangueira e chegou ao local após duas horas de trilha. Eles indicaram a bombeiros onde estavam os cadáveres.

Um traficante que conseguiu fugir disse que os policiais do Batalhão de Choque entraram pela mata da Vila Militar, na sexta-feira, por volta das 15h, e surpreenderam os rapazes — relatou uma parente de Emílio de Souza Francisco, o Bolidinho, de 22 anos, um dos encontrados nas pedras. — Houve uma intensa troca de tiros, e eles se renderam. Os PMs botaram todos de joelhos e atiraram.

Questionada sobre a acusação, a PM informou que a investigação do caso está a cargo da Polícia Civil.

Além de Bolidinho, foram resgatados da Pedra do Anel os corpos de Natã Isa-

que Souza Santos; Ângelo Martins dos Santos Nogueira, o Foca; e de traficantes identificados apenas como Da Correia, HB e Tipac. Ainda está desaparecido um criminoso conhecido como Da Missão. Numa mata perto do Forte Duque de Caxias, foi encontrado o corpo de Franklin Miranda, o Tinaia.

Os corpos foram levados para o Instituto Médico-Legal, no Centro. Parentes dos mortos prestaram depoimentos na Delegacia de Homicídios da capital, na

Barra, responsável pela investigação.

Segundo agentes que apuram o caso, os homens encontrados mortos haviam saído da Vila dos Pinheiros, no Complexo da Maré, dominada pelo Terceiro Comando Puro (TCP), e estavam nas favelas do Leme para tentar conter uma invasão do Comando Vermelho (CV). Como não conheciam bem a região, eles teriam se perdido enquanto fugiam de policiais pela área de mata.

VÍTIMAS USAVAM ROUPAS CAMUFLADAS

Os agentes da DFI fizeram a perícia nos corpos e constataram que cinco deles estavam vestidos com roupas camufladas, próprias para serem usadas na mata, e usavam capas de coletes à prova de balas.

Apesar de a Pedra do Anel ficar perto do Forte do Leme e de outras instalações das Forças Armadas, o Comando Militar do Leste (CML) ressaltou que o lugar não é de jurisdição do Exército e, por isso, não se manifestaria sobre o assunto.

— A Praia Vermelha é pública, e a mata não está sob nossa jurisdição — afirmou o porta-voz do CML, coronel Carlos Cinelli.

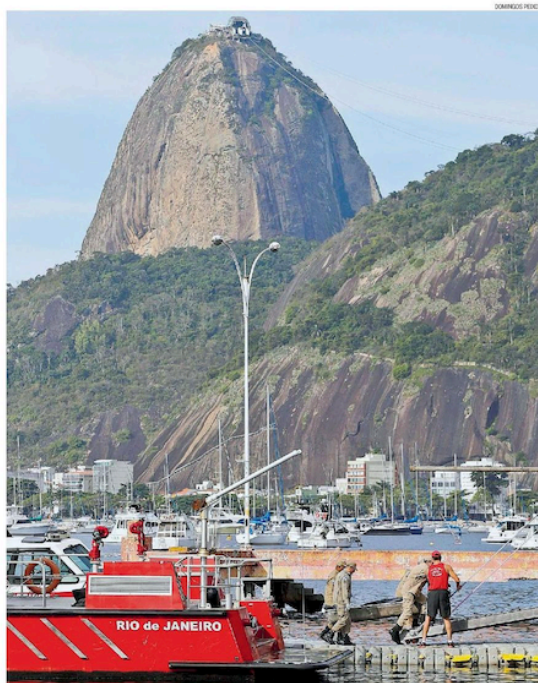
Para a socióloga Maria Isabel Couto, da Fundação Getúlio Vargas, independentemente de quem tenha cometido o crime ou morrido, o caso demonstra a gravidade da situação do Rio. Ela teme como as investigações serão realizadas.

No Brasil, falta investigação na maior parte dos casos de militares envolvidos em suspeitas de execução. Com a intervenção no Rio, quem investiga casos com suposta participação deles? — questiona a socióloga. — O discurso de “bandido bom é bandido morto” deve ser combatido.

Já o especialista em segurança Vinícius Cavalcante faz uma ressalva sobre a atuação da polícia:

— Nós estamos vivendo o enfrentamento de uma guerrilha, e bandidos a fazem de uma forma insuportável, talvez mais letal à sociedade. Eles estão criando para as forças de segurança um verdadeiro pesadelo. Precisamos de uma legislação criminal mais dura.

Segundo um morador do Leme, os traficantes que participam da guerra nos morros do bairro têm entrado e saído das comunidades pelos escombros do Teatro Villa Lobos, na Avenida Princesa Isabel. ■



Resgate. Bombeiros carregam um dos corpos achados na Pedra do Anel; segundo parentes, homens foram executados por policiais

GEOGRAFIA DA REGIÃO

Possível trajeto
dos bandidos

Shopping Rio Sel

Babilônia

Moore

Chapéu Mangueira

Praia do Leme

Estação do bondinho
do Pão de Açúcar

Praia Vermelha

LOCAL ONDE
FORAM ACHADOS
OS CORPOS

Forte Duque
de Caxias

Editoria de Arte

Fonte: Reportagem de Heringer, Mafrans e Rigel (2018), disponível no acervo *on-line* e publicada na primeira página do jornal *O Globo* em 11 de junho de 2018.

De acordo com Heringer, Mafrans e Rigel (2018), agentes da Delegacia de Homicídios realizaram a perícia nos corpos e afirmaram que cinco deles estavam vestindo roupas camufladas, próprias para uso militar em matas, e coletes à prova de balas. Assim, o Comando Militar do Leste se pronunciou sobre o caso: “a Praia Vermelha é pública, e a mata não está sob nossa jurisdição”, afirmou o coronel Carlos Cinelli a Heringer, Mafrans e Rigel (2018, p. 5). A respeito desse crime e de supostos desdobramentos da investigação, considerando a não responsabilização dos culpados, caso sejam militares, Maria Isabel Couto, da Fundação Getúlio Vargas, disse: “falta investigação na maior parte dos casos de militares envolvidos em suspeitas de execução. Com a intervenção no Rio, quem investiga casos com suposta participação deles?”

[...] O discurso de ‘bandido bom é bandido morto’ deve ser combatido” (HERINGER; MAFRANS; RIGEL, 2018, p. 5).

A opinião omitida por Vinícius Cavalcante, especialista em segurança, ao contrário da de Maria Isabel Couto, visa desviar o foco da suspeita de que o assassinato tenha sido cometido por militares. Buscando reforçar essa ideia, ele sugeriu que os criminosos eram mais preparados que as Forças Armadas, sendo mais letais para a sociedade: “Estamos vivendo o enfrentamento de uma guerrilha, e os criminosos a fazem de forma intuitiva, talvez mais letal para a sociedade. Eles estão criando para as forças de segurança um verdadeiro pesadelo. Precisamos de uma legislação criminal mais dura” (HERINGER; MAFRANS; RIGEL, 2018, p. 5).

A reportagem *Homem morre em São Carlos durante ação do Exército e da PM*, publicada por Amorim (2018), esclarece que um sujeito morreu após ser baleado no Complexo de São Carlos, na Zona Norte, durante uma operação conjunta entre as Forças Armadas e a Polícia Militar. Segundo informações do Comando Militar do Leste, o suspeito, ainda não identificado, rendeu-se ferido aos fuzileiros navais. Ele foi levado ao Hospital Souza Aguiar, mas não resistiu aos ferimentos.

De acordo com Amorim (2018), essa operação contou com a participação de 1.200 membros das Forças Armadas e 280 policiais militares. Conforme o coronel Carlos Cinelli, responsável pelo Comando Militar do Leste, a intenção era ocupar toda a área de influência do Complexo do São Carlos para garantir a estabilização da segurança na região. Cinelli queria a reestruturação da Unidade de Polícia Pacificadora (MENDONÇA, 2018) do complexo de favelas do São Carlos. Durante a operação, barricadas supostamente construídas por traficantes foram removidas pelo Exército. Foram realizadas 1.456 revistas em pedestres e veículos, resultando na prisão de duas pessoas. Além disso, quatro carros e seis motos foram apreendidos.

Figura 18 - Em ação conjunta, homem morre

Homem morre no São Carlos durante ação do Exército e da PM

Operação mobilizou 1.200 militares e teve 1.456 revistas a carros e pedestres

DIEGO AMORIM
diego.amorim@extra.inf.br

Um homem morreu ontem após ser baleado no Complexo de São Carlos, no Estácio, durante uma operação do Comando Conjunto e da Polícia Militar. De acordo com o Comando Militar do Leste, o suspeito, que não foi ainda identificado, se entregou, ferido, a fuzileiros navais no início da manhã. Ele chegou a ser levado para o Hospital Souza Aguiar, mas não resistiu aos ferimentos.

A ação no complexo mobilizou ontem 1.200 militares das Forças Armadas e 280 policiais militares. De



Por tempo indeterminado. Militar patrulha complexo no bairro do Estácio

acordo com o Comando Conjunto, a operação continua hoje e segue no local por tempo indeterminado. De acordo com o coro-

nel Carlos Cinelli, portavoz do CML, a intenção é ocupar toda a área de influência do São Carlos, garantindo a estabilidade da

região. Ainda segundo ele, as ações apoiam a reestruturação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do complexo.

—A operação foi solicitada pela Secretaria de Segurança para dar continuidade ao realinhamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A Polícia Militar está dentro da comunidade, fazendo os arranjos necessários e preparando condições melhores para que os policiais possam fazer o seu trabalho. As Forças Armadas fazem o cerco para estabilizar o perímetro externo, permitindo que os PMs tenham tranquilidade —explicou.

Até as 17h de ontem, os militares haviam retirado barricadas montadas pelo tráfico e realizado 1.456 revistas de pedestres e veículos. Duas pessoas foram presas e quatro carros e seis motos, apreendidos. Militares também patrulharam uma das entradas do Morro da Coroa, no Catumbi.

Fonte: Reportagem de Amorim (2018), disponível no acervo *on-line* e publicada na primeira página do jornal *O Globo* em 18 de setembro de 2018.

Com o fim da Intervenção militar se aproximando, o jornal *O Globo* passou a publicar relatos sobre a diminuição de crimes na cidade, assim como a redução no número de mortes de policiais. A reportagem *Fechando a conta: intervenção reduz índices de oito tipos de roubos, além de homicídios*, publicada no dia 27 de dezembro de 2018, sob autoria de Bottari (2018), destaca que, em uma solenidade no Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, no centro do Rio de Janeiro, militares, políticos e membros da sociedade civil encerraram a intervenção no estado e comemoraram a redução de alguns crimes, entre eles roubos e homicídios. De acordo com Bottari (2018), a intervenção reduziu a quantidade de homicídios dolosos (quando há intenção de matar) e roubos de cargas, veículos, transeuntes e celulares.

De acordo com Bottari (2018), a intervenção não conseguiu diminuir os seguintes crimes: roubos de bicicletas, condução forçada da vítima a instituições financeiras e assaltos a pessoas saindo de bancos. No entanto, todos os sujeitos que emitiram opiniões na reportagem de Bottari (2018) representaram a intervenção como um sucesso, especialmente pela sua ostensividade. Foi o caso do secretário de Segurança, general Richard Nunes, que disse:

A redução faz parte de um complexo de atuações em que a ostensividade da polícia desencoraja a prática de crimes em toda a ordem, principalmente os contra a vida.

Contribuem para que houvesse uma menos possibilidade de ocorrências. Os números estão aí para mostrar isso, com vários meses consecutivos de redução dos homicídios dolosos. [...] Tínhamos uma tendência de alta em quase todas as modalidades criminosas. Conseguimos reverter isso (BOTTARI, 2018, p. 10).

Eurico de Lima Figueiredo, diretor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense, afirmou, de forma contraditória, que a falta de plano estratégico logo no início da intervenção foi um erro grave, mas deixou um legado para o estado, especialmente no que se refere ao planejamento, emprego de forças e serviços de inteligência. Há, portanto, uma contradição na narrativa jornalística: se a falta de plano inicial foi o maior erro, como as Forças Armadas poderiam deixar às polícias legados relacionados a planejamentos e ordenamentos? Parece que a jornalista editou a fala do pesquisador para deixá-la mais próxima daquilo que o jornal defendia ideologicamente ou, por questões políticas, precisava defender.

No começo, tiveram que trocar pneus furados com o carro em movimento. Não existem milagres na segurança pública, porém a queda dos índices de criminalidade é algo positivo. No entanto, considero o treinamento de pessoal o maior legado. Os militares trouxeram não apenas recursos, que estão possibilitando a recuperação mínima de eficiências das polícias, mas ensinamentos de planejamento estratégico, de doutrinas de emprego e de capacitação dos serviços de inteligência (BOTTARI, 2018, p. 10).

Apesar de o jornal parecer legitimar a Intervenção militar com dados sobre a redução de crimes, Bottari (2018) destacou, em uma seção separada da reportagem intitulada *Estatísticas de mortes causadas pela polícia dispara*, que o plano de Temer resultou no período de maior letalidade policial desde a criação do Instituto de Segurança Pública (ISP) em 1999. Até novembro de 2018, foram registradas 1.444 mortes resultantes de confrontos com agentes do Estado, representando um aumento de 38,6% em comparação com o mesmo período de 2017. Durante operações conjuntas entre policiais e soldados, foram registradas 46 mortes de civis e quatro de militares. Também foram instaurados 51 inquéritos e documentados 187 ataques a tiros contra as tropas.

Sobre o aumento da letalidade, o general Richard Nunes, secretário de Segurança, afirmou que:

Gostaria de ver esse número (de mortes decorrentes de ações policiais) reduzindo, porém, dentro do cenário encontrado, de enfrentamento entre facções e de ataques a policiais, entendemos que esse indicador está dentro de um espectro de normalidade, até que se atinja uma desejável estabilização (BOTTARI, 2018, p. 10).

Guilherme Dias, especialista em estudos estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, ainda concedeu entrevista ao jornal:

Claro que esse tipo de política acaba levando a um aumento das mortes decorrentes de ações policiais. É algo que reflete um processo histórico de perda da capacidade dos órgãos de segurança pública de dissuadir a criminalidade. Mas, com o reaparelhamento e a requalificação das polícias, esse quadro tende a mudar, com criminosos passando a temer o confronto (BOTTARI, 2018, p. 10).

Embora a reportagem de Bottari (2018) destaque que policiais também morreram durante as operações, sugerindo que essas mortes ocorrem devido a confrontos no exercício de suas funções, a matéria *Lutando pela vida*, de Soares (2018), publicada no jornal *O Globo* em 30 de dezembro de 2018, revela um ponto de vista diferente. Segundo Soares (2018), o número de policiais militares mortos no estado do Rio de Janeiro em 2018 foi o menor registrado desde 1994. “Levantamento feito pelo *Globo*, com base em dados da Corregedoria da PM, revela que 92 agentes foram assassinados este ano [2018], 43% a menos que em 2017, quando ocorreram 163 homicídios de policiais” (SOARES, 2018, p. 15).

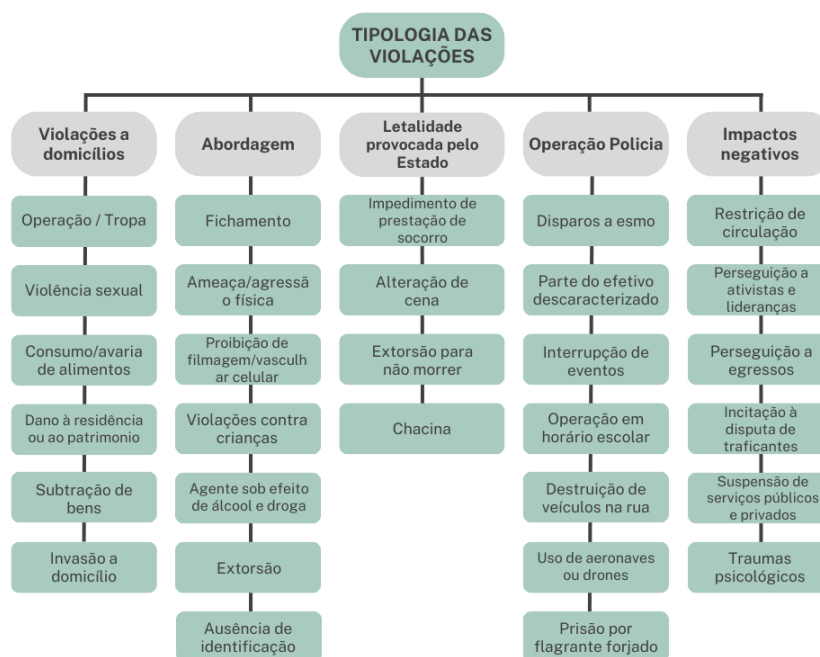
Do número total de policiais mortos, 24 morreram durante o serviço, 55 estavam de folga e 13 eram reformados, revela Soares (2018). Isso mostra que, durante o serviço, os policiais matam mais do que perecem, visto que Bottari (2018) revela que, em 11 meses, 1.444 pessoas foram assassinadas em confrontos, possivelmente por agentes (MISSE, 2008). Todavia, Soares (2018) aponta que as causas das mortes foram variadas: fora do trabalho, os policiais reagiram a assaltos ou intervieram em tentativas de roubo que testemunharam; durante o serviço, foram emboscados ou encontrados mortos com marcas de tiros; e foram assassinados em brigas ou discussões com civis ou por seus amigos da polícia.

Nas reportagens de *O Globo* sobre a Intervenção militar, existem discretas denúncias, que passam quase imperceptíveis, sobre crimes cometidos por militares, o que consideramos um silenciamento, já que não é concedido um espaço digno a essas violações de direitos. Podemos observar, conforme destaca Le Breton (2006), que o jornal, como uma instituição de certa autoridade, consegue decidir o que será iluminado e o que será mantido nas sombras, controlando o que será dito e o que será silenciado. Algumas pessoas vão identificar esse silêncio e outras não, pois esse processo depende de aspectos culturais e sociais. “O domínio do silêncio e das palavras é uma característica da autoridade institucional. A exigência do ‘direito à palavra’ marca precisamente a tentativa de quebrar este monopólio de iniciativa com vista ao restabelecimento da paridade” (LE BRETON, 2006, p. 58).

O Circuito de Favelas por Direitos (2018), em parceria com a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, fez valer o direito à palavra (LE BRETON, 2006). Criou o Relatório *Circuito de Favelas por Direitos 2018* para denunciar os abusos de autoridade e as

violências praticadas por soldados em territórios empobrecidos, temas silenciados pelos jornais. Segundo o *Circuito de Favelas por Direitos* (2018), foram realizadas pelo menos 17 operações em morros, periferias e cidades empobrecidas em todo o estado do Rio de Janeiro, resultando em mortes, balas perdidas e violações de direitos, que podem ser observadas no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Tipologias das violações de direitos na intervenção (2018)



Fonte: Relatório *Circuito de Favelas por Direitos* 2018.

No Gráfico 1, são evidenciados diversos crimes, como revistas a domicílios, abordagens e confrontos, resultantes no aumento da letalidade, especialmente em territórios populares, trazendo impactos negativos à vida das pessoas, situações pouco abordadas em *O Globo*. No *Circuito de Favelas por Direitos* (2018), as violações a domicílios ocorreram durante operações, realizadas geralmente por tropas inteiras. Essas tropas cometeram abusos sexuais, consumiram ou danificaram alimentos, destruíram residências e patrimônios, roubaram bens pessoais dos moradores e invadiram casas, muitas vezes na ausência dos residentes.

No que se refere às abordagens, o documento revelou que os moradores eram fichados como criminosos, e suas informações pessoais foram enviadas para um suposto banco de dados da polícia. Aqueles que resistiam à ação eram ameaçados ou agredidos fisicamente, sendo proibidos de filmar a atividade, tendo seus celulares vasculhados pelos agentes ou sendo extorquidos para evitar agressões e mortes; nem mesmo as crianças escapavam dessas revistas.

Conforme os entrevistados, era comum que os revistadores aparentassem estar sob efeito de álcool e/ou drogas (CIRCUITO DE FAVELAS POR DIREITOS, 2018).

O mesmo documento evidencia que os agentes de segurança causaram mortes nos territórios mais pobres do estado do Rio de Janeiro, geralmente por balas perdidas e chacinas. Foram ainda reportados casos em que eles deixaram de prestar atendimento médico adequado a pessoas atingidas, resultando em suas mortes. Moradores de diversas favelas do estado também denunciaram crimes como extorsão de vítimas para não matá-las e alteração das cenas dos crimes.

Em operações de segurança pública, o *Circuito de Favelas por Direitos* (2018) denunciou que policiais e militares disparavam de forma indiscriminada, aumentando o risco de balas perdidas. Eles não estavam devidamente identificados e uniformizados durante o serviço, o que dificultava a responsabilização em casos de crimes. As ações ocorriam a qualquer hora do dia, especialmente nas entradas e saídas das escolas, colocando as crianças em risco. Durante as incursões, frequentemente com o apoio de aeronaves de disparo e drones, eles interrompiam eventos, destruíam veículos nas ruas e realizavam prisões baseadas em flagrantes forjados, nos quais evidências eram plantadas ou manipuladas para incriminar injustamente os indivíduos.

O *Circuito de Favelas por Direitos* (2018) também revela os impactos negativos e significativos da militarização dos territórios empobrecidos na vida de seus habitantes. Durante a presença de profissionais de segurança, era comum que os moradores não pudessem circular livremente em suas comunidades, nem receber visitas. Visitantes e moradores que saíam da favela eram perseguidos pelos agentes. O relatório aponta ainda que os oficiais incitavam disputas entre facções criminosas rivais para gerar confrontos nas comunidades, o que resultava na suspensão de serviços públicos e privados essenciais à sobrevivência dos moradores, como energia elétrica, coleta de lixo, saúde e educação. A exposição constante à violência e à instabilidade provocava transtornos psicológicos, incluindo ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, depressão e dificuldades de relacionamento social (CIRCUITO DE FAVELAS POR DIREITOS, 2018).

Em resumo, constatamos que a cobertura de *O Globo* sobre a Intervenção militar no Rio de Janeiro, entre junho e dezembro de 2018, passou por mudanças. Inicialmente, eram frequentes as publicações de reportagens detalhadas. Contudo, ao longo dos meses, essas narrativas tornaram-se mais escassas, o que resultou em menor visibilidade dos crimes cometidos por militares em serviço. Observamos que o jornal tendia a silenciar violações de direitos, como invasões ilegais de domicílios, abordagens inadequadas e abusos de autoridade,

que contribuíram para o aumento da letalidade das forças policiais e militares — um tema apenas parcialmente debatido nos últimos meses da intervenção. Além de provocarem operações violentas, esses abusos impactaram negativamente a saúde mental dos moradores de favelas, periferias e áreas empobrecidas, como evidenciado no relatório de movimentos sociais. Assim, entendemos que a ausência de uma cobertura crítica e aprofundada sobre esses crimes revela uma lacuna significativa no jornalismo de *O Globo*. Essa lacuna poderia ser preenchida se o jornal reservasse um espaço para a voz das comunidades afetadas pela militarização urbana.

CONCLUSÕES

Esta tese analisou a cobertura jornalística de *O Globo* sobre as operações de Garantia da Lei e da Ordem (1992) e a Intervenção Federal (2018) no Rio de Janeiro, buscando compreender como a produção de sentido sobre essas ações reforçou uma continuidade histórica da ditadura civil-militar (1964–1985) e da escravidão (1500–1888). Ao incentivar, de forma direta e indireta, a presença militar em locais historicamente reprimidos e controlados, como favelas e periferias, o jornal contribuiu para a reprodução de práticas autoritárias que marcaram a história do Brasil desde o período da escravidão e se intensificaram durante a ditadura civil-militar. A pesquisa identificou os elementos e as estratégias narrativas que permitiram essa associação, bem como as consequências sociais e políticas da produção de sentidos e do processo de continuidade em relação às intervenções militares, entendidas como legados de períodos históricos repressivos e desumanos.

O estudo explorou as narrativas do jornal *O Globo*, com foco nas notícias e reportagens publicadas durante as operações de Garantia da Lei e da Ordem e de Intervenção Federal. Também foram consultadas outras fontes, como livros, artigos acadêmicos e relatórios de movimentos sociais e jurídicos, com o objetivo de aprimorar a análise, contextualizar os resultados e tensionar narrativas de *O Globo*.

As continuidades históricas da militarização urbana, analisadas nesta pesquisa, constituem as principais contribuições teóricas. Três linhas de continuidade foram identificadas nas reportagens que compõem o corpus deste trabalho: (1) a manutenção das estratégias políticas; (2) a conservação de práticas repressivas e controladoras; e (3) o aumento das políticas militares em favelas e periferias, em detrimento daquelas que garantem os direitos fundamentais de seus habitantes.

A presente tese demonstrou a continuidade de estratégias políticas que utilizaram a militarização para atender às necessidades das classes privilegiadas. Através das reportagens publicadas pelo jornal *O Globo* nos anos de 1992 e 2018, foi possível notar que alguns moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro manifestaram grande apoio à presença constante das Forças Armadas nas ruas, associando-a com a sensação de segurança.

Ao divulgar histórias que enfatizavam a insegurança em áreas privilegiadas e atribuíram à militarização a solução para esse problema, o jornal exerceu influência sobre a opinião pública, gerando um apelo por parte da população por políticas de segurança baseadas em intervenções militares. Em resposta a essa pressão, os políticos apresentaram planos com a

intenção de atender às necessidades de um eleitorado que correlacionava a presença militar à ordem e à proteção, reforçando sua base política.

Em 1992, César Maia, com o objetivo de atender às demandas dos moradores da Zona Sul, que temiam os arrastões nas praias, defendeu a presença de soldados na orla e a revista de ônibus provenientes de favelas e bairros periféricos. O jornal, ao divulgar apenas as declarações dos agentes de segurança, reforçava a ideia de que o perigo tinha origem externa, mais especificamente na Zona Norte, e não na área mais rica da cidade. O fluxo narrativo indicava, portanto, que as favelas localizadas em bairros como Copacabana e Ipanema não eram responsáveis pelos arrastões, os quais, segundo essa perspectiva, eram atribuídos às comunidades da Zona Norte. As narrativas jornalísticas de *O Globo*, em particular, apontavam jovens pobres, sobretudo negros, como os principais responsáveis pelos arrastões, sugerindo que os moradores das favelas da Zona Sul não deveriam estar envolvidos com a desordem, uma vez que o tráfico local demonstrava interesse em manter a ordem. Parecia que até o tráfico estava alinhado aos propósitos da elite carioca. A narrativa, portanto, indicava que os arrastões eram realizados exclusivamente por indivíduos da Zona Norte, excluindo até mesmo a possibilidade de jovens das classes médias e altas dos bairros nobres estarem envolvidos.

Embora não seja possível afirmar com certeza, dado o caráter acirrado da eleição, acreditamos que o destaque dado pelo jornal às propostas militares de César Maia e ao medo dos cariocas pode ter contribuído para sua vitória na prefeitura do Rio de Janeiro em 1992. Os eleitores da capital fluminense podem ter optado por um candidato que defendia a militarização urbana em detrimento de uma mulher, Benedita da Silva, que se opunha ao projeto por considerá-lo violento e excludente, especialmente em relação aos jovens negros e favelados, como ela mesma havia sido um dia. Com base nos estudos sobre racismo estrutural, essa figura do homem branco que defendia a militarização pode ter sido considerada mais preparada do que a de uma mulher negra, oriunda da favela, que ainda sofria com o preconceito social e racial.

Em 2018, o presidente Michel Temer, cuja popularidade havia sido prejudicada pelo impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff e pelas reformas previdenciária, trabalhista e educacional, decidiu intervir militarmente na segurança pública do estado do Rio de Janeiro como uma tentativa de recuperar a confiança popular. Apesar de não ter atingido o êxito

esperado⁶⁵, a estratégia resultou na militarização das favelas cariocas, dos bairros periféricos e dos municípios mais pobres do estado.

As favelas, em especial a Vila Kennedy, foram retratadas pelo governo Temer e seu interventor, Braga Netto, como verdadeiros laboratórios para a Intervenção militar, uma visão amplamente reproduzida pelo jornal *O Globo*. Nessa perspectiva, militares, historicamente treinados para a guerra e a eliminação de inimigos externos, passaram a administrar a vida e o território de certas populações. A mensagem implícita era a de que essas áreas e seus moradores eram os principais responsáveis pela violência urbana, justificando a presença das tropas nesses locais. Tratava-se de uma oportunidade para os soldados treinarem nesse “grande laboratório” contra a população local, com a possibilidade de repetir a estratégia em outras partes da cidade, caso fosse bem-sucedida.

Simultaneamente, *O Globo* começou a elaborar narrativas que legitimavam a atuação das tropas, concentradas nas favelas, apresentando-as como salvadoras do Rio de Janeiro e posicionando os moradores pobres como inimigos internos a serem enfrentados por tanques, armamentos pesados e soldados treinados para matar. Apesar das violências em comunidades específicas, o jornal produziu sentidos que indicavam uma satisfação geral da elite e dos policiais com a presença do Exército nas ruas.

Parecia que todos os que residiam ou trabalhavam na área mais rica do Rio de Janeiro, mesmo aqueles que não apoiavam o governo de Temer, estavam satisfeitos e faziam vários elogios à Intervenção Federal. Era como se essas pessoas se sentissem seguras em seus bairros devido à presença militar, uma sensação que não era tão frequente nos territórios populares. Isso se devia ao elevado valor atribuído às vozes de alguns moradores da Zona Sul, que se mostraram favoráveis às ações, e às entrevistas com agentes de segurança da mesma área, que enfatizaram a redução dos crimes, reforçando a ideia de que a intervenção foi exitosa e necessária.

Por conseguinte, foi possível observar a manutenção de práticas repressivas, como ações violentas, tratamento desigual direcionado a grupos sociais e raciais específicos, censura e restrição de circulação. Essas práticas foram acompanhadas por medidas de controle, tais como vigilância intensa, controle rigoroso de identificação, imposição de normas que restringiam o uso do espaço público e disciplina social.

⁶⁵ BRETAS, V. Com 82% de rejeição, Temer se torna presidente mais impopular da história. São Paulo, **Exame**, 10 jun. 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-82-de-rejeicao-temer-se-torna-presidente-mais-impopular-da-historia/>. Acesso em: 23 ago. 2024.

Em 1992, o objetivo central do Exército era controlar as favelas e as periferias, embora já tivesse, em algum momento, atuado contra crianças, pessoas em situação de rua e camelôs (trabalhadores autônomos e informais) nos espaços públicos. A meta era “limpar” a cidade para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “removendo”, como lixo, todas as pessoas que desmantelavam a imagem da metrópole desenvolvida, cosmopolita e organizada — sentidos que *O Globo* se esforçou para produzir e manter.

Após o término do plano das Forças Armadas para garantir a segurança e a ordem durante a Eco-92, alguns moradores da Zona Sul passaram a exigir a presença constante de agentes de segurança nas ruas, uma vez que haviam experimentado a sensação de circular livremente pelos espaços urbanos. Contudo, essa sensação de segurança não foi compartilhada pelos moradores da Zona Norte, onde a presença militar não se traduziu em um sentimento de proteção, revelando uma diferença nas experiências vividas nos distintos territórios da cidade.

Em 2018, os planos de segurança concentraram-se, sobretudo, nas favelas, nas periferias e nos municípios pobres do mesmo estado. Os soldados não se limitaram ao combate aos criminosos, mas também ao controle das populações locais, majoritariamente pobres e, em sua maioria, negras. Em geral, as pessoas com essas características eram revistadas, registradas e tiveram suas residências invadidas por militares, o que era justificado pela garantia da paz na metrópole, especialmente nas áreas onde residiam as pessoas ricas. Em outras palavras, as favelas e as periferias eram frequentemente reprimidas, o que transmitia a impressão de segurança para parte da elite carioca, que, de forma consciente ou não, via esses lugares como fontes de crime, habitados por pessoas perigosas.

Apesar de o jornal *O Globo* ter mencionado alguns crimes cometidos por militares em serviço, sem, contudo, nomear esses atos de forma explícita, sua cobertura foi superficial e não criticou os erros cometidos pelos soldados, evidenciando um processo de silenciamento. No entanto, o *Circuito de Favelas por Direitos* (2018), em conjunto com a Defensoria Pública da União, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, apresentou as violações que *O Globo* ignorou de forma sistemática. As denúncias incluíram invasões de residências, violência sexual, ameaças, chacinas, mortes, restrições à circulação, destruição de bens, extorsão, entre outras. Esse padrão de violência se concentrou em áreas menos privilegiadas, sem impacto significativo em bairros nobres ou em pessoas de classes favorecidas.

Assim, foi possível perceber que houve um grande investimento em ações repressivas direcionadas às populações pobres e negras, enquanto persistia a negligência em relação à garantia de seus direitos fundamentais.

Em 1992, as pessoas em situação de rua, as crianças que circulavam pelo espaço público e os vendedores informais eram frequentemente retratados como preguiçosos ou perigosos, além de agentes poluidores do meio ambiente urbano, sendo considerados sujeitos à remoção forçada pelo Exército, como se fossem lixo. Os sentidos expressos pelo jornal indicavam que, com a eliminação desses grupos, os moradores das classes médias e altas, tanto na Zona Sul quanto nos bairros da Zona Norte, como a Tijuca e o Méier, desfrutariam de uma vida tranquila no espaço público. As narrativas jornalísticas da época, ao reproduzirem as opiniões dos moradores dessas regiões específicas, reforçavam a necessidade de repressão a esses grupos e não exigiam do Estado a garantia dos direitos fundamentais que lhes eram negados, tais como saúde, educação, saneamento básico e segurança pública.

Semelhantemente, em 2018, o jornal *O Globo* afirmou que o Estado não estava presente nas comunidades faveladas e periféricas, e que a função dos soldados era, além de combater o crime, restabelecer a presença estatal nesses territórios. No entanto, o Estado nunca foi ausente; pelo contrário, sempre esteve presente, mas como produtor de violência e opressão, e não como garantidor de direitos. Além disso, o Exército, braço armado do Estado, permaneceu atuando de forma insatisfatória e controversa, sem assegurar as garantias necessárias às pessoas.

Notou-se, então, que a demanda da elite por repressão às favelas e periferias foi uma constante desde o pós-escravidão, passando pela ditadura militar até os dias atuais. Esse padrão revelou a continuidade de um processo no qual os direitos fundamentais dessas populações foram repetidamente negados e violados, com o intuito de manter a sensação de segurança da elite, uma vez que os pobres estavam sob controle.

Esta tese, portanto, ofereceu contribuições significativas para os estudos sobre militarização urbana, para o campo do jornalismo e, sobretudo, para a sociedade.

No campo acadêmico, evidenciamos que os projetos de militarização não são um fenômeno recente ou exclusivo da contemporaneidade. Desde o período da escravidão, com a criação das primeiras forças estatais e policiais, embora de forma diferente das que temos hoje, as populações negras e pobres foram alvo de repressão, violência e punição. Na ditadura, a militarização tinha como objetivo não apenas o controle dos corpos, reprimindo os opositores, mas também o controle das mentes, por meio da manipulação dos sistemas de ensino para uniformizar o pensamento. Atualmente, a principal diferença está no emprego de tecnologias, equipamentos e métodos que aprimoram a vigilância e o controle sobre indivíduos considerados perigosos ou responsáveis pelo caos. Em suma, apesar de a militarização das metrópoles ter adotado novos nomes e métodos, seu propósito fundamental permanece o mesmo: reprimir as populações mais pobres e aqueles que pensam e agem de forma diferente dos padrões da elite.

E mais, a análise realizada trouxe importantes contribuições para o campo do jornalismo. A pesquisa incentivou a reflexão crítica sobre as práticas jornalísticas e, sobretudo, estimulou a melhoria da qualidade da cobertura de temas complexos, como a segurança pública, a militarização e as relações contraditórias e problemáticas entre o Estado e a sociedade. Ao apontar as limitações da cobertura jornalística de *O Globo*, buscamos incentivar, por meio da inclusão de novas vozes no debate público, a valorização de novas perspectivas sobre o tema da insegurança no meio urbano. Embora o texto jornalístico seja influenciado por setores dos jornais, resultando em ajustamentos dos sentidos conforme os interesses editoriais, econômicos e políticos, é essencial que o profissional de comunicação reconheça sua responsabilidade ética e social, uma vez que suas narrativas afetam a sociedade e, sobretudo, a vida das pessoas.

Este estudo apresentou valiosas contribuições para a sociedade ao promover um olhar mais crítico sobre os jornais e as mídias em geral. Ele pode auxiliar os indivíduos a reconhecerem como as narrativas jornalísticas, em especial, visam influenciar e transmitir ideias para obter aceitação, delineando percepções sobre o mundo, interpretando eventos históricos e orientando debates sobre questões sociais complexas, como as discutidas nesta tese. Adicionalmente, a pesquisa contribuiu significativamente para as discussões públicas ao enfatizar, de forma qualificada e crítica, o papel das Forças Armadas e os efeitos da militarização urbana, bem como a relevância do jornalismo como um espaço que desenvolve consensos, destrói-os, disputa poder e produz sentidos.

Em relação às limitações da investigação, alguns poderiam argumentar que uma análise categorial tornaria o trabalho mais estruturado, e que a ausência dessa estratégia de organização seria um ponto negativo. No entanto, tenho divergências em relação a essa perspectiva. Embora haja continuidades, como já mencionado, os temas e as estratégias narrativas presentes em 1992 destoaram daqueles de 2018, refletindo as distintas demandas sociais e políticas de cada período. Sendo assim, as histórias do jornal também se modificaram conforme as necessidades da sociedade em cada época. Essa variação nas narrativas, influenciada por contextos sociais e políticos díspares, impediu a criação de categorias fixas, mas possibilitou a evidência dos diferentes fluxos narrativos presentes nos dois períodos analisados. As dissimilaridades entre esses contextos dificultariam a criação de categorias pré-estabelecidas, o que demonstra a complexidade das mudanças ocorridas entre os dois períodos e justifica a abordagem adotada.

De maneira mais específica, em 1992, tanto o jornal quanto os moradores do Rio de Janeiro demonstraram um desejo mais intenso de impedir que pessoas em situação de rua, crianças pobres e camelôs (trabalhadores informais) frequentassem o espaço urbano. Diversas matérias foram publicadas ao longo desse ano, enfatizando os danos sociais e financeiros

causados ao Rio de Janeiro, além do desconforto gerado por essas pessoas a alguns cariocas. Isto é, o desejo de militarização, frequentemente mencionado por *O Globo*, foi estrategicamente utilizado por César Maia durante sua campanha eleitoral.

Em 2018, por outro lado, os soldados foram apresentados de forma mais indireta como heróis, quase como figuras divinas, que salvariam o estado do Rio de Janeiro do mal, seja ele representado por criminosos ou, de forma mais sutil, por pessoas pobres. De maneira contraditória, os soldados não apenas lutariam contra o mal, mas estariam próximos das comunidades urbanas, que o jornal havia simbolicamente identificado como um risco. Dessa forma, eles ocupariam um espaço que, teoricamente, o Estado havia perdido. Digo teoricamente porque o Estado sempre esteve presente nessas comunidades, mas não para garantir direitos, e sim para reprimi-las. Embora os moradores de favelas e periferias não fossem diretamente identificados como criminosos, as ações da intervenção se concentravam nessas áreas, com planos de controle direcionados a essas populações. Isso, simbolicamente, sugeria que essas pessoas eram, em potencial, criminosas.

Portanto, apesar de as estratégias narrativas e os temas destacados pelo jornal terem sido diferentes em cada período, os pobres, de forma direta ou indireta, continuaram a ser retratados como um risco para a cidade ou para o estado, exigindo o controle sobre seus territórios e corpos.

Ainda como limitação da pesquisa, acredita-se que Ricoeur (2010) não tenha sido o autor mais indicado para tratar da continuidade histórica produzida por meio das narrativas. O autor considera que existe um mundo repleto de referências históricas, culturais e de sentidos (mimesis I), que serão selecionadas pelo narrador para elaborar sua narrativa, tecendo sua intriga (mimesis II). Ao ter acesso a essa narrativa, o leitor a reconfigura (mimesis III) com o intuito de devolver novos sentidos ao universo social. Para Ricoeur (2010), o processo interpretativo é espiralado, criando, continuamente, novos sentidos sobre o mundo. No entanto, entendemos que ele é, na verdade, cíclico, pois busca fixar o leitor nos mesmos sentidos.

Ao analisarmos a continuidade histórica da militarização urbana, cujas raízes se firmaram durante a ditadura civil-militar e se entrelaçam com um contexto mais amplo de opressão sistêmica à população negra, como a escravidão, identificamos uma persistente associação entre esses momentos históricos. Isso faz com que a sociedade, em sua dinâmica cotidiana, reproduza sentidos que perpetuam a violência estatal dirigida contra corpos negros, particularmente nos espaços urbanos, por meio das políticas de segurança. Essa perpetuação evidencia como a violência se torna um componente intrínseco da experiência na metrópole,

reforçando estruturas de poder que visam controlar e reprimir comunidades historicamente oprimidas.

A partir das narrativas jornalísticas de *O Globo*, tanto de 1992 quanto de 2018, observou-se que elas não seguiram o padrão espiralado proposto por Ricoeur (2010), mas, sim, um padrão cíclico e repetitivo. Embora a forma de contar as histórias tenha evoluído ao longo do tempo, a produção de sentidos sobre a cidade, as comunidades, a militarização urbana, bem como seu impacto na vida de pessoas pobres e negras, sofreu apenas modificações superficiais. Esta tese, portanto, evidenciou que as narrativas continuaram a perpetuar formas preconceituosas e opressivas de retratar a vida, o território e as questões sociais desses grupos. Essa constatação revelou a persistência da mesma formação simbólica, em vez da reconfiguração contínua do mundo sugerida por Ricoeur (2010).

Para superar a limitação identificada na pesquisa, foi necessário defender a existência de uma narrativa cíclica, contrariando a abordagem do autor inicialmente escolhido como referencial teórico e metodológico. Nesse contexto, recorre-se à obra de Adichie (2019) para destacar a ciclicidade das narrativas. Conforme argumenta a autora, as pessoas que ocupam posições de poder — majoritariamente brancas — criam histórias únicas e limitantes sobre as populações negras, restringindo a constante recriação de significados sobre elas. Adichie (2019) sublinha que a produção contínua de novos significados sobre os negros só será possível quando esse grupo ocupar lugares de influência na sociedade, seja por meio da formulação de políticas públicas voltadas para a comunicação, seja pela criação de narrativas que reflitam de maneira mais fiel a complexidade da própria realidade, contrariando a perspectiva de Ricoeur (2010). Portanto, é essencial uma mudança estrutural na sociedade que permita aos negros ocupar esses papéis, subvertendo as narrativas dominantes e promovendo representações mais diversas, em condições de igualdade com as pessoas brancas. Assim, será possível produzir novos sentidos com frequência, alinhando-se à proposta de Ricoeur (2010), que defende um processo de reconfiguração contínua e espiralada dos significados.

Ao confrontar as perspectivas de Ricoeur (2010), um filósofo europeu, com as de Adichie (2019), uma pensadora africana, torna-se evidente a necessidade de ampliar os horizontes dos estudos acadêmicos, incluindo estudiosos latino-americanos, caribenhos e africanos nas pesquisas sobre narrativas e militarização urbana. Essa integração é essencial para desafiar e superar as abordagens e metodologias eurocêntricas que, embora dominem os debates sobre história e cultura, muitas vezes se mostram insuficientes para identificar e problematizar as complexidades sistêmicas de países que sofreram os impactos devastadores da colonização. Nesse contexto, a decolonialidade pode ser uma ferramenta eficaz para desconstruir essas

narrativas cíclicas e construir narrativas verdadeiramente espiraladas, que valorizem não só as experiências dos povos africanos, latino-americanos e caribenhos, mas também seus próprios saberes.

Nesse mesmo sentido, novos estudos poderiam investigar como a ditadura civil-militar brasileira (1964–1985), um período de intensa militarização da vida social, afetou especificamente as populações negras. Tal pesquisa poderia iluminar a continuidade das práticas repressivas e racistas nas instituições de segurança pública, traçando uma linha direta entre as políticas implementadas durante o regime ditatorial e as táticas mais recentes de militarização. A investigação poderia examinar como essas práticas se perpetuaram ao longo das décadas, ainda impactando desproporcionalmente as comunidades negras. Na elaboração desta tese, tive a intenção de incorporar essa abordagem, embora ela não estivesse entre os objetivos principais. No entanto, enfrentei grandes desafios devido à escassez de estudos que adotem essa perspectiva — o que deve mudar nos próximos anos, uma vez que, somente em 18 de novembro de 2011, por meio da Lei 12.528, a então presidenta Dilma Rousseff instituiu a Comissão Nacional da Verdade⁶⁶, com o objetivo de investigar, recuperar e divulgar documentos que, até então, estavam sob o domínio de poucos, sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar⁶⁷.

Uma análise comparativa entre diferentes veículos de comunicação na cobertura de eventos relacionados à militarização poderia revelar padrões e divergências significativas nos sentidos produzidos sobre a cidade e seus habitantes. Ao comparar jornais de grande circulação com os considerados alternativos, por exemplo, seria possível identificar como diferentes narrativas são construídas e quais interesses podem estar subjacentes a essas produções de significado. Essa abordagem permitiria evidenciar o papel do jornalismo na manutenção ou contestação das narrativas sobre segurança pública e controle social. Outra possibilidade seria a realização de um estudo de caso detalhado sobre a cobertura de uma operação militar específica em uma favela. Esse tipo de pesquisa permitiria uma análise aprofundada de como as narrativas jornalísticas são moldadas em tempo real, oferecendo uma visão das escolhas editoriais e dos enquadramentos que definem a cobertura midiática. Tal estudo poderia

⁶⁶ BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.** Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 8 jan. 2025.

⁶⁷ BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **Acervos sobre o Regime Militar (1964–1985).** [Brasília]: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 04 jan. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/acervos/copy_of_acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985#:~:text=O%20arquivo%20da%20Comiss%C3%A3o%20Nacional,refer%C3%A2ncia%20CNV%20no%20campo%20pr%C3%B3prio. Acesso em: 21 nov. 2024.

contrastar a cobertura inicial com a posterior, buscando compreender as dinâmicas de revisão e reafirmação das narrativas ao longo do tempo.

Ademais, seria interessante realizar uma pesquisa qualitativa que incluísse entrevistas com jornalistas, militares, moradores das comunidades afetadas e outros atores sociais envolvidos direta ou indiretamente na militarização urbana, o que poderia proporcionar uma compreensão mais detalhada das percepções sobre os eventos e a própria cobertura jornalística. Essa abordagem permitiria acessar uma gama diversificada de perspectivas, enriquecendo o debate sobre as implicações éticas e sociais da militarização, além de destacar o papel do jornalismo na construção de seus sentidos.

Essas possíveis linhas de pesquisa, derivadas dos achados e das lacunas identificadas na pesquisa atual, não apenas aprofundam a compreensão sobre a militarização e os sentidos que ela produz no jornalismo, também contribuem para a discussão mais ampla sobre as dinâmicas de poder que permeiam a sociedade brasileira.

Esta tese oferece importantes contribuições sociais ao analisar a cobertura jornalística do jornal *O Globo* sobre as operações de Garantia da Lei e da Ordem (1992) e a Intervenção Federal (2018) no Rio de Janeiro. O estudo revelou como a produção de sentido em torno dessas operações não apenas reforçou a continuidade histórica com a ditadura civil-militar (1964–1985) e a escravidão (1500–1888), como também incentivou a presença militar em áreas historicamente reprimidas e controladas, como favelas e periferias. Ao evidenciar essa continuidade, a pesquisa demonstrou como a cobertura midiática contribuiu para a perpetuação de práticas autoritárias com raízes profundas na história do Brasil. A investigação identificou elementos e estratégias narrativas que sustentaram essa conexão, oferecendo uma compreensão mais crítica das consequências sociais e políticas da militarização. Desse modo, o estudo proporciona uma perspectiva mais ampla sobre os legados de períodos históricos repressivos e autoritários, destacando a necessidade de um debate mais profundo e reflexivo sobre as implicações éticas e sociais das intervenções militares.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. de A. Revolta Comunista de 1935. **Atlas Histórico do Brasil FGV – CPDOC**, [s.l.], 1998. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/6361>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ABREU, G. O. de. **O negro na ditadura: um estudo acerca da invisibilidade das experiências negras nas narrativas sobre o regime**. 2021. 163 f. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://buscaintegrada.ufrj.br/Record/aleph-UFR01-000917720>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- ABREU, M. S. de. Luto e culto cívico dos mortos: as tensões da memória pública da Revolução Constitucionalista de 1932 (São Paulo, 1932 – 1937). **Revista Brasileira de História**, Ituiutaba, v. 31, n. 61, p. 105 – 123, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/cfZfLbNYG9DQKYMqqMzLht/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGAMBEM, G. **Estado de Exceção: Homo Sacer, II, I**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEM, G. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. Califórnia: Stanford University Press, 1998.
- AGÊNCIA DO SENADO. Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial. Brasília – DF: **Agência do Senado**, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial#:~:text=A%20norma%20%C3%A9%20resultado%20de,deputados%20em%207%20de%20dezembro>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- AGOSTINI, C. Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 115 – 137, 2007. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2063>. Acesso em: 25 jul. 2023.
- ALESSANDRA, K.; DOEDERLEIN, N. No Brasil, racismo geralmente é punido como injúria. **Câmara dos Deputados**, Brasília - DF, 20 nov. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/389537-no-brasil-racismo-geralmente-e-punido-como-injuria/>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- ALMEIDA, F. de. **Jornais e jornalistas mineiros: a censura á imprensa a partir da vigência do AI-5**. 2014. 72 f. Monografia (Especialização em Culturas Políticas, História e Historiografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- ALMEIDA, G. T. L. de. **As relações entre Brasil e Estados Unidos durante o regime militar brasileiro (1964 – 1985)**. 2008. 77 f. Monografia (Bacharelado de Relações Internacionais) – Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008.

ALMEIDA, J. T. de; MACHADO, R. C. R. Gênero, raça e participação política da mulher negra: da visibilização à inclusão. **Revista Direito Público**, Brasília, v. 18, n. 98, p. 390 – 413, 2021. Disponível em:

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5324>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ALMEIDA, M. da. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 131 – 154, 2014.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/15086>. Acesso em: 28 jul. 2024.

ALVES, M. E. R. Feminismo e mulheres na resistência à ditadura brasileira de 1964 – 1985. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 47, p. 50 – 65, 2021. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/56080>. Acesso em: 24 jan. 2024.

AMARO, J. N.; GENTILLI, V. I. A ditadura militar e a censura no jornalismo impresso: uma análise dos jornais a Gazeta e Posição. In: Seminário de Comunicação e Territorialidades, 7., 2021, Espírito Santo. **Anais eletrônico** [...], Espírito Santo: Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidade, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufes.br/poscom/article/view/37819>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

AMORIM, A. S. de. **O governo de João Goulart, as reformas de base e o golpe de 1964**. 2022. 35 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2022.

ANUNCIAÇÃO, D. *et al.* (Des)caminhos na garantia da saúde da população negra e no enfrentamento ao racismo no Brasil. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 3861 – 3870, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/Lqd6jsjQByrvCVyxWCxkqjN/#>. Acesso em: 18 jan. 2024.

APOIO ao golpe de 64 foi um erro. **O Globo**, [s.l.], 31 mar. 1964. Disponível em:

<https://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em: 12 mar. 2024.

ARAÚJO, J. L. **O design da informação e o jornalismo**: a colaboração entre jornalistas e designers para a narração do acontecimento na reportagem jornalística. 2024. 526 f. Tese (Doutorado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Lisboa, 2024.

ARAÚJO, M. V. R. de; TEIXEIRA, C. F. A participação dos atores na formulação da política de saúde da população negra na cidade de Salvador. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 4, p. 1079 – 1099, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/xXmy9StqtGbpT5QVph4fckk/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jan. 2024.

ARRUDA, D. de O.; SANTOS, C. O. A Necropolítica e o Extermínio dos Corpos Negros em Tempos de Covid-19 no Brasil. **Revista NAU Social**, Salvador, v. 12, n. 23, p. 821 – 833, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/37297>.

Acesso em: 28 jun. 2024.

BARBOZA, R. da S.; PINHEIRO, L. F. A resistência da JUC e da UNE contra a ditadura nos anos 60. **Revista Relegens Thréskeia**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 262 – 278, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/relegens/article/view/79947/44024>. Acesso em: 22 jan. 2024.

BARRUCHO, L. 50 anos do AI-5: Os números por trás do 'milagre econômico' da ditadura no Brasil. **BBC News Brasil**, Londres, 13 dez. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45960213>. Acesso em: 28 mar. 2024.

BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Renan, 2003.

BECKER, D. Antirracismo começa em casa. **O Globo**, [s.l.], 14 jan. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/daniel-becker/post/2024/01/antirracismo-comeca-em-casa.ghtml>. Acesso em: 2 jul. 2024.

BELONIA, C. da S. Violência contra a mulher negra: do racismo ao estupro. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 24, p. 214 – 221, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/163163>. Acesso em: 25 jul. 2023.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, São Paulo, v. 53, p. 1 – 16, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/MjN8GzVSCpWtxn7kypK3PVJ/?lang=pt#>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BENTO, C. **Pacto da Branquitude**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, M. E. S. F. *et al.* O preconceito no recrutamento e seleção de pessoas. 2021. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Administração) – ETEC Padre Carlos Leôncio da Silva, São Paulo, 2021.

BENZAQUEN, C. O AI-2 é instaurado no Brasil – este dia na história. **Revista Relações Exteriores**, [s.l.], 26 jul. 2022. Disponível em: <https://relacoesexteriores.com.br/o-ai-2-entra-em-vigor-no-brasil/>. Acesso em: 8 fev. 2024.

BERCOVICI, G. A Organização Jurídica da Economia durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 183, n. 490, p. 199 – 241, set. – dez. 2022. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/22>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BERTASSO, A. Valores afroculturais e formação da subjetividade negra no romance Jubiabá, de Jorge Amado. In: ROCHA, W. H. A. da. **Racismo e antirracismo**: reflexões, caminhos e desafios. Curitiba: Editora Bagai, 2021.

BERTOLI, J. M.; MAFRA, L. A. S. Ressurge a Democracia? A influência da mídia no processo político brasileiro. **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 25 – 44, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/7312>. Acesso em: 12 mar. 2024.

BONTEMPO, V. L. Achille Mbembe: a noção de necropolítica. **Sapere aude: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 558 – 572, 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/24876>. Acesso em: 28 jun. 2024.

BORGES, J. L. **Ficções**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORTONE, E. de. A. O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) na construção da reforma do estado autoritário (1964 – 1968). **Revista Tempos Históricos**, Paraná, v. 18, n. 1, p. 44 – 72, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/view/11097>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BRAGA, L. R. B. de A. **A Juventude Universitária e a ditadura civil-militar brasileira: dos “ventos de abertura” aos “atos de fechamento” (1964-1968)**. 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo – RJ, 2021.

BRAGANÇA, J. da S. **“Porque o funk está preso na gaiola” (?)**: A criminalização do funk carioca nas páginas do Jornal do Brasil (1990-1999). 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jun. 2024.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 7 de dezembro de 1966**. Convoca o Congresso Nacional para se reunir extraordinariamente, de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, para discussão, votação e promulgação do projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 3.897, de 24 de agosto de 2001**. Fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3897.htm. Acesso em: 28 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018**. Decreta Intervenção Federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2018/decreto-9288-16-fevereiro-2018-786175-publicacaooriginal-154875-pe.html>. Acesso em: 5 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Complementar nº 1, de 17 de julho de 1962**. Complementa a organização do sistema parlamentar de governo e estabelece outras disposições. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp01-62.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Brasília, DF: Presidência da República, 2021. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114133.htm. Acesso em: 6 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 14 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.880, de 9 de outubro de 1980**. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. Brasília, DF: Presidente da República, 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6880.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.880%2C%20DE%209%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201980&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20dos%20Militares.&text=Art.%201%C2%BA%20O%20presente%20Estatuto,dos%20membros%20das%20For%C3%A7as%20Armadas. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidente da República, 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 26 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964**. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 7 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965**. Mantém a Constituição Federal de 1946, as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as alterações introduzidas pelo Poder

Constituinte originário da Revolução de 31.03.1964, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-02-65.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. São mantidas a Constituição de 24 de janeiro de 1967 e as Constituições Estaduais; O Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm. Acesso em: 8 fev. 2024.

BRODEUR, J. P. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 42, p. 481 – 489, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18507>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRUM, M. Representações urbanas e questão racial: o lugar dos negros na cidade. In: Sarmiento, É.; AZEVEDO, A.; ARAUJO, R. **Migrações e cidades nas Américas: debates históricos e contemporâneos**. Recife: Edupe, 2024.

CABREIRA, P. P. As “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”: uma análise da influência da Igreja Católica no golpe de 64. In: Congresso Internacional de História, 6., 2013, Maringá. **Anais eletrônico** [...], Maringá: Congresso Nacional de História, 2013. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2013/?l=trabalhos&id=166>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

CAMPOS, A. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Bertrand Brasil, 2012.

CAMPOS, P. H. P. Empreiteiros e imprensa: a atuação dos empresários da construção pesada junto aos veículos de comunicação antes e durante a ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1988). **Revista de História**, São Paulo, n. 177, p. 1 – 22, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/m7MzsnMjbXnRSDCDMtRLN4g/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2024.

CANO, I. Violência estrutural e suas repercussões na juventude. In: TAQUETTE, S. R. **Violência contra a mulher adolescente/jovem**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

CARDOSO, Y. R. G.; SOUZA, R. B. R. de. Dilma, uma “presidente fora de si”: o impeachment como um processo patriarcal, sexista e midiático. **Revista Pauta Geral: estudos em jornalismo**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 45 – 65, 2016. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/9158>. Acesso em: 9 jul. 2024.

CARVALHO, A. L. S. de. Resistência negra pelo movimento negro. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**, v. 2, n. 5, p. 173 – 176, jul. – out. 2011. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/345>. Acesso em: 26 mar. 2024.

CARVALHO, C. A. de. Entendendo as narrativas jornalísticas a partir da tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. **Revista Matrizes**, São Paulo, a. 6, n. 1, p. 169 – 187, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/48057>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CASA FLUMINENSE. **Mapa da desigualdade**: região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/mapa-da-desigualdade/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CASADO, J.; OTAVIO, C. O elo da Fiesp com o porão da ditadura. **O Globo**, [s.l.], 9 mar. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/o-elo-da-fiesp-com-porao-da-ditadura-7794152>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CASSOL, G. Tortura na ditadura militar brasileira (1964 – 1985). **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 20, n. 2, p. 33 – 46, jul. – dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/782>. Acesso em: 13 mar. 2024.

CASTRO, B. A. C. de. História de negros, memória de mulheres: narrativas sobre o espaço urbano. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 01, n. 36, p. 203 – 215, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/22025>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CASTRO, B. T. Repressão aos intelectuais e estudantes: aproximações entre Ato Institucional nº 2 e Lei Suplicy de Lacerda (1965 – 1968). **Sociedade e Cultura: Revista de Ciências Sociais**, Goiânia, v. 20, n. 2, p. 193 – 213, jul – dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/53072>. Acesso em: 05 fev. 2024.

CASTRO, R. Coletivo denuncia na OEA e no Capitólio violência policial contra negros em favelas do Rio e da Bahia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/epoca/noticia/2022/03/coletivo-denuncia-na-oea-no-capitolio-violencia-policial-contra-negros-em-favelas-do-rio-da-bahia-25433833.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CHADAREVIAN, P. C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis – SC, v. 11, ed. 20, p. 255 – 283, abr. 2012. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/70f1e095a60f1ad7614e5b861d572467/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1796430>. Acesso em: 22 jan. 2024.

CHAGAS, A. Sonho de Brizola, escolas de turno integral fracassam no RJ e RS. **Portal Educar do Terra**, [s.l.], 2011. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/sonho-de-brizola-escola-de-turno-integral-fracassa-no-rj-e-rs,819842ba7d2da310VgnCLD200000bbcecb0aRCRD.html>. Acesso em: 9 ago. 2024.

CHAGAS, F. da S. C. C.; TORNINCASA, C. L. C. T.; HAYAMA, G. S. Disparidade de raça no mercado de trabalho brasileiro: uma análise da desigualdade racial no mercado de trabalho brasileiro. **Revista do Encontro Nacional de Pós-Graduação**, Santos - SP, v. 07, n. 01, p. 361 – 365, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unisantia.br/index.php/ENPG/about/editorialPolicies#focusAndScope>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARLEAUX, J. P. Qual a lógica operacional da Intervenção Federal no Rio. **Nexo Jornal**, [s.l.], 20 mar. 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/03/20/qual-a-logica-operacional-da-intervencao-federal-no-rio>. Acesso em: 28 jun. 2024.

CIRCUITO DE FAVELAS POR DIREITOS. **Relatório 2018**. Rio de Janeiro: Defensoria Pública da União, Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, Ouvidoria Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://sistemas.rj.def.br/publico/sarova.ashx/Portal/sarova/imagem-dpge/public/arquivos/Relato%CC%81rio_Final_Circuito_de_Favelas_por_Direitos_v9.pdf. Acesso em: 6 ago. 2024.

CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271 – 302, set., 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/SXsL7dJ66LNpS5r3GCd638p/#>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COELHO, M. Tortura e suplício, ditadura e violência. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 148 – 162, jan. – jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/25698>. Acesso em: 13 mar. 2024.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas**. Niterói: Intertexto, 2001.

COLPO, C. D.; AZEVEDO, D. S. C. de.; ABREU, K. C. K. Piscinão de Ramos: benefício comunitário ou segregação social? **Revista de Recensões de Comunicação e Cultura**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1 – 10, 2009. Disponível em: <https://recensio.ubi.pt/modelos/documentos/documento5017.html?coddoc=2867>. Acesso em: 9 ago. 2024.

CONCEIÇÃO, J. Q. da. Representação dos negros no cinema nacional. **Revista Eletrônica Discente História.com**, Cruz das Almas, v. 17, n. 14, p. 340 – 249, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/historiacom/article/view/2570>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CORDATO, A. Os mecanismos institucionais da ditadura de 1934: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. **Revista de História**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 189 – 208, jul. – dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/VYsQZtND8PBNWp3Vm7XjRpx/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 25 jan. 2024.

CORDEIRO, J. M. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade em São Paulo: direitas, participação política e golpe no Brasil, 1964. **Revista de História**, São Paulo, n. 180, p. 1 – 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rh/a/N3y4qtLG8XkgR3gKP9yvwBm/#>. Acesso em: 23 jan. 2024.

COSTA, F. O. da C. A lógica da dominação presente no trabalho escravo colonial e no trabalho escravo contemporâneo. In: MIRAGLIA, L. M. M.; HERNANDEZ, J. do N.; OLIVEIRA, R. F. de S. (orgs.). **Trabalho escravo contemporâneo: conceituação, desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

COSTA, V. C.; BAPTISTA, T. W. de F.; CUNHA, M. B. da C. O SUS em territórios vulnerabilizados: reflexões sobre violência, sofrimento mental e invisibilidades nas favelas do Rio de Janeiro. **Revista Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 135, p. 974 – 986, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/8GTJmnK8DVRxsMhbBpgXMXs/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jan. 2024.

COUTINHO, G. dos S.; OLIVEIRA, de T. “Eu não tenho como te oferecer florzinha agora se eu recebi um monte de espinhozinho” – narrativa, racismo cotidiano e trauma no contexto escolar. **Revista Caderno de Letras**, v. 1, n. 40, p. 95 – 117, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/cadernodeletras/article/view/20721>. Acesso em: 26 mar. 2024.

DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

DELGADO, L. de A. N. D. O governo de João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Revista Tempo**, Niterói – RJ, v. 14, n. 28, p. 123 – 143, jun. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/CHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/abstract/?lang=pt#>.

Acesso em: 23 jan. 2024.

DEMIDOFF, O. A.; MATOS, M. V. A. B. de. Política, ideologia e movimento estudantil: a participação do C.A.C.O. na greve dos bondes de 1956. **Revista da Ordem dos Advogados do Brasil – RJ**, Rio de Janeiro, edição especial, n. 30, p. 1 – 30, dez. 2021. Disponível em: <https://bura.brunel.ac.uk/handle/2438/24045>. Acesso em: 29 jan. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **As dificuldades da população negra no mercado de trabalho**. São Paulo, DIEESE, 2023. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>. Acesso em: 16 nov. 2023.

DIJIK, T. A. V. O discurso do movimento negro unificado no Brasil. In: RESENDE, V. de M. (Org.). **Estudos do discurso: relevância social, interseccionalidade, interdisciplinaridade**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

DINIZ, F. C. de O. R. *et al.* “Não existe racismo no Brasil”: características e consequências de um fenômeno invisibilizado. **Journal of Research in Social Psychology**, v. 9, n. 1, p. 1 – 13, 2023. Disponível em:

<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/psicologiasocial/article/view/8268/7906>. Acesso em: 26 mar. 2024.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Revista Dimensões**, Vitória – ES, n. 21, p. 103 – 124, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2485>. Acesso em: 4 abr. 2024.

DUARTE, A. Repressão da ditadura militar também invadiu as salas de aula. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/repressao-da-ditadura-militar-tambem-invadiu-as-salas-de-aula-11896867>. Acesso em: 14 mar. 2024.

ELIAS, R. V. **Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio olímpico**. 2013. 97 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

ESCOBAR, G. V. **Memória da Militância Negra durante a Ditadura Militar no Brasil e a Luta Antirracista através do Acervo Fotográfico de Oliveira Silveira (1971-1988)**. 2014. 142 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2014.

ESTEVEZ, A. L. M. A Igreja e os Trabalhadores Católicos: um estudo sobre a Juventude Operária Católica. **Mneme – Revista de Humanidades**, Caicó - RN. v. 12, n. 29, p. 105 – 131, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/1028>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FARIA, T. R. de. **A participação dos Estados Unidos no golpe de Estado de 1964 no Brasil: a operação Brother Sam**. 2018. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados – MS, 2018.

FAVORETO, L. R.; INOCENCIO, R. E. Resenha do livro Estado de Exceção, de Giorgio Agamben. **Revista de Culturas Jurídicas**, Niterói – RJ, v. 9, n. 23, p. 218 – 228, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/56076>. Acesso em: 28 jun. 2024.

FERREIRA, Y. N. **Percursos do silêncio: as narrativas de Luiz Vilela**. 2015. 195 f. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FIGUEIREDO, A. do C. Racismo cordial desconstruído: uma leitura pós-positivista do papel da mulher negra no Brasil colonial. **Revista Ehum**, Belo Horizonte, v. 06, n. 01, p. 04 – 14, 2013. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/912>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FILGUEIRAS, J. M.; NEVES, R. M. Do “terrorismo” à resistência cultural: as oposições a ditadura militar representadas nos livros didáticos de história (1985-2002). **História Unicap**, Recife, v. 6, n. 11, p. 71 – 90, jan. – jun. 2019. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/historia/article/view/1399>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FILHO, H. F. Marighella: A emboscada policial que matou o guerrilheiro numa esquina de São Paulo. **O Globo**, [s.l.], 4 nov. 2021. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/marighella-emboscada-policial-que-matou-o-guerrilheiro-numa-esquina-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

FORATTINI, F. A seletiva “luta” contra a corrupção durante os primeiros anos da ditadura militar e o papel da grande imprensa. In: Congresso de História Internacional, 9., 2019, Maringá. **Anais eletrônico** [...], Maringá: Congresso de História Internacional, 2019. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3636284. Acesso em: 13 mar. 2024.

FORATTINI, F. M. A preparação e institucionalização do golpe de 1964 por meio do Ato Institucional nº 1 e o apoio da grande mídia. **Revista Captura Críptica**, Florianópolis, v. 8,

n. 1, p. 149 – 172, set. 2020. Disponível em:
<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/capturacriptica/article/view/3705>. Acesso em: 05 fev. 2024.

FORTUNA, E. O. “**Aprisionados**” pela mídia: representações da redução da maioria penal pelas páginas do jornal O Globo. 2017. 102 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FORTUNA, V. O. “**Rio do Porto Maravilha**”, **Rio de Sentidos**: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em:
<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2023.

FRAGA, A. B.; LAGO, M. C.; MOURELLE, T. Interpretações sobre a Revolução de 1930: história e historiografia. **Revista Antítese**, Londrina, v. 15, n. 29, p. 220 – 249, jan. – jul. 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/45383>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FRAGOSO, R. Saneamento básico pode passar a ser reconhecido como um direito na Constituição, decide CCJ. **Senado Federal**, Brasília – DF, 2022. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2022/07/07/saneamento-basico-pode-passar-a-ser-reconhecido-como-um-direito-na-constituicao-decide-ccj>. Acesso em: 18 jan. 2024.

FRANÇA, L. C. L. de. **Diversidade e inclusão como fatores diferenciadores para obtenção de vantagens competitivas nas organizações**. 2022. 84 f. Dissertação (Mestrado em Marketing e Comunicação) – Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, 2022.

FRANCESCO, W. Documentos dizem que Roberto Marinho (Rede Globo) foi principal articulador da Ditadura Militar. **Jusbrasil**, [s.l.], 2015. Disponível em:
<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/documentos-dizem-que-roberto-marinho-rede-globo-foi-principal-articulador-da-ditadura-militar/167727889>. Acesso em: 12 mar. 2024.

FRANCO, L. Presença maior de negros na mídia tem ‘mais a ver com consumo do que representatividade’, diz Nei Lopes. **BBC News Brasil**, São Paulo, 20 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-50482127>. Acesso em: 2 jul. 2024.

FURTADO, A. C. R. Ditadura militar, tortura, filhas e filhos: depoimentos sobre experiências traumáticas vividas durante a infância. In: Encontro Regional Nordeste de História Oral, 11., 2017, Fortaleza. **Anais eletrônico** [...], Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em:
https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/resources/anais/7/1493996257_ARQUIVO_TextoIntegralparaAnais.pdf. Acesso em: 13 mar. 2024.

GANDRA, A. Pesquisa mostra forte desigualdade racial na grande mídia brasileira. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mai. 2023. Disponível em:
<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/pesquisa-mostra-forte-desigualdade-racial-na-grande-midia-brasileira>. Acesso em: 2 jul. 2024.

GARCIA, S. F. **Burocracia e controle político**: estudo de caso da Controladoria e Auditoria Geral do Estado (CAGE). 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

GENTILLI, V. O jornalismo brasileiro do AI-5 à distensão: “milagre econômico”, repressão e censura. **Revista Estudos de Jornalismo e Mídia**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 87 - 99. 2004.

Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2075/1817/6199>. Acesso em: 22 fev. 2024.

GESTEIRA, L. A. M. G. A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul. **Revista Scientia Plena**, v. 10, n. 12, p. 1 – 20, dez. 2014. Disponível em:

<https://www.scienciaplena.org.br/sp/article/view/2062>. Acesso em: 24 jan. 2024.

GOMES, Maria. **“Violência Policial tem CEP”**: gramática das emoções nas narrativas e vivências de uma família moradora do Complexo de Favelas da Maré. 2023. 90f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

GOMES, N. L. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação e sociedade**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 727 – 744, jul. – set. 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/wQQ8dbKRR3MNZDJKp5cfZ4M/?lang=pt&format=html>.

Acesso em: 26 mar. 2024.

GORBERG, M. Entre a negrofilia e a negrofobia: caricaturas dos anos 1920 em perspectiva transnacional. **Revista Brasileira de História**, v. 42, n. 89, p. 61 – 92. 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/3q4kJSsFj9bhb3j6Nh4LSBD/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 17 ago. 2024.

GRAHAM, S. **Cidades sitiadas**: o novo urbanismo militar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUEDES, A.; LEMOS, L. Quase 40 anos após assassinato, Margarida Alves continua símbolo de resistência. **Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres na UFPB**, [s.l.], 18 ago. 2021. Disponível em:

<https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/38-anos-apos-assassinato-margarida-alves-continua-simbolo-de-luta-e-resistencia>. Acesso em: 26 mar. 2024.

GUISOLPHI, A. J. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. *In*: Encontro Estadual de História, 10., 2010, Santa Maria – RS. **Anais eletrônico [...]**, Santa Maria – RS: Encontro Estadual de História, 2010.

Disponível em: [http://www.eeh2010.anpuh-](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1274665716_ARQUIVO_TextoHistoriaPoliticaIAnpuhRS2010.pdf)

[rs.org.br/resources/anais/9/1274665716_ARQUIVO_TextoHistoriaPoliticaIAnpuhRS2010.pdf](http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/9/1274665716_ARQUIVO_TextoHistoriaPoliticaIAnpuhRS2010.pdf). Acesso em: 19 de jul. 2022.

GURGEL, A. M., GUEDES, C. A., FRIEDRICH, K. Flexibilização da regulação de agrotóxicos enquanto oportunidade para a (necro)política brasileira: avanços do agronegócio e retrocessos para a saúde e o ambiente. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 57, n. especial, p. 135 – 159, 2021. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/79158>. Acesso em: 28 jun. 2024.

IANNI, O. Tipos e mitos do pensamento brasileiro. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 7, p. 176 – 187, jan. – jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/MvYvyDPcPntPvfwZgzKWWWK/#>. Acesso em: 13 mar. 2024.

JAMBEIRO, O. *et al.* **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação. Salvador: Edufba, 2004.

JESUS, A. S. Tráfico de pessoas para o trabalho escravo. **Cadernos De Graduação – Ciências Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 04, n. 02, p. 61 – 70, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/3946>. Acesso em: 25 jul. 2023.

JUNIOR, A. F.; BITTAR, M. Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar. **Caderno Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 333 – 355, set. – dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Y59LVTRh6zQ8WCyXYkkRGQt/?format=html>. Acesso em: 14 mar. 2024.

KENY, D.; PEREIRA, D. No ano em que lembramos os 50 anos do golpe que instaurou uma ditadura militar no Brasil [...]. **Revista Raça**, [s.l.], 17 out. 2016. Disponível em: <https://revistaraca.com.br/o-negro-na-ditadura-militar/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

KHOURY, Y. A. **Notícias de Arquivo** – no rastro de memórias silenciadas. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 407 – 414, jun. 2005.

KIELING, C. G.; ROPERO, J. M. P. Debates midiáticos sobre reforma agrária em contextos de ruptura institucional: 1932 – 1936 na Espanha e 1964 no Brasil. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 187 – 209, jun. 2022. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/78578>. Acesso em: 31 jan. 2024.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Edusp, 2001.

LACERDA, N. F. Pensamento racista no Brasil pós-abolição: breve reflexão sobre racismo estrutural. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 21, p. 181 – 203, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/83524>. Acesso em: 18 jan. 2024.

LE BRETON, D. **El silencio**. Madri: Ediciones Sequitur, 2006.

LEÃO, A. da S. *et al.* Mulheres, homossexuais, indígenas e negros na ditadura civil militar: uma análise sobre as minorias no regime político. **Das Amazônias: Revista discente de história da UFAC**, Rio Branco, v. 2, n. 2, p. 45 – 58, ago. – dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/amazonicas/article/view/3232>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LEMO, R. Ditadura militar, violência política e anistia. *In*: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. **Anais eletrônico** [...], Londrina: ANPUH - Brasil, 2005. Disponível: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548206569_a081156f2e34754ede3de2a3afda6675.pdf. Acesso em: 19 de jul. 2022.

LESSA, D. Especial Saneamento 4 - Doenças provocadas pela falta de saneamento (05' 51"). **Câmara dos Deputados**, Brasília - DF, 15 mai. 2006. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/270998-especial-saneamento-4-doencas-provocadas-pela-falta-de-saneamento-05-51/>. Acesso em: 16 nov. 2023.

LIMA, F. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. especial, p. 20 – 33, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003. Acesso em: 28 jun. 2024.

LOPES, L. D.; SANTOS, R. A. dos. A Constituição do Estado Novo. In: GOMES, J. de. S.; ZAMARIAN, L. P. **As Constituições no Brasil**: análise histórica das Constituições e de temas relevantes ao constitucionalismo pátrio. Birigui – SP: Boreal Editora, 2012.

MACEDO, E. U. Religiosidade popular brasileira colonial: um retrato sincrético. **Revista Ágora**, Vitória – ES, v. 1, n. 7, p. 1 – 20, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1918>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MACEDO, K. W. R. **“O Brasil precisa de você”**: o discurso anticomunista na cinematografia do IPÊS (1961 – 1962). 2023. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2023.

MACEDO, Y. M.; ORNELLAS, J. L.; BOMFIM, H. F. do. Covid-19 nas favelas e periferias brasileiras. **Revista Boletim Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 02, n. 04, p. 50 – 54, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/149>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MACHADO, V. M. P. A campanha da legalidade. **Cadernos da Escola de Educação e Humanidades**, Curitiba, v. 01, n. 06, p. 06 – 07, 2011. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernoseducacaoehumanidades/article/view/2085>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MACIEL, D. Ditadura militar e capital monopolista: estruturação, dinâmica e legado. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 64 – 78, jan. – jun. 2014. Disponível em: https://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/david_maciel.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

MADEIRO, C. Repressão aos negros: documentos mostram como a ditadura espionou movimento contra o racismo, com agentes infiltrados e perseguições. **Uol**, Maceió, 31 mar. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/ditadura-militar-espionou-movimento-negro-reprimiu-e-infiltrou-agentes/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAGALHÃES, R. V. **O segundo governo Vargas e o trabalhador rural**: propostas políticas por uma legislação trabalhista no campo (1950-1954). 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2016.

MAGRI, P. H. R. A atuação do IBAD em Goiás. O papel dos diários associados nas eleições de 1962: um estudo de caso do jornal Folha de Goyaz. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 161 – 180, ago. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/58927>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MAIA, R. Concentração de riqueza e racismo no Brasil. **O Globo**, [s.l.], 30 out. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/rachel-maia/coluna/2023/10/concentracao-de-riqueza-e-racismo-no-brasil.ghhtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MALLMANN, H. V.; SILVA, A. L. R. da. Novos sentidos sobre o Brasil Grande Potência: uma análise discursiva sobre a política externa do governo Médici (1969 – 1974). **Journal of the Global South, Australia**, v. 13, n. 64, p. 99 – 116, out. – dez. 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/207187>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MANSAN, J. V. **O binômio “Segurança e Desenvolvimento”**: propaganda, controle social e educação superior durante a ditadura militar no Brasil (1964-1988). *Cadernos de História da Educação*, Uberlândia, v. 21, p. 1 – 25, set. 2022.

MARINHO, D. G. de A.; SILVA, A. G. F. da. **A invenção da educação subversiva**: comunismo de jornal, o governo dos USA e a ditadura civil-militar brasileira. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 19, n. 2, p. 83 – 98, mai. – ago. 2020.

MARINHO, R. Julgamento da Revolução: Editorial de Roberto Marinho sobre os 20 anos do governo militar instaurado em 1964. **Grupo Globo – História**, [s.l.], 7 out. 1984. Disponível em: <https://historia.globo.com/memoria-roberto-marinho/opinioao/noticia/julgamento-da-revolucao.ghhtml>. Acesso em: 12 mar. 2024.

MARTINS, H. M. A história da Engenharia Ambiental no Brasil: desenvolvimento, desafios e perspectivas. **Recima21 – Revista Científica Multidisciplinar**, São Paulo, v. 4, n. 7, p. 1 – 14, 2023. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/3646>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MARTINS, J. de S. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 97 – 128, out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/3cKRhQt3XTpyYLnPRQYsMFw/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 mar. 2024.

MARTINS, M. do C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 51, p. 37 – 50, jan. – mar., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/7yMGWJjk4j7Fr3LLjdjWHDR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2024.

MATHEUS, L. C. Paul Ricoeur e a narrativa além do gênero discursivo. **Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, São Paulo, n. 46, p. 1 – 16, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/47550>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MATHEUS, L. C.; SILVA, P. H. Território retomado: o noticiário sobre operações militares em favelas no Rio de Janeiro. **Revista Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 44 – 60, 2013. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/831. Acesso em: 25 abr. 2024.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MEIRELES, M.; BRANDINO, G. Militares viram no movimento negro afronta à ideologia racial da ditadura. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 30 mar. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/03/militares-viram-no-movimento-negro-afronta-a-ideologia-racial-da-ditadura.shtml#:~:text=Para%20os%20agentes%20da%20repress%C3%A3o,organiza%C3%A7%C3%B5es%20negras%20em%20v%C3%A1rios%20estados>. Acesso em: 1 abr. 2024.

MEIRELLES, R. Educação, Cultura, Periferia e Racismo. **Instituto Locomotiva**, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/estudos/educacao-cultura-periferia-e-racismo/>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MEIRELLES, R. Um país chamado favela. **Outras palavras**, São Paulo, 2022. Disponível em: https://outraspalavras.net/wp-content/uploads/2023/03/Pesquisa-expofavela_datafavela.pdf. Acesso em: 10 nov. 2023.

MENDES, K. T.; CHAGAS, D. P.; PENNA, L. H. G. Saúde, cidadania, drogas e situação de rua: reflexões e caminhos para novas concepções. In: RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. C. (Orgs.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MENDONÇA, G. H. de; FABRIZ, D. C. O papel das empresas brasileiras no combate ao racismo institucional. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, Ijuí – RS, v. 10, n. 20, p. 01 – 16, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/12951>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MENDONÇA, K. **A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa**. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MEZZARROBA, O. Plano Cohen: a consolidação do anticomunismo no Brasil. **Sequência: estudos jurídicos e políticos**, Santa Catarina, v. 13, n. 24, p. 92 – 101, set. 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16143>. Acesso em: 23 jan. 2024.

MILANEZ, B. A. V. A desmilitarização da polícia: elementos transdisciplinares para a afirmação de uma lógica policial constitucional. **Revista Justiça e Sistema Criminal**, Curitiba, v. 6, n. 11, p. 143 – 160, 2014. Disponível em: <https://revistajusticaesistemacriminal.fae.edu/direito/article/view/34>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MISSE, M. Dizer a violência. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 1 – 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802008000200001>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 371 – 385, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/4865>. Acesso em: 25 abr. 2024.

MISSE, M.; GRILLO, C. C.; NERI, N. E. Letalidade policial e indiferença legal: a apuração

judiciária dos ‘autos de resistência’ no Rio de Janeiro (2001-2011). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 43 – 71, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7316>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MONSMA, K. Linchamentos raciais no pós-abolição: uma análise de alguns casos excepcionais do Oeste Paulista. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 6., 2013. Santa Catarina. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Catarina: Grupo de Pesquisa Africanos e seus descendentes no Brasil, 2013. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Karl-Martin-Monsma-texto.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2023.

MONTAGNER, P.; BRANDÃO, S. M. C. Desemprego: novos aspectos de um velho problema. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 1, p. 36-45. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v10n01/v10n01_05.pdf. Acesso em: 11 dez. 2024.

MORAIS, E. C. de. A reforma Pereira Passos 1902 – 1906 no Rio de Janeiro e a contribuição para o surgimento da favela. **Humanidades em Revista**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 89 – 102, 2023. Disponível em: <https://seer.unirio.br/hr/article/view/12511>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MOTTA, J. F.; MARCONDES, R. L. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 30, n. 02, p. 267 – 299, 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/117645>. Acesso em: 25 jul. 2023.

MOTTA, R. P. S. A “Intentona Comunista” ou a construção de uma legenda negra. **Revista Tempo**, Niterói – RJ, n. 13, p. 189 – 207, jul. 2002. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167018088007>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MUNHOZ, S. J. Ecos da emergência da Guerra Fria no Brasil (1947 – 1953). **Revista Diálogos**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 41 – 59, jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/37763>. Acesso em: 29 jan. 2024.

NASCIMENTO, B. Historiografia do Quilombo. In: União dos Coletivos Pan-Africanistas (org). **Beatriz Nascimento, intelectual e quilombola**: Possibilidade nos dias de destruição. São Paulo: Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, B. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, M. I. G. do. **Desvendando o véu da opacidade**: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros. 2020. 336 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2020.

NASCIMENTO, R. “Ditadura nunca mais”: A repressão e o esquecimento dos negros na luta pela democracia. **Mundo negro**, [s.l.], 31 mar. 2021. Disponível em: <https://mundonegro.inf.br/ditadura-nunca-mais-a-repressao-e-o-esquecimento-dos-negros-na-luta-pela-democracia/>. Acesso em: 1 abr. 2024.

NASCIMENTO, V. F. do. *et al.* Relações de pessoas em situação de rua com uso de substâncias psicoativas. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 35, n. 1, p. 29 – 49, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/43479>. Acesso em: 12 dez. 2020.

NAZÁRIO, J. G. **A representatividade dos corpos negros na mídia cinematográfica**. 2023. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023.

NETO, A. S.; MACIEL, L. S. B. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 01, n. 31, p. 169 – 189, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VKN68qKSCDDcvmq5qC7T6HR/#>. Acesso em: 18 jan. 2024.

NETO, A. T. P. **O afeto e a falta: corpo preto, hipersexualização e amor na obra do repper Rico Dalasam**. 2023. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduado em Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

NOHLEN, D. Presidencialismo vs. Parlamentarismo en America Latina: notas sobre el debate actual desde una perspectiva comparada. **Revista de Estudios Políticos**, Espanha, v. 01, n. 74, p. 43 – 54, out. – dez. 1991. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/27142.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.

OBSERVATÓRIO DA INTERVENÇÃO. A intervenção acabou. Quanto custou?. Rio de Janeiro: **Centro de Estudos de Segurança e Cidadania**, 2018. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/projeto/observatorio-da-intervencao/>. Acesso em: 6 ago. 2024.

OLIVEIRA, D. **Raça e gênero no Brasil do século XXI: como a mídia (in)forma essa discussão**. 2022. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

OLIVEIRA, G.; REGO, A. Q. As representações sociais como condicionante do espaço: o discurso da violência no funk carioca e a percepção social dos territórios no Rio de Janeiro. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, [s.l.], v. 11, n. 84, p. 326 – 339, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/377067534>. Acesso em: 22 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. Pouca atenção a uma história mal-contada. **Observatório da imprensa**, [s.l.], 7 set. 2006. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/pouca-atencao-a-uma-historia-malcontada/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

OLIVEIRA, R. C. de; GRUPP, G. O racismo estrutural diante da (in)eficiência das medidas de combate à discriminação racial no Brasil: uma análise a partir do tratamento dos crimes raciais no estado do Paraná. **Revista da Defensoria Pública da União**, Brasília – DF, n. 16, p. 57 – 72, 2021. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/502>. Acesso em: 19 jan. 2024.

OLIVEIRA, R. S. de. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808 – 1930). **Historiae**, v. 2, n. 3, p. 125 – 142, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2614>. Acesso em: 28 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 12 dez. 2020.

ORLANDI, E. P. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2007.

OSÓRIO, I. M. Transporte de escravos no Atlântico – arqueação e mortalidade nos navios negreiros. *In: Encontro Internacional de Jovens Investigadores em História Moderna*, 4., 2015, Porto – Portugal. **Anais eletrônicos [...]**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/19616>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PAIXÃO, C. Entre regra e exceção: normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964 – 1985). **Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 227 – 241, jul. – dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historiadodireito/article/view/78728/43002>. Acesso em: 05 fev. 2024.

PAIXÃO, C. N. A. da. Da Constituição de 1934 ao golpe do Estado Novo: autoritarismo e disputas políticas em tempos de democracia liberal-burguesa. **Revista Binacional Brasil – Argentina**, Santa Fé – Argentina, v. 10, n. 20, p. 166 – 194, jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/8761>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PANDOLFI, D. C. Os anos 30: as incertezas do regime. *In: Simpósio Nacional da História*, 22., 2003, João Pessoa. **Anais eletrônico [...]**, João Pessoa: ANPUH, 2003. Disponível em: https://www.anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177544_f2e92f509ac7b6d2afca12c9afb2e651.pdf. Acesso 24 jan. 2024.

PANTA, M.; SILVA, M. N. da. Segregação urbana e racial na cidade: o “lugar” da população negra em Londrina. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**, v. 12, n. 34, p. 412 – 438, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1144>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PAULINO, A. E. L. O impacto do “milagre econômico” sobre a classe trabalhadora segundo a imprensa alternativa. **Revista Katál, Florianópolis**, v. 23, n. 3, p. 562 – 571, set. – dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/sXk5ZyqcRkx5DHBCCfj8rLN/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2024.

PEREIRA, A. A. De coadjuvante a vilão: a narrativa jornalística sobre João Goulart nas Páginas do Correio da Manhã em março de 1964. *In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 38., 2015, Rio de Janeiro. **Anais eletrônico [...]**, Rio de Janeiro: Intercom, 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0718-1.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PEREIRA, F. da H. **Política Nacional para a população em situação de rua**. Curitiba: Appris, 2019.

PEREIRA, R. L. **Forças Armadas e Constituição: Garantia da Lei e da Ordem e Intervenção Federal**. 2014. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Direito Constitucional) – Universidade Anhanguera, [s.l.], 2014.

PEREIRA, T. A. Z. Mortalidade entre brancos e negros no Rio de Janeiro após a abolição. **Revista de Estudos Econômicos**, v. 46, n. 2, p. 439 – 469, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ee/a/RyHTmk4FSZrZdX8kS8P3kYf/?lang=pt#>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PETIZ, M. M. Direito à tolerância, ao meio ambiente de trabalho adequado e as restrições ao discurso de ódio como difamação de grupo. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v. 08, n. 02, p. 01 – 30, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revce/article/view/e42552>. Acesso em: 18 jan. 2024.

PINSKY, J. **A escravidão no Brasil: as razões da escravidão, sexualidade e vida cotidiana, as formas de resistência**. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, B. L. P. **Falas do Complexo de Favelas da Maré: a análise de quem vem sobrevivendo**. 2023. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras – Português com Literaturas Brasileiras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

PINTO, J. K. R. O Tribunal de Segurança Nacional e sua atuação no Brasil dos anos 1930 e 1940. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, n. 41, p. 120 – 144, dez. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/83753>. Acesso em: 25 jan. 2024.

PIOVEZAN, A. Rituais fúnebres militares: o túmulo dos Fuzileiros Navais mortos na Intentona Integralista de 1938. In: Simpósio Nacional de História, 29., 2017, Brasília – DF. **Anais eletrônico [...]**, Brasília: Simpósio Nacional de História, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1501679978_ARQUIVO_PIOVEZANMt_extocompleto.pdf. Acesso em: 26 jan. 2024.

PIRES, T. R. de O. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 1054 – 1079, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/DWf3hXwfgJdxQY3CJ8gCgvj/?lang=pt#>. Acesso em: 20 mar. 2024.

POPOLIN, G.; OLIVEIRA, A. P. S. Memórias subterrâneas no documentário Cidadão Boilesen. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, 17., 2016, Curitiba. **Anais eletrônico [...]**, Curitiba: Intercom, 2016. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/sul2016/lista_area_DT04.htm. Acesso em: 13 mar. 2024.

PORTO, M. S. G. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 132 – 141, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/TgPhFYtfPm5cvLm3fXXBXWr/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 28 jun. 2024.

PUPO, S. A. O mito do herói em Ziggy Stardust. In: Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas, 11., 2016, Londrina. **Anais eletrônico [...]**, Londrina: SEPECH, 2016. Disponível

em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/o-mito-do-heri-em-ziggy-stardust-23557>. Acesso em: 12 jul. 2024.

QUELER, J. J. A roupa nova do presidente: a politização da imagem pública de Jânio Quadros (1947-1961). **Estudos de Cultural Material**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 45 – 69, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/6dzb9JYP78HghQt7btZp8Ft/?lang=pt>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

RANGEL, R. de P. A.; SANCHEZ, C. J. P. Violação dos direitos humanos no período da ditadura no Brasil: e a comissão da verdade. **Revista ETIC – Encontro de Iniciação Científica**, [s.l.], v. 9, n. 9, p. 1 – 7, 2013. Disponível em: <http://intertemas.toledoprudente.edu.br/index.php/ETIC/article/view/3539>. Acesso em: 05 fev. 2024.

RIBEIRO, A. Como matar lentamente a si mesmo e continuar vivendo? **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)**, [s.l.], v. 11, n. 30, p. 96 – 107, 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/788>. Acesso em: 6 ago. 2024.

RIBEIRO, L. C. de Q.; JUNIOR, O. A. dos S. Democracia e segregação urbana: reflexões sobre a relação entre cidade e cidadania na sociedade brasileira. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales**, Santiago – Chile, v. 29, n. 88, p. 80 – 95, 2003. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612003008800004. Acesso em: 18 jan. 2024.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Vol. 1. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROCHA, L. Democracia e militarização no Rio de Janeiro. In: LEITE, M. **Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção**. Rio de Janeiro: Marula, 2018.

ROCHA, L. T. M. P.; SILVA, R. C. M. da. O mito do herói: uma análise da personagem Teodoro Bicanca, de Renato Castelo Branco. **Revista Humanares**, v. 5, n. 1, p. 151 – 166, 2023. Disponível em: <https://revistahumanares.uespi.br/index.php/HumanaRes/article/view/199>. Acesso em: 11 jul. 2024.

ROCHA, P. D. Forças Armadas e Segurança Pública no Brasil: um perfil do emprego das Operações de Garantia da Lei e da Ordem (1992 – 2020). **Agenda Política**, v. 9, p. 216 – 243, 2021. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/505>. Acesso em: 25 abr. 2024.

ROCHA, R. da F. A cor da desigualdade: a Política de Saúde da População Negra. **Casa de Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, 21 ago. 2023. Disponível em: <https://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/2478-especial-o-ministerio-da-saude-e-o-pni-a-cor-da-desigualdade-a-politica-de-saude-integral-da-populacao-negra.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RODRIGUES, I. de S. *et al.* A gênese da situação de rua no Brasil. In: RODRIGUES, I.; FERNANDES, D. C. (Orgs.). **Cidadãos em situação de rua: dossiê Brasil – grandes cidades**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

RODRIGUES, J. P. Dos embates da política aos canteiros da memória: a “Revolução Constitucionalista” entre o fracasso bélico e o triunfo dos ideais (1932 – 1934). **Revista Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 182 – 206, jan. – jun. 2012. Disponível em: <http://200.145.164.4/index.php/pem/article/view/113>. Acesso em: 25 jan. 2024.

RODRIGUES, W. H. de S. **Estereótipos e representações dos corpos dos homens negros e os efeitos em suas construções identitárias**. 2023. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologia) – Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, 2023.

ROLLEMBERG, D. Carlos Marighella e Carlos Lamarca: memórias de dois revolucionários. In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (Orgs.). **As esquerdas no Brasil: revolução e democracia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ROQUE, C. E. A. H. **Criminosos, carentes ou doentes?** Representações de pessoas em situação de rua nas páginas de um jornal carioca em 2017. 2021. 130 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

ROSA, S. O. da. “Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia”: Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 01 - 13, jul. - dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/4850/2768>. Acesso em: 22 fev. 2024.

ROSSI, L. O. A renúncia de Jânio Quadros como crise constitucional e a saída parlamentarista para a posse de Jango. **Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 318 – 348, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/29920>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

SALLES, R. A abolição revisada: entre continuidades e rupturas. **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 1 – 11, dez. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/139880>. Acesso em: 3 abr. 2024.

SANGLARD, F. N. **Verdades possíveis: o jornalismo brasileiro e as narrativas sobre a ditadura durante o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade**. 2017. 307 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SANTANA, F. B. de. **As ligas camponesas no Nordeste do Brasil: uma relação entre o campesinato e as dinâmicas socioespaciais da Guerra Fria**. 2022. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.

SANTANNA, M. J. de. **O período pré e pós-revolução cubana: do rompimento do capitalismo e suas estruturas de exploração até o estabelecimento do socialismo e o afastamento das relações político-econômicas com os Estados Unidos**. 2020. 34 f. Trabalho de

Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de São Paulo, Osasco – SP, 2020.

SANTOS, E. C. **Um estudo sobre a brincadeira entre crianças em situação de rua**. 2004. 112 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SANTOS, F. H. C. dos.; FARAGE, E.; PINTO, M. B. Questão Social e favela: violência estatal, pandemia e organização da classe trabalhadora Autores. **Argumentum**, Vitória, v. 12, n. 3, p. 117 – 131, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31361>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SANTOS, G. C. dos A. A revolução cubana e as representações sociais de gênero. **Revista eletrônica ANPHLAC**, [s.l.], n. 14, p. 265 – 286, jan. – jun. 2013. Disponível em: <https://revista.anphlac.org.br/anphlac/article/view/1237>. Acesso em: 31 jan. 2024.

SANTOS, P. C. M. de A.; FERREIRA, R. A. Segregação, raça, cor e políticas de cotas nas universidades brasileiras: breves reflexões. **Revista do Programa de Pós-graduação em Educação (POIÉSIS)**, Santa Catarina, v. 05, n. 01, p. 283 – 303, 2012. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Poiesis/article/view/1178>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SANTOS, S. B. dos S. Famílias negras, desigualdades, Saúde e Saneamento Básico no Brasil. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, Brasília – DF, v. 07, n. 2, p. 41 – 53, 2013. Disponível em: <https://tempus.unb.br/index.php/tempus/article/view/1342>. Acesso em: 18 jan. 2024.

SANTOS, V. Técnicas da tortura: punições e castigos de escravos no Brasil escravista. **Revista Enciclopédia Biosfera**, Jandaia – GO, v. 09, n. 16, p. 2393 – 2408, 2013. Disponível em: <https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/3538>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SANZ, B.; MENDONÇA, H. O lado obscuro do ‘milagre econômico’ da ditadura: o boom da desigualdade. **El País**, São Paulo, 28 nov. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/09/29/economia/1506721812_344807.html. Acesso em: 14 mar. 2024.

SARMENTO, D. Violência policial, racismo e a ADPF das Favelas. **O Globo**, [s.l.], 10 jul. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/fumus-boni-iuris/post/2023/07/daniel-sarmento-violencia-policial-racismo-e-a-adpf-das-favelas.ghhtml>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SCHMIDT, S. Especialistas criticam primeiro dia de patrulhamento das Forças Armadas nas ruas do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/especialistas-criticam-primeiro-dia-de-patrulhamento-das-forcas-armadas-nas-ruas-do-rio-22533241>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SCHWARTZ, S. B. Mocambos, quilombos e palmares: a resistência escrava no Brasil colonial. **Revista de Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. especial, p. 61 – 86, 1987. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157408>. Acesso em: 25 jul. 2023.

SENNETT, R. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. São Paulo: Record, 2018.

SILVA, A. M. de C. e S. Do império à república considerações sobre a aplicação da pena de prisão na sociedade brasileira. **Revista Genealogias, Subjetivações e Violências**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 1 – 16, 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2012000100004. Acesso em: 25 jul. 2023.

SILVA, A. M. de S. Estado, monopólio da violência e policiamento privado: com quem fica o uso legítimo da força física na sociedade contemporânea? **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 9 – 19, 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4025414.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, G. Funcionário público federal negro ganha, em média, 27% menos que colega branco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/11/20/funcionario-publico-federal-negro-ganha-em-media-27percent-menos-que-colega-branco.ghml>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SILVA, G. S. da.; BUENO, J. B. G. Educação patrimonial: ressignificando memórias e histórias de vida a partir do Museu Casa Margarida Maria Alves. **Boletim CDAPH**, Bragança Paulista, v. 4, n. 1, p. 1 – 22. 2020. Disponível em: <https://boletimcdaph.usf.emnuvens.com.br/rc/article/view/19>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SILVA, J. B. e. Memórias de abandono, tortura e ditadura militar. Ponto de Interrogação: **Revista de Crítica Social**, v. 13, n. 1, p. 297 – 318, jan. – jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint/article/view/v13n1p297>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SILVA, L. A. da. “A democracia vem aí. Sorria!”: memórias sobre o AI-5 e perspectivas democráticas no estado do Paraná. **Revista Antíteses**, Londrina, v. 16, n. 31, p. 578 – 609, jan. – jun. 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/46788>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SILVA, M. A. P. da. JUNIOR, N. S. O direito à cidade da população em situação de rua e os espaços públicos. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, [s.l.], v. 10, n. 11, p. 42 – 66, 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/situacao-de-rua>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, S. de P. e. *et al.* **Racismo no contexto contemporâneo**: contribuições da psicologia social para a problematização do preconceito. 2019. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Psicologia) - Centro Universitário Várzea Grande, Várzea Grande, 2019.

SILVA, T. O. G. A participação política das mulheres negras comunistas durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984). In: Seminário Internacional História do Tempo Presente, 2., 2014, Florianópolis – SC. **Anais eletrônico** [...], Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), 2014. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/tempopresente/paper/view/181>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SILVA, T. T. M. da. Noticiário criminal: a representação do Morro da Favela nas páginas dos impressos cariocas na primeira década do século XX. **Veredas da História**, Salvador, v. 11, n. 1, p. 300 – 317, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rvh/article/view/47907>. Acesso em: 28 jun. 2024.

SILVA, V. G. da. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD): contexto histórico de surgimento e trajetória de Ivan Hasslocher. *In*: Simpósio Nacional de História, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: ANPUH-BRASIL, 2021. Disponível em: https://www.snh2021.anpuh.org/resources/anais/8/snh2021/1627851446_ARQUIVO_dfc570f9b8c75bd175eacb7d4556f2c5.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

SOARES, P. G. C.; FILHO, J. C. da S. O abolicionismo penal em Angela Davis: raça gênero e classe. **Neari em Revista**, Recife – PE, v. 6, n. 9, p. 01 – 27, 2020. Disponível em: <https://revistas.faculdedamas.edu.br/index.php/neari/article/view/2435>. Acesso em: 19 jan. 2024.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, M. C. P. de. **Pode o subúrbio falar?** A dislexia discursiva como estratégia de silenciamento e enquadramento das vozes. 2015. 218 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2015.

SOUZA, G.; SOARES, M. G. M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 21, n. 44, p. 11 – 28, 2019. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23478. Acesso em: 9 jul. 2024.

SOUZA, J. A. “incompleta liberdade” concedida ao povo negro. **Ministério Público do Mato Grosso do Sul**, Campo Grande - MS, 13 mai. 2022. Disponível em: <https://www.mpms.mp.br/noticias/2022/05/a-incompleta-liberdade-concedida-ao-povo-negro#>. Acesso em: 11 jan. 2024.

SOUZA, M. G. S. de S. Mídia e democracia: a atuação dos jornais na ruptura da ordem constitucional: de 1964 e no Cenário de Reabertura Política. **Revista Cantareira**, [s.l.], n. 27, p. 45 – 56, jul. – dez. 2017. Disponível: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/27975>. Acesso em: 12 mar. 2024.

SOUZA, N. A. de.; SOUSA, A. P. V. de. A.; TEODORO, M. Impactos negativos do racismo na educação, acesso e representação das mulheres brasileiras. **Revista acadêmica online**, [s.l.], v. 10, n. 50, p. 1 – 16, 2024. Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/41>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SPONHOLZ, L. O papel do jornalismo nas controvérsias. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, a. 7, n. 1, p. 165 – 172, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n1p165>. Acesso em: 9 jul. 2024.

TALES, M. A. de A. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru – SP, v. 02, n. 01, p. 9 – 18, jun. 2014. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/173>. Acesso em: 19 de jul. 2022.

TEIXEIRA, S. V. Lei de racismo: um regresso simbolicamente violento alojado nas perspectivas do direito penal. **Revista Annales Faje**, v. 5, n. 2, p. 193 – 205, 2020. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/4595>. Acesso em: 26 mar. 2024.

TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

TORRES, M. G. O Judiciário e o Ato Institucional nº 5: repressão e acomodação em 1968. **Revista Movimentação**, [s.l.], v. 5, n. 9, p. 125 – 138, 2018. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/8894>. Acesso em: 05 fev. 2024.

TORRES, M. G. O primeiro Ato Institucional: Carlos Medeiros Silva e o STF no pós-golpe de 1964. Passagens: **Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 489 – 505, set. – dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistapassagens/article/view/45926>. Acesso em: 7 fev. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Mais da metade dos candidatos aos cargos das Eleições 2022 se autodeclarou negra. Brasília – DF: **TSE**, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/mais-da-metade-dos-candidatos-aos-cargos-das-eleicoes-2022-se-autodeclarou-negra>. Acesso em: 10 nov. 2023.

VALE, R. W. S. do. Crimes e polícia no Brasil Colonial. **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2021. Disponível em: http://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5552&Itemid=497. Acesso em: 25 jul. 2023.

VASCONCELOS, B. A. O escravo como coisa e o escravo como animal: da Roma Antiga ao Brasil contemporâneo. **Revista UFG**, Goiás, v. 13, n. 12, p. 137 – 153, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48427>. Acesso em: 25 jul. 2023.

VASCONCELOS, S. Uma cidade e muitos nomes: as ruas de São Paulo e suas homenagens a constelações, ditadores e canções de Raul Seixas. **Revista do Parlamento Paulistano**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 12 – 25, jan. 2012. Disponível em: <https://parlamentoesociedade.emnuvens.com.br/parlamentopaulistano/article/view/110>. Acesso em 4 abr. 2024.

VAUCHER, T. A. Resistir é preciso: a imprensa alternativa e o AI-5. *In*: Seminário do GT de História Política, 2., 2017, Passo Fundo - RS. **Anais eletrônico [...]**, Passo Fundo: Programa de Pós-graduação em História, 2017. Disponível em: https://www.upf.br/_uploads/Conteudo/ppgh/anais-ii-seminario/thiago-araujo-vaucher.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

VAZ, L. F. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Revista Análise Social**, São Paulo, v. 29, n. 127, p. 581 – 597,

1994. Disponível em:

https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/art_1994_corticos_favelas_edificios_apartamentos_modernizacao_moradia_Rio_Janeiro.pdf. Acesso em: 28 jun. 2024.

VENDRUSCOLO, L.; KÄFER, S. M.; SANTOS, C. R. dos. A crise do petróleo de 1973: um estudo sobre seu impacto na economia mundial e brasileira. *In: Mostra de Iniciação Científica*, 1., 2018, Lucas do Rio Verde. **Anais eletrônico** [...], Lucas do Rio Verde: Faculdade La Salle, 2018. Disponível em:

<https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/4ff553a10ae301e3d0f2d767a8560c4d.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

VIANA, E. A. G; MARTINS, G. G. V; SOUZA, M. A. de. Getúlio nas ondas do rádio. *In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, 22., 2022, Salvador – BA.

Anais eletrônico [...], Salvador – BA: Intercom, 2022. Disponível em:

<https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2022/resumo/0401202222145962477963a4269.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

VILLELA, R. R. **Partidos políticos e regulamentação**: limites e benefícios da legislação partidária no Brasil. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines on sanitation and health**. Geneva:

WHO, 2018. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241514705>.

Acesso em: 16 nov. 2023.

ZART, L., H. Construção da realidade: um recorte do caos na mídia. *In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, 17., 2016, Curitiba. **Anais eletrônico** [...], Curitiba: Intercom, 2016. Disponível em:

https://portalintercom.org.br/anais/sul2016/lista_area_IJ01.htm. Acesso em: 9 jul. 2024.

Material jornalístico pesquisado e analisado

A INTERVENÇÃO de Temer e suas múltiplas leituras. **O Globo**, [s.l.], 17 fev. 2018.

ALENCASTRO, C. *et al.* Raio de ação ampliado: governo quer mandados coletivos de busca. **O Globo**, Brasília, 20 fev. 2018.

ALTERAÇÕES no Riocentro podem custar US\$ 5 milhões. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 jun. 1991.

AMORIM, D. Homem morre em São Carlos durante ação do Exército e da PM. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 out. 2018.

ANTUNES, L. ‘Day after’ com vigilância reduzida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 out. 1992.

ATÉ NO EXTERIOR: jornais estrangeiros falam em ação extrema. **O Globo**, [s.l.], 17 fev. 2018.

BACELAR, C., RESENDE, D., GOULART, G. Dinheiro emperrado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 jun. 2018.

BENEDITA é contra Exército nas praias. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 1992.

BEZERRA, M. Uma história de amor ao Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1992.

BOTTARI, E. Elogia e crítica: chegada de militares deixa a cidade partida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 fev. 2018.

BOTTARI, E. Fechando a conta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 dez. 2018.

BRASIL afirma acordo de obrigações da Rio 92. **O Globo**, Rio de Janeiro, 4 out. 1991.

BRISO, C. B. Acessos controlados: moradores de favela são fotografados. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 fev. 2018.

BRISO, C. B. Em chamas: crimes chocantes pavimentaram medida inédita. **O Globo**, [s.l.], 17 fev. 2018.

BRIZOLA admite pedir ajuda das Forças Armadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 14 jul. 1992.

BRIZOLA: piscinas nos Cieps são essenciais. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 out. 1992.

CARIOCA aprova a Rio-92, mas teme agora o futuro da cidade” **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1992.

CARVALHO, N. Tijucanos querem a PE de volta às ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1992.

CASTRO, J.; NASCIMENTO, R. Para interventor, situação do Rio não está muito ruim. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 fev. 2018.

CÉSAR quer ajuda federal contra arrastão. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 out. 1992.

COLLOR anuncia que Rio sediará Eco 92. **O Globo**, Brasília, 11 ago. 1990.

CONTROLE militar: com intervenção, tropas irão para ruas e presídios. **O Globo**, Brasília, 17 fev. 2018.

DEPOIS da Rio-92, os problemas de sempre. **O Globo**, Rio de Janeiro, 16 jun. 1992.

DURANTE doze dias, adeus insegurança. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1992.

ENTREVISTADOS elogiam ação do Exército. **O Globo**, Rio de Janeiro, 15 jun. 1992.

EXÉRCITO ENTRA em choque com traficantes no Caju. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jun. 1992.

EXÉRCITO interditará 25 vias amanhã. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mai. 1992.

EXÉRCITO policia Praça Saens Peña. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1992.

GAMBA, K.; ALENCASTRO, C. Comandante do Exército fala em evitar 'nova Comissão da Verdade'. **O Globo**, Brasília, 20 fev. 2018.

GAMBA, K. 'Não recebo R\$ 1,2 bi junto com um talão de cheque e saio fazendo'. **O Globo**, Brasília, 15 jun. 2018.

HELENA, L. Na capital do mundo, quase tudo funciona. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 jun. 1992.

HERINGER, C.; MAFRANS, P.; RIGEL, R. Barbárie diante do cartão-postal. **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 jun. 2018.

JUNGBLUT, C.; WERNECK, A.; RODRIGUES, R. 'Limpeza' nas polícias: intervenção quer combater a corrupção. **O Globo**, Rio de Janeiro e Brasília, 18 fev. 2018.

LOPES, J. L. Exército nas ruas reduz a criminalidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 mai. 1992.

MILITARES 'ficham' moradores de favelas durante operação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 fev. 2018.

NILO investiga suposta motivação política. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 out. 1992.

NUNES, A. Esquina e praça são ocupadas por mendigos. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1992.

OTÁVIO, C. Blindados: investigação que envolve militares do Exército não anda no estado. **O Globo**, Rio de Janeiro, 18 fev. 2018.

PE AFASTA menores da Praça Saens Peña. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1992.

PESQUISA da Uerj revela índices de aumento da criminalidade. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1992.

PM QUER sufocar arrastões na origem. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 out. 1992.

PRAÇA Saens Peña pede volta da PE. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 mar. 1992.

REPORTER vive situação de perigo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 fev. 1992.

ROCHA, C. A varredura que prendeu Elias Maluco. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2018.

RODRIGUES, R.; ALFANO, B. Bandido invade igreja na Vila Kennedy e assalta padre e fiéis. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 mar. 2018.

SOARES, R. Lutando pela vida. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 dez. 2018.

SOARES, R. O laboratório da intervenção. **O Globo**, [s.l.], 8 mar. 2018.

TOSTA, W. Esquema especial de segurança reduz crimes. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1992.

VIOLÊNCIA piora após intervenção e leva tropa às ruas: roubos de veículos e cargas subiram mais de 12%. **O Globo**, Rio de Janeiro, 28 mar. 2018.

WERNECK, A.; BACELAR, C. BOTTARI, E. Muito tiro, pouca eficiência. **O Globo**, Rio de Janeiro, 23 jun. 2018.